UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação

Amanda Pamela Santos Gomes

ARQUIVOS NA REDE: **a difusão de arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG**

Belo Horizonte
2025

Amanda Pamela Santos Gomes

ARQUIVOS NA REDE: **a difusão de arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação
Orientador: Prof. Dr. José Francisco Guelfi Campos

Belo Horizonte
2025

G633a Gomes, Amanda Pamela Santos.
Arquivos na Rede [recurso eletrônico] : a difusão de arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG / Amanda Pamela Santos Gomes. - 2025.
1 recurso eletrônico (190 f. : il., color.) : pdf. Orientador:

José Francisco Guelfi Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 136-148.
Apêndices: f. 149-190.
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Arquivologia – Teses. 3. Arquivos pessoais – Teses. 4. Universidade Federal de Minas Gerais – Museus – Teses. I. Campos, José Francisco Guelfi. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.
CDU: 651.5

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB: 6/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ECI - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 14h00 horas do dia 2 de junho de 2025, em videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de mestrado de Amanda Pamela Santos Gomes. O presidente da banca, prof. José Francisco Guelfi Campos (orientador), procedeu à instalação da Comissão Examinadora, constituída pelas professoras Ivana Denise Parrela (ECI-UFMG) e Verona Campos Segantini (EBA-UFMG). Às 14:10, a candidata deu início à apresentação de sua dissertação, intitulada "Arquivos na Rede: A difusão de arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG". A apresentação da candidata se deu em 20 minutos. Em seguida, o presidente da banca passou a palavra à professora Verona Segantini para que fizesse sua arguição, que foi seguida das respostas da candidata. Na sequência, teve início a arguição da professora Ivana Parrela, seguida das respostas e comentários da candidata. Encerradas as arguições, a Comissão Examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para deliberação. Às 16:00 horas, a sessão pública foi reaberta e o presidente da banca comunicou publicamente à candidata o seguinte parecer: "Considerando a relevância da pesquisa para a reflexão acerca da institucionalização dos arquivos pessoais nas universidades e para a compreensão do contexto de preservação desses arquivos no âmbito da UFMG e de sua de sua Rede de Museus, a comissão considera o trabalho **APROVADO**. Ademais, a banca destaca a alta qualidade da dissertação e sugere a publicação dos resultados da pesquisa." Nada mais havendo a tratar, o presidente da banca encerrou a sessão e lavrou a seguinte ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2025.

Prof. Jose Francisco Guelfi Campos (Orientador)

Profa. Ivana Denise Parrela (UFMG)

Profa. Verona Campos Segantini (UFMG)

Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Guelfi Campos**, **Professor do Magistério Superior**, em 02/06/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ivana Denise Parrela**, **Professora do Magistério Superior**, em 02/06/2025, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Verona Campos Segantini**, **Professora do Magistério Superior**, em 03/06/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4259955** e o código CRC **C149860B**.

Referência: Processo nº 23072.234061/2025-97 SEI nº 4259955

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão

A Deus, por renovar minhas forças todas as manhãs;
Ao meu orientador, professor José Francisco Guelfi Campos, por acolher com sensibilidade minhas inquietações acadêmicas;
À professora Edite Rocha, cuja doação de tempo, energia e conhecimento me inspiraram a trilhar o caminho da investigação científica;
À professora Ivana Parrela, pelo entusiasmo com que comunica seu conhecimento e por encorajar-me com palavras motivadoras desde os primeiros passos desta pesquisa;
À professora Letícia Julião, a quem devo a partilha de conhecimentos e pontos de vistas cruciais para o desenvolvimento desta dissertação;
À professora Verona Segantini, por sua generosidade em compartilhar reflexões que enriqueceram as discussões presentes neste trabalho;
Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade de dedicação exclusiva a esta pesquisa;
À Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, pela oportunidade de vivenciar a extensão universitária durante a graduação, experiência crucial para o florescimento desta dissertação,
Aos colegas bolsistas e profissionais técnicos que atuam nos espaços da Rede de Museus que, gentilmente, responderam às solicitações de informação e forneceram dados para o estudo de caso;
Aos meus gatinhos, fiéis companheiros das madrugadas de escrita, cuja presença silenciosa suavizou os momentos de cansaço;
À minha irmã Tamara, por oferecer palavras de conforto e sabedoria que transformaram os desafios em aprendizados;
Ao meu esposo Mateus, pelos momentos despretensiosos que desopilaram os dias mais exaustivos;
À minha avó Therezinha, por me envolver com o afago suave que só as avós são capazes de oferecer;
E, aos meus pais, por acreditarem no poder transformador da educação.

Guardar

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.

Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro
Do que um pássaro sem voos.

Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.

Antônio Cicero, 1996

RESUMO

Arquivos pessoais, quando incorporados a instituições públicas, estão sujeitos às diretrizes institucionais voltadas à democratização, sendo o cumprimento de sua função social diretamente condicionado ao adequado tratamento técnico e à qualificação das estratégias de difusão e acesso. Este estudo propõe reflexões, no campo da Arquivologia e da Ciência da Informação, sobre a institucionalização de arquivos pessoais em universidades públicas brasileiras, com ênfase na importância do planejamento institucional que assegure não apenas a preservação e a pesquisa, mas também a comunicação do patrimônio universitário adquirido. Parte-se do pressuposto de que as funções arquivísticas de difusão e acesso não devem ser tratadas como secundárias, devendo integrar a gestão estratégica institucional — em níveis conceitual e prático —, de modo a favorecer a inserção dos espaços custodiadores de arquivos pessoais em iniciativas mais amplas de gerenciamento, reafirmando o lugar desses acervos no conjunto do patrimônio universitário. Adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico, com o objetivo de caracterizar as especificidades dos arquivos pessoais à luz da teoria arquivística, discutir a natureza ativa e dinâmica do trabalho arquivístico na contemporaneidade e destacar a difusão como função essencial à democratização desses acervos. As discussões são conduzidas por meio de um estudo de caso exploratório, com foco na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visando identificar os espaços que custodiam arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, bem como sua participação em ações coletivas de difusão. Este estudo de caso foi desenvolvido em três etapas: 1) levantamento exploratório a partir dos websites institucionais dos espaços integrantes da Rede, complementado por pesquisa bibliográfica e contato por e-mail para identificação dos espaços que custodiam acervos pessoais; 2) consulta ao Sistema de Informações da Extensão (SIEX), com o intuito de localizar projetos de extensão de natureza coletiva, propostos pela Rede de Museus e relacionados à difusão de arquivos pessoais; 3) análise dos trabalhos de extensão apresentados por bolsistas da Rede na Mostra Virtual "Pesquisa e Extensão na Rede de Museus", com destaque para o papel das ações de comunicação científica na difusão de acervos institucionalizados em universidades públicas. A dissertação está estruturada em três capítulos: I) *Princípios fundamentais: a natureza dos arquivos pessoais e do trabalho arquivístico*; II) *Arquivos de mim, para todos: a difusão como um dever social*; III) *"Caiu na rede é peixe?": a difusão de arquivos pessoais na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG*. Ao final, demonstra-se a relevância das ações colaborativas de difusão e acesso para a efetiva preservação, pesquisa e comunicação dos espaços universitários que custodiam arquivos pessoais.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Difusão Arquivística. Comunicação de Acervos. Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. Acervos Universitários.

ABSTRACT

Personal archives, when incorporated into public institutions, are subject to institutional guidelines aimed at democratization. The fulfillment of their social function is directly dependent on proper technical processing and well-qualified dissemination and access strategies. This study presents reflections, within the fields of Archival Science and Information Science, on the institutionalization of personal archives in Brazilian public universities, emphasizing the importance of institutional planning that ensures not only preservation and research, but also the communication of university heritage. It is based on the assumption that the archival functions of dissemination and access should not be treated as secondary; rather, they must be integrated into strategic institutional management—both conceptually and practically—to promote the inclusion of personal archives in broader initiatives of preservation, research, and communication, reaffirming their place within university heritage. A qualitative approach is adopted, grounded in a bibliographic review, with the aim of characterizing the specificities of personal archives in light of archival theory, discussing the active and dynamic nature of archival work in contemporary contexts, and highlighting dissemination as an essential function for the democratization of such collections. The discussion is conducted through an exploratory case study focusing on the Federal University of Minas Gerais (UFMG), seeking to identify the spaces that house personal archives within the UFMG Network of Museums and Centers for Science and Culture, as well as their participation in collective dissemination initiatives. The case study was developed in three stages: (1) an exploratory survey based on the institutional websites of the Network's member spaces, complemented by a bibliographic review and email contact to identify spaces holding personal archives; (2) a search in the Extension Information System (SIEX) to locate collective extension projects proposed by the Network related to the dissemination of personal archives; and (3) an analysis of extension work presented by scholarship holders from the Network at the Virtual Exhibition "Research and Extension in the Museum Network," with an emphasis on the role of scientific communication actions in the dissemination of institutionalized collections in public universities. The dissertation is structured into three chapters: I) *Fundamental Principles: The Nature of Personal Archives and Archival Work*; II) *From Me to Everyone: Dissemination as a Social Duty*; III) "*Caught in the Web?" The Dissemination of Personal Archives within the UFMG Network of Museums and Science and Culture Spaces*. In conclusion, the study demonstrates the relevance of collaborative dissemination and access initiatives for the effective preservation, research, and communication of personal archives in university.

Keywords: Personal Archives. Archival outreach. Collection Communication. Network of Museums and Spaces of Science and Culture of UFMG. University collections.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Abrangência do conceito de “arquivo” 23
Figura 2: Razões para a acumulação de arquivos pessoais 27
Figura 3: Maneiras como os indivíduos produzem e se relacionam com os documentos de arquivo 28
Figura 4: Dimensões do Acesso à informação em arquivos 57
Figura 5: Perspectivas para a gestão de um arquivo pessoal 60
Figura 6: Institucionalização de arquivos pessoais: Ampliação do acesso e uso 62
Figura 7: Formas de aquisição de um arquivo em instituições museológicas 68
Figura 8: Figura 8: Figura 8: Utilidade dos arquivos para a sociedade 68
Figura 9: Instâncias de Manifestação da Memória 71
Figura 10: Abrangências terminológicas- Difusão 81
Figura 11: Abrangências das ações de difusão em arquivos 82
Figura 12: Nuvem de palavras- Difusão Arquivística 86
Figura 13: Espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG 100
Figura 14: Alguns marcos da institucionalização da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG 103
Figura 15: Divulgação do II Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG 107
Figura 16: Nuvem de Palavras- Extensão Universitária 117
Figura 17: Projetos vinculadas ao Programa de Extensão “Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG” 120
Figura 18: Material de divulgação do Circuito das Vocações 121
Figura 19: Agenda Científico-Cultural da Rede de Museus da UFMG 123
Figura 20: Divulgação do acervo de José Eduardo Ferolla, na Mostra Virtual de Extensão na Rede de Museus 129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características do documento de arquivo.....25
Quadro 2: Elementos caracterizadores dos arquivos privados em comparação aos arquivos públicos (com foco nos arquivos pessoais), segundo Jenkinson e Schellenberg.....37
Quadro 3: Tipos de aquisição de acervos por instituições arquivísticas 66
Quadro 4: Diretrizes norteadoras para a difusão de arquivos, elencadas por Marcelo Chaves (2020) ..83
Quadro 5: Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias: Recomendações para a Comunicação de Museus e Coleções Universitárias.....101
Quadro 6: Levantamento de dados acerca dos acervos acumulados por pessoas nos espaços da Rede de Museus 112
Quadro 7: Espaços da Rede de Museus que indicaram a aquisição de arquivos pessoais 113
Quadro 8: Modalidades das ações da Extensão Universitária desenvolvidas na UFMG.....118
Quadro 9: Adesão dos espaços da Rede à Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024).....126
Quadro 10: Adesão de espaços detentores de arquivos pessoais à Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024).....127
Quadro 11: Trabalhos específicos sobre arquivo pessoal, apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024).....128
Quadro 12: Identificação dos espaços integrantes da Rede de Museus-UFMG detentores de arquivos pessoais 149
Quadro 13: Relação de trabalhos apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024) 161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Acervo Curt Lange
AEM	Acervo dos Escritores Mineiros
AIM	Acervo Imagens de Minas
CCT	Centro de Coleções Taxonômicas
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CEDOC	Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação
CEMEF	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
CEMEFAR	Centro de Memória da Farmácia
CEMEMOR	Centro de Memória da Medicina
CEMEMOR-FALE	Centro de Memória da Faculdade de Letras
CEMEMOR-VET	Centro de Memória da Veterinária
CEMENF	Centro de Memória da Escola de Enfermagem
CENEX	Centros de Extensão
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEVEX	Centro Virtual de Memória da Extensão
CME	Centro de Memória da Engenharia
CMO	Centro de Memória da Odontologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRCH	Centro de Referência em Cartografia Histórica
EAA	Espaço Acervo Artístico
EC	Espaço do Conhecimento
EECO	Estação Ecológica
MARQ	Museu de Arquitetura
MCM	Museu de Ciências Morfológicas
MCPT	Museu Casa Padre Toledo
MHNJB	Museu de História Nacional e Jardim Botânico
MUMAT	Museu da Matemática
PROCULT	Pró-Reitoria de Cultura
PROEX	Pró- Reitoria de Extensão
SHA	Sala Helena Antipoff
SIEX	Sistema de Informação da Extensão
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I 20

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: A NATUREZA DOS ARQUIVOS PESSOAIS E DO TRABALHO ARQUIVÍSTICO 20

Notas iniciais 20

1.1-A natureza do documento de arquivo 21

1.2- A natureza do trabalho arquivístico 40

CAPÍTULO II 53

ARQUIVOS DE MIM, PARA TODOS: A DIFUSÃO COMO UM DEVER SOCIAL 53

Notas Iniciais 53

2.1- Institucionalização de arquivos pessoais e autorização para a construção da memória 61

2.2- Difusão de arquivos pessoais e dever de gerar desejo 79

CAPÍTULO III 91

"CAIU NA REDE É PEIXE"? DIFUSÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG 91

Notas Iniciais 91

3.1- Onde estão os arquivos da Rede?: Identificação dos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais 97

3.2- "Universo SIEX": Abrangências dos projetos de extensão da Rede de Museus para a difusão de espaços detentores de arquivos pessoais 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS 131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136

APÊNDICE 1: IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS INTEGRANTES DA REDE DE MUSEUS DA UFMG DETENTORES DE CONJUNTOS DOCUMENTAIS DE ORIGEM PESSOAL 149

APÊNDICE II: TRABALHOS APRESENTADOS NA MOSTRA VIRTUAL PESQUISA E EXTENSÃO NA REDE DE MUSEUS (2020-2024) 161

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa é, antes de tudo, um processo. Como todo processo, decorre no tempo, demanda esforço e recursos para dele resultar algo. Artigos, monografias, dissertações e teses são produtos de processos de pesquisas acadêmicas que se desenvolvem por meio da busca por explicações para uma série de problemas, nas mais diversas áreas do conhecimento. O processo é mais valoroso do que o produto por ele gerado, mesmo que às vezes a realidade se mostre deturpada. Se, por um lado, trabalhos acadêmicos são produzidos, gerando conhecimento científico e promovendo o avançar das áreas, por outro, fabrica-se a figura mais importante de todo o processo: o pesquisador. Este é o sujeito que, por meio de seu trabalho, assume um papel transformador na sociedade ao dedicar sua vida à reflexão de problemas que a afetam.

Cássio Eduardo Hissa (2012), professor do departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais[1], aponta que a pesquisa será sempre indissociada do pesquisador, na medida em que ele busca construir um mundo e a si próprio por meio de seu trabalho. Para Hissa, o processo de pesquisa está vinculado à própria formação do sujeito pesquisador, na medida em que ele precisa ser digno do mundo que pretende construir:

> Pensar a pesquisa, a universidade, a nós mesmos que procuramos construir um lugar diferente para fazer diferente o que já nos acostumamos a fazer. Transformar as rotinas de pesquisa. Pensar a nós mesmos que procuramos nos transformar para sermos dignos do discurso que proferimos em prol da transformação. Simultaneamente à construção do discurso, construir as práticas compatíveis com os sonhos de mudança. Exercício longo e difícil, mas prazeroso, e que encaminha significado ao nosso trabalho na universidade (HISSA, 2012, p.9).

O pesquisador é forjado na labuta diária do processo de pesquisa. Assim como uma boa lâmina é fabricada pela exposição do aço às altas temperaturas (até que adquira características físicas maleáveis que lhe permita alcançar a forma desejada), também assim o pesquisador é forjado. Exposto a uma vastidão de experiências e aos produtos dos processos de seus congêneres, o pesquisador assume a árdua missão de forjar a si mesmo enquanto produtor de conhecimento, tomando a liberdade de selecionar e levar consigo aquilo que foi relegado por outros. O percurso de cada pesquisador é único, mas os caminhos são compartilhados. Mesmo quando o imaginário apresenta a figura de um pesquisador solitário que lê, amadurece seu pensamento e produz seus argumentos no recluso recanto de seu escritório, é preciso lembrar

[1] Ao longo de sua carreira, Cássio Hissa acumulou uma série de notas sobre a produção acadêmica e as atividades de pesquisa universitária, compilando no livro *Entrenotas: compreensões de pesquisa,* publicado pela Editora UFMG, em 2012.

que “assim como todo texto é texto sobre texto, não há pesquisa que não seja pesquisa sobre pesquisa” (HISSA, 2012, p.38).

Há um ponto de partida inicial, onde um problema, ao ser constatado, gera inquietações que podem ser de ordem prática e/ou intelectual, afinal, os problemas existem no mundo das coisas e também no mundo das ideias e, na maior parte das vezes, os mais instigantes emergem combinados dessas duas instâncias. Mas, problemas não são entes autônomos que pairam sobre nossa existência. Muito pelo contrário, estão arraigados em nossas vivências enquanto desdobramentos de ações e reflexões. Problemas existem enquanto potências instigantes para a compreensão, o aperfeiçoamento e a mudança. O pesquisador apenas “interroga recortes de mundo, que ele mesmo seleciona e constrói, e é interrogado pelas suas próprias questões” (HISSA, 2012, p.33). Definir um trabalho de pesquisa, portanto, exige disposição e sensibilidade para perceber o mundo e, a partir dele, formular questões que permitam compreender os fenômenos (sejam eles naturais ou culturais) e decidir por sua manutenção ou alteração.

Para se fabricar pesquisadores, isso é, para que os sujeitos percebam os problemas e se sintam instigados a buscar por sua compreensão por meio de procedimentos estruturados, é necessário motivação. Diferentemente da lâmina criada por um ferreiro, lâmina que não é um sujeito de consciência, o pesquisador se faz pela vontade de pesquisar. Para além de ações formativas e profissionais, o estudante deve ser inserido no universo da pesquisa, instigado a questionar e motivado a investigar, uma vez que é assim que as gerações de pesquisadores, e as áreas, se renovam. A formação de um arquivista, quando restrita ao ambiente convencional da sala de aula, pode ser insuficiente tanto para o sujeito formado quanto para a área formadora, afinal a lida laboratorial, por meio da reflexão sobre os fundamentos teóricos e trabalhos práticos, é determinante para a construção da maturidade intelectual.

Considerando a Arquivologia enquanto domínio que tem por objeto o conhecimento dos arquivos e de seus contextos, bem como dos princípios e técnicas a serem observados na constituição, organização e utilização deste - conforme definição apresentada por Cunha e Cavalcanti (2008, p.30-31) - entendemos que, para além de formar arquivistas fazedores, é necessário formar arquivistas pesquisadores. Eric Ketelaar (2000) afirma que o arquivista deve, antes de tudo, ser uma pessoa inspirada, sendo imprescindível

> (...) ensinar o novo arquivista a pensar como um profissional em vez de aprender a praticar um ofício. Ensinar um aluno de arquivologia a pensar como um arquivista é mais importante do que ensinar conhecimento prático, ainda mais porque esse conhecimento prático logo ficará desatualizado. Para a educação arquivística, isso significa mudar o foco de habilidades e conhecimento para compreensão e atitudes. Uma maneira de conseguir isso é colocar os alunos em contato próximo com a

> pesquisa em ciência arquivística - até mesmo tornando a pesquisa um componente da educação (KETELAAR, 2000, p.333. Tradução nossa)[2].

Ketelaar (2000) defende que a pesquisa deve integrar a grade curricular dos alunos desde a graduação, pois permite que os incipientes trabalhos de pesquisa conduzam a outros esforços investigativos, como pesquisas de mestrado e doutorado. Esta perspectiva de "ensinar a pescar" é determinante para a constituição de profissionais inspirados, tendo em vista que mais do que fornecer respostas é importante instigar a formulação de perguntas. O estudante que é estimulado a fazer pesquisa tem a possibilidade de desenvolver uma postura autônoma frente a um processo de aprendizagem que é verdadeiramente contínuo, permitindo que ele aprimore seus conhecimentos e suas práticas profissionais.

Os esforços germinais para a elaboração do problema de pesquisa que originou esta dissertação partiram da problematização de uma realidade vivenciada durante a graduação em Arquivologia (2019-2022). O problema, advindo da ordem prática, logo tomou contornos reflexivos acerca de teorias arquivísticas. Durante a graduação, fui bolsista de extensão da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, atuando no Acervo Curt Lange (ACL-UFMG), um espaço de documentação que abriga parte do arquivo pessoal do musicólogo Francisco Curt Lange (1903- 1997). Meu interesse se deu, inicialmente, pelo fato de o acervo ser a terça parte[3] do arquivo pessoal de um importante intelectual que dedicou grande parte de sua vida à realização de pesquisas itinerantes, sobretudo na América Latina, em busca de fontes documentais que revelassem seu passado musical. O acervo, apesar de sistematizado e aberto ao público para visitas e consultas desde 2005, ainda apresenta inúmeros desafios, notadamente relacionados às ações de extroversão e condições de acesso. Desde 2016, o ACL-UFMG integra a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, uma iniciativa da Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, criada em 2000, que reúne mais de vinte espaços universitários detentores de acervos e que juntos compõem parte do complexo patrimônio documental desta universidade.

---

[2] No original: "(...) teach the new archivist to think as a professional rather than to learn how to practice a craft.44 Teaching an archival student how to think as an archivist is more important than to teach practical knowledge, all the more so since that practical knowledge will soon be outdated. For archival education, this means shifting the focus from skills and knowledge to understanding and attitudes. One way to achieve this is to bring students into close contact with research in archival science - even making research a component of education". (KETELAAR, 2000, p.333).

[3] O arquivo pessoal de Francisco Curt Lange é bastante diversificado, e abarca materiais como correspondências, livros, partituras, instrumentos musicais, equipamentos de trabalho, dentre outros. Está disperso em três instituições, a saber: 1) Universidade Federal de Minas Gerais (BR); 2) Museu da Inconfidência-Ouro Preto (BR); 3) Biblioteca Nacional da Venezuela (VE).

Em 2019, a Rede de Museus propôs a elaboração de Planos Museológicos para os seus espaços, em concordância com a Lei 11.904/2009 e o Decreto 8.124/2013, que tornou obrigatório a elaboração deste instrumento de gestão para museus no Brasil. Contudo, a Rede é composta por uma grande diversidade de tipos de espaços (arquivos, museus, centros de memória, centros de referência e demais espaços de conhecimento), de modo que a proposta foi atualizada para a elaboração de Planejamentos Estratégicos que se adequassem às especificidades de cada espaço.

A experiência no ACL-UFMG demonstrou que o trabalho com arquivos pessoais suscita debates e esforços interessantes em nível teórico e prático. Isso porque, na maior parte das vezes, somos convidados a transitar por um domínio marcado pela sutileza. Se, por um lado, pisamos em um terreno notadamente vincado na idiossincrasia do sujeito que produziu e acumulou documentos diversos, por outro, lidamos com teorias acadêmicas e práticas profissionais que delineiam a gestão de um arquivo pessoal quando este deixa a esfera individual e se torna um bem coletivo (passível de ser sistematizado e disponibilizado para usos). É neste instante, quando o arquivo pessoal deixa a sala de estar, a biblioteca privada ou o escritório de seu acumulador e passa a integrar a sala de exposição e/ou de consulta de uma instituição documental, que nos deparamos com o desafio de gerir estes documentos a fim de ressaltar suas potencialidades de uso para além daquelas que assumia para seu acumulador, garantir a preservação da permanência do vínculo orgânico dos documentos, promover sua difusão e viabilizar seu uso.

Os desafios são ampliados quando um arquivo pessoal é recolhido por instituição de amplo espectro, como museus e universidades, passando a coexistir com outros acervos, de diferentes naturezas. No primeiro caso, os arquivos pessoais, ao serem integrados aos acervos dos museus, precisam conviver pacificamente com as funções desempenhadas por este tipo de instituição para o gerenciamento de suas coleções (no que tange à conservação, tratamento documental, pesquisa e extroversão de seus materiais). No segundo, os arquivos pessoais precisam se adequar a lógica do sistema universitário que se pauta na tríade pesquisa-ensino-extensão, estando seu tratamento e uso atrelados às práticas universitárias. Neste último caso, integram o amplo escopo do "patrimônio documental universitário", passando a compartilhar com outros espaços de naturezas similares a ambiência, dotação orçamentária e recursos humanos. Essas ações integrativas justificam-se, na maior parte dos casos, enquanto estratégias de economia de recursos, apoio profissional, intercâmbio de experiências, bem como a busca por maior projeção dentro da universidade e, também, reconhecimento social fora dela. É neste

contexto complexo - onde arquivos pessoais são integrados a uma universidade pública e se inserem em iniciativas de gestão colaborativa - que esta pesquisa se insere.

Em face às discussões em torno da elaboração de um Planejamento Estratégico para os espaços da Rede de Museus, e tendo como base a experiência no ACL-UFMG, o problema desta pesquisa foi delineado: considerando que os arquivos pessoais apenas se tornam bens comuns quando são difundidos e acessados, a integração de espaços da UFMG detentores de arquivos pessoais à Rede de Museus poderia favorecer a ampliação da difusão desses acervos e, assim, contribuir para o cumprimento de sua função social?

Parto do pressuposto de que o cumprimento da função social de arquivos pessoais institucionalizados por universidades públicas está diretamente ligado ao adequado tratamento técnico do acervo e qualificação da difusão arquivística, uma vez que é por meio desta última que os documentos são democratizados (rompendo com a lógica individual e atingindo a esfera coletiva). Esta abordagem assume, portanto, que a função arquivística de difusão e acesso não deve ser tratada como secundária, e precisa abranger o gerenciamento estratégico institucional (em nível conceitual e prático). Neste sentido, a inserção na Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG poderia contribuir para o cumprimento da função social daqueles espaços detentores de arquivos pessoais.

A elaboração desta dissertação é parte do processo de germinação de uma semente que encontrou terreno fértil na extensão universitária, tem se desenvolvido na jornada do mestrado e vislumbra continuidade investigativa, afinal, um problema de pesquisa nunca se esgota, apenas o tempo do pesquisador é que atinge um limite. Sua feitura ressalta a importância de promover debates críticos, de cariz teórico e metodológico, a respeito da elaboração de planejamentos estratégicos de difusão e acesso para os espaços da Rede de Museus da UFMG, em especial para aqueles detentores de arquivos pessoais, pautado no entendimento de que os arquivos só podem cumprir sua função social se estiverem disponíveis e acessíveis. A dissertação será estruturada de forma tripartida:

A primeira etapa de pesquisa tem como intenção apresentar os conceitos e teorias essenciais que permeiam esta dissertação e será composta pelos dois primeiros capítulos. O primeiro deles, intitulado *Princípios Fundamentais: A Natureza dos Arquivos Pessoais e do Trabalho Arquivístico*, tem como objetivo caracterizar a natureza arquivística- do documento e do trabalho arquivístico- realizado por meio de revisão de literatura e análise reflexiva, em duas seções: 1.1 *A natureza do documento de arquivo*, buscando caracterizar o documento arquivístico a partir de Jenkinson (1922), Duchein, (1982), Duranti (1994), Rousseau e Couture (1998), Schellenberg (2006), Bellotto (2006); as especificidades dos arquivos pessoais em

contexto da teoria arquivística, com base em Camargo (2009b, 2007, 2015), Heymann (2009) e Campos (2016). A segunda sessão, intitulada 1.2- *A natureza do trabalho arquivístico: Ideal ético e ilusão de neutralidade,* objetiva caracterizar a natureza ativa do trabalho arquivístico na contemporaneidade, com base em Taylor (1984); Millar (2002); Cook (2012); Ketelaar (1999; 2000; 2006); Tognoli (2010), Camargo (2015).

O segundo capítulo, intitulado *Arquivos de mim, para todos: A Difusão como um Dever Social*, tem como objetivo apresentar a difusão enquanto função arquivística primordial para a democratização de arquivos pessoais e cumprimento de sua função social. Esta etapa foi realizada em duas seções: 2*.1- Institucionalização de arquivos pessoais e a autorização para a construção da memória coletiva,* por meio de levantamento de bibliografia sobre a memória individual/coletiva a partir de Ricoeur (2007), Candau (2019); a serventia dos arquivos para a sociedade, a partir de Delmas (2010) e a institucionalização de arquivos pessoais, conforme Duarte (2013; 2018). A segunda seção deste capítulo intitulada *2.2- A difusão de arquivos pessoais e o dever de gerar desejo,* foi realizada com base em levantamento de bibliografia acerca da função arquivística de difusão, a partir de Rousseau e Couture (1998); Bellotto (2006); Alberch I Fugueras (2011); e Parrela (2020).

A segunda etapa, realizada no terceiro capítulo intitulado *"Caiu na Rede é peixe"? A Difusão de Arquivos Pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG*, destina-se a identificar os espaços da Rede de Museus que são detentores de arquivos pessoais e enfatizar a importância das ações extensionistas para a promoção da difusão de acervos universitários Alinhada às necessidades de produzir um mapeamento dos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais, esta etapa destaca a relevância da extensão para a difusão destes arquivos e reafirma o lugar deste tipo de acervo no complexo patrimonial universitário. Para tanto, foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e levantamento exploratório, por meio de consultas aos websites institucionais dos espaços da Rede, contato por e-mail e levantamento junto ao *Sistema de Informação da Extensão- SIEX* e ao repositório da *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus*.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: A NATUREZA DOS ARQUIVOS PESSOAIS E DO TRABALHO ARQUIVÍSTICO

Notas iniciais

Apesar de os documentos de arquivo pertencerem ao mundo das coisas, eles não se reduzem a elas, tendo em vista que os arquivos sempre se vinculam às pessoas: seus produtores/acumuladores (ao qual se ligam por seu alto grau de instrumentalidade); seus gestores (os sujeitos profissionais que providenciam seu tratamento e uso); seus usuários (sujeitos que, guiados por suas necessidades informacionais, fazem uso dos documentos para fins diversos). A ciência que deles se ocupa, a Arquivologia, se insere no domínio das ciências sociais aplicadas, guiando-se, portanto, pela investigação de problemas que, de alguma maneira, afetam as sociedades, buscando sua compreensão e a proposição de ações baseadas nas necessidades dos sujeitos sociais para o aperfeiçoamento de seu meio. Por isso, conforme os documentos de arquivo se ligam às pessoas estão, indissociavelmente, atrelados às sociedades, uma vez que os sujeitos humanos coexistem em grupos culturais, habitam lugares e erigem instituições pelas quais organizam seus costumes, produtos e crenças.

O sujeito profissional que assume a tarefa de gerenciar os produtos documentais das ações humanas deve ter em mente que o faz a partir dessa perspectiva: trata documentos que estão vinculados às pessoas que, igualmente a ele, pertencem a contextos sociais. Esta perspectiva, inteligível nos dias atuais, foi reforçada pelo paradigma científico emergente na década de 1980 que ao contrapor-se ao modelo de racionalidade que presidiu a ciência moderna (que buscava por previsões fiáveis e leis universais), passou a considerar que todo conhecimento advém da experiência humana. A Arquivologia enquanto área do conhecimento científico, desde a afirmação de seu estatuto científico no século XIX, esteve atrelada a um modelo patrimonialista e tecnicista, em grande parte vinculada à corrente Positivista, que buscava a estruturação de princípios que garantissem a sua cientificidade e a neutralidade de seus praticantes, como o Princípio da Proveniência e da Ordem Original. Seu desenvolvimento enquanto área científica, conforme salienta Tognoli (2010, p.25), foi marcado por publicações de manuais que a ajudaram a firmar-se enquanto disciplina autônoma, por meio da postulação de regras e métodos, inicialmente delineada por ordem pragmática. Contudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, novas reflexões foram propostas por grupos de arquivistas que questionaram a pretensa imparcialidade dos documentos de arquivo e a suposta postura

neutra dos profissionais arquivistas, à semelhança dos trabalhos do canadense Terry Cook (1947-2014). Essas novas discussões impuseram importantes debates acerca do papel dos arquivistas na construção de memórias e na produção de discursos legitimados e legitimadores.

Considerando que esta dissertação tem como mote principal a difusão de espaços detentores de arquivos pessoais integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, entende-se que as discussões levantadas devam levar em consideração a complexidade do gerenciamento arquivístico de difusão e acesso a partir deste panorama social e científico. A comunidade arquivística, tanto acadêmica quanto profissional, tem reconhecido, cada vez mais abertamente, o dever social dos arquivos e da profissão do arquivista, buscando promover o acesso aos arquivos como direito social e pleno exercício dos direitos culturais e de cidadania, rompendo com a cultura da opacidade (caracterizada por um posicionamento conservador que se restringe à manutenção dos acervos e a espera de interposição de demandas). Esses debates são determinantes para se pensar a difusão arquivística, já que seu planejamento e execução não podem estar alheios às concepções teóricas e procedimentos técnicos da área, aos recursos tecnológicos de um tempo e aos valores ideológicos de uma época.

Sendo assim, quando falamos em difusão de arquivos é necessário ter em mente dois aspectos: a observância à natureza arquivística dos documentos que serão difundidos e que se tornarão acessíveis por meio das ações de difusão, e a natureza do trabalho arquivístico em decorrência das problematizações propostas pelos movimentos críticos da Arquivologia, sobretudo após a década de 1980. No primeiro caso, tem-se a vital necessidade de identificar e conceituar as características fundamentais que distinguem um documento de arquivo e determinam as decisões em nível de seu gerenciamento; no segundo, a cultura institucional do espaço de custódia e a cosmovisão dos responsáveis por este gerenciamento são determinantes para o estabelecimento das escolhas estratégicas de difusão e acesso.

1.1- A natureza do documento de arquivo

Para que se entenda as implicações do termo “natureza arquivística” é salutar o retorno ao início, isto é, aos fundamentos. Se, por um lado, documento é qualquer base de conhecimento fixado materialmente em um suporte e suscetível de ser utilizado para informação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.132), por outro, os documentos de arquivo recebem uma definição qualificadora que os distingue das tantas possibilidades de documentos. Documentos de arquivo são criados e acumulados no decurso de atividades rotineiras de pessoas físicas e jurídicas e, por isso, conforme Heloísa Bellotto (2014, p.332), sua qualidade primordial é a de ser prova,

por explicitar o vínculo originário entre o documento e a entidade que o produziu (sua gênese), fixando sua identidade em relação a seu criador[4]. Sendo assim, ao nos referirmos à "natureza arquivística" de um conjunto documental estamos, na verdade, fazendo uso de um termo qualificador das origens deste, uma vez que não ocorre nascimento de documento arquivístico fora do seu lugar de proveniência e organicidade (BELLOTTO, 2014, p.335).

Ana Célia Rodrigues (2010), em seu texto intitulado "Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura", afirma que a característica essencial dos documentos de arquivo é sua natureza probatória, pois "conservam registros de ações e de fatos como prova da gestão que os produziram, dos quais são produtos naturais" (RODRIGUES, 2010, p. 175). Neste sentido, o estatuto probatório do documento reside na relação entre este e seu produtor, sendo que o que define e diferencia o documento arquivístico "é principalmente a relação que tem com o resto do conjunto documental, denominado vínculo arquivístico[5]" (RODRIGUES, p.178). Deste modo, ressalta-se que o termo natureza arquivística é utilizado neste trabalho para designar aquilo que é essencial, ou seja, aquilo que está atrelado à condição própria de existência dos arquivos: seu caráter orgânico e cumulativo (evidenciado pelo vínculo arquivístico).

O arquivista norte americano Theodore Schellenberg (2006, p.37-38), no segundo capítulo do livro *Arquivos Modernos* (publicado originalmente em 1956), afirma que três elementos são cruciais para se entender a natureza arquivística: 1) a razão pelas quais os documentos foram produzidos e acumulados; 2) os valores pelos quais os arquivos são preservados; 3) a custódia ininterrupta dos documentos (sendo este último elemento preconizado algumas décadas antes, por Hilary Jenkinson).

1.1.1- Razão de produção e acumulação dos documentos

As razões pelas quais os documentos são produzidos e acumulados estão diretamente relacionadas à consecução de algum objetivo por parte de seu produtor. Segundo Schellenberg (2006, p. 45), os Arquivos[6] possuem acervos formados de maneira orgânica por advento das atividades de um produtor (possuem uma fonte que pode ser o governo, a instituição ou a pessoa

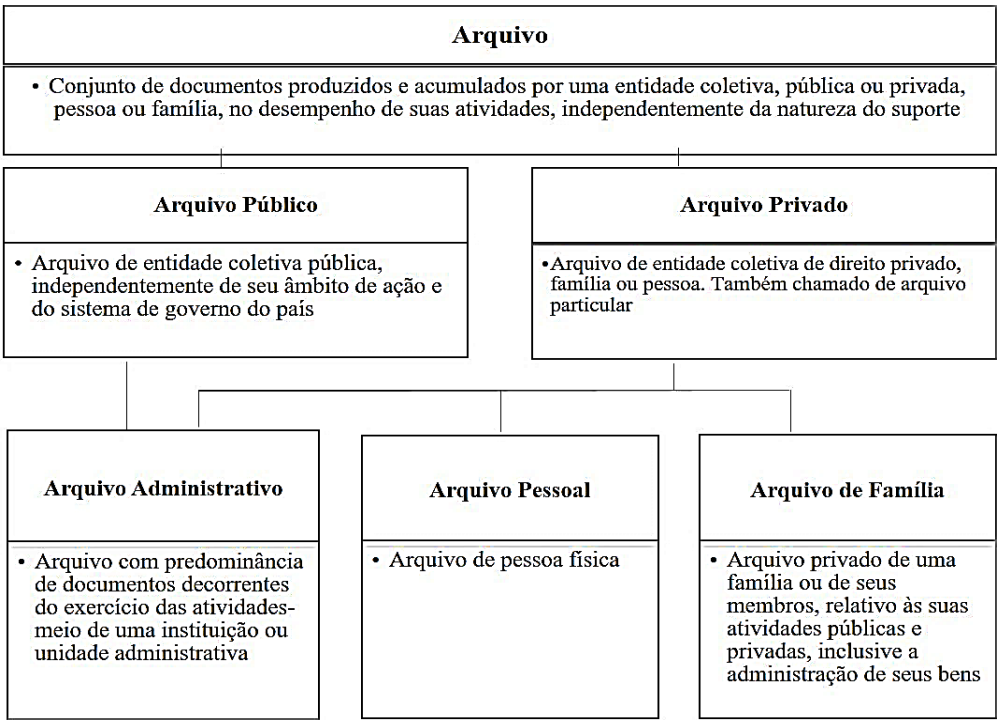
[4] Bellotto (2006) esclarece que daí decorre o duplo viés do documento arquivístico: são tanto prova (da execução de uma atividade) quanto informação (esclarecimento sobre ela), sendo que é o caráter instrumental que lhes garante a possibilidade de serem usados como provas jurídicas e fontes de conhecimento retrospectivo.

[5] Luciana Duranti (1997) salienta que os arquivos são formados como sedimentação documental do desenvolvimento de uma atividade prática e constituem-se, assim, conjuntos de documentos unidos entre si, reciprocamente, por um vínculo original e necessário, pelo qual cada documento condiciona os demais e é por eles condicionado.

[6] Neste trabalho, empregaremos a inicial maiúscula sempre que o termo "Arquivo" remeter à ideia de instituição.

a que serve), não sendo, portanto, organismos colecionadores. O processo de formação de arquivos é um fator distintivo deste tipo de acervo: enquanto acervos de Bibliotecas e Museus, por exemplo, são adquiridos de variadas fontes, acervos arquivísticos são formados pelo acúmulo de documentos por um determinado organismo. Esta diferenciação, segundo Schellenberg (2006, p.48), implica na distinção de métodos de tratamento desses materiais. Se por um lado bibliotecários e museólogos tratam seus materiais peça a peça, segundo um sistema lógico e guiando-se pelo assunto, arquivistas avaliam os seus materiais em relação ao todo, buscando tratar os documentos a partir de sua proveniência e em relação às funções da entidade criadora.

Figura 1: Abrangência do conceito de "arquivo"



Elaborado pela autora, com base em Arquivo Nacional (2005)

Quando uma entidade produtora/acumuladora, seja ela pessoa física ou jurídica, gera documentos no decorrer de suas funções, tem-se um conjunto documental orgânico e estruturado que se diferencia de outros conjuntos igualmente orgânicos e estruturados que possam corresponder a outros produtores/acumuladores. Michel Duchein (1986, p.14-15) salienta que este conceito, denominado fundo arquivístico, foi proposto pelo historiador francês Natalis de Wailly, em 1841[7], preconizando o agrupamento dos documentos provenientes de

[7] Conforme salientam Jean Yves Rousseau e Carol Couture (1998, p.80-81), as intenções de Natalis de Wailly ao criar esse princípio, muito provavelmente, eram de ordem administrativa, para que os documentos fossem organizados tendo em conta seu organismo produtor. No entanto, a partir do entendimento do fundo arquivístico

uma mesma administração, instituição ou pessoa, sem que eles fossem misturados aos demais, sob a justificativa de que a dispersão de documentos por comodidades práticas e intelectuais, rompia com seus elos de proveniências. Anteriormente à sua proposição os arquivos eram considerados por administradores e pesquisadores independentemente de seu contexto de produção, perspectiva esta que imprimia severos prejuízos em nível de tratamento e uso destes documentos, por promover o seu desmembramento. Por isso, Heloísa Bellotto (2006, p. 162) adverte que o entendimento conceitual e a identificação do fundo são fundamentais para a reflexão e a prática em arquivos, e elemento distintivo para se reconhecer a natureza arquivística de um conjunto documental, sobretudo em contexto de espaços de documentação onde há acervos de inúmeras proveniências e grandes aglomerados de documentos.

A natureza dos documentos de arquivo está, portanto, inevitavelmente ligada à sua gênese, isto é, ao entendimento do seu contexto de produção: quem os produziu, em que tempo e circunstância, a partir de quais procedimentos e para quais finalidades. A gênese é, portanto, essa relação indissociável que um documento de arquivo tem com a ação que lhe deu origem, a partir de uma simbiose entre o produtor, o contexto de produção e o documento gerado. Deste modo

> (...) é essencial para a apreciação de um documento qualquer, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por quais meios chegou até nós. Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documento que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outras proveniências, mesmo que esses se refiram ao mesmo objeto (DUCHEIN, 1982, p.17).

Os arquivos são formados, portanto, em decorrência das necessidades de seus produtores/acumuladores. Isso significa que o caráter de prova e de veracidade de um documento arquivístico depende das suas circunstâncias de criação e preservação, e que estas estão inextricavelmente ligadas às propriedades desses registros, a partir das cinco características elencadas por Luciana Duranti (1994, p. 51): organicidade, imparcialidade, autenticidade, naturalidade e unicidade.

---

enquanto fundamento teórico para os arquivos, constitui-se o princípio da proveniência enquanto base sólida que confere personalidade disciplinar para a arquivística, imprimindo uma maneira original de abordar os arquivos, impedindo a ocorrência de erros irreparáveis, como o tratamento por assunto ou o desmembramento de documentos.

Quadro 1: Características do documento de arquivo

Organicidade	Também conhecida como Inter-relacionamento, consiste nas relações que os documentos mantêm entre si e com as atividades geradoras. Para Luciana Duranti (1994, p.52), isso equivale a dizer que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente sobre os atos passados, tendo em vista que são interdependentes no que se refere a seu significado e sua capacidade comprobatória. Conforme Bellotto (2006, p. 152), a organicidade é o axioma base da prática arquivística, já que é por meio dela que se compreende a relação entre o documento individual e o conjunto no qual ele se situa geneticamente.
Imparcialidade	Provavelmente, é o atributo mais polêmico dentre aqueles destacados para caracterizar o documento arquivístico (sobretudo em tempos de questionamento de autoridades). Hilary Jenkinson, ainda em 1922, afirmou que um registro arquivístico é imparcial por não ser produzido com a finalidade específica de corresponder aos interesses especulativos de pesquisa, e se mantém autênticos por serem preservados sob custódia oficial (JENKINSON, 1922, p.12). Para Luciana Duranti (1994, p.51), a atribuição da Imparcialidade parte da instrumentalidade do documento de arquivo, entendendo que ele fornece `provas credíveis sobre o fato que lhe deu origem, sendo livre dos interesses de pesquisa que possam ser imprimidos a ele no futuro. É exatamente essa instrumentalidade que lhe confere a prerrogativa de prova contundente e lhe permite o uso para a garantia de direitos e comprovação de informações, bem como o estudo pregresso das ações de um organismo na sociedade. Isso não significa, no entanto, que seu conteúdo seja sempre verdadeiro, afinal, conforme nos lembra Bellotto (2006, p.107), há casos onde a verdade diplomática não coincide com a verdade histórica. Corroborando com esta ideia, Ana Maria de Almeida Camargo (2009a, p.435) explica que isso ocorre graças à dupla condição do documento de arquivo: são sempre parciais em relação à entidade produtora (já que são parte constitutiva de suas ações) e imparciais em relação a seus usuários (pois não são parte constitutiva da lógica de pesquisa).
Autenticidade	Segundo Luciana Duranti (1994, p. 51), está vinculada à custódia de um documento arquivístico, isto é, ao fato deles serem criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados. Por isso, Ana Maria de Almeida Camargo (2009a, p. 435) explica que, assim como a Imparcialidade, a Autenticidade constitui-se prerrogativa dos documentos de arquivo e sobrepõe-se a seu conteúdo informativo, sendo responsável por seu status de "verdadeiro".
Unicidade	Para Luciana Duranti (1994, p. 52), diz respeito ao lugar único que um documento de arquivo assume na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. É interessante pensar nesse atributo, sobretudo, quando há cópias de documentos em arquivos, tendo em vista que eles assumem significados diferentes de acordo com o lugar que ocupam na dinâmica de produção/acumulação dos documentos. Um mesmo contrato pode atestar tanto uma compra quanto uma venda, afinal isso se deve ao "(...) fato de o documento de arquivo 'impor-se a si mesmo' a partir do lugar físico ou lógico, em que a referida função originária se exerceu" (CAMARGO, 2009a, p. 428- 429).
Naturalidade	É caracterizada por Luciana Duranti (1994, p. 52) pela cumulatividade dos documentos de arquivo no decurso das transações de seu produtor, e de acordo com suas necessidades. Na prática, a naturalidade com que os conjuntos de arquivos são acumulados é um elemento fácil de ser percebido. Por isso, Terry Eastwood (2016, p. 23-24) salienta que o contraste entre a naturalidade do processo de formação dos arquivos e a artificialidade da formação das coleções é frequentemente mencionada pela literatura da Arquivologia enquanto elemento distintivo da natureza arquivística dos documentos arquivísticos. Mesmo que a produção dos documentos seja natural, os processos pelos quais eles passam são sempre sociais, afinal "aqueles que criam e controlam arquivos são orientados por suas próprias necessidades e circunstâncias na organização e gestão documental e eles frequentemente as utilizam por razões ideológicas" (EASTWOOD, 2016, p.35). Entende-se, portanto, que apesar do caráter cumulativo que caracteriza sua formação, os arquivos não são auto gerenciados, sendo que a naturalidade de sua acumulação não deve ser confundida com a espontaneidade de sua gestão. Os documentos serão acumulados durante toda a existência de um agente produtor, seja ele físico ou jurídico, e haverá sempre a necessidade de intervenção para seu gerenciamento (criação, tramitação, avaliação, destinação, eliminação, arquivamento, preservação e difusão).

Elaborado pela autora (2024)

Os arquivos pessoais[8], categoria conceitual base desta dissertação, apesar de estarem arraigados na instrumentalidade não se restringem a ela. Eles são tão diversos quanto as pessoas que habitam o mundo, e os documentos que deles fazem parte são acumulados e mantidos por necessidades e decisões de seus acumuladores. Cada sujeito, dotado de sutis características que o tornam único, inserido em contextos culturais que lhe permitem compartilhar experiências e significados com tantos outros sujeitos únicos, produz e acumula uma infinidade de objetos que, paulatinamente, formam seu arquivo pessoal.

De acordo com Heymann (2009, p. 50), o contexto dos arquivos pessoais desloca a ênfase para o processo de acumulação dos documentos, onde não está em pauta apenas a necessidade e a vontade criadora, mas também o motivo da manutenção (intenção acumuladora):

> A resistência da arquivologia em se debruçar sobre a dimensão intencional da produção dos arquivos pessoais pode ser associada ao fato de a dinâmica de constituição desses conjuntos colocar em xeque preceitos básicos da disciplina. O mais diretamente afetado parece ser o atributo da "naturalidade" dos documentos de arquivo (...). Essa característica parece acomodar-se mal à acumulação operada por indivíduos, marcada mais pelo arbítrio e por distintas temporalidades do que pelo fluxo natural de documentos produzidos e recebidos. O atributo da "intencionalidade" dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de coleções (artificiais, inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também a dificuldade em incorporar essa dimensão à reflexão arquivística (HEYMANN, 2009, p. 51).

Os documentos acumulados por pessoas e que compõem os seus arquivos pessoais, conforme destaca José Francisco Guelfi Campos (2014, p.38-39), são de dois tipos: aqueles indispensáveis à vida cidadã que, por viabilizar as atividades quotidianas dos indivíduos, são produzidos segundo fórmulas bem definidas (como os documento de identificação e os cartões de vacinas); e aqueles de razões diversas, que representam as idiossincrasias do sujeito acumulador e que, portanto, não correspondem a quaisquer mecanismos de regulamentação para produção e acumulação (como os bilhetes e fotografias). No primeiro caso, tem-se um conjunto de documentos que foram paulatinamente acumulados em decorrência da viabilização de atividades rotineiras; no segundo, aqueles documentos cuja produção e acumulação não atendem necessariamente aos ditames do direito ou a fórmulas convencionadas. Por isso, o autor salienta que a produção e a guarda de documentos na vida privada obedece a dois impulsos: "necessidade e desejo ou- em outros termos- obrigação e vontade" (CAMPOS, 2014, p.43). O primeiro desses impulsos é mais facilmente absorvido pela teoria arquivística, na

[8] O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define "Arquivos pessoais" como um conjunto de documentos privados acumulados por um indivíduo, a ele pertencentes e dos quais pode dispor a seu bel prazer (CUNHA; CAVALCANTI, 2009, p.29).

medida em que se reconhece o caráter instrumental dos documentos de arquivo, bem como as razões pelas quais estes documentos são produzidos, acumulados e mantidos ao longo do tempo: para permitirem a efetivação de atividades e comprová-las. O segundo deles, por ser entendido como um "capricho" humano, relega os documentos, à condição de objetos dotados de intencionalidades, marcados por seu caráter banal e, muitas vezes, supérfluo, eleitos para construir uma imagem consciente de seu acumulador.

Figura 2: Razões para a acumulação de arquivos pessoais

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Campos (2014)

A teorização arquivística desenvolveu-se em torno dos arquivos públicos administrativos, cuja estrutura organizacional confere maior estabilidade para a aplicação dos princípios arquivísticos[9]. É exatamente pelo fato de a natureza dos documentos de arquivo ser referenciada pela literatura da área com base no estudo das práticas administrativas, segundo uma lógica puramente instrumental, que se repudia as mobilizações atreladas aos fatores emocionais que fazem parte da constituição dos indivíduos e que é própria do universo dos arquivos pessoais. A ênfase na intencionalidade, em larga medida, contribui para que se desconsidere o caráter natural inerente à necessidade humana de manifestar suas individualidades. Sobre isso, Campos comenta que

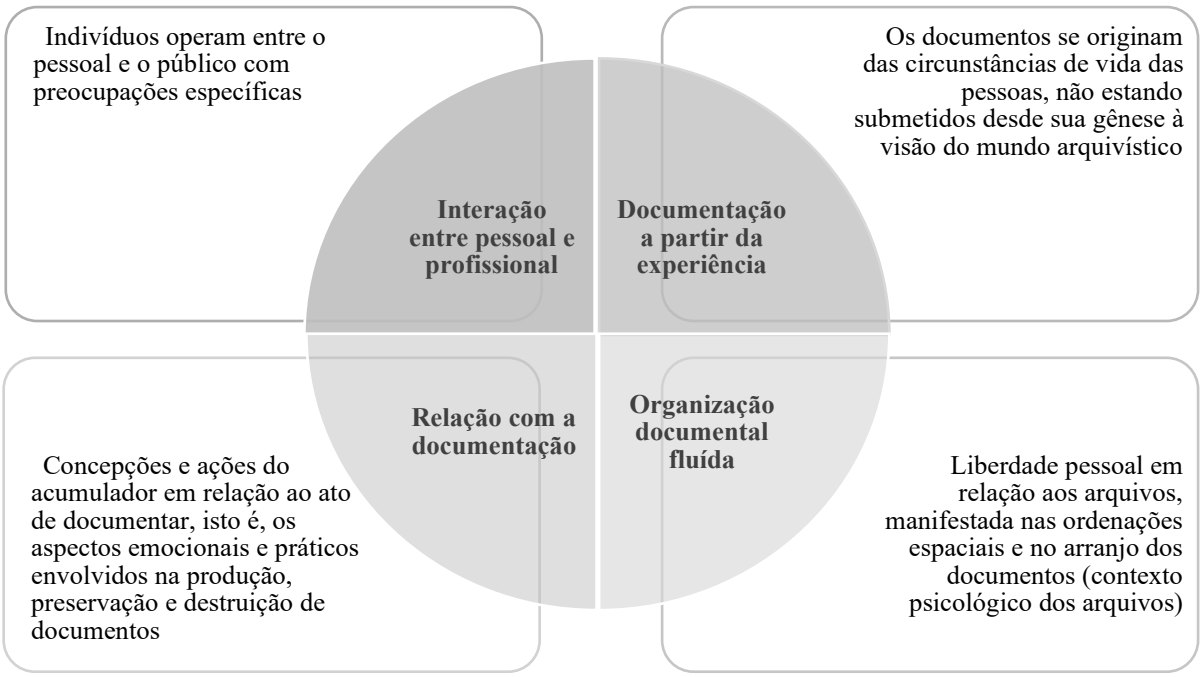
> Desqualificar a espontaneidade da constituição dos arquivos pessoais com base na mera observação de que a preservação de certos documentos decorrentes de fatos

[9] Os arquivos públicos são compreendidos como depósitos de documentos de interesse coletivo, na medida em que são produzidos nas esferas administrativas do poder público. Os arquivos privados, por sua vez, (universo ao qual os arquivos pessoais se inserem) são resultado da produção documental de instituições e pessoas "cujos documentos refletem os interesses ideológicos e jurídico-administrativos de determinada pessoa, a memória institucional no caso das empresas e no caso dos acervos pessoais a memória individual." (TOGNOLI, BARROS, 2011, p. 72).

> juridicamente irrelevantes decorre tão somente da vontade individual equivale a desconsiderar a naturalidade inerente à necessidade manifestada pelos seres humanos de materializar seus laços afetivos ou seus *hobbies* e idiossincrasias. Quem não preserva, além dos álbuns fotográficos, outros vestígios de entes queridos, como peças de roupas, armações de óculos, bilhetes, cartas, livros...? E quantos de nós não nos dedicamos ao colecionismo, por vezes, de artefatos os mais inusitados? Nenhum desses atos configura, à primeira vista, qualquer arbitrariedade em razão de perpetrar uma imagem de si perante os outros, até porque os arquivos permanecem, durante a vida de seu titular, resguardados em privacidade. São, portanto, ações absolutamente naturais (CAMPOS, 2014, p. 44).

Em face a esta realidade, Catherine Hobbs (2016) afirma ser necessário valorizar o que há de pessoal nas decisões que levam à criação e manutenção de arquivos pessoais, destacando a necessidade de compreensão de quatro aspectos relacionados às maneiras como os indivíduos produzem e se relacionam com os documentos: 1) interação entre o pessoal e o profissional; 2) documentação a partir da experiência; 3) relação com a documentação; 4) organização documental fluída e pessoal.

Figura 3: Maneiras como os indivíduos produzem e se relacionam com os documentos de arquivo



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Catherine Hobbs (2016, p. 318-325)

Em decorrência do crescente interesse pelos arquivos pessoais, paulatinamente, estes acervos têm encontrado lugar tanto na teoria arquivística quanto nas instituições de custódia (neste último caso, sobretudo em decorrência do reconhecimento de seu valor de pesquisa) viabilizando, assim, a reinterpretação dos princípios arquivísticos a fim de dar conta de uma nova realidade de gerenciamento e pesquisa. Neste sentido, o contexto (fundamento no qual a

Arquivologia se ancora) deixa de ser apenas o de produção e expande-se para os vários processos que dão origem à acumulação dos documentos por pessoas.

A contextualização dos documentos constitui um verdadeiro desafio para aqueles que lidam com arquivos pessoais, na medida em que é necessário recompor os variados contextos de acumulação que se ligam à trajetória de seu titular e que, muitas vezes, conforme salienta Lopez (2003), se afastam completamente da informação primária que os documentos veiculam:

> O verdadeiro desafio dos arquivos pessoais consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos/acumulados. (...). Tais desafios, por conta da possibilidade de guarda corrompida dos acervos pessoais, somada à organização documental sempre posterior à morte do titular, fazem dos arquivos pessoais um universo muito delicado do ponto de vista da arquivologia. Somente a árdua recomposição do contexto de produção documental (que muitas vezes se afasta completamente da informação primária do documento) é capaz de dotar tais acervos de significado arquivístico, resgatando a organicidade inicial dos documentos. (LOPEZ, 2003, p. 80).

Por isso, a atividade de pesquisa é fundamental para que se reconheça o lugar que os documentos ocupam nos arquivos das pessoas. É por meio dessa contextualização que os arquivos pessoais encontram espaço na teoria arquivística, desfazendo-se a falsa ideia de que são um acúmulo factício de documentos.

> Em Arquivologia, identificar é estudar a gênese do documento, associando-o à sua conjuntura social, e congregando causas e finalidades de sua existência. Ao idealizarmos um sistema de gestão documental, a Identificação deve ocorrer concomitantemente ao registro da informação, o que nortearia a classificação do documento e o controle de trâmite. Em arquivos pessoais, por outro lado, esse procedimento costuma ser aplicado após a incorporação do acervo em uma determinada instituição de custódia, haja vista que um indivíduo não costuma criar seu arquivo intencionalmente, tampouco demarca o contexto de produção dos fatos para registrar os seus atos (CAVALHEIRO, 2017, p. 142).

Essa identificação "viabiliza a racionalização do quefazer intelectual e técnico, uma vez que a pesquisa biográfica e funcional de um indivíduo tendencia a compreensão dos motivos pelos quais seus registros particulares foram gerados e arquivados" (CAVALHEIRO, 2017, p. 142)[10]. Não é sem razão que Ana Célia Rodrigues (2011, p. 120) chega a propor a Identificação como uma "oitava" função arquivística, pautada na investigação e sistematização de categorias que pudessem sustentar e estruturar um fundo, isto é, uma metodologia fundamentada no conhecimento do produtor e na análise das características internas e externas dos documentos (a fim de estabelecer seu vínculo arquivístico). A proposta de Ana Célia Rodrigues adequa-se perfeitamente ao contexto dos arquivos pessoais, tendo em vista que a atividade de pesquisa é

[10] Schellenberg (2006, p.160) admitiu que qualquer ação desempenhada pelo arquivista demanda análise e pesquisa, na medida em que todas as atividades arquivísticas encontram respaldo no estudo das origens funcionais dos documentos, responsáveis por informar quanto a sua proveniência e interrelações.

fundamental para a identificação dos documentos acumulados por pessoas e para a compreensão da lógica desta acumulação, e pode ser um primeiro e importante passo para o reconhecimento da natureza arquivística dos arquivos pessoais.

Conforme Abellás (2012, p. 80), entender a estrutura orgânica de um arquivo pessoal demanda a compreensão das múltiplas facetas do produtor do arquivo, isto é, os papéis que ele exercia enquanto acumulador de documentos. Reforçando esta ideia, Vianna, Lissovsky e Sá (1986, p. 68) salientam que a lógica dos arquivos pessoais reside nos atos subjetivos do sujeito acumulador de documentos, distinguidos em dois níveis: o da seleção (representada pelo resgate do documento) e o da articulação (o modo como ele é disposto no interior da coleção e que, portanto, lhe confere sentido)[11] (VIANNA, LISSOVSKY, SÁ, 1986, p.68). No primeiro caso, a lógica reside na eleição do documento e, no segundo, na operação que o conduz a um lugar no conjunto documental.

> O processo de acumulação é dinâmico, comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça de surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos possam fornecer (VIANNA, LISSOVSKY, SÁ, 1986, p.68).

A identificação menos imediata do sentido de acumulação dos arquivos pessoais contribuiu para que eles fossem referenciados pela literatura como coleções, fazendo com que eles passassem ao largo de importantes debates arquivísticos em torno de sua gênese, manutenção e uso.

> Cumpre observar que, de fato, dois autores clássicos, a saber, Sir Hilary Jenkinson ([1992], 1934) e Theodore Roosevelt Schellenberg ([1956], 2006), cujas obras se encontram na base do desenvolvimento da arquivística moderna, não consideram os conjuntos documentais acumulados por pessoas como arquivos propriamente ditos. Os termos pelos quais são designados, segundo a tradição inglesa, quais sejam *manuscripts* ou *papers*, fazem supor fragmentação e aleatoriedade no processo de produção e acumulação documental, fenômenos que obscureceriam a organicidade que, em princípio, caracteriza todo e qualquer arquivo (CAMPOS, 2014, p. 22-23)

Conforme salienta Rob Fisher (2018, p. 331), muitos dos princípios arquivísticos explorados pela literatura da área no século passado enfatizaram a desconexão entre a teoria arquivística e sua prática, relegando os arquivos pessoais aos cuidados de outras disciplinas. A própria noção de arquivo orgânico foi formalizada "mediante prática profundamente

[11] Conforme Vianna, Lissovsky e Sá (1986, p. 71), essa articulação é responsável por dotar os documentos de sentido arquivístico, podendo se dar por padrões de acumulação (não excludentes): Centrífugos (quando os documentos são capazes de espelhar as atividades funcionais do titular e, portanto, falam predominantemente do acumulador) e centrípetos (quando os documentos falam de outros, isto é, relacionados aos préstimos que são capazes de garantir para seu acumulador).

institucionalizada, ou seja, por meio de dispositivos legais, dispositivos administrativos, manuais de redação oficial" (TOGNOLI, BARROS, 2011, p. 67)[12]. No entanto, Luciana Heymann (2009) destaca que a ideia de um conjunto orgânico que reflete as atividades de um produtor pode não ser suficiente para explicar os processos de produção, acumulação, seleção e guarda dos arquivos pessoais, uma vez que

> a ideia da constituição de um conjunto orgânico de documentos, produto e reflexo das atividades da entidade produtora do acervo, tão cara à compreensão e à valorização dos arquivos públicos, parece adaptar-se perfeitamente aos arquivos privados institucionais, mas não nos parece suficiente para explicar o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo e muito menos as motivações e critérios que operam na seleção e guarda dos registros. Se o exercício de funções e o desempenho de atividades no domínio profissional podem, de alguma forma, ser aproximados do desempenho de atividades por um órgão ou entidade, ainda assim os critérios e as estratégias de guarda dos documentos podem ser bastante distintos (HEYMANN, 2009, p. 44-45).

As controvérsias em torno dos arquivos pessoais estiveram diretamente relacionadas ao esforço para seu enquadramento nos princípios da área, levando ao questionamento de sua natureza arquivística. No entanto, as mudanças paradigmáticas vivenciadas pelas ciências humanas e sociais a partir da década de 1970, contribuíram para que os arquivistas redirecionassem o olhar para um contexto sócio histórico ampliado, buscando compreender os documentos "como construções sociais e, como tais, moldados pelas práticas sociais que os produzem, acumulam e utilizam" (BORGES, 2021, p.83). Este viés da contextualidade, ancorado no entendimento dos documentos de arquivo enquanto integrantes da complexa cadeia comunicacional humana, demonstraram que seu valor não se reduz a sua razão utilitária, mas está imbuído de intencionalidades.

Contudo, apesar dessa similaridade (no que tange a capacidade de provar a existência dos organismos produtores e sustentar narrativas individuais e coletivas), é inegável que os arquivos pessoais resguardam particularidades quando comparados aos arquivos das organizações. Conforme nos lembra, com muita assertividade, Catherine Hobbs (2018), é necessário levar em consideração o "pessoal" no arquivo pessoal, uma vez que, ao documentar a vida dos indivíduos, eles se afastam da formalidade coletiva, pois "há nos arquivos pessoais uma intimidade inexistente no sistema formalizado, coletivo e corporativo de arquivamento" (HOBBS, 2018, 262).

> O contexto transacional do documento, embora importante, não oferece parâmetros suficientes para compreender e, portanto, avaliar os arquivos pessoais, simplesmente porque as pessoas em sua vida privada, ao produzirem seus documentos, não seguem

[12] Borges (2021, p. 47), salienta que, ao longo do século XX e princípios do século XXI, a Arquivologia manteve-se fiel à aplicação de princípios fundamentais, sendo que as poucas iniciativas relativas aos arquivos pessoais buscavam reforçar as singularidades destes.

> à risca programas, regras ou práticas (...). O contexto de criação do documento é o "indivíduo por si mesmo" (HOBBS, 2018, p. 266).

Por isso, para a autora, os arquivos pessoais não resguardam apenas evidências diretas, mas um construto de ideias onde não é possível encontrar as tais "provas de mim" apresentadas por Sue Mckemmish, mas sim "a prova dos objetivos mutáveis da vida humana" (HOBBS, 2018, 268).

Schellenberg (2006, p.270- 271) distingue dois tipos de conjunto de documentos de pessoas: aqueles provenientes de coleções orgânicas, e aqueles provenientes de coleções artificiais. As coleções orgânicas têm caráter natural, isto é, são formadas no curso dos negócios ou da vida de entidades privadas individuais ou coletivas e, portanto, são provenientes de uma única fonte. As coleções artificiais, por sua vez, são aquelas advindas de variadas fontes, reunidas para fins diversos, sem que os documentos sejam produtos de atividades de seus colecionadores, sendo constituídas depois de ocorridas as ações a que se relacionam. A definição de "coleção natural" de Schellenberg não contraria o conceito de arquivo convencionalmente adotado, sendo passível de uso similar. Essa substituição terminológica, segundo Campos (2022b, p. 28), se justifica pelo próprio contexto norte-americano que vinculou "arquivo" apenas aos documentos produzidos pela administração pública, tornando necessária a criação de um termo diferente para se referir aos arquivos privados acumulados por pessoas[13].

Em face a esta discussão, Michel Duchein (1982, p. 17) salienta que, diferentemente dos objetos que compõem as coleções, os conjuntos orgânicos não têm razão de ser isoladamente, uma vez que o documento de arquivo possui caráter utilitário que só se torna aparente se este documento for conservado em seu lugar de origem, isto é, dentro do conjunto de documentos que o acompanham. Por isso, um documento de arquivo não deve ser tratado como peça unitária, nem tampouco ser separado dos demais documentos que foram acumulados por uma pessoa física ou jurídica, uma vez que a fragmentação deste conjunto indivisível pode macular sua natureza arquivística. Sobre isso, Bellotto (2006) comenta que, mesmo um documento avulso não

> (...) se apresenta totalmente solto, nem no arquivo corrente, nem no intermediário, nem no permanente. Se assim fosse, seria posta em dúvida a grande especificidade dos documentos de arquivo a qual os diferencia dos outros documentos ditos de biblioteca ou de museu: a organicidade. Por isso, quando me refiro a documento unitário (unidade mínima), este se encontra dentro de um conjunto de outros que lhes são iguais tipologicamente e que só em conjunto documentam uma função ou uma

[13] É neste sentido que Rob Fisher afirma que "na família da teoria arquivística, o arquivo privado é o primo pobre do arquivo governamental" (FISHER, 2018, p. 328).

> atividade, qualquer que seja ela, da administração pública ou privada (BELLOTTO, 2006, p. 159).

No caso dos arquivos pessoais, mesmo que algumas peças se destaquem em relação às demais (por motivos diversos que vão desde sua raridade, estética, teor documental ou condição material), é necessário não perder de vista as razões que justificam a acumulação/manutenção por um indivíduo[14], afinal, como bem afirmou Ana Maria de Almeida Camargo, "arquivos pessoais são arquivos", (CAMARGO, 2009b, p.28) e devem ser tratados como tal. Este é um desafio que se faz presente na lida diária com arquivos pessoais, sobretudo quando estes são adquiridos por instituições de custódia de naturezas diversas (como é o caso dos museus e centros de memória), na medida em que o reconhecimento da natureza arquivística garante que suas funções originais não sejam destituídas, permitindo que os documentos sejam apresentados em seu contexto de acumulação.

A Resolução Normativa Ibram nº 14, de 11 de março de 2022, responsável por regulamentar a Declaração de Interesse Público de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização no Brasil, define os bens musealizados de caráter arquivístico como

> conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades específicas, independente da natureza dos documentos e suporte da informação, com valor histórico-cultural, probatório, informativo e legal (IBRAM, 2022).

A definição apresentada pela Resolução está alinhada à definição de arquivo apresentada pela lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil. Ao reconhecer os arquivos públicos e privados, frutos de acumulação individual e coletiva, enquanto detentores de valores probatórios (efeito legal) e informativos (efeito histórico-cultural) enfatiza a condição de bens culturais passíveis de musealização. Neste sentido, mesmo quando os documentos acumulados por pessoas integram as coleções museológicas, os processos de musealização[15] precisam ser capazes de reconhecer a natureza

---

[14] A título de exemplo: Ana Maria de Almeida Camargo (2014), durante a comunicação "Dar nome aos documentos: da teoria à prática", apresenta um caso específico de trabalho junto ao arquivo pessoal do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Ana Maria descreve os desafios de nomeação dos objetos desprovidos de referências textuais, citando o "Pau de chuva", objeto ofertado como homenagem à Fernando Henrique pelo embaixador da Guatemala, em 1998. Ela esclarece que, diante da ausência de informações, este documento arquivístico poderia ser apenas identificado como um objeto ritual, mas que sua função última (presente/homenagem) é o que realmente expressa a função que ele cumpre e que caracteriza aquele objeto enquanto documento de arquivo (razão de acumulação que justifica sua presença no arquivo de Fernando Henrique Cardoso).

[15] Quando falamos em "musealização" a associação direta nos induz a pensar que se trata de um processo de conduzir as coisas para os museus que, cerceadas por um espaço institucionalizado, se distinguem dos objetos do cotidiano. Mas, do ponto de vista sistemático, a musealização, conforme Mairesse e Desvallées (2011, p. 251), é um processo científico efetivado em várias etapas (seleção, aquisição, gestão, conservação, investigação e comunicação), pelo qual um objeto torna-se substituto da realidade ao qual fazia parte. Isso não significa a transferência de lugar, mas sua inserção em uma operacionalização que conduz a alteração do conceito deste

arquivística destes documentos, os relevando em seu duplo viés: relevantes por sua instrumentalidade e por seu valor informativo, e sempre dependentes de seu contexto de produção e acumulação.

1.1.2- Razões pelos quais os documentos de arquivo são preservados

Os documentos arquivísticos possuem tanto valor primário (baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores), quanto valor secundário (baseado nas utilizações não imediatas). Neste segundo caso, conforme salienta Schellenberg (2006, p. 38), a preservação dos documentos corresponde também a uma finalidade cultural, considerando que aqueles arquivos detêm valores informativos para pessoas estranhas à repartição de origem, sendo determinados a partir dos valores probatórios (relativos ao funcionamento do órgão produtor) e valores informativos (informação do documento)[16]. Rousseau e Couture (1998, p. 111-113) também reforçam o entendimento de que os documentos de arquivo passam por diferentes fases no ciclo vital -fase corrente, intermediária e permanente- sendo esta repartição realizada consoante o grau de requisição e frequência de uso dos documentos: arquivos em atividade (arquivos correntes, com alta taxa de uso pela entidade produtora), em semi-atividade (arquivos em pré-arquivamento, conservados por razões administrativas, legais ou financeiras e com menor taxa de uso), e em inatividade (em arquivamento definitivo, sem valor previsível no plano administrativo, legal e fiscal, mas com valor de testemunho).

Apesar de se reconhecer que os documentos de arquivo possuem valor primário e secundário, por muito tempo apenas o valor de prova e evidência justificou a conservação dos documentos de arquivo. Rousseau e Couture (1998, p. 157) destacam que foi somente no final do século XVIII e meados do século XIX que os documentos começaram a ser conservados por seu valor secundário (sobretudo para fins de investigação ou reconstituição histórica), sendo que, a partir de então, os documentos de arquivo passaram a ser preservados com finalidade social (resguardando-se o direito de uso informativo, como o científico e o cultural). Isso se dá pelo reconhecimento de que, com o passar do tempo, após o cumprimento das funções imediatas

objeto, que enquanto fonte de exposição, adquire uma realidade cultural específica. Deste modo, a musealização é sempre uma atividade ativa, que parte da identificação da musealidade de um objeto (o significado atribuído a ele para que represente algo).

[16] Para Schellenberg (2006, p.200-203), os valores informativos devem ser atribuídos a partir de três princípios fundamentais: Princípio da Unicidade (mediante inexistência de cópias do documento ou quando seu conteúdo não está expresso em outros); Princípio da Forma (verificação do grau de concentração dessa informação- se é intensiva ou extensiva); Princípio da Importância (avaliação subjetiva, portanto imponderável, pela qual se avalia a importância da informação).

para as quais os documentos foram produzidos, eles fornecem mais do que os valores de prova, dispondo de informações diversas que podem ser resgatadas pela atividade de pesquisa.

Os documentos provenientes de arquivos pessoais, em um primeiro momento, são determinados pela importância conferida pelo produtor/acumulador. Contudo, apesar de serem acumulados na esfera privada, eles podem ser preservados para além de seu uso imediato. A preservação e a transmissão dos documentos acumulados por pessoas, conforme Bellotto (2006, p. 258), ocorre quando o caráter informativo dos documentos é reconhecido, sendo necessário intenso exercício de sensibilização e persuasão para que estes acervos sejam resgatados para pesquisa. Sobre isso, a autora comenta que

> Na fase do uso primário, como acumulação e utilização em vida, o arquivo pessoal serve eminentemente ao próprio titular, em suas atividades de trabalho e para comprovação de sua existência civil, deveres cívicos, relacionamentos com pessoas e com instituições dentro e fora da vida intelectual. Passando à fase da preservação, estabelece-se o uso secundário cujo objetivo não é mais o jurídico ou profissional do próprio titular do arquivo e, sim, o da pesquisa científica, feita por terceiros. Aí a potencialidade informacional dos documentos transfigura-se e multiplica-se (BELLOTTO, 2006, p.267).

A justificativa para a manutenção dos arquivos pessoais passa a ser de ordem cultural, fundamentada nas dinâmicas sociais de construção de identidades e referências, e justificada pelo uso público dos documentos. Por isso, a tarefa do arquivista que lida com arquivos permanentes (sejam eles provenientes de pessoas físicas ou jurídicas) “adquire uma feição científica e social que convém explorar, em benefício seja da pesquisa histórica, seja da própria comunidade” (BELLOTTO, 2006, p.34).

1.1.3- Custódia dos documentos de arquivo

A custódia de documentos arquivísticos pode ser definida como a possibilidade de se comprovar a continuidade da guarda e proteção dos documentos de arquivo, sendo estes “guardados na sua totalidade, sem mutilação, modificação ou destruição não autorizada de uma parte deles” (SCHELLENBERG, 2006, p. 40). Conforme salienta Luciana Duranti (1995, p. 247), desde a antiguidade até o século XVIII, a criação e manutenção de documentos arquivísticos esteve sob tutela controlada, onde a simples criação de documentos por uma dada entidade não era suficiente para que eles fossem, mais tarde, utilizados como provas de suas ações, sendo necessário que alguma autoridade os reconhecesse como tal e os colocassem sob sua custódia.

Sem dúvidas, foi Hilary Jenkinson o precursor dos estudos sobre custódia arquivística. Segundo o britânico, os arquivos são partes materiais das transações administrativas e, portanto,

não emitem opiniões e nem expressam conjecturas sobre estas, apenas são autenticados por sua custódia. Para Jenkinson (1922, p.4), um documento só se torna arquivo mediante preservação em custódia oficial e, no caso de os documentos arquivísticos oficiais terem sua custódia interrompida, não seria mais possível garantir a autenticidade desses documentos. Neste sentido, fica claro que o conceito de custódia está diretamente relacionado aos procedimentos de controle de registro, tramitação e arquivamento de documentos, tendo em vista que "em situações em que não houve controle nos procedimentos e sobre a atuação dos funcionários, a possibilidade de os documentos serem usados no presente e no futuro pode ser questionada ou não ser considerada válida jurídica e administrativamente" (SILVA, 2015, p.148).

Desde Jenkinson, ficou estabelecido que a qualidade do arquivo é dependente da possibilidade de provar um percurso ilibado de custódia. Isso se dá porque os arquivos são transmitidos de um tempo para outro mediante sistemas de manutenção razoavelmente seguros[17] que garantem a custódia ininterrupta dos documentos e, por isso, o arquivista é, antes de tudo, um "oficial de custódia" (JENKINSON, 1922, p.41). Ele precisa ser capaz de garantir, por meio de procedimentos sistemáticos, a defesa física e moral dos documentos sobre sua custódia, impedindo que eles sofram qualquer tipo de adulteração, fraude ou vandalismo. Jenkinson formula suas teorias no contexto dos sistemas burocráticos (onde há uma relação impessoal entre o funcionário e a administração).

> A ideia de Jenkinson sobre o papel do custodiante, como um responsável pela defesa física e moral, isto é, no sentido de proteger a autenticidade dos documentos, significa que esse custodiante tem um compromisso com os próprios documentos e não com os criadores nem com os usuários. Essa seria sua finalidade impessoal e funcional (SILVA, 2015, p.152).

Conforme destaca Rob Fisher (2018, p. 337), Jenkinson refletiu sobre a produção e tratamento de arquivos em um contexto muito específico, anterior às Grandes Guerras Mundiais e sem que o mundo houvesse conhecido o aumento exponencial da produção documental. Suas discussões centraram-se na preservação do contexto e da integridade dos documentos, defendendo a inviolabilidade da evidência e a garantia da imparcialidade. O autor salienta que, sob este aspecto, Jenkinson considerava os arquivos pessoais problemáticos, pois seriam produzidos, em sua maioria, fora do âmbito das atividades oficiais e, frequentemente, teriam

[17] Jenkinson (1922, p.42) não nega, no entanto, a existência de conjuntos arquivísticos em outras instituições (como os museus), mas salienta que mesmo que seus proprietários reouvessem os documentos originais, a custódia não poderia ser retomada. Para tanto, o autor sugere que aqueles museus que adquirissem coleções arquivísticas informassem em seus catálogos a procedência de seus documentos. A prestação dessas informações é importante, conforme Bellotto (2006, p. 58) porque não se entende por conteúdo apenas a mensagem dos documentos, mas todos os seus aspectos substanciais: a proveniência, a função do documento em seu contexto de produção, a ação ou fato implícitos.

sua custódia interrompida ao serem retirados de seu contexto de preservação natural (quando transferidos para instituições de custódia). Sobre a perspectiva da transferência de custódia de arquivos privados adotada por Jenkinson, Fisher comenta que

> (...) Talvez ele seja desconfiado demais, embora os arquivistas privados saibam que os doadores terão diversos graus de influência na edição ou seleção dos documentos antes de sua doação a um arquivo. A aquisição arquivística quebrava a sequência da custódia ou propriamente, tirando os documentos do contexto de produção e comprometendo a autenticidade (FISHER, 2018, p. 338).

Margareth da Silva (2015, p. 155) destaca que Schellenberg, diferentemente de Jenkinson, refletiu sobre a custódia arquivística privilegiando o potencial de uso dos documentos após a averiguação de seu valor testemunhal e de pesquisa (que permitiria a passagem dos documentos para a categoria de arquivos permanentes). Tanto Jenkinson quanto Schellenberg, não se aprofundaram teoricamente no domínio dos arquivos privados e pessoais, mas exerceram forte influência sobre as atuações arquivísticas nestes espaços, na medida em que "ao negarem um caráter evidencial aos arquivos privados, eles traçaram uma linha retórica separando-os dos arquivos governamentais" (FISHER, 2018, p. 352) e, de certa maneira, contribuíram para a criação de definições a partir do apontamento das diferenças.

Quadro 2: Elementos caracterizadores dos arquivos privados em comparação aos arquivos públicos (com foco nos arquivos pessoais), segundo Jenkinson e Schellenberg

Autores	**Produção**	**Custódia**	**Aquisição/Preservação**
Jenkinson	Não oficial	Envolve transferência de propriedade e, portanto, diminui a confiança com relação à autenticidade	Retira os documentos de seu contexto de produção e, portanto, não está pautada em razões arquivísticas
Schellenberg	Espontânea, não sistemática e subjetiva	Não são recebidos por transferência, mas adquiridos por compra ou doação	Não são preservados por seu valor evidencial, mas sim pelo valor informativo

Elaborado pela autora, com base em Fisher (2018, p. 340-348)

Renata Borges (2021, p. 24), em sua tese de doutorado, salienta que a dicotomia pessoal/institucional é uma construção apoiada na custódia como estratégia de controle, poder e fortalecimento das instituições arquivísticas dos séculos XIX e XX. Ela salienta que, desde a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses (1898), a definição de arquivos, por estar restrita à permanência dos documentos no órgão produtor, excluía os arquivos pessoais e familiares (BORGES, 2021, p. 29). Desde então, a definição dos arquivos esteve alheia aos

documentos acumulados por pessoas, estando eles "relegados a uma zona obscura no que toca ao seu lugar no desenvolvimento da teoria e da prática nas instituições arquivísticas" (CAMPOS, 2017, p.42).

Em um primeiro momento, os arquivos de pessoas, por estarem ligados conceitualmente à vida de seus acumuladores, têm a custódia pautada nas decisões destes e nas casualidades da vida (tendo em vista a ausência de políticas e diretrizes que orientem os processos de criação, manutenção e destinação de documentos no seio familiar). Há momentos em que os arquivos de pessoas se tornam vulneráveis e sujeitos ao rompimento de sua custódia: quando o acumulador desinteressa-se pela continuidade de sua manutenção, ou ainda, quando, por estar atrelado à vida de seu acumulador, sujeita-se a amargar o mesmo destino de seu titular após a sua morte, e passa a figurar como um amontoado de coisas sem qualquer serventia para outrem. Contudo, quando preservado em decorrência do reconhecimento de seu valor informativo (no todo ou em partes), o conjunto de documentos pode ser encaminhado para instituições de custódia e acesso (pelo próprio acumulador ou pelos seus herdeiros de direito).

É no momento em que se reconhece a importância dos conjuntos documentais acumulados por pessoas enquanto fontes de informação para/sobre sujeitos e grupos sociais que estes acervos recebem distinção e podem ser encaminhados para instituições de custódia documental. Segurando Ana Maria de Almeida Camargo (2009b, p. 34), essas instituições, ao se responsabilizarem pelo tratamento técnico especializado e garantia de acesso, precisam assegurar o vínculo de correspondência entre os documentos e seu produtor, tornando inteligível essa relação *sui generis*[18].

Vale destacar, ainda, que o reconhecimento da relevância dos documentos acumulados por pessoas não se restringe unicamente à distinção por meio de um estatuto legal (a declaração de interesse público e social), ou mesmo por meio de um reconhecimento institucional (por meio da aquisição de acervo por instituições de custódia), considerando-se que a ausência de regulamentos e políticas institucionais (realidade comum nas instituições brasileiras) contribui para decisões arbitrárias pautadas em conveniências.

[18] Mas, também a atuação arquivística neste contexto é questionável. Heloísa Bellotto (2014, p. 108) ao escrever uma resenha sobre o texto de Richard Cox "A*rchives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*", destaca o questionamento do autor acerca do futuro dos arquivos pessoais, salientando a preocupação com relação à transferência desses arquivos para instituições arquivísticas de custódia. O autor questiona, por exemplo, se não seria mais conveniente incentivar a manutenção da custódia familiar, de modo que os arquivistas se limitassem, unicamente, a orientar os responsáveis com relação às boas práticas de tratamento e preservação de acervos. Ele ressalta, no entanto, um grande dilema da profissão do arquivista com relação aos arquivos pessoais: auxiliar e instruir o exercício amador da preservação arquivística, ou lutar pela aquisição desses acervos em instituições de custódia documental.

O debate acerca da custódia arquivística adquiriu novos contornos a partir da década de 1990, em meio a informatização dos processos de trabalho, o crescimento da produção de documentos nato digitais e as consequentes necessidades de gestão e preservação destes. As questões relacionadas à obrigatoriedade de um local oficial para o exercício da tutela e manutenção da custódia foram problematizadas (os arquivos "sem paredes", de Terry Cook). A custódia responsável, de acordo com Margareth da Silva (2015, p. 164), passou a ser pensada para além das condições físicas de guarda dos documentos, tendo em vista que um bom sistema de registro, classificação e arquivamento garantiria boas condições de preservação dos vínculos arquivísticos por parte da entidade custodiadora[19]. Neste sentido, a custódia não é considerada como fim da instituição e trabalho arquivístico, mas um meio para a prestação de serviços mais qualificados, segundo o que se convencionou chamar de "paradigma pós-custodial"[20]. A atuação do profissional arquivista ganha destaque neste contexto, pois ele é o profissional responsável pela preservação dos vínculos que garantem a natureza arquivística dos documentos acumulados, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, de direito público ou privado, independentemente do suporte documental e da fase ocupada no ciclo vital.

Ademais, conforme aponta Terry Cook (1998, p.141), o par de oposição arquivos fruto da administração pública (caracterizados como acumulações naturais, orgânicas e inocentes) e os arquivos acumulados por pessoas (referenciados como artificiais, antinaturais, arbitrários e parciais), se torna uma falsa dicotomia. O arquivista canadense salienta que os movimentos acadêmicos de vertente crítica que se desenvolveram na segunda metade do século XX promoveram importantes discussões em torno da construção da memória e revelaram as intencionalidades inerentes ao processo de produção e manutenção de arquivos. O autor assume que todos os atos de recordação da sociedade, independentemente de sua natureza, são subordinados à cultura e estão ligados ao seu tempo, questionado a alcunha dos arquivos enquanto produtos desinteressados da administração, os processos de avaliação, arranjo e

[19] De certa forma, este debate subverte a lógica tradicional da custódia. Conforme salienta Luciana Duranti (1995, p.243), desde a jurisprudência romana (onde tinha-se um local público para preservar as escrituras sob a jurisdição de uma autoridade), sempre houve uma ligação conceitual entre a custódia de documentos de arquivo e seus locais de preservação. Até então, o espaço arquivístico era concebido como um lugar capaz de conferir autoridade aos documentos, garantindo a preservação de sua autenticidade. Duranti (1995, p.251-54) também chama atenção para o fato de que se atribuiu aos arquivos a função de garantir que os documentos não sejam alterados, agindo como um "terceiro neutro" que se responsabiliza pela manutenção da autenticidade dos documentos (assegurando que todas as suas relações sejam mantidas intactas), servindo de ponto de referência social e garantindo que o cidadão exerça seu direito de uso dos documentos de arquivo.

[20] Upward e Mckemmish (1994, p. 137-143) destacam que, em 1993, as visitas de David Bearman e Terry Cook à Austrália apresentaram a emergência deste novo paradigma para os arquivistas australianos que passaram a se preocupar muito mais com a defesa moral dos documentos (em face à nova realidade digital) do que propriamente com sua custódia física, fundamentando-se na integridade do trabalho arquivístico (atuação contínua desde a criação do documento até a viabilização de seu acesso) (UPWARD; MCKEMMISH, 1994, p.143).

descrição como isentos de valores e a pretensa neutralidade do profissional arquivista. Sobre isso, ele comenta que

> Nenhum texto é um mero e inocente subproduto da ação como Jenkinson afirmava; ao invés, trata-se de um produto consciente construído, embora essa consciência possa estar tão transformada em padrões semiconscientes ou até inconscientes de comportamento social, processo de organização e apresentação de informação, que a conexão com a realidade externa e as relações de poder ficam muito escondidas (COOK, 2012, p.128).

Segundo esta perspectiva, o arquivo- seja pessoal ou administrativo- passa a ser visto como um fenômeno dinâmico, no qual diversos atores interagem ao longo do tempo, sendo o trabalho arquivístico imbuído de responsabilidade social, isto é, pautando-se no ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, e buscando desenvolver uma conduta profissional ética e humana.

1.2- A natureza do trabalho arquivístico

Conforme salientado até aqui, a Arquivologia até meados do século XX, sobretudo por influência dos postulados de Hilary Jenkinson, defendia que os arquivos eram subprodutos naturais da administração e, por isso, não admitiam qualquer interferência do arquivista. No entanto, com os avanços tecnológicos do século XX e o aumento da produção documental no pós-guerra, houve a necessidade de racionalizar a produção documental e a avaliação foi apresentada por Schellenberg como uma estratégia para lidar com as massas documentais. A atribuição de valores (primários e secundários) e as decisões acerca do dever de preservação conduziram às mudanças na própria concepção do trabalho arquivístico, dividindo os arquivos entre administrativos e históricos, e distinguindo a figura do arquivista e do gestor de documentos.

No entanto, essa maneira fragmentária de abordar os arquivos impactou no entendimento da completude dos conjuntos documentais e dos trabalhos arquivísticos, de modo que vários estudos passaram a ser realizados no Canadá[21], a partir da década de 1980, propondo a (re)integração dos arquivos administrativos e históricos, bem como dos profissionais atuantes

[21] A partir do início do século XIX o Canadá buscou a construção de um censo de nacionalidade (em decorrência da pluralidade cultural do país), sendo que o governo se preocupou com o tratamento de suas fontes históricas, fazendo com que vários documentos dos órgãos coloniais (britânico e francês) fossem copiados pelos arquivistas, fato este que aumentou significativamente os fundos dos arquivos canadenses. Estes documentos, apesar de não serem oficiais, eram colocados no mesmo patamar dos arquivos oficiais, pois o que realmente importava era a informação e não propriamente o documento. Essa tentativa de estabelecer uma memória e história nacional "a todo custo", desconsiderou vários princípios arquivísticos, pois as informações abarcadas pelos documentos valiam mais do que a autenticidade diplomática desses registros. Esse fenômeno conduziu a diversas discussões teóricas e novas formulações para a área. Para mais informações, ver: (TOGNOLI, 2010).

nestes contextos. Estes estudos, conforme Tognoli (2010, p. 13-14), buscavam a “redescoberta” da proveniência (entendimento da contextualização do documento, sua função, seu criador e o papel na instituição que o criou). Este cenário abriu margem para três abordagens: 1) Arquivística Integrada (na qual os estudos eram baseados na realidade europeia dos arquivos históricos e nas abordagens norte americana de gestão documental, propondo que a Arquivologia deveria dar conta de todo o ciclo documental); 2) Arquivística Pós Moderna (também conhecida como Arquivística Funcional, focada nos processos e nos contextos de criação dos documentos e na relação dos usuários com os criadores dos documentos); 3) Diplomática Arquivística (englobando o corpo teórico e metodológico da Diplomática Clássica, com foco na evidência documental).

O arquivista canadense Hugh Taylor (1984), considerado um dos precursores da Arquivologia Pós Moderna, advertiu sobre os impactos da atuação do arquivista na produção da história científica, a partir do século XIX, mediante o uso dos documentos por historiadores. Taylor (1984, p.27-28) salienta que, se, por um lado, a parceria entre arquivistas e historiadores ajudou no avanço do conhecimento sobre a complexidade dos assuntos humanos e as singularidades dos indivíduos, por outro, a história científica trouxe uma ideia de pretensa imparcialidade do papel dos arquivistas enquanto guardiões de fontes. Neste sentido, o autor chama a atenção para os perigos do desvio histórico da profissão do arquivista, que muitas vezes era visto como um oficial da pesquisa histórica. Apesar de reconhecer a importância da erudição do trabalho arquivístico, insiste que os arquivistas devam estar presentes em todas as fases do ciclo vital dos documentos, atentos às finalidades administrativas e preparados para a pesquisa histórica. Por isso, nega a ruptura entre os arquivos correntes e aqueles de arquivamento permanente, sugerindo que

> não há, na realidade, nenhuma ruptura entre o documento "atual" e o "arquivístico" e que isso é uma ficção do método histórico. Há uma necessidade urgente, tanto do governo quanto do público, de uma recuperação mais eficaz e de um treinamento arquivístico que reconheça esse continuum e que possa fornecer especialistas em informação de calibre apropriado para trabalhar tanto em departamentos quanto em arquivos. Esse princípio se aplicaria igualmente a grandes instituições do setor privado. Essa ação tiraria a profissão do "desvio histórico" e a levaria de volta aos níveis administrativos de manutenção de registros departamentais e entre os formuladores de políticas, aos quais pertencemos (TAYLOR, 1984, p.34. Tradução nossa)[22].

[22] No original: I would like to suggest that there is in reality no break between the "current" and "archival" record and that this is a fiction of the historical method. There is a pressing need by government and public alike for more effective retrieval and for an archival training which recognizes this continuum and which could provide information specialists of appropriate calibre to work both in departments and in archives. This principle would equally apply to large institutions in the private sector. This action would take the profession out of the "historical shunt" and back into the administrative levels of departmental record keeping and among the policy makers where we belong (TAYLOR, 1984, p.34).

Isso implica no entendimento do arquivo enquanto fenômeno complexo, situado em uma cadeia de processos, que abrange um amplo espectro desde a sua criação (em função de processos que lhes dão estrutura -contexto e forma), até a sua destinação (eliminação ou preservação em caráter permanente), sendo que qualquer atuação em nível de gerenciamento deve considerar este *continuum* de criação, processamento e uso dos documentos de arquivo.

Discussões desse tipo impactaram, decisivamente, no julgamento de uma pretensa imparcialidade do profissional arquivista. Para Hugh Taylor (1984, p.35), quando Hilary Jenkinson declarou que um arquivista não deveria ser um historiador, o que estava em pauta era o fato de arquivistas e historiadores adotarem perspectivas diferentes com relação aos registros documentais. Enquanto os arquivistas preocupam-se com a comunicação do documento de arquivo (através da preservação de suas características fundamentais), os historiadores exploram e interpretam seu conteúdo, na intenção de extrair indícios para a construção de seus textos.

Conforme salienta Ana Maria de Almeida Camargo (2003, p. 14), a lógica dos arquivos e os sentidos que lhes emprestam os usuários são universos perfeitamente distintos. Segundo a autora, apesar de os documentos de arquivo proporcionarem informações seguras sobre os fatos do passado e permitirem a reconstituição das realidades pretéritas (por espelharem a organização e funcionamento dos organismos ao longo do tempo), não se deve atribuir-lhes reservas de sentidos, na medida em que o documento de arquivo é sempre produzido por imperativos de ordem prática, sem quaisquer intenções de tornar-se fonte de pesquisa para a posteridade. Deste modo, o documento de arquivo "não resulta de um gesto especial de atribuição de sentido (...) e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer (CAMARGO, 2003, p.11). Neste sentido, Ana Maria de Almeida Camargo salienta que a força probatória do documento de arquivo pauta-se na estabilidade de sentido (monossemia explícita nas circunstâncias de sua produção), sendo os sentidos que lhes emprestam os usuários passível de interpretação (polissemia pautada na eleição de conteúdos e análises interpretativas), afinal,

> A procura de "reserva de sentido" nos documentos de arquivo pode ser um belo exercício de imaginação ou futurologia, mas não tem nenhum cabimento no processo de avaliação, sobretudo de material cuja propriedade de auto contextualização é notória (CAMARGO, 2003, p.14).

O historiador e arquivista canadense Tom Nesmith (1992, p. 7-8) traça um paralelo entre as mudanças nas concepções da Arquivologia e da História, com relação aos documentos de arquivo. Para ele, há uma sistemática relação entre as funções desempenhadas pelos arquivistas e pelos historiadores, sendo as mudanças ocasionadas pelo movimento da Nova História, ainda na década de 1970, responsáveis pelas mudanças conceituais nas duas áreas. O

desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da constituição da história social promoveu o interesse dos historiadores pela vida do homem comum[23], bem como a maior abrangência de documentos que seriam considerados fontes documentais para suas pesquisas, fato este que permitiu aos arquivistas a apreciação de outros campos de atuação. O autor sugere que essa estreita relação entre arquivistas e historiadores determina, em vários aspectos, os trabalhos arquivísticos, uma vez que o arquivista precisa compreender os propósitos dos pesquisadores e se adaptar às necessidades informacionais de sua principal clientela.

Se, inicialmente, os historiadores se interessavam por estudar as biografias e feitos de grandes vultos da nação, logo o ímpeto encontrou lugar nas convencionalidades da vida comum, lançando luz sobre outros documentos, como os diários e as correspondências. Por isso Tom Nesmith (1992, p.10) destaca que o interesse da História pelos lugares privados, como os escritórios familiares, as escolas e os hospitais, se impuseram como novos locais de atuação dos arquivistas (para além dos arquivos administrativos governamentais). No entanto, para ele, essa relação acabou por reduzir o trabalho dos arquivistas em nível de função e não propriamente de conhecimento, na medida em que há um envolvimento cada vez menor do arquivista na construção da história científica. Isso se dá pelo fato de alguns arquivistas concluírem erroneamente que, para continuarem a cumprir um papel cultural, precisariam apenas administrar as instituições, "sem realmente entender seus acervos em profundidade" (NESMITH, 1992, p.15. Tradução nossa)[24]. Neste sentido, Nesmith (1992, p. 22), destaca que os arquivistas precisam se esforçar para ganhar seu público, revelando as instituições arquivísticas enquanto instrumentos de conhecimento, para além de depósitos de informações, buscando avançar contra a sua marginalidade e encorajar sua própria erudição, preparando os arquivistas para que eles não apenas identifiquem as fontes, mas sejam capazes de explicar aos pesquisadores os contextos nas quais elas foram criadas e usadas.

Essas mudanças na forma de pensar os arquivos trouxeram novas possibilidades, onde a tônica do trabalho arquivístico não recaia propriamente na custódia dos arquivos, mas na explicitação dos vínculos existentes entre a informação e o seu produtor (informação contextual). Desta maneira, conforme Nesmith (1992), o trabalho arquivístico poderia alcançar

[23] Por exemplo, a Escola dos Annales, um dos mais expressivos movimentos historiográficos do Século XX, propôs uma revolução na forma de se produzir história, rompendo com a tradição historiográfica centrada em grandes eventos e personagens e incentivando a valorização dos aspectos sociais, econômicos e culturais das sociedades. Neste sentido, impulsionou o desenvolvimento da chamada "História Social", incentivando a realização de estudos das estruturas sociais, dos modos de vida, das mentalidades coletivas e das experiências cotidianas das pessoas comuns. Para maiores informações, sugerimos a leitura da obra de Peter Burke, intitulada "*A Escola dos Annales: (1929–1989) - A Revolução Francesa da Historiografia"*

[24] No original: that to continue to fulfill our cultural role we need only administer the institutions we control without actually understanding their holdings in any depth (NESMITH, 1992, p.15).

uma nova amplitude, na medida em que as instituições arquivísticas iriam além da simples custódia dos materiais, buscando não somente tratá-los e preservá-los, mas, sobretudo, ajudar outros sujeitos a empregá-los (por meio da comunicação contextualizada de seu arquivo):

> O que devemos oferecer em troca do privilégio único de cuidar de registros arquivísticos? Para adquiri-los e preservá-los, sim, claro; para ajudar outros a empregá-los, de fato. Mas, ao mesmo tempo, não podemos também começar a fornecer insights sobre a evolução da sociedade por meio do estudo da comunicação? Por que os registros são como são? O que ocorre quando um registro é criado, selecionado para preservação em arquivos e usado em pesquisa? Como essas ações afetam e refletem as percepções da realidade? (NESMITH, 1992, p.26. Tradução nossa)[25].

O norte americano Gerald Ham (1981, p. 208), afirmou que o perfil do arquivista é sempre determinado pela natureza do material com que ele lida e pelas formas de processamento da informação adotados pela sociedade. A eficácia do trabalho dos arquivistas em um ambiente marcado pelo aumento exponencial da produção documental, advento de novas tecnologias e das múltiplas necessidades informacionais, depende da dissolução da perspectiva introspectiva e pouco consciente da paisagem social. Conforme salienta Ham (1981, p. 2010), a difusão e o amplo acesso passam a ser importantes estratégias arquivísticas, pautadas no novo papel dinâmico desses espaços e de seus profissionais na prestação de serviços qualificados, uma vez que a sociedade tecnológica seria um ambiente incompatível para o arquivista "custodiante".

Se, em um primeiro momento a Arquivologia foi marcada pelos esforços para sua consolidação por meio de princípios fundamentais, a perspectiva Pós- Moderna propôs a problematização de conceitos e teorias pretensamente universais para a área, entendendo que essas discussões fariam avançar o conhecimento científico e as práticas arquivísticas. A revisão do conceito de "fundo", por exemplo, demonstrou que este não é composto apenas pelos documentos produzidos por uma entidade, mas por aqueles que são acumulados por ela (na medida em que a própria definição de arquivo, ao admitir que se trata de um conjunto de documentos produzidos e acumulados por um determinado organismo, concebe que sua formação se dá por atos de relação, ou seja, por meio da emissão e recebimento de documentos). Assim, o foco deixou de recair, propriamente, na entidade produtora dos itens documentais, e passou a enfatizar a entidade produtora do conjunto documental, ou seja, aquela que responde

[25] No original: What should we offer in return for the unique privilege of caring for archival records? To acquire and preserve them, yes, of course; to help others employ them, indeed. But at the same time can we not also begin to provide insights into the evolution of society through the study of communication? Why are records like they are? What occurs when a record is created, selected for preservation in archives and used there in research? How do these actions affect and reflect perceptions of reality? (NESMITH, 1992, p.26).

pela acumulação (onde a proveniência pode ser identificada). Isto é crucial para entendimento da natureza arquivística dos documentos acumulados pelas pessoas.

A canadense Laura Millar (2002, p. 6), ao apresentar a revisão conceitual do "fundo", defende que a totalidade e completude assimiladas a este conceito são difíceis de serem alcançadas, uma vez que nenhum arquivo poderia possuir a totalidade dos registros de uma agência criadora, já que eles são submetidos a processos de gerenciamento (avaliações, transferências e eliminações). Partindo do entendimento do conceito de proveniência adotado pela Arqueologia (no qual todos os elementos naturais e artificiais ao redor de um objeto oferecem elementos para a interpretação do que ele poderia ter sido), Laura Millar (2002, p.11-12) propõem que os arquivistas considerem não apenas a criação dos documentos, mas, sobretudo, a sua história ao longo do tempo (qualidades temporais da proveniência), para que os utilizadores possam criar "sua própria definição do todo". Neste sentido, ela propõe a redefinição de fundo como os resíduos dos documentos produzidos por uma entidade (no qual o arquivista deve ser capaz de reconhecê-lo não apenas a partir dos documentos criados por um organismo, mas também por aqueles que foram acumulados por ele)[26]. Millar (2002, p.12-13), segue explicando que a definição da proveniência pode se dar a partir de três componentes: 1) História do Acumulador (o foco recai no acumulador dos documentos e, portanto, acomoda todas as mudanças funcionais sofridas); 2) História dos Documentos (envolve o *continuum* de existência dos documentos, isto é, como eles foram criados e usados, o porquê foram transferidos, arquivados ou até mesmo destruídos); 3) História da Custódia (explicação das transferências de custódia dos documentos para uma instituição arquivística, abrangendo o posterior cuidado dessa documentação).

As proposições de reformulação das teorias arquivísticas pautaram-se na compreensão de que documentos são criados, controlados e mantidos pelos sujeitos sociais, sendo que os processos de produção, avaliação, manutenção e arquivamento de documentos compõem as complexas dinâmicas de produção de memórias e esquecimentos. Eric Ketelaar (1999, p. 57) esclarece que o arquivamento é apenas uma parte desse processo, sendo precedido pela "arquivalização" (*archivalisation*), isto é, um processo de escolha consciente ou inconsciente que determina que algo vale a pena ser arquivado. O autor salienta que qualquer documento registra aquilo que pareceu importante de ser registrado, sendo que as evidências se moldam dentro de contextos culturais, por meio de estruturas narrativas, impedindo os arquivos de serem neutros.

[26] Esta proposta, apesar de interessante, não é inovadora, uma vez que a avaliação e o descarte controlado são operações consagradas nos arquivos desde Schellenberg, sendo o fundo resultante deste processo.

> Arquivos não são neutros: alguns fatos contam, outros são excluídos. “Mesmo quando diretamente do arquivo empoeirado”, escreve Alan Munslow, “a evidência sempre preexiste dentro de estruturas narrativas e é carregada de significados culturais - quem reuniu os arquivos, por quê e o que eles incluíram ou excluíram?” (...)'. O silenciamento (como se silencia uma arma) acontece durante os diferentes estágios em que a história é formada, cada um desses estágios influenciando o outro: enquanto os fatos são registrados, ao criar arquivos, durante a pesquisa histórica, ao contar a história e, por fim, na criação da história (KETELAAR, 1999, p.55. Tradução nossa)[27].

Considerando que uma das funções do Arquivo é documentar a sociedade em toda a sua multiplicidade e tendo em vista a impossibilidade de tudo guardar, Samuels (1986, p.120) ressalta que o arquivista precisa se questionar se os conjuntos documentais resguardados pelos Arquivos, de fato, são capazes de documentar a pluralidade da sociedade e, caso não sejam, devem ser capazes de identificar os temas e áreas negligenciados por essas dinâmicas e investir em estratégias para melhorar a documentação destes segmentos omitidos. A autora enfatiza a importância do estabelecimento de critérios claros e precisos sobre o que preservar e como o fazer (questões tanto de ordem intelectual quanto política), uma vez que o estabelecimento do escopo dos materiais a serem coletados por um Arquivo, por exemplo, é imprescindível para o adequado exercício arquivístico. Essas definições se tornam ainda mais importantes diante da abundância de materiais produzidos pelas complexas estruturas sociais e a escassez de recursos para tratá-los.

O arquivista que, tradicionalmente, era visto como um guardião da custódia se vê diante de uma dinâmica social mais complexa. A ideia de um arquivista ativo, socialmente engajado e contribuidor para a formulação de memórias e esquecimentos parece-nos natural quando, na verdade, integra um universo desafiador, que se fundamenta em orientações teóricas e práticas para um agir profissional ético. Ao se desnaturalizar conceitos e práticas arquivísticas assume-se que os documentos de arquivo são produtos das sociedades e os arquivistas são agentes participativos das complexas dinâmicas sociais.

Terry Cook e Joan Schwartz (2002, p.173), fazendo alusão à teoria da performatividade de Judith Butler (que determina que as performances, ao serem repetidas, são transformadas em códigos de comportamento e, consequentemente, naturalizadas), salientam que a ritualização de normas e práticas arquivísticas (socialmente construídas ao longo de gerações) são legitimadas, e conferem autoridade ao desempenho de seus profissionais. Os autores salientam

---

[27] No original: Archives are not neutral: some facts count, others are excluded. 'Even when straight from the dusty archive,' writes Alan Munslow, 'the evidence always preexists within narrative structures and is freighted with cultural meanings _who put the archives together, why, and what did they include or exclude?" (...) Silencing (as one silences a gun) happens during the different stages in which history is formed, each of these stages influencing the other: while facts are recorded, when creating archives, during historical research, while telling the story and lastly in the creation of history (KETELAAR, 1999, p.55)

que alguns pressupostos, como a imparcialidade do trabalho arquivístico, foram, por muito tempo, inquestionáveis, sobretudo porque o público pesquisador dos arquivos projetava um arquivo objetivo e neutro, e os arquivistas, adequando-se a essa projeção, naturalizaram esse conceito pois ainda "veneram o mito de serem partes objetivas ou neutras que ligam a mente e as atividades do criador" (COOK; SCHWARTZ, 2002, p.175. Tradução nossa)[28]. Eles reforçam, porém, que as novas dinâmicas sociais desafiaram os arquivistas a se reconhecerem enquanto atores e não guardiões de documentos, estando conscientes de que todas as suas ações acontecem dentro de um contexto de metanarrativas sociais, afinal

> (...) nenhum ator ou observador, historiador ou arquivista, é neutro ou desinteressado em qualquer processo documental, nem qualquer "texto" que eles consultem (incluindo documentos de arquivo) ou preservem (ou seja, avaliem, adquiram, descrevam, disponibilizem) é uma janela transparente para alguma realidade passada. Todas as ações humanas ocorrem (mesmo que subconsciente ou inconscientemente) dentro de um contexto de metanarrativas sociais contemporâneas onde tudo é filtrado, mediado ou influenciado (COOK; SCHWARTZ, 2002, p.182. Tradução nossa)[29].

É claro que o documento de arquivo não é (e não se propõe a ser) a verdade factual, sacralizada e incontestável defendida pelo Positivismo. Ao impor-se pela imparcialidade, ele apenas é um indiciário que aponta para uma realidade, marcada pelo fato que lhe deu origem (arraigado em sua gênese), e não corresponde à isenção dos produtores de documentos ou à neutralidade dos arquivistas. Sobre isso, Ana Maria de Almeida Camargo comenta que

> Em lugar de material inerte, os arquivos aparecem como dotados de vida própria, promovendo uma determinada versão dos fatos e se impondo aos que deles se aproximam. Sua preservação em organismo de custódia chega a ser entendida como uma espécie de filiação ou adesão às causas defendidas pelas coletividades ou pelos indivíduos imediatamente responsáveis pela acumulação dos documentos (...). Poderíamos afirmar, no entanto, que os documentos de arquivo não se definem por si, nem tem existência autônoma: o que os caracteriza é o elo de pertencimento ou derivação (função sintática expressa sempre pela preposição **de**) que mantém para com a pessoa física ou jurídica que lhes deu origem (CAMARGO, 2015, p. 11-12).

Portanto, é o elo entre o documento e o organismo produtor, ou seja, aquilo que o torna "arquivo de alguém", o responsável por garantir sua condição probatória. Não há, contudo, qualquer relação imediata entre documento de arquivo e discurso histórico, na medida em que este último fica condicionado à crítica documental e à operação historiográfica, conforme Michel de Certeau (1982). Por isso, Ana Maria de Almeida Camargo (2015, p. 13) considera

---

[28] No original: "archivists still venerate the myth of being objective or neutral parties linking the mind and activities of the creator" (COOK; SCHWARTZ, 2002, p.175).

[29] No original: "no actor or observer, historian or archivist, is ever neutral or disinterested in any documentary process, nor is any "text" they consult (including archival documents) or preserve (i.e., appraise, acquire, describe, make available) a transparent window to some past reality. All human actions occur (even if subconsciously or unconsciously) within a context of contemporary societal metanarratives where everything is filtered, mediated, or influenced" (COOK; SCHWARTZ, 2002, p.182).

que os arquivos (sempre constituídos por resíduos) não são capazes de ostentar discursos e falarem por si próprios, como advogam os arquivistas pós-modernos, uma vez que este será sempre resultado da prática historiográfica e, quando aplicado à teoria arquivística, parece apresentar-se mais como um esforço teórico.

Se, por um lado, a imparcialidade firmou-se enquanto um conceito vigente da teoria arquivística, por outro, a neutralidade profissional mostrou-se como um ideal a ser insistentemente perseguido pelo arquivista, constando no código de ética da profissão como elemento balizador de suas atuações[30]. O Código enfatiza que a integridade profissional do arquivista está ligada à neutralidade de suas atuações, na medida em que o imaginário social faz parecer que somente haveria justiça na execução das funções do arquivista por meio do exercício imparcial da profissão.

> Existem razões adicionais pelas quais os códigos de ética arquivística nacionais e internacionais promovem a neutralidade como sendo desejável, incluindo evitar conflitos de interesses que possam colocar o ganho ou interesse pessoal do arquivista acima dos interesses dos documentos de arquivo e dos seus criadores e utilizadores, ou mesmo os de suas instituições. Os atributos de neutralidade, tal como é comumente definido na sociedade, incluem imparcialidade, tolerância, não alinhamento e objetividade, e é a essas qualidades de neutralidade que o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) alude quando abre com a afirmação de que "A objetividade e imparcialidade dos arquivistas é a medida do seu profissionalismo" (GILLILAND, 2011, p. 196. Tradução nossa)[31]

A reflexão acerca da pretensa neutralidade enquanto princípio ético do trabalho arquivístico, bem como do arquivo enquanto instrumento de justiça social levaram a arquivista norte americana Anne Gilliland (2011, p.194) a questionar a existência de uma possível obrigação social com relação aos estudos arquivísticos, de modo que estes pudessem agir para corrigir injustiças e desigualdades passadas e atuais. Sobre isso ela afirma que

---

[30] O Código de ética dos arquivistas foi elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos -CIA, em 1996. Conforme salienta Anne Gilliland (2011, p. 197-198), a incursão gradual do pensamento pós-moderno nos estudos arquivísticos contribuiu para que pesquisadores da área problematizassem a neutralidade como uma ilusão profissional de ordem moral para o exercício profissional dos arquivistas. A autora pontua, no entanto, que o escopo dos códigos de ética profissionais tende a não abranger as atividades desses educadores, porque esses códigos são direcionados às preocupações da prática e não da academia. Talvez por isso o ativismo relacionado às discussões em torno da parcialidade do trabalho arquivístico tenha encontrado espaço mais amplo de discussão em âmbito acadêmico. A autora sugere que o ativismo arquivístico deve ser discutido de maneira responsável por professores e estudantes da área, baseado em conhecimentos técnicos e metodológicos adequados, pautados em ampla consciência crítica, consciência cultural e forte autorreflexão.

[31] No original: "There are additional reasons why national and international archival codes of ethics promote neutrality as being desirable, including avoidance of conflicts of interest that might put the personal gain or interest of the archivist before the best interests of the records and their creators and users, or even those of their institutions. Attributes of neutrality as it is commonly defined in society include impartiality, tolerance, non-alignment, and objectivity, and it is to these qualities of neutrality that the International Council on Archives (ICA) Code of Ethics alludes when it opens with the statement that ''The objectivity and impartiality of archivists is the measure of their professionalism" (GILLILAND, 2011, p. 196).

> As instituições arquivísticas não foram submetidas ao mesmo grau de escrutínio público sobre os seus papéis e práticas como os museus, mesmo embora tenham desempenhado papéis centrais na promoção de narrativas históricas específicas e na sustentação de estruturas de poder dominantes (GILLILAND, 2011, p. 195. Tradução nossa)[32]

Esta provocação é interessante sobretudo se considerarmos os arquivos para além da função primária de apoio às atividades da administração pública, uma vez que a ampliação da própria tipologia das instituições detentoras de conjuntos arquivísticos (onde não há apenas o arquivo público fruto da administração, mas os centros de documentação, os centros de memória e os acervos) promovem frutíferos debates acerca da formação, aquisição, tratamento e difusão de conjuntos arquivísticos e suas relações com as pautas sociais. Não podemos perder de vista que os arquivos- e os arquivistas- servem às pessoas (não estão condicionados apenas ao Estado), e que todo indivíduo (enquanto ser sócio culturalmente delimitado) tem sua existência política atrelada aos documentos, subordinados à burocracia moderna para a garantia e exercício de seus direitos e deveres (mesmo aqueles cuja a lógica social não se baseia na produção de arquivos).[33] Ademais, é importante considerar que a sociedade civil, representada pelos indivíduos e coletivos sociais, também são produtores/ acumuladores de documentos, e que estes são representativos culturais, sendo dever ético da área, torná-los acessíveis e objetos de atuação, de modo que o arquivista não seja um inocente útil a favor de um projeto de sociedade que desconsidera a diversidade dos grupos sociais e de seus conjuntos documentais.

Primordialmente, a obrigação ética e profissional do arquivista reside na manutenção da correlação entre as atividades desempenhadas por uma determinada entidade e os documentos que as viabilizam e comprovam, garantindo o acesso à documentos com qualidade arquivística, isto é, autênticos e fidedignos. Sobre isso, Ana Maria de Almeida Camargo comenta que

> Em primeiro lugar, o profissional da área não interfere nas formas de organização de uma entidade, embora deve conhecê-las profundamente para poder imprimir qualidade ao fluxo de documentos que as viabiliza. Em segundo, quando se trata de arquivo permanente, cabe-lhe manter ou recuperar a configuração original dos documentos perfeitamente ajustada à funcionalidade de sua fase ativa. Com tais dispositivos, preserva-se o sentido unívoco dos documentos de arquivo, isto é, garante-se a estabilidade de seu caráter probatório ao longo do tempo (CAMARGO, 2009a, p. 430)

---

[32] No original: "Archival institutions have not undergone the same degree of public scrutiny about their roles and practices as have museums, even though many have played central roles in promoting particular historical narratives and sustaining dominant power structures" (GILLILAND, 2011, p. 195)

[33] Sobre isso, Silva (2018, p. 91) comenta que até mesmo às sociedades ágrafas, como aquelas de povos originários, são submetidas à lógica documental da burocracia moderna como, por exemplo, o povo indígena Parintintin que aceitou a "doação" de documentos digitalizados pelo Museu do Índio enquanto recurso para a garantia de seus direitos.

Para Camargo (2009a), esta é a segurança que o arquivista deve ser capaz de garantir para a sociedade, garantindo a primazia do contexto documental sobre o conteúdo, de modo que, qualquer que seja o teor das informações abarcadas pelos documentos e independentemente da perspectiva teórica dos pesquisadores que deles possam fazer uso, o valor probatório dos documentos sempre estará pautado no contexto de produção. Este é, pois, o princípio ético fundamental da profissão, que encontra respaldo nos princípios teóricos da área e se efetiva nas práticas profissionais para a garantia da autenticidade dos documentos.

O uso que se faz dos arquivos sempre reflete os interesses dos agentes intervenientes, sejam eles os produtores, acumuladores, custodiadores, preservadores, difusores ou usuários. Luciana Duranti (1994, p. 51) enfatiza que os documentos não reproduzem exatamente os fatos dos quais fazem parte, uma vez que a compreensão da atividade geradora e o ambiente cultural de seus intérpretes são fatores essenciais para a compreensão dos documentos. A verdade a que se pretende chegar por meio das fontes, muitas vezes impostas pelas demandas sociais, depende do uso que se faz dos documentos de arquivo, partindo de seu caráter probatório (que aponta para fatos que podem comprovar ou desvalidar afirmações). Por isso Eric Ketelaar (2018) propõe a relativização dos usos e significados dos arquivos, ao considerar que eles "jamais se fecham, jamais estão completos: cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado" (KETELAAR, 2018, p.193). Diante de um tribunal, por exemplo, um mesmo documento pode ser apresentado de diferentes maneiras pelo advogado de defesa e pelo advogado de acusação, independentemente de sua condição diplomática verdadeira. Isso se dá pela já mencionada diferenciação entre verdade diplomática e verdade histórica, na medida em que a primeira se liga ao fato jurídico (atributos formais que conferem autenticidade a um documento), enquanto a segunda presume a veracidade das informações que estes detêm[34].

> Nesse sentido, uma carta de alforria, enquanto fato jurídico, representa o fato histórico da designação da liberdade de um escravo; uma certidão de nascimento (fato jurídico) atesta a vinda do indivíduo ao mundo (fato histórico); a Constituição Federal (fato jurídico) discrimina direitos e deveres dos cidadãos brasileiros; um diploma de homenagem póstuma (fato jurídico) evidencia relevância e mérito em memória de uma personalidade após sua morte (fato histórico) (CAVALHEIRO, 2017, p.140).
> .

[34] Este é o caso, por exemplo, de indivíduos que são registrados tardiamente fazendo-se constar uma data no documento de registro que difere daquela de seu nascimento. O documento gerado (certidão de nascimento), apesar de autêntico e fidedigno do ponto de vista diplomático, apresenta uma informação imprecisa que pode ser contestada, sendo passível de correção mediante requerimento de alteração junto aos órgãos competentes responsáveis pelo Registro Civil.

O conteúdo de um documento, mediante seu uso, pode ser construído e desconstruído, por meio do engendramento dos discursos de seus utilizadores, segundo aquilo que Ketelaar (2018) define como "reservatório de significações".

> Por isso acredito no poder do documento: o documento como "reservatório de significações", as significações estratificadas, múltiplas, ocultas na arquivalização e no arquivamento, que podem ser desconstruídas e reconstruídas, depois interpretadas e utilizadas perpetuamente por gerações de usuários. Hoje lemos outra coisa nos documentos que a geração posterior a nossa, e assim por diante, *ad infinitum* (KETELAAR, 2018, p.202)

Concordamos que o potencial de uso dos arquivos será sempre plural, a depender de quem usa o arquivo e para que o usa (ou seja, é o problema do usuário que vai determinar as articulações das fontes). Contudo, consideramos que o documento de arquivo não é capaz de absorver este processo, uma vez que ele não existe para atender à lógica de pesquisa. Apesar do caráter instigante das ideias de Ketelaar, sobretudo em nível intelectual, é importante compreender o papel assumido pelo profissional arquivista na garantia da viabilidade dos usos de documentos arquivísticos confiáveis e ter ciência de um inconveniente incontornável: Quando se nega a possibilidade de ascender a uma realidade por meio dos documentos e valida-se tantas realidades quanto os discursos possam compor, o homem vê-se diante do relativismo moral, da perda da confiabilidade do documento de arquivo e da descredibilidade histórica. A relativização, muitas vezes, nega a existência de valores morais e éticos fundamentais, exatamente por acreditar que toda leitura realizada do passado (no presente) é válida e possível. Ademais, a ausência de ideais comuns, a criação de narrativas paralelas e a confusão no entendimento do objeto enquanto documento de arquivo e fonte de informação, impedem a realização de debates verdadeiramente produtivos, e desconsidera, como defendido por Ana Maria de Almeida Camargo (2003), que o elo entre o documento e a atividade que lhe deu origem é quem garante a viabilidade de seus múltiplos usos (circuito fechado entre documento-atividade).

Enfim, falar em natureza arquivística não significa afirmar que arquivos são naturais, nem tampouco que o trabalho arquivístico seja naturalmente neutro. O caráter antitético entre "natural" e "cultural", sistematicamente explorado pela filosofia há vários séculos, aponta para a localização dos arquivos no universo sociocultural, tendo em vista que as coisas que pertencem ao mundo natural têm sua existência livre da intervenção humana, enquanto que aquelas pertencentes ao mundo cultural são resultantes desta. Documentos de arquivo são resultados de nossas sociabilidades: eles viabilizam atividades rotineiras e também as registram, bem como o cumprimento de direitos e deveres, afinal a produção de documentos está sempre atrelada às práticas sociais, sendo condicionada pelas necessidades, ideologias e tecnologias de

uma época. Os recentes esforços da área demonstraram que a Arquivologia precisou considerar as ações (intencionais) de tratamento e uso aos quais os acervos são constantemente submetidos, admitindo que os documentos de arquivo são instrumentos para a construção de narrativas, sendo a desconstrução dos processos uma necessidade do nosso tempo.

Os documentos de arquivo enquanto produtos sociais estão inevitavelmente atrelados a seus contextos de produção, condicionados pelas convencionalidades de sua feitura, determinados a cumprir uma atribuição na sociedade, moldados pelos recursos tecnológicos disponíveis, tramitados segundo fluxos pré-estabelecidos, geridos conforme marcos legais ou decisões gerenciais, preservados ou destruídos conforme intencionalidades, e é dever ético do arquivista tornar essas instâncias conhecidas, promovendo a difusão dos acervos e a transparência de suas ações.

CAPÍTULO II

ARQUIVOS DE MIM, PARA TODOS: A DIFUSÃO COMO UM DEVER SOCIAL

Notas Iniciais

É certo que os objetos pessoais exercem certo fascínio - um "feitiço", como sugeriu Ângela de Castro Gomes (1998), sobretudo pelo caráter íntimo dos acervos, atrelado ao desejo pelo deslindar da vida do outro. Ainda assim, os arquivos pessoais podem parecer distantes da realidade do "homem comum", pela estranheza causada por sua condição de pessoa física anônima, e a incapacidade de considerar a formação de seu próprio arquivo pelo acúmulo material de suas vivências.

Lembro-me de certa tarde, sentar aos pés de minha avó e remexer em uma velha cômoda onde ela "guarda suas coisas". Havia toda espécie de objetos: a primeira gaveta, mais fácil de se alcançar por sua avançada idade, preenchida por documentos civis, alguns punhados de contas pagas, conjunto de folhetins religiosos e hinos da igreja que sempre frequentou, são por ela chamados de documentos "importantes". A gaveta seguinte, abarrotada de alguns velhos livros já bastante gastos pelo tempo, guarda seus poemas prediletos, os quais ela, sem precisar consultá-los, declama de cor. Abaixo, alguns materiais de costura que ela, mesmo sem saber coser, sempre guardou. Ao fim, na última gaveta, o retrato pintado de sua mãe, uma velha boneca de louça, alguns tantos bilhetes e cartas e, para minha surpresa, o primeiro caderno que usei na escola. Sua vida e suas lembranças estavam ali, materializadas naqueles objetos que foram acumulados e são guardados por ela há várias décadas, mesmo que ela insista em dizer que não guarda nenhum arquivo. Para ela, o termo arquivo se refere apenas aos documentos chancelados pela importância de cargos e instituições, sendo os documentos das pessoas comuns apenas suas memórias, desinteressantes ao olhar do outro.

Na grande maioria dos casos, do ponto de vista do significado histórico ou biográfico, os arquivos pessoais apresentam importância individual apenas quando seus titulares são "pessoas importantes", isto é, quando se sobressaem em algum segmento (mesmo que esses indivíduos não tenham, inicialmente, a consciência da importância de seus arquivos)[35]. Conforme salienta Schellenberg (2006), a valorização dos arquivos de pessoas notáveis se dá

[35] Conforme observou Campos (2014), mesmo as pessoas "importantes" não costumam ter plena consciência da relevância de seus arquivos. Luciana Heymann (HEYMANN, 2012, p. 128) destaca o caso de Darcy Ribeiro enquanto emblemático para o entendimento desta questão: ao descobrir-se doente, Darcy procurou obsessivamente completar sua biblioteca (a qual cederia para a sua própria fundação), sendo que, conforme salienta sua viúva, Claudia Zarvos, foi difícil convencê-lo de que o arquivo também tinha valor, visto que ele não vislumbrava no arquivo qualquer importância que pudesse interessar à posteridade.

pelo fato desses indivíduos relegarem conjuntos documentais dotados de valores de pesquisa, devido à associação dos mesmos às figuras heroicas e aos episódios e lugares onde passaram vultosos acontecimentos, afinal "quanto mais importante é a pessoa ou a coisa, mais importante é o documento que lhe diz respeito" (SCHELLENBERG, 2006, p.204-205). Luciana Heymann destaca, porém, que há casos em que os arquivos privados são "empoderados", determinando que os papéis e demais registros das atividades de uma pessoa devam ser revestidos de "valor histórico", guardados, institucionalizados e inseridos em um contexto de "glamourização"

> me refiro, nesse caso específico, não somente ao arquivo enquanto acúmulo documental (ou seja, às vicissitudes que determinam que os papéis e demais registros das atividades de uma pessoa, um grupo, uma associação ou uma empresa sejam ou não guardados), mas também à iniciativa de sua institucionalização (ou seja, aos movimentos que dotam o acúmulo documental de um interesse mais abrangente, ao mesmo tempo em que o inserem, de maneira mais ou menos "glamourosa" no circuito dos documentos dotados de "valor histórico") (HEYMANN, 2005, p. 2-3).

Este é um fator recorrente em arquivos de "pessoas notáveis" - indivíduos que se destacaram em contextos específicos, como o cenário político, ou cultural de uma época. Ao arquivo dessas pessoas, muitas vezes, é conferido o status de exemplaridade, distinguindo suas fontes enquanto relevantes para a constituição de memórias. No entanto, é necessário cuidado para que esse reconhecimento do valor informativo e a atribuição de status de "relevância social" não conduzam à "fetichização[36]" dos documentos que constituem um arquivo pessoal, retirando o sentido do documento enquanto vestígio material das atividades que lhe deram origem.

Mas, quando adentramos a intimidade dos arquivos de pessoas comuns, logo percebemos que também na vida cotidiana da jornada individual do sujeito regular se constroem micro-histórias que se ligam, de variadas maneiras, a outras tantas histórias pequenas e grandes. Do mesmo modo, ao adentrarmos a intimidade de grandes vultos percebemos que também eles, para além das atividades que lhes renderam prestígio, compartilham de experiências ordinárias, afinal, como nos lembra o dramaturgo romano Terêncio, o que é humano não nos pode ser estranho. É somente quando o arquivo de uma pessoa rompe a esfera individual, isto é, quando deixa de estar restrito apenas a seu titular e torna-se aberto à consulta que, de fato, podemos vivenciar esse acervo, nos reconhecer na humanidade do outro, entender contextos sociais pela ótica dos sujeitos e experimentá-lo enquanto patrimônio cultural. No entanto, esse acesso será sempre residual, de acordo com Heymann (1997), na medida em que o conjunto documental

[36] Conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (MENESES, 1998, p.91) o fetichismo consiste no deslocamento de sentido das relações sociais (onde os documentos são gerados), desconsiderando que grande parte dos atributos são historicamente selecionados e mobilizados.

nas instituições de custódia representa apenas um resíduo daquilo que foi o arquivo do indivíduo, uma ilusão de sua biografia, resultante de sua própria ação, de seus sucessores, das instituições de custódia e, às vezes, de outros sujeitos estranhos ao próprio titular.

> a "ilusão biográfica" seria fruto da própria atividade narrativa, ou seja, de um discurso explícita e deliberadamente formulado com o objetivo de, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos, refazer os caminhos percorridos por uma pessoa até o momento do relato, situação que é a própria justificativa para a motivação de registrá-lo. Com isso, as experiências de vida seriam submetidas a urna lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos (HEYMANN, 1997, p. 44-45).

Conforme salienta Carlos Guardado da Silva (2020), a importância dos arquivos pessoais para a construção do patrimônio cultural foi efetivamente reconhecida a partir da segunda metade do século XIX, com o objetivo de garantir o acesso aos documentos de pessoas, sobretudo por historiadores e investigadores da área dos estudos literários que, ao demonstrarem interesse pela vida privada, elegeram novas fontes documentais e incentivaram o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas;

> Em suma, os arquivos pessoais têm ganhado cada vez maior importância para a investigação do quotidiano, tendência da historiografia ocidental, europeia e americana. O seu reconhecimento deve-se, antes de mais, ontem e hoje, a um renovado olhar da história, e mormente à história da vida privada, com enfoque em sentimentos, hábitos e comportamentos, que vem elegendo de uma forma especial, em outros documentos, diários íntimos, anotações, correspondência pessoal, agendas, encontrados nos arquivos de escritores, artistas e políticos (SILVA, 2020, p. 101-102).

Neste sentido, criou-se, paulatinamente, novas demandas arquivísticas, pelas quais os documentos públicos e privados, de ordem coletiva e pessoal foram convocados para esclarecer o passado, localizar-se no presente e explicar os fenômenos humanos e sociais. Em contrapartida, a atualidade tem demonstrado a necessidade de flexibilização dos perfis dos acervos, na medida em que grupos minoritários e marginalizados ao longo da história buscaram protagonismo por meio do levantamento de pautas identitárias (que envolvem, em sua maioria, questões de gênero, raça, classe social e direitos da pessoa com deficiência), clamando, como sugeriu Ketelaar (1999), pela “arquivalização” de suas histórias. As novas dinâmicas sociais demonstram uma tendência para a diversificação, estimulando o desenvolvimento de um “movimento de baixo para cima, do qual são protagonistas atores sociais cujas memórias estiveram até então apartadas do universo das memórias ‘historicizáveis’, distantes das elites e dos mecanismos tradicionais de sua monumentalização” (HEYMANN, 2005, p. 6). As novas demandas reforçam a necessidade de conduzir esforços para a localização, conservação, divulgação e uso dos arquivos acumulados pelas pessoas. A caminhada, apesar de longa e necessária, se faz a passos lentos, por meio de embates e esforços por amplo convencimento.

À semelhança das coleções de museus[37], cuja receptividade não se restringe às necessidades imediatas de uso daquilo que está exposto, mas das narrativas que podem ser criadas, os arquivos pessoais podem vir a ocupar um lugar cultural de destaque na luta por direitos sociais e integrar a economia do lazer e do turismo. O entendimento das dinâmicas sociais da atualidade pode contribuir para a inserção dos arquivos pessoais no universo cultural das cidades grandes e pequenas, e para a dissolução da ideia de que os arquivos das pessoas são importantes apenas para cada uma delas. Vale lembrar que o projeto de uma história social que marcou a historiografia do século XX, conforme mencionado no capítulo anterior, sensibilizou as concepções em torno dos arquivos pessoais (impactados pela consciência acerca da importância dos documentos acumulados por pessoas para o entendimento de fenômenos sociais e para a construção e reconhecimento de identidades). Ao entender-se que a história poderia ser fabricada a partir de inúmeros objetos do passado, compreendeu-se que a simples preservação de documentos é eticamente insuficiente e inócua perante os usuários.

O interesse pelo entendimento do passado- e também do presente- lançou luz sobre os arquivos, segundo o que Angelika Menne-Haritz (2001) chamou de "reformulação do paradigma arquivístico". Essa mudança paradigmática deslocou a tônica do armazenamento de documentos (arquivos preservados para um futuro presumido) para a viabilização do acesso (arquivos úteis e utilizáveis no presente). Para Menne-Haritz (2001, p. 58), o acesso é a chave que permite que as instituições de custódia arquivística orientem a prestação de seus serviços para garantir os usos dos documentos, viabilizando memórias sempre que necessárias. Assim, toda a preservação de documentos de arquivo se justifica socialmente pelo interesse público, isto é, pela garantia do acesso e viabilização do uso, afinal "arquivos que veem sua principal tarefa em preservar o passado para o futuro tornam-se invisíveis no presente"[38] (HARITZ, 2001, p. 60). Esta cosmovisão tem na disponibilidade dos arquivos a justificativa ética da profissão do arquivista, entendendo a difusão como ação propulsora do cumprimento da função social dos arquivos, pautada no reconhecimento da importância social das instituições de custódia e

[37] Conforme salienta Maria Célia Santos, os museus, sob o prisma da chamada Nova Museologia, ajustaram os processos museais às necessidades dos cidadãos, buscando a participação destes na definição das ações em prol do pleno desenvolvimento social. As reflexões em torno do papel social dos museus foram impulsionadas pela percepção dos problemas e contradições da sociedade e da necessidade de que estas instituições não agissem como passivos sociais, mas sim como ativos da sociedade (SANTOS, 2002). Corroborando com esta perspectiva, Maria Mota Almeida (1996) afirma que, ao considerar o valor social da cultura, a Museologia deslocou o eixo das discussões dos objetos das coleções para os sujeitos que se relacionam com elas, onde o museu não é um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual os objetos são geridos à serviço da sociedade. Para ela, "os objetos vão apenas servir como meio ao serviço das nossas interrogações / problemas / ideias e não serão nunca um fim em si, caso contrário teremos um museu - armazém (organizado, mas, contudo, armazém)" (ALMEIDA, 1996, p. 103).

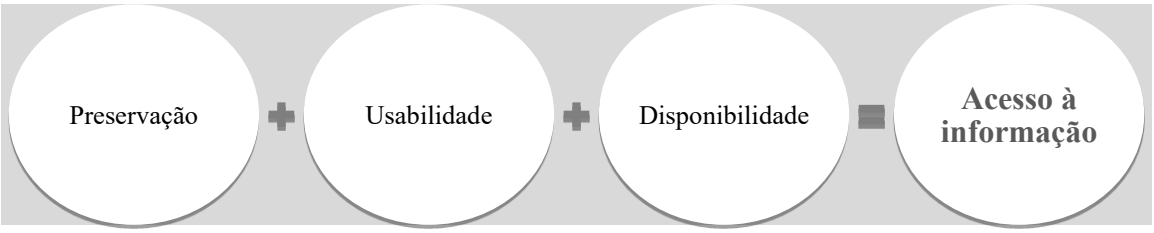
[38] No original: "Archives that see their main task in preserving the past for the future become invisible in the present, when support for creating an own memory is needed" (HARITZ, 2001, p. 60).

na necessidade da divulgação espontânea dos documentos que por ela são preservados, independentemente de sua requisição. A difusão representa uma estratégia de projeção dos arquivos ante a sociedade, “na medida em que os arquivos que não alcançam o amplo público, escapam ao seu sentido precípuo” (LOPES, 2021, p. 33).

Corroborando com esta perspectiva, Isabela Silva (2022), em sua pesquisa de doutorado, enfatiza o acesso como função social dos arquivos, reafirmando a necessidade destes espaços servirem à sociedade (não exclusividade do Estado e de grupos de poder), reconhecendo sua dimensão social e política (por meio da ampliação do acesso público). Por muito tempo as instituições documentais foram vistas, primordialmente, como espaços de conservação, atuando como reservas e vitrines de objetos do passado. No entanto, a virada de consciência promoveu o entendimento de que, mais do que lugares de conservação, estes espaços são responsáveis por fornecer elementos para a compreensão das dinâmicas das sociedades, podendo estimular reparações históricas e aliviar dores ao promover a reflexão sobre o passado e as consequências deste no presente.

A função arquivística de difusão e acesso reforça os princípios da profissão arquivística, pautados na justificativa da necessidade de preservação dos documentos e das informações registradas por eles, para que sejam utilizáveis e utilizados pelos usuários (tanto o público interno quanto externo ao ambiente de sua produção/acumulação). Julie Mcleod (2015, p. 2) destaca que o acesso à informação nos Arquivos pauta-se, primordialmente, em três dimensões: 1) Disponibilidade (capacidade de uma informação ser localizada e recuperada de maneira proativa); 2) Usabilidade (capacidade de uso dos documentos, em termos de interpretação, compreensão e apresentação); 3) Preservação (capacidade de permitir acesso contínuo aos documentos e informações contidas neles).

Figura 4: Dimensões do Acesso à informação em arquivos



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Mcleod (2015, p. 2)

O Conselho Internacional de Arquivos, em 2010, reuniu um Comitê para discutir e desenvolver uma *Norma de Boas Práticas para o Acesso Público aos Documentos de Arquivo* (governamentais e não governamentais). Em 2012, este Comitê apresentou dez princípios de acesso aos Arquivos, oferecendo aos arquivistas uma base de referência internacional para avaliação das práticas e políticas de acesso existentes. O referido documento enfatiza a função arquivística de difusão e acesso enquanto direito e responsabilidade social, destacando a transparência como princípio norteador das atividades. A diretriz nº2 estabelece que as instituições custodiadoras de arquivos precisam tornar pública a existência de seus arquivos, bem como de suas políticas de acesso, fornecendo informações básicas sobre aquilo que conserva, de modo que

> Os usuários devem ser capazes de identificar a instituição arquivística que detém material de seu interesse. Os arquivistas fornecem gratuitamente informação básica sobre sua instituição e os arquivos que ela conserva. Eles informam ao público as regras gerais para uso do acervo de acordo com as determinações legais, políticas e os regulamentos da instituição. Asseguram que as descrições do conjunto de seus arquivos são atuais, precisas e obedecem às normas internacionais de descrição para facilitar o acesso (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p. 14).

A diretriz seguinte ressalta que as instituições custodiadoras de arquivos precisam adotar uma abordagem proativa para o acesso e, muito mais do que garantir a preservação dos documentos de arquivo, devem ser capazes de divulgar informações pertinentes que destaquem sua disponibilidade e promovam sua usabilidade:

> Os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Eles divulgam informações sobre os arquivos utilizando vários meios, como a internet e publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance. Eles devem estar continuamente atentos a mudanças nas tecnologias de comunicação e usam aquelas que são disponíveis e práticas para promover a divulgação dos arquivos (...). Eles fornecem de modo proativo, acesso às parcelas de seu acervo que sejam de amplo interesse do público, por meio de publicações impressas, digitalização, comunicados no site institucional, ou cooperação com projetos externos de publicação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p. 14).

A difusão arquivística é entendida, portanto, como condição potencializadora do acesso e "consiste em um recurso fundamental para o 'desentesouramento' dos arquivos à sociedade" (LOPES, 2021, p. 10). Conforme salienta Bianca Lopes (2021) os Arquivos, em grande medida, são revestidos por um padrão de opacidade, pautados na ideia de que seu acesso pertence a um número reduzido de pessoas, de modo que o *leitmotiv* da Arquivologia é a disponibilização dos arquivos à sociedade. A autora salienta, ainda, que a difusão é o viés politizante da área que "almeja uma sociedade mais transparente, plural e informada, cujo projeto seria o acesso e

compreensão de todos ao conhecimento de que, atualmente, poucos partilham" (LOPES, 2021, p.11). Por isso a função arquivística do acesso não pode estar apartada da difusão, na medida em que esta última representa uma estratégia fundamental para a projeção dos arquivos à sociedade e viabilizadora do cumprimento da função social destes equipamentos.

A museóloga Carla Padró (2003) salienta que é necessário compreender os espaços museais não como zonas de contato, mas sim como zonas de conflito. Apesar de suas reflexões serem realizadas em âmbito dos museus, acreditamos ser plenamente cabível estendê-las ao universo dos arquivos pessoais, já que ambos compartilham responsabilidades públicas em relação à circulação de valores culturais e promoção de práticas interpretativas sobre sujeitos e sociedades. Para a autora, os museus, sob uma perspectiva positivista, estabeleceram uma divisão entre preservadores e espectadores, reduzindo a participação do público à contemplação, e enaltecendo o trabalho técnico de aquisição, conservação e investigação. Essa tendência pautou-se, basicamente, na transmissão de um discurso oficial, não promovendo a interrogação sobre as formas de apresentação desse conhecimento. Ela ressalta, no entanto, que a partir do entendimento de que os museus são lugares de democratização do saber, é possível compreender o encargo de promover não somente a gestão das coleções, mas a difusão e a comunicação dos documentos para torná-los acessíveis físico-cognitivamente[39].

> Se a cultura institucional do museu entende que o museu é um lugar de democratização do conhecimento disciplinar, as normas partilhadas pela cultura institucional produzirão um sujeito encarregado de proporcionar acesso físico e cognitivo às coleções e exposições do museu. Os processos para se tornar museólogo serão construídos a partir de uma visão técnica, pragmática e funcional. Enfatizarão a necessidade de conhecer modelos de gestão cultural, organização de exposições, divulgação e comunicação para alcançar maior visibilidade na cultura do lazer. (...). Assim, surgirão novas profissões museais ligadas à acessibilidade de coleções, espaços físicos, exposições, programas e recursos, à gestão, ao *marketing* e à promoção de patrocínios. Refiro-me às novas profissões de design de exposições, comunicação e divulgação e avaliação. Todos eles devem estar de acordo com os objetivos do museu geralmente estabelecidos pela Gestão Cultural. (PADRÓ, 2003, p.54-55. Tradução nossa)[40].

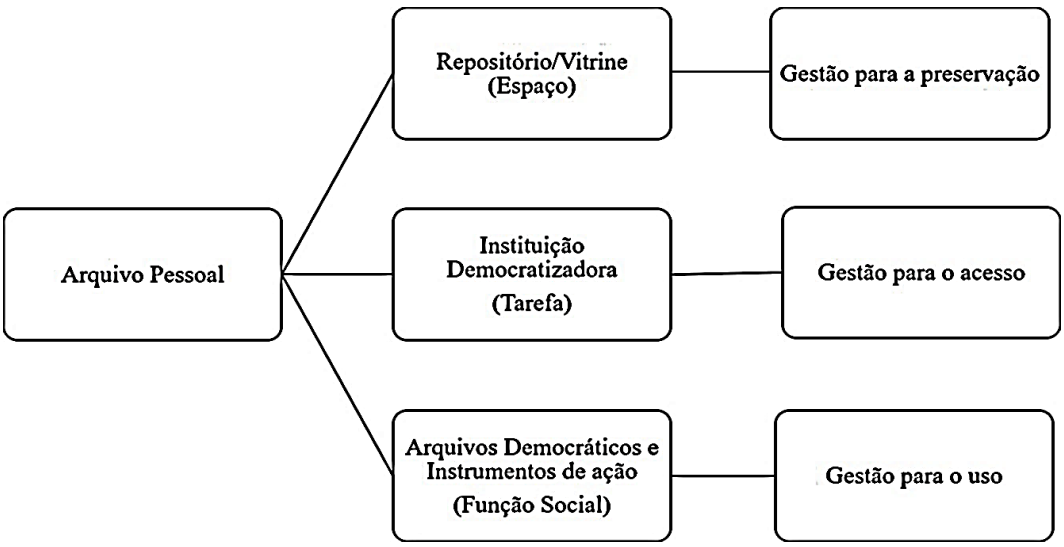
---

[39] A abordagem pautada na gestão cultural é uma alternativa para se pensar a cultura institucional de espaços de custódia e acesso de arquivos pessoais, de modo a priorizar o acesso e o uso dos documentos resguardados, e não apenas a sua custódia e disponibilização. Esta perspectiva enfatiza o lugar dos arquivos pessoais no circuito cultural, destacando suas possibilidades enquanto instrumentos de fruição a serviço dos estudos acadêmicos e científicos e, também, do lazer. A gestão cultural destes espaços permite a ampliação das estratégias de comunicação, atentas às questões de acessibilidade, às estratégias de *marketing* e ao estabelecimento de parcerias e aquisição de patrocínios. Por isso, o gerenciamento de arquivos pessoais (sob a perspectiva da gestão cultural) ultrapassa o ideal democratizador (pautado na priorização do acesso) e firma-se como um espaço democrático (dinamizador das instituições de custódia e viabilizador do uso dos documentos).

[40] No original: "si la cultura institucional del museo entiende que el museo es un lugar de democratización del saber disciplinario, las normas que comparte la cultura institucional producirán un sujeto encargado de proveer de acceso físico y cognitivo a las colecciones y exposiciones del museo. Los procesos para llegar a ser museólogo se construirán desde una visión técnica, pragmática y funcional. Enfatizarán la necesidad de conocer modelos de gestión cultural, de organización expositiva, de difusión y de comunicación para poder conseguir una mayor

O entendimento desta perspectiva exige um novo posicionamento profissional e institucional, na medida em que, cada vez mais, as ações desenvolvidas serão fundamentadas no conhecimento dos modelos de gestão cultural, no marketing institucional, na difusão e comunicação dos acervos e na garantia da acessibilidade das coleções e dos espaços físicos, a fim de garantir maior visibilidade e usabilidade dos acervos pelos cidadãos. A consciência acerca da função social desempenhada por essas instituições, bem como seu engajamento social, corrobora para a efetivação de um projeto político de sociedade, seja em prol da manutenção de um status ou sua disrupção (mesmo quando de maneira não explícita). E este é, exatamente, o marco da formação de profissionais da informação na contemporaneidade: sujeitos conscientes, proativos e engajados, que reconhecem a preservação não como fim último de suas atuações, mas como ação necessária para a promoção do uso, da fruição e da apropriação do patrimônio documental pelos diversos grupos sociais.

Figura 5: Perspectivas para a gestão de um arquivo pessoal



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O segundo capítulo desta dissertação parte, portanto, da compreensão de que a difusão e o acesso a arquivos pessoais devem ser promovidos sob uma perspectiva democrática, reconhecendo-os como espaços dinâmicos de produção de conhecimento e instrumentos de ação social, dispostos a promover diálogos abrangentes sobre seus acervos e rompendo com o ideário de que os arquivos pessoais são repositórios e vitrines de acesso transparente à vida das pessoas e ao passado.

2.1- Institucionalização de arquivos pessoais e autorização para a construção da memória

Os arquivos pessoais integram o universo dos arquivos privados, isto é, aqueles produzidos por entidades de direito privado, e se diferenciam dos arquivos administrativos produzidos por instituições e empresas privadas exatamente por serem fruto da acumulação por uma pessoa física. Conforme salienta Philippe Artières (1998), os arquivos pessoais são resultado dos inúmeros processos de arrumação pela qual foi eleita e ordenada uma ínfima parcela dos documentos de uma pessoa, de maneira paulatina e cumulativa, já que, incessantemente, até o fim da vida, os arquivos pessoais estão sendo (re)feitos. Por estarem atrelados às vivências de seus acumuladores são residuais, pois "desta vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos" (ARTIÈRES, 1998, p.10).

Os arquivos pessoais (ao contrário dos arquivos institucionais) não mantêm uma construção regular ao longo do processo de acumulação, sendo o acervo modelado de acordo com aquilo que o acumulador julga pertinente. O titular, em seu dia-a-dia, avalia e reavalia seus documentos como importantes/desimportantes, decidindo por sua manutenção ou eliminação, segundo critérios que lhes são particularmente subjetivos, sendo que "esta característica permite a moldagem da massa documental" (DUARTE, 2013, p. 26). Destarte, a realidade de um arquivo pessoal se expressa, em um primeiro momento, pela individualidade de quem o produziu, posteriormente, pelas interações dos agentes que promovem a reformulação do acervo (por meio de inúmeras decisões relacionadas aos processos de triagem, aquisição, tratamento e difusão) e, por último, dos múltiplos usos que lhes emprestam seus variados usuários (ampliação da potencialidade informacional e serventia à pesquisa).

Quando no âmbito privado, os arquivos pessoais são mantidos por/para seu acumulador; quando adquiridos por uma instituição de custódia, são mantidos por/para tantos outros agentes sociais, sendo o seu uso dependente da viabilização de condições de tratamento, difusão e acesso[41]. Para Renato Crivelli Duarte, "independente dos motivos que estimularam os herdeiros a fazer a transferência, depois de ingresso o arquivo tem a missão de ser disponibilizado ao acesso e uso coletivo" (DUARTE, 2013, p. 43). O autor segue dizendo que

[41] Apesar de o processo de institucionalização de arquivos pessoais ter como ponto fulcral a difusão, é desta função que advém as problemáticas relacionadas aos direitos de acesso e proteção da intimidade. Conforme salienta Renato Crivelli Duarte (2013), os arquivos pessoais podem deter elementos do foro íntimo de seu acumulador, sendo que os doadores podem optar por restringir o acesso (por acreditar que alguns documentos podem constranger a imagem social do titular). Essa decisão pode impactar a constituição do arquivo (levando à fragmentação e doação em partes), e na sua acessibilidade (por meio do estabelecimento de restrições de acesso e uso), sendo importante conciliar as necessidades de acesso e os desejos de privacidade do titular e/ou seus herdeiros, afinal esta fragmentação "compromete os trabalhos a ser realizados *na* e *com* a documentação" (DUARTE, 2013, p. 45).

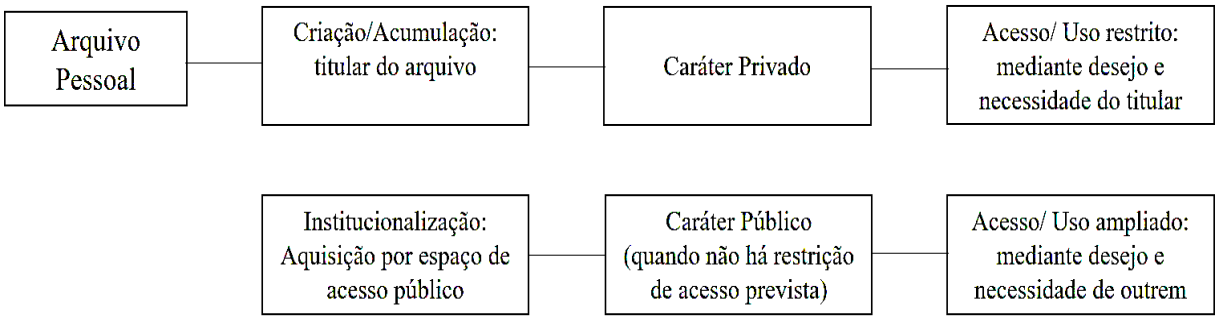
> Antes de ser de utilidade e interessante para as comunidades pesquisadoras, a institucionalização de um arquivo pessoal é um ato de valoração daquela documentação, e também da categoria dos documentos pessoais. Oferece a oportunidade de exercerem o potencial informativo que lhes é intrínseco, o que dará margem para um segundo ato de valoração, ao efetivarem sua qualidade de fonte histórica. (DUARTE, 2013, p. 43)

A qualidade informacional dos documentos acumulados por pessoas multiplica-se quando estes são adquiridos por instituições de custódia e acesso, na medida em que sua preservação se dá mediante reconhecimento de seu valor secundário (valor informacional mais abrangente). Sobre isso, Bellotto comenta que

> Na fase do uso primário, como acumulação e utilização em vida, o arquivo pessoal serve eminentemente ao próprio titular, em suas atividades de trabalho e para comprovação de sua existência civil, deveres cívicos, relacionamentos com pessoas e com instituições dentro e fora da vida intelectual. Passando à fase da preservação, estabelece-se o uso secundário cujo objetivo não é mais o jurídico ou profissional do próprio titular do arquivo e, sim, o da pesquisa científica, feita por terceiros. Aí a potencialidade informacional dos documentos transfigura-se e multiplica-se (BELLOTTO, 2006, p. 267).

Por conseguinte, os arquivos pessoais adquiridos por instituições de acesso público têm em si a dicotomia Sujeito/Sociedade. Essa dicotomia se faz presente mediante o conflito entre a natureza dos documentos acumulados por pessoas (restritos ao universo privado) e sua extroversão no momento em que são adquiridos por instituições de custódia (que conferem tratamento técnico, viabilizam o acesso público e o uso para além de seu acumulador)[42].

Figura 6: Institucionalização de arquivos pessoais: Ampliação do acesso e uso



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

[42] Vale destacar, no entanto, que nem todos os documentos acumulados por uma pessoa no contexto de sua vida privada são encaminhados para uma instituição de custódia no momento da aquisição. Conforme salienta Duarte (2013, p. 20) existem casos onde os documentos que estão inseridos no domínio íntimo (como os diários), apesar de serem relevantes para pesquisadores, não são contemplados pela aquisição e não são levados ao conhecimento de outras pessoas, permanecendo exclusivo à ciência daquele que o produziu. Contudo, essa intenção privativa não é desinteressada, sendo que "a criação e manutenção de espaços de acesso exclusivo são sintomáticas da vivência social e coletiva permanentemente observada, partilhada e regulada por outros".

Renato Crivelli Duarte (2018), em sua tese intitulada "Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias", apresenta uma análise dos processos simbólicos que revestem e conduzem a incorporação de arquivos pessoais por entidades de custódia arquivística. Ele salienta que as dinâmicas da sociedade moderna contribuíram para a percepção de que os arquivos institucionais frutos da administração pública (que dão origem aos arquivos históricos) são capazes de representar apenas uma parte da sociedade e não a sua totalidade. Isso se dá porque a histórica proximidade mantida entre os arquivos e as esferas de poderes sociais foi responsável por trazer aos nossos dias um recorte muito limitado, pontual e específico do passado. Essa percepção, amplamente enfatizada no contexto canadense[43], sob os auspícios dos Arquivos Totais, reafirmou três importantes aspectos sobre a preservação de documentos arquivísticos e sua relação com a construção da história e da memória:

> 1) que todos os documentos de arquivo são importantes para a história, independentemente do suporte e de sua forma de apresentação; 2) os arquivos privados, sejam os de empresa, de organizações não governamentais, como também os de pessoas físicas, são tão relevantes para história social quanto os arquivos públicos e 3) é responsabilidade dos poderes públicos a guarda, preservação e disponibilização tanto dos arquivos públicos quanto dos arquivos privados (DUARTE, 2018, p. 57).

A contribuição das discussões canadenses no âmbito dos Arquivos Totais colocou em pauta a relevância dos documentos privados para a história social, enfatizando que ao ser considerado como de relevância social, isto é, importante para a história coletiva, deve-se incentivar e promover a preservação desses conjuntos enquanto bens culturais. Gera-se, neste sentido, a necessidade de sensibilização acerca do reconhecimento de conjuntos documentais acumulados por pessoas, bem como o senso de responsabilização por sua preservação, tratamento e acesso, pois somente assim seria possível que estes conjuntos cumprissem seu papel social.

> O gesto de doar, neste caso, está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou família, seguindo orientação de sua política de acervo. Doar uma coleção cerca-se, por certo, de indagações, receios, pressupõe relações de confiabilidade que aportam um consenso sobre o caráter relevante dos papéis doados. (...)Se o arquivador doa porque considera ter algo a legar, às instituições de memória, muitas vezes, a ele se antecipam informando-o "conscientizando-o", logo instituindo valor. A ação de convencimento baliza-se em argumentos que sustentam o valor histórico singular da ação política do personagem e a relevância de seus documentos- pressupondo

[43] Duarte (2018, p. 81-83) aponta que, nos Estados Unidos, diferentemente do Canadá, a custódia de arquivos privados não foi considerada por instituições arquivísticas públicas, uma vez que se entendeu que a custódia destes conjuntos é mais interessante quando realizada por bibliotecas, museus e sociedades históricas, já que, naquele contexto, os arquivos pessoais são mais reconhecidos como fontes de pesquisa histórica do que propriamente integrantes do universo arquivístico

> compatibilidade entre o desempenho público e registros acumulados para os estudos da história (VIANNA, LISSOVSKY, SÁ, 1986, p.69).

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1960, o reconhecimento dos arquivos pessoais como fontes para a construção de memórias, o fortalecimento da imagem dos indivíduos como sujeitos históricos, e o desenvolvimento de um ideal preservacionista contribuíram para a institucionalização de arquivos pessoais, tendo em vista que

> A partir dos anos 1960 evidencia-se a criação de muitos desses espaços, não exclusivos, mas, em grande medida, dedicados à preservação de arquivos pessoais. Esses locais, majoritariamente vinculados a centros universitários e de pesquisas, originados de projetos com temáticas e objetivos variados, proporcionaram mais fôlego para os movimentos preservacionistas, ao mesmo tempo em que impulsionaram a valorização dos arquivos pessoais nos ambientes investigativos. (DUARTE; BIZELLO, 2020, p. 139).

Estas iniciativas não foram importantes apenas para a valorização dos arquivos pessoais enquanto fontes de conhecimento para a pesquisa acadêmica e científica, mas sobretudo, para o entendimento das implicações técnicas (relacionadas à aplicação dos princípios arquivísticos para o tratamento destes conjuntos documentais), e políticas (relacionadas aos critérios de seleção e escolha dos acervos a serem institucionalizados). Não podemos perder de vista que os centros documentais, ao optarem pela custódia de determinados conjuntos arquivísticos o fazem segundo critérios que lhes são muito particulares, afinal

> Trata-se de um trabalho de escolha, pois a impossibilidade de se preservar a totalidade de documentos produzidos é uma realidade e demanda um processo de seleção que, invariavelmente, culmina na permanência de determinados documentos e na exclusão de outros. A função arquivística da avaliação de documentos existe justamente para viabilizar esse trabalho de seleção, porém aplica-se a arquivos institucionais e não apresenta função no âmbito dos arquivos pessoais, recaindo a responsabilidade, em primeira instância, ao titular, e em segunda instância, à instituição de custódia que aceitará ou não preservar a documentação em questão.
> É também ato político, pois ao mesmo tempo em que se pratica uma seleção fundamentada em critérios vários, define-se também o que será mantido e o que não será. Aos documentos preservados, garante-se o tratamento documental e a abertura para acesso público. Os não selecionados são relegados à falta de tratamento especializado e à inviabilidade de abertura para acesso. Significa dizer, do ponto de vista de busca por elementos constituintes de memórias coletivas, estabelecer aquilo que será lembrado e o que será esquecido. Já do ponto de vista da pesquisa historiográfica, significa acesso facilitado, por meio de divulgação especializada e condições técnicas e sanitárias para a consulta; ou obstaculizado, por todas as implicações trazidas pela guarda doméstica de documentos. (DUARTE; BIZELLO, 2020, p. 143).

Duarte (2023) destaca que a institucionalização de arquivos pessoais está imbuída de processos simbólicos capazes de investir valores históricos e de preservação aos arquivos acumulados por pessoas (conferindo legitimação ao processo), podendo gerar visibilidades (ao projetar os conjuntos documentais e viabilizar seu acesso) ou silenciamentos (ao inviabilizar

seu acesso e uso). Isso significa que, ao serem institucionalizados, os arquivos acumulados por pessoas, de certa maneira, recebem uma chancela autorizativa para testemunharem o passado, mediante o reconhecimento da autoridade da instituição custodiadora, e podem impactar em maior ou menor medida na construção de narrativas sobre o passado.

Para Heloisa Bellotto (2006, p. 266) é por meio do reconhecimento do valor social dos arquivos pessoais que instituições documentais se ocupam da guarda e tratamento dos documentos, e empenham-se junto aos titulares ou seus herdeiros para que sejam disponibilizados para a sociedade. Neste sentido, a aquisição de documentos pessoais por instituições de custódia documental, sobretudo aquelas de caráter público, cria mecanismos para a construção de memórias coletivas, na medida em que retira os documentos do ambiente doméstico e os transfere para um espaço que passa a franquear o acesso e o uso, por meio de um processo simbólico de reconhecimento e investidura de valor. Luciana Heymann (2005, p. 8) explica que esse movimento promove a atribuição de valor não apenas aos documentos, mas também à instituição que passa a custodiá-los, na medida em que o titular (e toda a sua carga simbólica) também é objeto de aquisição, fazendo com que instituições disputem o direito de associar-se aos documentos de pessoas, e adquiram o direito de preservar, agir e falar em seu nome.

Mas, para que um arquivo pessoal integre as dinâmicas informacionais de busca e amplo acesso, é necessário que ele seja disponibilizado para pesquisa, processo que ocorre, na maior parte dos casos, após serem adquiridos por instituições de custódia. Fabiana Costa Dias (2023), em sua tese de doutorado, esclarece que os métodos de aquisição de acervos arquivísticos podem se dar de três maneiras: 1) Transmissão oficial de documentos (atividades realizadas ao longo do ciclo de vida dos documentos de arquivo); 2) Transmissão formal de posse (por um período de tempo); 3) Transmissão formal de propriedade (coleta de documentos de arquivos para a formação de acervo, em caráter definitivo). No caso dos arquivos pessoais a aquisição se dá pela transmissão formal de posse e/ou propriedade, tendo em vista que se trata de uma ação voluntária que se efetiva pela coleta do acervo por uma instituição de custódia arquivística em caráter provisório ou duradouro, não prevista *a priori* (diferentemente da transferência e recolhimento que são atividades encadeadas e aplicadas aos documentos administrativos ao longo de seu ciclo de vida).

Quadro 3: Tipos de aquisição de acervos por instituições arquivísticas

Tipos de Transmissão	Modalidade	Caracterização
Transmissão oficial de documentos	depósito legal, transferência e recolhimento	São as atividades de "aquisição" que são realizadas ao longo do ciclo de vida dos documentos, não ocorrendo alteração no titular da propriedade dos documentos ou dos arquivos (permanecem na mesma jurisdição arquivística à qual pertencem)
Transmissão formal de posse	Comodato, empréstimo e depósito	Neste caso, a propriedade dos arquivos permanece com o comodante, depositante ou emprestador, enquanto a posse deles é atribuída ao comandatário, depositário ou emprestante, possuindo caráter temporal provisório.
Transmissão formal de propriedade	Compra, dação, doação, legado, permuta e troca	Caracterizada como transmissão formal de propriedade, em caráter duradouro

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (p.22-23)

O arquivista australiano Peter Crush esclarece que, para além das mudanças de propriedade, os processos de aquisição devem definir outros aspectos como as decisões sobre quais arquivos coletar, os responsáveis pela coleta, os procedimentos para tal e, ainda, como será oferecido a acesso a esses documentos (aspectos integrantes da política de aquisição). Segundo ele,

> O **quem** pode ser um indivíduo, uma família, um grupo comunitário, uma organização sem fins lucrativos, uma empresa, uma organização governamental ou qualquer outra entidade que possa ser identificada e definida.
> O **o quê** pode ser "qualquer uma dessas coisas antigas que valha a pena manter", os registros históricos da igreja, tanto quanto possível, coisas publicadas, não publicadas e tridimensionais que contam a história de nossa região/ forças armadas/ indústria, material histórico que podemos usar para exibições em nossos espaços públicos e tantos outros materiais quanto sua imaginação puder imaginar.
> O **por quê** poderia ser "limpar essa bagunça e aproveitá-la ao máximo", "preservar as evidências das crenças, princípios, governança, propriedade, direitos, responsabilidades, obrigações, congregação, atividades, serviços jurídicos, administrativos e informativos da igreja fins", "manter viva a memória e preservar e tornar acessível ao público informações sobre o desenvolvimento e a vida da nossa região/ forças armadas/ indústria", "para a educação e fruição do público", "para estimular o interesse pelas nossas atividades a fim de aumentar nossa base de clientes", e assim por diante (CRUSH, 2008, p. 209, *apud* DIAS, 2023, p.156).

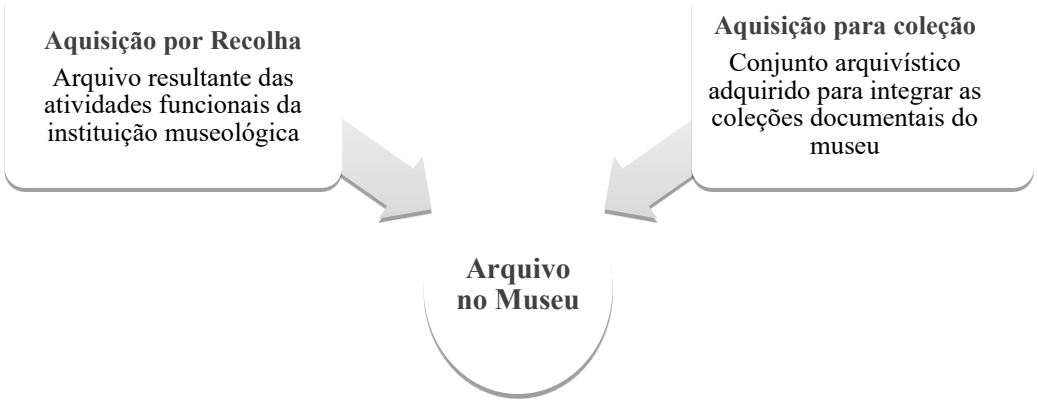
Existem diferenças com relação ao encadeamento das ações relativas à aquisição de arquivos, no âmbito dos arquivos administrativos e dos arquivos pessoais. No primeiro caso, a partir da criação, o documento será classificado, avaliado, adquirido pelo Arquivo (por meio de recolha ou transferência), descrito, difundido e conservado, mantendo-se a mesma jurisdição; no segundo, o documento é criado/acumulado, classificado e avaliado pelo titular do acervo e, quando adquirido por uma instituição de custódia é novamente avaliado, adquirido de diferentes maneiras (na maior parte das vezes por compra ou doação), sendo posteriormente descrito,

conservado e comunicado para a sociedade (DIAS, 2020, p.11). Em razão disso, “não basta que simplesmente sejam entregues aos cuidados de uma instituição que os aceite, mas há necessidade de procedimentos burocráticos que atestem a transferência de custódia à instituição” (DUARTE, 2013, p.42).

Sônia Troitiño (2023) salienta que a adequada preservação de arquivos pessoais depende da criação e implementação de políticas (dentre elas, a de aquisição), e que estas são estabelecidas mediante o entendimento das instituições custodiadoras. Ela pontua, por exemplo, que a construção de políticas de aquisição é importante para o estabelecimento de critérios de seleção de arquivos pessoais em instituições de custódia, estando estas alinhadas aos objetivos estabelecidos pela instituição (isto é, entendendo a vocação do espaço, compreendendo a amplitude dos acervos e o retorno que se pretende dar à sociedade). Este fator é imprescindível para que o processo de institucionalização tenha respaldo em documentos que possam fundamentar as decisões técnicas relacionadas à aquisição, tratamento e disponibilização de acervos, promovendo a consistência das práticas institucionais e a transparência relativa às tomadas de decisões. Neste sentido, é importante que as instituições tenham clareza sobre a necessidade/vontade de adquirir um dado acervo, sejam capazes de avaliar os documentos de interesse a fim de racionalizar os recursos para aquisição, explicitar para seu público a pertinência do conjunto documental adquirido, estejam atentas às implicações legais e éticas das aquisições e sejam capazes de harmonizar direitos conflitantes (como o acesso e a intimidade).

As formas de aquisição de um arquivo também são importantes para caracterizar este tipo de acervo quando este integra instituições não arquivísticas, como é o caso de instituições museológicas. Os arquivos de museus, conforme salienta Maria Celina Soares de Mello e Silva (2013), podem ser abordados a partir da forma de sua aquisição: recolha para o Arquivo (quando o conjunto documental é resultante das atividades funcionais da instituição museológica); e aquisição para coleção (quando o conjunto arquivístico é adquirido pelo museu para integrar suas coleções documentais). No primeiro caso, os arquivos de museus exercem o papel do arquivo permanente da instituição, recolhendo os documentos produzidos e acumulados no decorrer do desempenho das atividades administrativas ligadas às áreas-meio (não contemplando a documentação produzida pelas atividades finalísticas, como as exposições e a pesquisa). No segundo, os arquivos são adquiridos de diferentes maneiras (compra, doação, troca…), e passam a integrar o acervo do museu de acordo com seus objetivos e missão (previamente estabelecidos em uma política de aquisição).

Figura 7: Formas de aquisição de um arquivo em instituições museológicas

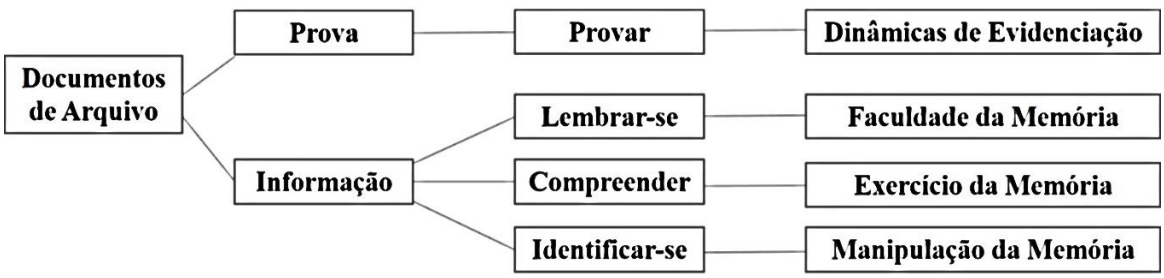


Fonte: Elaborado pela autora, com base em Mello e Silva (2013, p. 40- 41)

2.1.1- Arquivos pessoais para quê? A utilidade social dos arquivos das pessoas

Para que o arquivo de um indivíduo, formado em decorrência de suas próprias escolhas e necessidades (sejam elas de cunho pessoal ou profissional), seja reconhecido por outros indivíduos que dele decidam se apropriar (físico ou intelectualmente), é necessário, antes de tudo, que se reconheça seu valor enquanto patrimônio, isto é, uma herança a ser usufruída, e conduza estes acervos a espaços de acesso aberto. Mesmo diante do descrédito com que as instituições arquivísticas são vistas enquanto equipamentos de cultura e lazer, há de se afirmar, incansáveis vezes, que, para além da oficialidade dos arquivos públicos frutos da administração (equipamentos cruciais para a acurácia administrativa e para a história social), os conjuntos documentais acumulados por pessoas também são imprescindíveis para a construção da história e de memórias da sociedade. Conforme salientou o arquivista francês Bruno Delmas (2010), a utilidade dos arquivos para a sociedade reside em quatro capacidades: 1) Provar (utilidade jurídica); 2) Lembrar-se (utilidade de Gestão); Compreender (utilidade de conhecimento); 4) Identificar-se (utilidade social de transmissão de memória).

Figura 8: Figura 8: Figura 8: Utilidade dos arquivos para a sociedade



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A priori, os arquivos servem para **provar**, sendo esta a razão primordial de sua conservação no tempo. Esta característica, ligada à garantia dos direitos, também está relacionada à responsabilização, uma vez que são os documentos (no sentido jurídico) que fundamentam os direitos e deveres das pessoas e instituições. A função de provar encontra respaldo na responsabilidade arquivística, pois esta

> Tem início com a formação do documento, o qual fornece provas de ações entre indivíduos ou grupos, circunstâncias e intenções em torno de tais ações, além de efeitos legais e sociais das mesmas (...). O documento é a prova de uma relação direito-dever não só entre os participantes imediatos da ação, mas também entre todos os demais que são afetados por ela (IACOVINO, 2016, p.284).

No caso dos arquivos pessoais esta capacidade de prova costuma ser mais evidente (no sentido jurídico) diante de documentos oficiais (como passaportes, contratos de compra e venda, e diplomas), e menos evidente no caso de documentos que não correspondam à formalidade protocolar própria dos documentos oficiais[44]. Isso não significa, no entanto, que os demais documentos não constituam provas das atividades de seus acumuladores, mas que as razões de sua produção/acumulação, por serem menos evidentes, precisam ser investigadas para serem compreendidas. Os *souvenirs*, por exemplo, podem comprovar as viagens realizadas pelo titular de um arquivo, sendo estes artefatos indicativos de seus interesses pessoais e das relações estabelecidas durante os trajetos e, também, complementares aos registros oficiais (como o passaporte ou recibos de compras de passagens).

Todo o conjunto de documentos acumulado por alguém resguarda a capacidade de provar as suas ações enquanto indivíduo (dotado de particularidades e disposições psicológicas) e sujeito social (capacidade de referência de suas ações coletivas e formação de redes de sociabilidade). Todavia, após a aquisição de um arquivo pessoal por uma instituição de custódia e acesso é necessário um acurado trabalho arquivístico a fim de garantir que os documentos adquiridos continuem a ocupar o lugar lógico que lhe foi devido no processo de acumulação. As ações desempenhadas precisam assegurar que o sentido de acumulação dos documentos seja preservado e assimilado pelos usuários (possibilidade de compreensão acerca da conexão existente entre os documentos), afinal a organicidade é a responsável pela natureza arquivística dos documentos acumulados por uma pessoa, conferindo-lhes a capacidade de provar as

[44] Conforme Richard Cox (2008, p. 139-140), os arquivos pessoais são formados e mantidos mediante a manifestação das necessidades quotidianas, por finalidades legais (como o acúmulo de documentos financeiros que permite a comprovação de débitos e quitações), ou emocionais (como as fotografias familiares que conectam os indivíduos aos seus antepassados), auxiliando nos processos de entendimento dos lugares ocupados (valores simbólicos) e a execução/comprovação de suas atividades (valores práticos).

vivências e escolhas dos indivíduos e tornando-os verdadeiramente acessíveis para todo tipo de usuário.

Ainda que se admita as intencionalidades do ato de criar e manter arquivos pessoais, os documentos acumulados por pessoas são provas de suas atividades (contribuindo para a criação de narrativas do "eu" e da "coletividade"). Segundo Sue Mckemmish (2018), essa capacidade de testemunho permite que os arquivos formados por pessoas sejam tanto provas das ações desses sujeitos (dimensão individual), quanto das relações que este estabelece em sociedade (dimensão coletiva). Quando se reconhece a importância destes conjuntos documentais para a sociedade, e busca-se uma forma institucionalizada de preservar e dar acesso aos documentos acumulados por pessoas, contribui-se para "transbordar um arquivo pessoal para além dos limites de uma vida particular, e de cumprir o papel de transformar a prova de mim em prova de nós" (MCKEMMISH, 2018, p. 253). Portanto, os documentos acumulados por indivíduos se somam àqueles acumulados por instituições (públicas e privadas) para a construção da memória coletiva (a partir das dimensões espaciais e temporais das vivências humanas), uma vez que indivíduo e sociedade são sempre entidades entrelaçadas, que se conformam mediante o estabelecimento de relações.

Os arquivos também servem para **lembrar**, conforme afirma Delmas (2010), pois nos permitem acessar o que foi feito e, a partir desta experiência, agir. Mesmo que tenha sido considerada, por muito tempo, uma ação secundária, a função de lembrar é primordial, tendo em vista que é uma necessidade prática da vida resultado da "continuidade da vida dos indivíduos como organismos" (DELMAS, 2010, p. 26-27). A lembrança é uma faculdade da memória, sendo esta última distinguida pelo antropólogo Joël Candau (2019) em três instâncias: 1) Protomemória (saberes incorporados pelos indivíduos); 2) Memória (faculdade que permite a recordação e o esquecimento); 3) Metamemória (representação que cada indivíduo faz de sua própria memória).

Apesar dos estudos arquivísticos poderem se relacionar a qualquer uma destas instâncias, é comum a aproximação entre arquivos e memória. Segundo Margaret Hedstrom (2016, p. 239), há um crescente interesse sobre a memória na literatura arquivística sem, contudo, que a terminologia e a escolha de abordagem sejam tratadas de maneira precisa. Ela afirma que os arquivos costumam ser comparados metaforicamente com a memória individual (processos de codificação, rememoração e reconstrução da memória pelo cérebro de cada indivíduo), sendo esta compreensão importante para os arquivistas que lidam com dispositivos e ferramentas mnemônicos (como instrumentos de pesquisa) que auxiliem o usuário a descobrir e pesquisar informações em arquivos.

Figura 9: Instâncias de Manifestação da Memória

Protomemória	Memória	Metamemória
Relacionada aos saberes e experiências incorporados pelos indivíduos (sem a necessidade de questionamentos e que são compartilhados pela sociedade)	Condição que permite a recordação e o reconhecimento e, portanto, convive com o esquecimento	Representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, ou seja, é a memória que é reivindicada pelo indivíduo e que, portanto, é usada para a construção de sua identidade

Elaborado pela autora, com base em Candau (2019, p. 21-24)

Em contrapartida, quando os estudos arquivísticos se aproximam da memória coletiva (abordagem sociocultural relacionada ao entrecruzamento da memória individual aos processos sociais), a ênfase recai na coletividade (onde a memória compartilhada é acessada por meio de tentativas de generalização para a compreensão coletiva). Conforme Candau (2019), os indivíduos não são atomizados (independente uns dos outros), e compartilham experiências para a produção de significações, sendo a memória coletiva mais presente no plano discursivo do que no concreto, já que as pessoas não são capazes de se recordar das mesmas coisas com a mesma intensidade, nem mesmo produzirem a mesma interpretação de um acontecimento.

> Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objeto de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados. (CANDAU, 2019, p. 35).

O arquivista australiano Michael Piggott (2005) questiona o papel dos Arquivos e dos arquivistas na transformação da memória pessoal em memória coletiva, uma vez que a totalidade dos arquivos não equivale, automaticamente, à memória coletiva da sociedade. Piggott salienta que a articulação moderna do termo "memória coletiva" foi essencialmente pautada na obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), que introduziu a ideia de que, "embora seja sempre os indivíduos que se lembrem dos eventos, é como membro de um grupo que eles se lembram e recriam o passado" (PIGGOTT, 2005 p. 63. Tradução nossa)[45]. Os arquivos, neste contexto, são entendidos como instrumentos de apoio à recordação e mecanismos de imposição de esquecimentos. Mesmo que estes reúnam elementos para a construção da memória coletiva, eles representam apenas uma forma de autorização desta

[45] No original: "it is always individuals who remember, it is as group members that they remember and recreate the past" (PIGGOTT, 2005 p. 63).

memória, isto é, um lócus responsável pela custódia daquilo que a sociedade decide se lembrar, já que eles são canais clássicos para a perpetuação de registros e dispositivos para a construção da memória coletiva. Ao recolher, tratar, manter e disponibilizar os documentos de arquivo, apresentam-se "declarações acordadas, do presente para o futuro, que dizem que isto é o que dizemos coletivamente e oficialmente que aconteceu" (PIGGOTT, 2005 p. 68. Tradução nossa)[46].

É neste sentido que, ao adquirirem acervos pessoais, as instituições de custódia conferem anuência ao processo que introduz os documentos acumulados por um indivíduo ao universo memorial da coletividade. Isto não quer dizer, no entanto, que os documentos acumulados por pessoas não integrem a complexa estrutura de formação de memórias coletivas, mas que, ao se reconhecer o interesse público destes conjuntos documentais, eles são chancelados como representativos de um contexto social que é mais amplo do que a vivência individual de seu acumulador. Este fenômeno é determinado por dinâmicas sociais, já que é o próprio ambiente social quem determina o valor dos acervos e valida suas escolhas[47].

Os arquivos apresentam suporte de verossimilhança para as retóricas construídas em torno da memória coletiva, a partir do entendimento daquilo que Candau (2019) distinguiu como representações factuais (representações da existência de certos fatos) e representações semânticas (representações dos sentidos atribuídos a estes mesmos fatos):

> Quando uma retórica holista remete a representações factuais supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja elevado. Quando uma representação holista remete a representações semânticas supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos (por exemplo, as representações relativas aos dados factuais), há uma forte probabilidade para que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo (CANDAU, 2019, p. 39).

Uma memória forjada na factualidade dos documentos, mas que se pretenda a ser generalizante, incorre no perigo de ser alheia à pluralidade das experiências individuais e na multiplicidade das fontes, alinhada à produção de retóricas hegemônicas que não aceita contrapontos e que desconsidera as experiências subjetivas. Não podemos nos esquecer que mesmo que certas representações factuais sejam compartilhadas, sua semântica, isto é, seu significado perante um indivíduo ou grupo social, pode não ser compartilhado. Ao se abandonar o ideal de memória universal (pautada unicamente em representações factuais oficiais e

---

[46] No original: "They are agreed statements, from the present to the future, which say that this is what we collectively and officially say happened, was done and was said" (PIGGOTT, 2005 p. 68).

[47] Fato este que explica a alteração na tendência de institucionalização de arquivos pessoais do século passado (em sua maioria, políticos, intelectuais e artistas do sexo masculino), e deste novo século (interesse por arquivos de sujeitos que estiveram à margem da sociedade, como mulheres, negros, trabalhadores e artistas populares).

semânticas hegemônicas), abre-se a possibilidade de mobilização de inúmeros dispositivos de memória para além dos documentos arquivísticos frutos da administração oficial (como os documentos acumulados por pessoas, as práticas rituais e de oralidade), produzindo interferências coletivas naquilo que a sociedade é capaz de lembrar ou esquecer.

Bruno Delmas (2010) ressalta que os arquivos também resguardam a função de **compreender**, porque são fonte de conhecimento, e permitem o entendimento daquilo que foi feito por outros para o prosseguimento das ações, permitindo, desta forma, o avançar da humanidade. Esta função está mais relacionada ao exercício prático da memória ("memória exercitada"), conforme definido por Paul Ricœur (2007). O filósofo francês aborda o conceito de memória a partir de um ponto de vista cognitivo (isto é, a capacidade que os indivíduos têm de lembrar-se de algo), e pragmático (o uso que o indivíduo é capaz de fazer a partir daquilo que lembra), sendo que "o confronto entre a Memória e História se dará, quanto ao essencial, no nível dessas duas operações indivisamente cognitivas e práticas" (RICOEUR, 2007, p. 72).

A memória, ao ser exercitada, viabiliza um nível elevado de consciência e compreensão. É por meio dos usos da memória que os sujeitos são capazes de compreender, tanto por meio de experiências positivas, quanto traumáticas, sendo o confrontamento e a rememoração estratégias para se evitar a construção compulsória de memórias e esquecimentos[48]. Neste caso, ela está, inevitavelmente, ligada à aprendizagem, não mais relacionada ao desenvolvimento de práticas de memorização, mas sim à aprendizagem *pela* memória. Isso significa a possibilidade de aquisição de novos repertórios de conhecimento intelectual ou prático de maneira cumulativa, em nível individual e coletivo.

Os arquivos, ao viabilizarem a compreensão dos fenômenos em seus contextos de efetivação, possibilitam o refinamento da experiência humana (e também da memória), pois permitem a compreensão histórica dos acontecimentos (nas suas dimensões espaciais e temporais) e o desenvolvimento da noção de continuidade (por intermédio da acumulação documental). Conforme salienta Margaret Hedstrom (2016), ao servirem de ferramentas para esta compreensão, os arquivos auxiliam no desenvolvimento da consciência histórica, já que os documentos de arquivo influenciam indiretamente a percepção que uma comunidade ou uma nação nutre de seu passado (por intermédio das interpretações históricas, tanto para o público leigo quanto para o especializado). Por isso, para a autora, "a relação entre memória e história

[48] A memória exercitada pressupõe que "a noção de trabalho- trabalho de rememoração, trabalho de luto- ocupa uma posição estratégica na reflexão sobre as falhas da memória. Essa noção supõe que os transtornos enfocados não são apenas sofridos, mas que somos responsáveis por eles" (RICOEUR, 2007, p. 93).

é difícil de desembaralhar ou destilar numa sequência simples de causas e efeitos". (HEDSTROM, 2016, p. 243)

Os arquivos pessoais também resguardam potencial significativo para a construção e o exercício da memória e da história, na medida em que contribuem para a compreensão da sociedade, a partir do entendimento da relação que o indivíduo estabelece com seu meio social (contexto no qual os documentos ganham destaque). Renato Crivelli Duarte (2013) destaca que, quanto maior for a relevância do sujeito na sociedade, maior será o interesse pelos seus registros pessoais, já que, "de modo geral, isto acontece a partir da influência social que o sujeito detém, sua capacidade de agir na sociedade e, consequentemente, de representá-la" (DUARTE, 2013, p.22). Deste modo, o entendimento ampliado dos arquivos produzidos por pessoas (enquanto fontes de informação) contribui para a consciência da necessidade de sua preservação e disseminação e são determinantes para as tomadas de decisão relativas à aquisição de arquivos pessoais por instituições de custódia. Crivelli (2013, p.41) enfatiza que a institucionalização, para além de representar a monumentalização e a inserção dos arquivos pessoais junto ao contexto coletivo, é um ponto de convergência entre as memórias e identidades, a pesquisa histórica, e o desejo de transmissão da imagem.

Brien Brothman (2001) afirma que os arquivos assumem duas diferentes missões: Disponibilizar os resíduos do passado para promover conhecimento integrado e identidade de grupo (para a memória); revelar indícios para a construção de narrativas sobre o passado (para a história), de modo que, "no nível conceitual, ser arquivista da memória e ser arquivista da história pode envolver atitudes radicalmente diferentes em relação ao tempo e aos seus objetos." (BROTHMAN, 2001, p. 62. Tradução nossa)[49]. Em ambos os casos, o arquivo só possui valor se acessado e compreendido, ou seja, se for exercitado. Neste sentido, o arquivo de uma instituição ou indivíduo não é, necessariamente, a sua memória, mas poderá ser mobilizado para tal, afinal

> Os arquivos são fonte para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis, enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória (HEDSTROM, 2016, p. 255).

Na medida em que os Arquivos são fontes de conhecimento e dispositivos fundamentais para o avanço histórico, cultural e científico da humanidade, tornam-se arsenais de

[49] No original: "At the conceptual level, being memory's archivist and being history's archivist may each involve radically different attitudes to time and its objects" (BROTHMAN, 2001, p. 62).

responsabilidade social[50]. Nesta condição, assumem o dever de promover a construção de memórias sempre que elas se fizerem necessárias, servir ao desenvolvimento histórico, científico, e cultural da humanidade e viabilizar a preservação e o acesso aos documentos de interesse social, enquanto direito fundamental para a compreensão dos fenômenos nos tempos e circunstâncias que lhes são devidos.

Os arquivos também servem como dispositivos de identificação. Conforme Bruno Delmas (2010), a função de **identificar-se** é uma utilidade tanto psicológica quanto moral, pois é por meio dela que ocorrem as relações sociais, pela qual cada indivíduo se reconhece como parte de uma história coletiva. Não podemos nos esquecer que

> (...) as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de "traços culturais" - vinculações primordiais-, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais- situações, contexto, circunstâncias-, de onde emergem os sentimentos de pertencimento de "visões de mundo" identitárias ou étnicas (CANDAU, 2019, p. 27).

Por meio da reivindicação de memórias, os indivíduos constroem e reconstroem suas identidades, já que a função essencial da memória é gerar sentimento de pertencimento e coesão interna dos grupos sociais "definindo as fronteiras daquilo que seus integrantes têm em comum" (CAMPOS, 2014, p. 83). A utilização de recursos de memória, como os arquivos, permite que os indivíduos construam ideias de si e do seu mundo, se sintam pertencentes a grupos e comunidades, e sejam capazes de se localizar social e historicamente. O entendimento das possibilidades de manipulação dos recursos a fim de se gerar reconhecimento e criar identidades é fundamental para o entendimento daquilo que Paul Ricoeur (2007) chamou de nível prático, ou "memória manipulada". Trata-se da percepção dos usos e manipulações do conceito de memória para fins de construções de identidades individuais e também coletivas. Para Ricoeur, a mobilização da memória a serviço de reivindicações de identidades leva tanto aos abusos da memória (mobilização de recursos para promover a lembrança), quanto aos abusos do esquecimento (mobilização de recursos para promover o esquecimento, ou simplesmente a ausência de mobilizações), sendo a configuração retórica (ação seletiva da memória para a construção de narrativas), uma forma de manipular a memória para forjar identidades.

[50]Conforme salientado por Iacovino (2016, p.264), o arquivista e professor canadense Terry Eastwood, em 1989, conclamou os arquivistas a entenderem o Arquivo como arsenal de responsabilidade e continuidade democrática, indo além da visão deste enquanto arsenal da administração e da história, pois os arquivos são provas de ações passadas que atendem a todos os interesses da comunidade. Segundo esta perspectiva, os arquivos assumem uma posição de destaque com relação às faculdades interpretativas da sociedade, fornecendo subsídios (por meio da existência/ausência de documentos) para que se compreenda as dinâmicas sociais ao longo do tempo, permitindo a manutenção de costumes e práticas e evitando-se repetições danosas para a humanidade.

> O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto abuso de memória- insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada (RICOEUR, 2007, p. 94).

Eric Ketelaar (2002), salienta que os documentos de arquivo são instrumentos de controle poderosos e, ao mesmo tempo em que representam a opressão social, também podem representar sua libertação[51]. Se, em um primeiro momento pode parecer que os arquivos são "prisões" (por registrarem apenas uma parcela restrita dos fenômenos sociais e reduzirem o escopo da construção memorial), por outro, eles constituem significativos reservatórios para memórias funcionais e corretivas do presente e para o futuro, no qual se pode recorrer mediante desejo e necessidade[52] (KETELAAR, 2002, p. 233). A existência de Arquivos, para além de legitimar memórias, estimula a preservação, tratamento e uso dos documentos de arquivo, permitindo a autoidentificação (percepção dos indivíduos e grupos sociais uns em relação aos outros) e a autorreferência (localização dos indivíduos e grupos sociais na cronologia histórica). O alargamento da abrangência dos Arquivos, neste sentido, viabiliza a construção de identidades plurais e incentiva o reconhecimento público da história de sujeitos e grupos que foram, por longos períodos, privados de identificação[53].

> Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que tem como objetivo reparar o silencio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva (HEYMANN, 2006, p. 3)

Mais uma vez, o Arquivo é visto como arsenal de responsabilidade, graças ao viés autorizativo que assume perante à sociedade em relação à construção da memória e formulação da história, ainda que nenhum arquivo seja formado na perspectiva de servir à construção destas

---

[51] O autor exemplifica que o sistema detalhado de manutenção de registos nazistas, por exemplo, ainda hoje constitui uma fonte indispensável para a restituição e reparação dos danos do holocausto.

[52] Por isso, a busca por identidade leva à mobilização dos dispositivos de memória (dentre as várias possibilidades, também os documentos de arquivo) para reivindicar direitos, reparar injustiças e construir identidades. Não raras vezes, os movimentos identitários recorrem a estratégias de manipulação e abusos da memória, na expectativa de alcançar reconhecimento de suas memórias traumáticas. Neste fato reside a importância de se estimular o entendimento da exemplaridade dos acontecimentos registrados pelos documentos de arquivo, de modo que as injustiças perpetradas (na forma de registros ou na ausência destes) possam ser adequadamente elaboradas para que as violações não se repitam no presente ou no futuro, e para que os indivíduos e grupos sociais construam suas identidades para além da dor.

[53] Tognoli e Rocha (2021, p. 5) apontam, por exemplo, um crescente incentivo para a realização de estudos arquivísticos de vertente crítica ("estudos críticos"), como os estudos feministas e decoloniais. Esta vertente busca estimular o enfoque das reflexões e práticas arquivísticas em sujeitos e pautas que, por muito tempo, não estiveram representadas nos conjuntos arquivísticos "oficiais".

(por serem instrumentos que viabilizam ações pelo imperativo da necessidade). Neste sentido, o uso dos arquivos para fins de memória e história é uma consequência derivada justamente do caráter probatório dos documentos em relação às atividades que eles viabilizaram.

O reconhecimento da pluralidade social e, consequentemente, dos variados agentes acumuladores de arquivos, permite a representação ampliada da sociedade. As lutas que marcam a busca por representatividade, também no universo dos arquivos, integram o nível ético-político da memória, onde os sujeitos sociais, ao compreenderem as injustiças reverberadas pelas lacunas da história, reivindicam um lugar na construção democrática da humanidade, gerando a obrigação (dever de memória), para a justiça social[54]. Este conceito, desenvolvido na modernidade, adotou o bem social como objetivo comum e, conforme Duff et al. (2013), apesar do crescente interesse e debate na Arquivologia[55], raramente fica explícito o que se entende por justiça social. As discussões, em sua maioria, envolvem a noção de distribuição de poder entre as sociedades e, mais recentemente, a defesa de temas como direitos civis e de movimentos sociais. Neste caso, a noção de justiça social basicamente reproduz a ideia de que Arquivos podem produzir e reproduzir justiças/injustiças (uma vez que são mecanismos de poder), sendo a pluralidade das demandas da sociedade contrastante com a ínfima parcela residual daquilo que é preservado (gerando uma espécie de desejo de se fazer justiça ao hiato memorial da humanidade).

As novas demandas ao denunciarem a violação de direitos, passaram a reivindicar a responsabilização deste dolo e a compensação dos lesados, não bastando apenas a reparação, mas a autoridade para falar sobre os temas sensíveis (muitas vezes ausentes ou amortizados nos arquivos). A contemporaneidade mobilizou discursos críticos em torno da produção do documento de arquivo, sua conservação, gerenciamento, controle e preservação, bem como as implicações destas atividades para a justiça social. Buscou-se enfatizar os contextos de poder ao qual os arquivos estão submetidos e demonstrar as ligações concretas entre a justiça social, os arquivos e as práticas arquivísticas.

---

[54] O dever de memória apresenta um discurso reivindicativo a favor do reconhecimento oficial dos danos sofridos por pessoas e grupos sociais marginalizados que se posicionam contra os processos de opressão e "não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros" (RICOEUR, 2007, p. 101). Neste sentido, o dever de memória estará, sempre, indissociado da justiça social. Conforme Heymann (2006, p.4), o dever de memória é uma expressão cunhada nos anos 1990, e se refere à noção de que memórias de sofrimento e opressão sempre geram obrigações em relação às comunidades portadoras dessas memórias.

[55] No caso dos arquivos, a justiça social pode ser entendida a partir de três modelos: 1) Justiça procedimental (ética do trabalho arquivístico); 2) Justiça Distributiva (democratização das fontes documentais para a sociedade); 3) Justiça Inclusiva (representatividade de grupos marginalizados na história social) (BELMONTE, OPOTOW, 2016, *apud* TOGNOLI; ROCHA, 2021, p7).

> Esta estrutura parte do reconhecimento de que as contestações sobre a produção de documentos (incluindo o que é registado e como é registado) e sobre a conservação de documentos (incluindo a forma como os documentos e outros objetos de informação são geridos, selecionados, controlados, acedidos e preservados) implicam esforços de justiça social (DUFF et al., 2013, p. 329. Tradução nossa)[56].

A noção de justiça social em Arquivologia logo vinculou-se à democratização do acesso (transparência) e ao engajamento das práticas profissionais para a reparação de injustiças (ao se considerar que as atuações arquivísticas podem reforçar- mesmo que indiretamente- os privilégios e preconceitos sociais), levando muitos profissionais "a procurarem colaboração-participação de afinidade com movimentos de justiça social para desafiar sistemas sistémicos" (DUFF et al., 2013, p. 326. Tradução nossa). Sobre isso, José Francisco Guelfi Campos (2014, p. 90) questiona a pretensa missão dos arquivistas[57] na reparação de injustiças históricas, salientando que, ao garantir a polissemia natural dos documentos por meio de procedimentos adequados de arranjo e descrição, o arquivista permitiria que os documentos fossem utilizados, dentre muitas possibilidades, em favor de causas sociais. Conforme Booms (1987, p. 81), não se trata, portanto, de questionar a relatividade ideológica da documentação, mas fornecer as pré-condições necessárias para o uso dos documentos e a reavaliação das metodologias históricas. A assertividade destes argumentos reside no fato de desfazer a suposta incompatibilidade entre a "neutralidade" do trabalho arquivístico e os ideias de justiça social, uma vez que ao engajar-se no adequado gerenciamento arquivístico, na manutenção da confiabilidade documental e na promoção de serviços de informação qualificados o arquivista estará agindo em favor da justiça social.

Conforme salienta Duff et al. (2013), apesar de, na maior parte das vezes, os Arquivos interagirem diretamente com uma parcela menor do público (quando comparados às Bibliotecas e aos Museus), seus usuários são afetados sistematicamente pelos documentos que acessam (alto impacto dos documentos de arquivos em seus utilizadores), porque, em sua maioria, o acesso tem o poder de desencadear várias ações (dentre elas, a busca por justiça social). No entanto,

> os impactos sociais tendem a ser de longo prazo e, portanto, pode ser difícil criar uma ligação causal entre os arquivos e um resultado específico. Em muitos casos, os arquivos atuam em conjunto com os sistemas de educação, jurisprudência, legislação,

[56] No original: "This framework proceeds from a recognition that contestations over recordmaking (including what gets recorded and how it gets recorded) and recordkeeping (including how records and other information objects are managed, selected, controlled, accessed and preserved) implicates social justice endeavors" (DUFF et al., 2013, p. 329).

[57] Campos (2014, p. 91) ressalta que o arquivista, apesar de ser um dos profissionais responsáveis pela construção da memória social, atua em conjunto com outros sujeitos sociais e que as instituições arquivísticas não são dispositivos medulares neste processo, agindo em conjunto com tantas outras no processo de representação e autorização da memória.

> redes sociais, ativismo político e outras instituições e indivíduos, a fim de promover mudanças (DUFF et al. 2013, p. 333. Tradução nossa)[58].

Isto posto, é preciso estimular o interesse social para tudo aquilo que o Arquivo é capaz de ofertar e desmistificar dois ideários contraditórios, mas igualmente pejorativos: do Arquivo como "torre de marfim" (interessante apenas para uns poucos versados); do Arquivo como "porão escuro" (abarrotado de documentos empoeirados, necessários, mas desinteressantes para a grande maioria das pessoas). Este ideário também se manifesta no contexto dos arquivos pessoais, na medida em que é necessário desmistificar a noção de que os arquivos acumulados pelas pessoas apenas merecem destaque de relevância pública quando se referem às grandes personalidades/feitos, sendo o conjunto de documento das pessoas comuns importantes apenas para elas próprias e alheios aos contextos históricos e sociais que lhes deram origem. Daí a importância de as instituições estarem conscientes sobre os acervos que possuem/querem possuir e dos serviços que prestam/podem prestar. Ademais, é importante que também estejam conscientes de que os Arquivos não são apenas "zonas de contato", mas, "zonas de conflito", para usar a expressão da museóloga Carla Padró (2003), capazes de gerar reflexões e mudanças no cenário de injustiças sociais.

Tognoli e Rocha (2021, p.5) ressaltam que, em grande medida, o compromisso arquivístico com a justiça social reside na criação de possibilidades de garantias de direito de acesso aos documentos de arquivo, englobando tanto os processos de aquisição e organização quanto os de disseminação do acervo. É preciso provocar os diversos grupos sociais para que seus membros busquem respostas- ou mesmo formulem perguntas- a partir dos Arquivos. No caso dos arquivos acumulados por pessoas, mais do adquiri-los e deixar as portas das instituições de custódia abertas, é necessário convidar o sujeito para adentrar na intimidade dos arquivos pessoais, um universo no qual ele já está, de alguma maneira, familiarizado (por também ser humano) e despertar nele o desejo de conhecimento e uso (o dever de gerar desejo).

2.2- Difusão de arquivos pessoais e dever de gerar desejo

Conforme buscou-se salientar, há uma estreita relação entre o reconhecimento da relevância social dos arquivos acumulados por pessoas, sua aquisição e institucionalização e a consequente promoção destes documentos à condição de dispositivos para a memória coletiva

[58] No original: "social impacts tend to be long-term, and therefore, it can be difficult to create a causal link between archives and a specific outcome. In many instances, archives act in concert with systems of education, jurisprudence, legislation, social networks, political activism, and other institutions and individuals, in order to make change" (DUFF et al. 2013, p. 333).

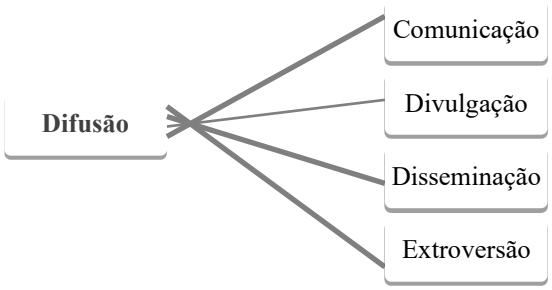
e patrimônio documental a ser usufruído pela sociedade. A função de difusão e acesso[59] assume, neste contexto, a condição de propulsora para o cumprimento da função social dos arquivos pessoais, na medida em que promove o conhecimento das instituições custodiadoras, incentiva e viabiliza o acesso e o uso dos documentos acumulados pelas pessoas. Como notabiliza Bellotto (2006, p. 227), é a difusão quem desenha os contornos sociais dos arquivos e os projeta para além das instituições arquivísticas, conferindo-lhes a necessária dimensão popular e cultural, que reforça e mantém seu objetivo primeiro.

Conforme Chaves (2020, p. 78), a difusão aparenta ser um conceito vulgar, na medida em que não há consenso acerca de sua definição terminológica. Apesar de o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística não apresentar nenhuma definição para o termo "Difusão", conceitua "Disseminação da Informação" como o "fornecimento e difusão de informações através dos canais formais de comunicação" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71). O mesmo dicionário também apresenta definição para o termo "Divulgação" como "conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, por sua vez, apresenta definição para o termo "Disseminação da Informação" enquanto "difusão de informações ou documentos distribuídos a pessoas ou entidades a partir de um ponto central de armazenamento (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 130); e para "Comunicação documentária", enquanto "atendimento a um pedido de informação, mediante a transmissão, não somente da informação, mas também dos documentos que lhes servem de suporte" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 98). O termo "Comunicação", contudo, parece ter maior adesão na Museologia e, conforme Cury (2005), é entendido como uma estratégia de mediação entre o museu e seu público, pelo qual a instituição formula e comunica sentidos a partir de seu acervo.

[59] Para tanto, tomamos como referencial teórico as definições de Rousseau e Couture (1998, p. 265) acerca das funções arquivísticas, quais sejam: Produção, Aquisição, Avaliação, Classificação, Descrição, Preservação e Difusão.

Figura 10: Abrangências terminológicas- Difusão



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Em linhas gerais, a difusão pode ser entendida como a função arquivística responsável pela disseminação das informações pertinentes ao arquivo (tanto dos acervos, quanto dos serviços arquivísticos), viabilizando "o desenvolvimento de ações que promovam o encontro efetivo dos serviços de arquivo e das instituições arquivísticas com a sociedade" (MELO, 2019, p. 27). Moisés Rochemback define que

> a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015, p.113).

O arquivista Normand Charbonneau, em capítulo específico sobre a função arquivística de difusão, no livro "*Les Fonctions de L'Archivistique Contemporaine"*, a define como uma

> ação de dar a conhecer, destacar, transmitir ou tornar acessível uma ou mais informações contidas em documentos de arquivo a usuários conhecidos ou potenciais (pessoas ou organizações) para atender às suas necessidades específicas. A divulgação de arquivos é, portanto, uma atividade com múltiplas vertentes, pois inclui todas as relações mantidas pelo pessoal do arquivo, com sua clientela interna ou externa (CHARBONNEAU, 1999, p. 374)[60]

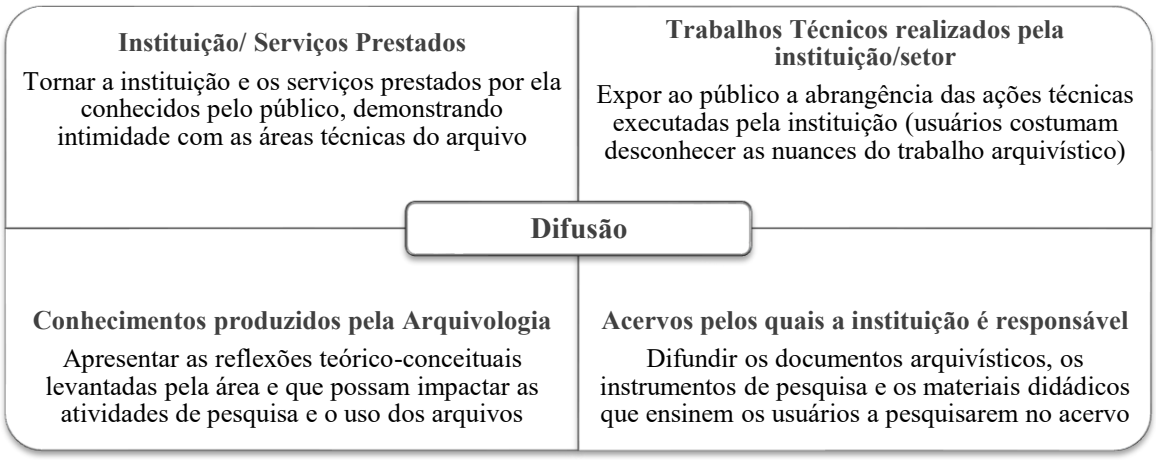
O autor canadense destaca que a difusão dos Arquivos implica nas dinâmicas e relações estabelecidas entre os serviços arquivísticos e seus usuários (referidos por ele como

[60] No original: "la diffusion est l' action de faire connaître, de mettre em valeur, de transmettre ou de rendre accessibles une ou des informations contenues dans des documentas d'archives à des utilisateurs (personnes ou organismes) connus ou potentiels pour répondre à leurs besoins spécifiques. La diffusion des archives est dong une activité aux multiplex aspects, puisque' ele comprend toutes les relations entretenues par le personnel du centre d'archives avec as clientèle interne ou externe".

"clientela"[61]). Charbonneau salienta que é por meio dos serviços arquivísticos que as instituições de custódia desenvolvem e promovem ferramentas para a difusão e, consequentemente, viabilizam o acesso aos documentos como, por exemplo, através da criação de instrumentos de descrição que, além de serem meios de divulgação dos arquivos, também garantem a prestação de serviços de informação de elevada qualidade, tanto presencialmente (por meio do atendimento em salas de consulta), quanto remotamente (através do recebimento de demandas pelo site e e-mail institucional). Ele salienta, ainda, que a difusão está estreitamente relacionada à justificativa social da existência dos arquivos, na medida em que "por meio da difusão, confere-se aos centros de arquivo uma reputação que lhes permite justificar os recursos que lhes são atribuídos e reivindica-se o desenvolvimento dos serviços que oferecem[62]" (CHARBONNEAU, 1999, p 386).

É por meio da difusão que a instituição arquivística adquire o poder de tornar-se visível socialmente, divulga seus acervos, apresenta seus colaboradores e o resultado de seus trabalhos técnicos, reafirma a importância dos Arquivos e da Arquivologia para a defesa de direitos e exercício da história e da cultura e, principalmente, gera desejo de consumo, formando e educando seu público.

Figura 11: Abrangências das ações de difusão em arquivos



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Chaves (2020, p.84)

[61] Charbonneau (1999, p. 380) explica que a clientela arquivística é formada, em sua maioria, por usuários da administração (criadores dos documentos e indivíduos que buscam fazer valer seus direitos), usuários profissionais (pesquisadores acadêmicos), escolares (estudantes de diferentes idades e níveis de escolaridade) e público geral (pesquisadores não especialistas, em sua maioria, motivados por curiosidades sobre o seu passado, como genealogistas e entusiastas da história).

[62] No original: "La diffusion assure aux centres d'archives une renommée grâce à laquelle ils peuvent justifier les ressources qui leur sont attribuées et prétendre au développement des archives dont ils ont la garde ainsi qu'au développement des services qu'ils offrent"

As ações de difusão são tão abrangentes quanto as instituições/serviços arquivísticos são capazes de planejar e viabilizar, devendo alinhar-se aos valores e propósitos institucionais. Os serviços e práticas de difusão arquivística precisam ser abrangentes o suficiente para não restringirem o interesse de pesquisa e vincularem os arquivos a algumas poucas áreas de conhecimento. Marcelo Chaves (2020, p. 83) salienta que uma difusão que se prenda às tendências e demandas de pesquisa de uma disciplina acadêmica tende a produzir ações limitadas do ponto de vista arquivístico, deixando de explorar o amplo potencial informativo dos arquivos. É comum, por exemplo, que arquivos pessoais acumulados por escritores sejam difundidos como "arquivos literários", ou mesmo os documentos acumulados por maestros e regentes serem difundidos como "arquivos musicais", tendo suas ações de difusão restritas a um público versado nos ofícios da literatura ou música. Ora, este tipo de vinculação tende a ser restritiva, desconsiderando os múltiplos papéis sociais desempenhados por seus acumuladores (para além das atividades que lhes renderam prestígio), e acaba por minar o alcance do acervo e promover uma difusão que tende a produzir interpretações disciplinares. Sobre isso, Marcelo Chaves (2020, p. 89) comenta que, uma difusão que se proponha a apresentar um discurso interpretativo do documento é uma difusão de baixa intensidade, pois pode obscurecer o contexto de produção e acumulação dos documentos de arquivo e reforçar o estereótipo da Arquivologia como ciência auxiliar.

Quadro 4: Diretrizes norteadoras para a difusão de arquivos, elencadas por Marcelo Chaves (2020)

Elementos a serem considerados para a difusão de arquivos	Aderência ao perfil institucional e identidade do arquivo (ações devem se guiar pela missão e vocação)
	Estabelecimento de calendário próprio (para não se pautar em efemérides)
	Protagonismo nos eventos realizados (a partir do compartilhamento dos conhecimentos técnicos)
	Respeito aos ritmos e especificações técnicas das áreas (política de difusão ancorada nos trabalhos técnicos)
	garantia do acesso e responsabilidade com a informação (ações pautadas no pleno direito de acesso)
	Segurança da informação e do patrimônio (difusão acompanhada da preservação e prevenção de danos)
	Transversalidade (deve permear toda a estrutura institucional)
	Estabelecimento de parcerias (articulação com diversos agentes que possam viabilizar as ações de difusão)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em (CHAVES, 2020, p. 83-84)

Para que as ações de difusão sejam qualificadas, torna-se necessário, portanto, seu planejamento estratégico. Neste sentido, o estabelecimento de uma política institucional que contemple a difusão é importante por permitir que as instituições arquivísticas definam de maneira clara e precisa os critérios de aquisição e as práticas de difusão, com base na necessidade de seus usuários e nos objetivos institucionais. É com base nessa política "que o arquivo define quais serão suas práticas de difusão, os acervos documentais que serão apresentados ao público e os recursos que serão necessários à consecução dessas práticas, bem como quais usuários serão atingidos" (ROCHA, PARRELA, MELO, 2022, p. 489). O planejamento estratégico das ações de difusão é importante porque suas ações devem ser entendidas como exercício de poder institucional, afinal

> Escolher aquilo que será difundido pressupõe escolher aquilo que não será difundido. Essas escolhas por mais que sejam, muitas vezes, consideradas naturais, ou seja, tomadas a rigor por conta dos recursos disponíveis, por exemplo, não deixam de ser feitas por motivos de ordem subjetiva e cultural. Ainda assim, por mais que, inevitavelmente, as escolhas tenham esse caráter, torna-se necessário que instituições e serviços arquivísticos expressem, por meio de uma política de difusão, quais são suas linhas de atuação no que diz respeito à difusão, assim como os critérios que empregam para que seus acervos documentais, serviços e produtos sejam conhecidos pela sociedade. Nesse sentido, é fundamental que os Arquivos e serviços arquivísticos documentem todas as suas decisões e que elas possam ser consultadas por todos (MELO, 2019, p. 41-42).

Ademais, a formalização da difusão e acesso nas atribuições das instituições arquivísticas e nas práticas de seus funcionários (institucionalização dos serviços e práticas a serem desempenhados pelas equipes de trabalho), são imprescindíveis para o adequado desempenho desta função arquivística. Sobre isso, Alberch i Fugueras (2011, p. 484) enfatiza que o caráter essencialmente voluntarista que durante muito tempo marcou as ações educativas não se justifica em nível profissional, sendo a inserção de um serviço específico e o direcionamento de recursos apropriados condições imprescindíveis para levar a cabo o salto qualitativo que as atuais exigências da sociedade requerem.

Heloísa Bellotto (2006, p. 247) estabelece três eixos norteadores para a difusão em arquivos: 1) Editorial; 2) Educativo; 3) Cultural; sendo que ao instalar, alimentar, desenvolver e expandir esses serviços, alinhando-os à sua função informacional, administrativa e científica, o Arquivo preenche o seu lugar por direito e por conquista na comunidade.

A difusão editorial é o principal canal de comunicação "extra-muros" que uma instituição ou serviço arquivístico é capaz de estabelecer, afinal "ela é um exercício permanente da existência e atividade do arquivo" (BELLOTTO, 2006, p.230). Por isso, Bellotto (2002, p. 15) enfatiza que é por meio de publicações de materiais relacionados à promoção do acervo e

dos serviços desempenhados que a sociedade se familiariza com estas instituições e serviços arquivísticos (como por meio da publicação de pesquisas acadêmicas e científicas e de instrumentos de pesquisa).

As ações educativas, por sua vez, pautam-se na cooperação entre o setor educativo e o arquivístico (como aquelas desempenhadas no contexto da educação patrimonial). Conforme Bellotto (2002, p.18), elas devem ser exercidas institucionalmente por meio de um serviço educativo que englobe as funções do arquivo (garantia dos direitos dos cidadãos, conservação e difusão do patrimônio documental sob sua responsabilidade) e funções de um centro educativo (enriquecimento do processo de aprendizagem através do contato com a realidade imediata representada pelos documentos de arquivo).

Mesmo diante do reconhecimento da importância do desenvolvimento de ações educativas pelos Arquivos, em muitos casos, estes serviços são vistos como extrapolação das atividades e finalidades das instituições arquivísticas, como uma espécie de "perfumaria", conforme Bellotto (2002, p.14), sendo direcionada pouca energia para sua efetivação. Contudo, a falta de apoio e as dificuldades relativas à implantação de um setor educativo nos arquivos não deve restringir, ou mesmo impedir, a sua realização, afinal[63]

> é preciso que o entusiasmo inicial não se perca pelos caminhos da burocracia e da falta de recursos financeiros, materiais e humanos e, sobretudo, pela falta de estímulo e falta de apoio com que as instâncias superiores, em geral, brindam professores e arquivistas nos seus esforços de motivar os alunos, para além das tarefas profissionais de praxe de ambos (BELLOTTO, 2002, p. 19)

No que concerne à difusão cultural, esta abrange as distintas maneiras de se promover o arquivo como espaço de conhecimento e lazer (por meio de exposições, recitais, programas de turismo[64], por exemplo), sendo que o planejamento das atividades culturais e educativas deve ser minucioso, para que "estas ações não obscureçam as finalidades básicas da instituição"

---

[63] Alberch i Fugueras (2011, p. 484) salienta que as limitações relacionadas às equipes de trabalho constituem uma realidade incontornável no contexto da realização de ações educativas, sendo necessário criar estratégias para sua otimização (como o estabelecimento de convênios com instituições educativas, colaboração em rede, e trabalho cooperativo com outros arquivos).

[64] As ações de difusão sempre terão caráter abrangente, podendo ser realizadas em ambiente físico (como dependências internas/externas do arquivo e outros espaços destinados para tal), ou ambiente virtual (como sítios on-line, repositórios de acesso aberto, redes sociais e páginas institucionais), estando estas atreladas às Tecnologias de Informação e Comunicação- TICs (que promovem a mediação tecnológica e aproxima os sujeitos aos arquivos). Neste sentido, essas ações podem ser realizadas por meio de parcerias com outras instituições (como bibliotecas, escolas e museus) e serviços (como os educativos e turísticos). Heloisa Bellotto (2002, p. 18) salienta que os arquivos podem, por exemplo, otimizar o atendimento ao turismo, contribuindo com empresas e equipamentos culturais, por meio da promoção de visitas guiadas e fornecimento de dados sobre o patrimônio para a construção de itinerários e rotas turísticas.

(BELLOTTO, 2002, p. 17) e impedindo que os esforços se tornem refém de convencionalismos políticos.

Heloísa Bellotto (2002) notabiliza que os arquivos, para além da serventia jurídico-administrativa (ao servir de apoio às atividades de seu produtor e permitir a comprovação de direitos e deveres), também devem ser capazes de cumprir sua missão cultural (servindo à cultura e ao entretenimento), buscando desenvolver processos e produtos informativos tão abrangentes quanto o entendimento acerca das práticas e manifestações culturais.

> há toda uma ação cultural, social e educativa trazidas na realização de exposições abertas ao grande público, na editoração, não só de material histórico e arquivístico, mas também, publicações que incentivariam a literatura e o folclore locais, espetáculos de poesia, dança e teatro, a partir dos elementos da própria cidade, etc. Todas estas atividades, até há pouco tempo, não eram muito bem aceitas no meio arquivístico e no meio propriamente administrativo, em cuja jurisdição se encontram as instituições arquivísticas. Afinal, para os administradores mais desavisados, o arquivo deveria ser uma instituição totalmente voltada para o seu trabalho em torno do processo informativo, servindo às áreas governamentais, aos pesquisadores e aos cidadãos! Realmente o são. Mas, para além de tudo isso, podem também cumprir uma missão cultural e social (BELLOTTO, 2002, p. 13)

A difusão arquivística, quando entendida sua dimensão cultural, detém a responsabilidade de contribuir para a restituição da memória histórica e a garantia dos direitos cidadãos, tendo em vista que, conforme Alberch i Fugueras (2011, p. 475), através das atividades culturais é possível sensibilizar os cidadãos acerca do caráter patrimonial dos arquivos, ressaltando sua utilidade no legítimo processo de recuperação e fortalecimento de identidades e incentivando sua preservação.

:

Figura 12: Nuvem de palavras- Difusão Arquivística

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Alberch i Fugueras (2011) salienta que, mesmo que as atividades de difusão nos arquivos possam parecer uma tendência recente e com pouca tradição histórica, as pioneiras ações de difusão começaram a ser realizadas já na segunda metade do século XIX (por meio da publicação de guias, inventários e mostras expositivas de documentos de arquivo) e, na segunda metade do século XX, foram inseridas em um cenário de maior dinamização cultural (concepção mais plural da função cultural dos arquivos). Foi neste período que a difusão arquivística ganhou força nas discussões da área, segundo uma perspectiva pós-custodial. Se, em um primeiro momento as preocupações sumárias estavam relacionadas à custódia e manutenção das características fundamentais dos documentos de arquivo (garantia da defesa física e moral dos documentos), o chamado pós-custodialismo encontrou no acesso a razão para uma Arquivologia menos introspectiva (que não encontra na custódia um fim em si mesma, mas um meio para alcançar outros objetivos) (CUNNINGHAM, 2011, p.174-176).

Ivana Parrela (2020, p. 10-11) destaca que, apesar do crescente reconhecimento enquanto função fundamental para os arquivos, a difusão ainda alcança menor amplitude no trabalho cotidiano das instituições arquivísticas, sendo relegada a uma função subsidiária. Para a autora, na maior parte das vezes, as ações de difusão em arquivos são realizadas com foco na viabilização de acesso, sobretudo por meio da elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa (se restringindo às discussões em torno de normas descritivas e uso de recursos para a recuperação da informação), sem levar em conta as necessidades de dinamização das relações entre o arquivo e seu público. Corroborando com esta afirmação, Campos (2022a, p. 506) salienta que, no caso das Bibliotecas e dos Museus as finalidades educacionais, científicas e culturais, constituem o espectro de suas funções primárias, enquanto que, no caso dos Arquivos, a rigor, essas funções costumam ser vistas como secundárias[65]. No entanto, o estabelecimento de uma relação próxima entre as funções arquivísticas de difusão e acesso "retira a difusão do campo das atividades secundárias" (CHAVES, 2020, p. 79), uma vez que ela passa a ser vista como uma função ativa, de impacto social, e pressupõe a disponibilidade da informação para o usuário[66].

---

[65] Essa propensão contribui para que não se reconheça o mesmo caráter emergencial das demais funções arquivísticas, afinal "não é possível difundir massas documentais acumuladas, o que leva a crer que é preciso investir primeiro em recursos materiais, humanos e políticas abrangendo os arquivos em todas as suas fases para depois partir para a difusão" (ALMEIDA, 2023, p. 23).

[66] Campos (2022a, p. 505-506) reforça que a questão do acesso em Arquivologia tornou-se um dos principais objetivos profissionais, sem, contudo, que seu sentido e reais implicações fossem questionados e amplamente explorados pelas discussões da área. Para ele, desconsidera-se, muitas vezes, que dar acesso aos arquivos não se confunde com torná-los consultáveis, e que é necessário, antes de tudo, torná-los inteligíveis (a partir da compreensão do perfil das instituições arquivísticas, das especificidades definidoras dos arquivos e da natureza do documento arquivístico).

Por isso, Campos (2022a, p. 515) afirma que se torna necessidade de primeira ordem oferecer condições para que os usuários acessem os arquivos da maneira mais autônoma possível. Almeida (2023, p. 40), por exemplo, salienta que o serviço de referência[67] é um importante recurso de auxílio à pesquisa, uma vez que o conhecimento sobre o acervo e sua lógica de organização é limitado para o pesquisador, e ele se beneficia pelas ações de medição e receptividade. Este serviço- por intermédio do arquivista de referência- deixa claro que, mais do que oferecer a custódia, as instituições arquivísticas devem ser capazes de tornar os documentos acessíveis e favorecer o livre acesso para pesquisa.

> Se, como vimos, o objetivo de um arquivo de custódia é tornar os documentos acessíveis, o arquivista, normalmente, favorece a política de livre acesso. É ele uma espécie de fisiocrata entre os que utilizam documentos; é uma espécie de defensor do *laissez-faire* no que diz respeito ao uso desses. Seu desejo é promover ao máximo, a livre pesquisa. Sua contribuição para a busca da verdade consiste em tornar acessíveis as provas que possui (SCHELLENBERG, 2006, p. 347).

Não é demais lembrar que os Arquivos não recebem demandas apenas de um público erudito, especializado e tampouco se restringem a ser laboratório para disciplinas acadêmicas. Sobre isso, Rocha, Parrela e Melo (2022) afirmam que a definição do perfil de usuário de uma instituição ou serviço arquivístico é fundamental para o estabelecimento de uma política institucional de difusão atenta à diversidade. Para as autoras, somente assim, as ações desempenhadas são alinhadas às necessidades deste público (incluindo-se, para tanto, também o usuário potencial), a partir do entendimento da interação entre usuário, documento e instituição, pelo qual é possível dinamizar as ações de difusão e, consequentemente qualificar a prestação de serviços[68]. É neste sentido que Vaz e Venâncio (2018, p.25) assinalam que os Arquivos devem contar com profissionais preparados e sensíveis às questões dos usuários, capazes de compreender e atender às suas demandas, que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e de competências nos indivíduos (competência em arquivos), enquanto estratégia para a formação de pesquisadores bem preparados para o processo de busca de informação e de construção de conhecimento. No entanto, "os profissionais de arquivo direcionam sua atenção para o tratamento documental e deixam a desejar no que diz respeito à

---

[67] Conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e reprodução (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153).

[68] Vaz e Venâncio (2018, p.2) realçam que, torna-se cada vez mais necessário que as instituições arquivísticas adotem uma visão mercadológica a respeito da relação entre arquivo-usuário, e estejam atentas às estratégias de promoção dos serviços e fidelização de seus usuários por meio do Marketing. Santos (2007, p 7), por sua vez, destaca que, ao compreender o marketing como um conjunto de atividades em torno da promoção de produtos e serviços para gerar interesse e satisfazer as necessidades dos consumidores, as instituições arquivísticas podem adotar estratégias inteligentes de difusão, otimizando os serviços que oferecem para a sociedade, e ampliando seu reconhecimento social.

interação usuário-documento-instituição" (ROCHA, PARRELA, MELO, 2022, p. 490)[69]. O estreitamento de relações entre o arquivo e seu usuário tem o poder de conferir credibilidade à instituição perante à sociedade, bem como visibilidade quanto ao seu potencial informacional para os cidadãos, "transformando-o em uma parte do cotidiano dessas pessoas" (ALMEIDA, 2023, p. 23).

Em síntese, as dinâmicas relacionadas à acumulação, seleção, aquisição, difusão/acesso de arquivos pessoais estão relacionadas ao desejo e a ação:

1. **De produzir/acumular e manter:** Formação de um arquivo pessoal mediante a necessidade e desejo de seu titular, que é quem decide por sua configuração (desejo/necessidade de criar e manter um arquivo);
2. **De compartilhar:** Entendimento, pelo titular ou seus herdeiros legais, acerca da relevância social dos documentos acumulados (desejo de retirá-los do arcabouço privado e conduzi-los para as instâncias de acesso público);
3. **De vincular-se:** O reconhecimento institucional da importância de um titular/dos documentos acumulados por pessoa e a decisão pela aquisição do arquivo (desejo de vincular-se a eles e àquilo que representam);
4. **De gerar desejo:** Reconhecimento da importância dos documentos acumulados por uma pessoa para a sociedade, seja no âmbito histórico, cultural ou científico, e a decisão de torná-los bens de uso coletivo, pela difusão e viabilização do acesso (desejo de gerar desejo de consumo);
5. **De acessar:** Assimilação da importância dos documentos acumulados por uma pessoa para a construção de memórias coletivas (desejo de conhecer e acessar os documentos).
6. **De usar:** Consiste na manipulação do arquivo em contextos variados e para finalidades diversas (desejo de usar os documentos).

Em um primeiro momento, os desafios estão relacionados à sensibilização com relação ao reconhecimento dos sujeitos e acervos; posteriormente, os esforços se deslocam para a necessidade de viabilizar o acesso a estes materiais adquiridos, seja para honrar a memória de seu produtor, agregar valor à instituição que se tornou detentora do patrimônio adquirido, ou mesmo estimular seu acesso e uso. Por isso, não é exagero dizer que os processos de difusão e acesso lidam com o que existe de mais sensível na missão dos arquivos no cumprimento de

[69] Ivana Parrela (2020) enfatiza que a falta de pesquisas sobre as práticas de difusão soma-se à falta de pesquisas sobre os usos e usuários de arquivos e se reflete tanto na produção acadêmica quanto nas práticas da área.

servir à sociedade (BARROS, 2020, p.79), sendo determinante para cumprimento da missão social dos arquivos pessoais.

O delineamento da difusão deve, portanto, pautar-se em seu amplo entendimento e na garantia de que integre o planejamento estratégico institucional (definindo, de maneira clara, o *porquê? por quem? para quem? quando? como?* será realizada). Sem as atividades de difusão, os arquivos de pessoas incorrem no risco de permanecerem opacos perante a sociedade, afinal a ausência ou insuficiência de práticas de difusão podem impedir ou dificultar o acesso a um arquivo pessoal que tenha sido adquirido por uma instituição de custódia. A difusão é quem justifica, perante a sociedade, a aquisição de um arquivo pessoal por uma instituição de acesso público e revela aquilo que, em sua gênese, pertenceu à intimidade da vida de homens e mulheres, resguardados no recanto de suas casas e escritórios, restritos ao uso particular, mas importantes, de alguma maneira, para a coletividade. A difusão é capaz de eleger objetos de desejo, tornando cobiçável tudo aquilo que ele representa: o sujeito, o ideal ou seu legado.

CAPÍTULO III

"CAIU NA REDE É PEIXE"? DIFUSÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG

Notas Iniciais

Embora historicamente elitizada, a universidade representa um espaço de democratização do saber, na medida em que se firma como elo entre o conhecimento científico e a sociedade. Nos dias atuais, representa um dos principais instrumentos na luta contra a desinformação, exatamente por primar pela produção de conhecimento cientificamente localizado. As universidades acumulam, no decorrer de suas atividades, variados objetos materiais que viabilizam e comprovam suas ações administrativas, acadêmicas, científicas e culturais, constituindo, assim, parte significativa do patrimônio histórico científico da humanidade[70]. Este patrimônio inclui, para além dos documentos administrativos recolhidos pelos arquivos centrais e setoriais (produzidos pela universidade no decorrer do desempenho de suas atividades cotidianas), acervos variados que são adquiridos por espaços da universidade, como departamentos acadêmicos, laboratórios e núcleos de pesquisa, centros de memória e museus universitários. Neste último caso, são atribuídos valores secundários que justificam a necessidade de sua aquisição pela universidade, preservação e disponibilização para acesso público.

Os arquivos pessoais são conduzidos para as universidades a partir do reconhecimento da relevância social destes conjuntos documentais e do entendimento da universidade como instituição de ensino superior pluridisciplinar, de acesso coletivo, capaz de garantir a preservação, pesquisa e a extroversão deste tipo de acervo. Contudo, o ambiente universitário não é, aprioristicamente, identificado pela legislação brasileira como espaço responsável pela custódia de arquivos pessoais, na medida em que as universidades adquirem este tipo de acervo em resposta às atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão (no sentido de fomentá-las ou ampará-las)[71].

---

[70] Marta Lourenço (2009), ao tratar sobre o patrimônio científico no contexto português, salienta o desconhecimento deste tipo de acervo no universo do patrimônio, o que tem como consequência seu perecimento e perdição. A autora enfatiza que grande parte do acervo de relevância histórico científica encontra-se disperso nas universidades e outros equipamentos de ensino, de modo que, "do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável" (LOURENÇO, 2009, p 47).

[71] A Lei 8.159/1991, por exemplo, estabelece que os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social (desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional) e, neste caso, podem ser doados a instituições arquivísticas públicas. Nota-se que a lei identifica as instituições arquivísticas públicas e, mesmo no caso de universidades

No entanto, as universidades públicas desempenham papel fundamental no desenvolvimento da sociedade brasileira, pois são instituições de ensino superior financiadas pelos governos (federal, estadual ou municipal) que, além de ofertarem gratuitamente cursos de graduação e pós-graduação, viabilizam ações de pesquisa (determinantes para a inovação tecnológica e o avanço científico do país) e extensão (por meio da promoção de ações que promovem a interação entre a universidade e a sociedade). Ademais, conforme destaca Fernando Antônio Mencarelli[72], deve-se também reconhecer a dimensão cultural da universidade e a dimensão acadêmica da cultura, compreendendo sua transversalidade nos diversos setores da universidade e incentivando o acesso democrático aos bens e serviços culturais da universidade por toda a sociedade. Neste sentido, a universidade deve ser vista, para além de uma instituição de ensino superior, como um espaço cultural capaz de produzir, consumir, preservar, estudar e difundir objetos e práticas culturais, reafirmando, assim, o lugar da cultura na formação universitária e cidadã.

Em conformidade a este cenário, soma-se o reconhecimento da dimensão cultural dos arquivos pessoais, isto é, o entendimento de que a acumulação de acervos por pessoas e sua posterior aquisição por instituições de custódia está intrinsecamente relacionada à maneira como a humanidade constrói, preserva, compartilha e narra suas memórias. Os arquivos pessoais refletem não apenas a trajetória pessoal de seus criadores, mas também aspectos mais amplos da sociedade, isto é, seu contexto cultural, tornando-se valiosas fontes para a pesquisa científica, o ensino acadêmico e as ações de extensão universitária, justificando, assim, a aquisição deste tipo de acervo por instituições de ensino superior.

Ana Beatriz Colombo e Sônia Troitiño comentam que a aquisição de arquivos pessoais por instituições arquivísticas públicas contribui para a formação do patrimônio documental nacional e que

> A disponibilização desses documentos em espaços públicos coloca em pauta questionamentos acerca da relevância do investimento do poder público na preservação de documentos particulares. Diante dessa questão, defendemos que estes

públicas, instituições de ensino não são imediatamente identificadas como espaços para a aquisição e custódia de arquivos privados.

[72] O Pró-Reitor de Cultura da UFMG, Fernando Antônio Mencarelli, durante o Seminário de Formação promovido pela Rede de Museus, no dia 10 de março de 2025, ressaltou a importância da promoção da cultura como conhecimento transversal à diversas áreas de conhecimento e saberes da sociedade, incluindo o ambiente universitário. Mencarelli salientou que, por muito tempo, a universidade esteve fundamentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, sendo estes três segmentos responsáveis por formatar o ensino superior brasileiro, sendo que, atualmente, o segmento da cultura tem sido entendido como um quarto pilar do ensino superior no Brasil. Na oportunidade, destacou a importância da criação da Pró-Reitoria de Cultura da UFMG (PROCULT), em 2022, para o gerenciamento da política cultural da universidade, bem como para a gestão de espaços culturais vinculados à Reitoria: o Centro Cultural UFMG, o Conservatório, o Espaço do Conhecimento, o Campus Cultural UFMG em Tiradentes e o Espaço Acervo Artístico.

> acervos devam ser adquiridos utilizando métodos objetivos, estabelecidos por políticas arquivísticas institucionais, que considerem a importância social, histórica e/ou científica da documentação ao invés de se basearem em critérios subjetivos ou pessoais. Acreditamos que, dessa forma, essas incorporações de documentos mantenham sua utilidade social (COLOMBO; TROITIÑO, 2021, p. 3).

As universidades públicas brasileiras, em grande medida, foram responsabilizadas tacitamente pela preservação e difusão de parte significativa do patrimônio cultural e científico do país. Ademais das ações de custódia do patrimônio gerado pela comunidade acadêmica, as universidades lidam como a aquisição de acervos de abrangência científica, histórica, artística e cultural, implicando no desempenho de um papel fundamental das universidades públicas brasileiras na preservação do patrimônio coletivo, na pesquisa e construção do conhecimento científico a partir deste tipo de acervo. Panisset e Froner (2022), ao salientarem a diversidade do patrimônio universitário, destacam a abrangência das tipologias de espaços de custódia que são constituídos nas universidades (como arquivos, museus, galerias, herbários, e centros de memória) enfatizando que estes espaços de custódia costumam enfrentar desafios comuns, como a

> inexistência de políticas específicas endossadas pela universidade as quais assegurariam a continuidade de projetos e programas; diferentes vinculações político-administrativas com as próprias universidades; quadro deficitário de pessoal, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais; insuficiência de programas de capacitação das equipes atuantes; falta de espaço adequado para abrigar suas coleções e inadequação de espaços para diferentes funções; grande disparidade em relação à pesquisa e ao ensino desenvolvidos pelos departamentos; tensões nas relações com departamentos (entre professores, estudantes e funcionários) e com as comunidades universitária e local; abandono das coleções; falta de tratamento correto do acervo; dificuldades no planejamento e na organização de exposições e reserva técnica; tratamento inadequado da informação; falta de planejamento de ações integradas de pesquisa, educação e comunicação; dentre outras (PANISSET, FRONER, 2022, p. 224-225).

Patrícia França (2023), em sua tese de doutorado, trata o fenômeno de institucionalização de arquivos pessoais em universidades públicas brasileiras[73], demonstrando que a maior parte delas recebe arquivos pessoais sem, contudo, contar com instrumentos formais que legitimem a custódia e estabeleçam "os critérios que irão reger a escolha dos legados documentais que se pretende salvaguardar" (FRANÇA, 2023, p. 82). A autora salienta que a universidade pública tem demonstrado maior sensibilidade com relação ao tratamento do patrimônio documental que adquire (uma vez que os espaços de custódia são responsáveis por salvaguardar documentos de interesse para o desenvolvimento de pesquisas), mas que, apesar disso,

[73] A autora realiza sua pesquisa a partir de três critérios: universidades públicas que dispõem do curso de graduação em arquivologia; que recebem arquivos pessoais e que possuem normativas para nortear tais aquisições.

> a disponibilização de acervos pessoais nas universidades públicas traz algumas preocupações referentes ao emprego de recursos do poder público na salvaguarda de documentos particulares, tendo em vista que a organização, a preservação, a disponibilização e a difusão desses conjuntos documentais demandam investimentos de ordens diversas, como espaço, profissionais e/ou estagiários, recursos materiais e tecnológicos (FRANÇA, 2023, p. 232)

Se, por um lado, a universidade é identificada por profissionais da área enquanto espaço de preservação de arquivos pessoais, por outro a própria universidade, ao reconhecer a importância dos acervos acumulados por pessoas, permite (ainda que não de maneira orientada) sua aquisição, mas não consegue garantir meios para seu adequado tratamento e difusão[74]. Diante deste cenário, a preservação deste tipo de acervo torna-se uma obrigação que, na maior parte das vezes, contrasta com as condições do ambiente universitário: falta de políticas institucionais (ausência de diretrizes claras para a aquisição e posterior gestão dos acervos), escassez de infraestrutura (instalações físicas e recursos tecnológicos precários, redução do corpo profissional e ausência de autonomia dos espaços) e o baixo grau de comunicação destes acervos com a sociedade (que inviabiliza o transbordamento do ambiente universitário). Daí a importância do estabelecimento de políticas de aquisição, gerenciamento e comunicação de arquivos pessoais pela universidade, para se evitar condutas que se pautem em casualidades ou convencionalismos.

Em decorrência a adversa realidade dos arquivos pessoais no ambiente universitário, Patrícia França (2023) se questiona se as universidades públicas são, de fato, locais apropriados para a salvaguarda de arquivos pessoais, uma vez que estes espaços tem demonstrado ausência de infraestrutura básica que garanta o adequado gerenciamento dos acervos[75]. A autora salienta que, mesmo que se reconheça que a função social das universidades públicas brasileiras estimule a preservação e difusão do patrimônio documental, em geral "os recursos para a organização, preservação e disponibilização de arquivos são bastante escassos e, por esse

---

[74] Apesar do ideal democratizador da universidade pública, acreditamos ser necessário refletir e debater sobre os desafios relativos à comunicação científica nestes espaço, considerando, para tanto: a otimização de recursos (frente às limitações financeiras, humanas e infraestruturais); a adequação da linguagem (substituição dos "jargões acadêmicos" e adaptação da linguagem para público não especialista); transposição de barreiras físicas (promoção da acessibilidade dos espaços universitários); aumento da capilaridade (considerando que, em grande medida, as instituições e seus equipamentos relacionados não ocupam os lugares periféricos das cidades); transposição de barreiras invisíveis (considerando o distanciamento existente entre a universidade e a sociedade, em decorrência do sentimento de não pertencimento); a ocupação dos ambientes virtuais atenta às especificidades desse meio (necessidade de "driblar" os algoritmos das redes sociais, tendo em vista que as plataformas costumam priorizar conteúdos virais).

[75] Patrícia França (FRANÇA, 2023, p. 255) questiona, por exemplo, o fato dos arquivos pessoais, ao serem adquiridos por instituições de ensino superior, não serem encaminhados para os arquivos centrais universitários, ressaltando a falta de infraestrutura destes espaços para atuarem na aquisição e gestão deste tipo de acervo.

motivo, os acervos acabam expostos a situações de risco" (FRANÇA, 2023, p. 244). Ela segue dizendo que

> Existem instituições arquivísticas que tem como ocupação principal captar e institucionalizar arquivos pessoais e, dentro desse contexto, as universidades públicas estarem assumindo esta tarefa pode levar ao esmorecimento político de intuições arquivísticas cuja missão e o objetivo é exatamente captar arquivos pessoais, tendo como missão a preservação e a disponibilização destes. Muitas universidades veem tomando essa função para si, como parte de sua missão, mas que, no momento, cumprem com dificuldades em função da carga de atribuições que a institucionalização de um arquivo pessoal demanda (FRANÇA, 2023, p. 244).

Por isso, não é exagero dizer que a aquisição de arquivos pessoais por universidades públicas é insuficiente para resguardar estes acervos de situações de risco. Conforme demonstrado pelo trabalho da Patrícia França, as instituições universitárias apresentam preocupações genuínas em relação à salvaguarda dos acervos, mas, em grande medida, não são capazes de garantir sua efetivação. O cerne desta problemática não é, ao nosso ver, a pertinência da aquisição de arquivos pessoais por instituições de ensino superior públicas, mas sim a necessidade de formalização dos processos de institucionalização destes acervos, de modo que se viabilize, para além da aquisição, o gerenciamento dos conjuntos documentais, permitindo que eles integrem a estrutura da universidade e tenham condições (financeiras, técnicas, humanas e espaciais) de cumprir sua função social.

Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012) destaca que a questão da aquisição de acervos arquivísticos deve ocupar um lugar central na agenda institucional, uma vez que deve estar sempre alinhada aos objetivos institucionais, atenta aos recursos necessários para sua efetivação a longo prazo e direcionada às necessidades dos usuários. Sobre isso ela comenta que

> Se a instituição tem como objetivo eminente a preservação de arquivos ou coleções de um determinado setor da sociedade, sua linha de acervo deve refletir esse objetivo, assim como suas **políticas de captação e de aquisição**. A clareza nesse aspecto, a meu ver, beneficia não só a própria instituição- que pode estabelecer planos de longo prazo de ampliação de arquivos sob sua custódia, além de poder **definir de modo mais articulado seus investimentos em infraestrutura, recursos humanos e tecnologias**- mas também beneficia o usuário, na medida em que é possível diminuir a pulverização de acervos de um mesmo setor da sociedade (OLIVEIRA, 2012, p. 118. Grifo nosso)

O estabelecimento e implementação de políticas de aquisição de acervos no ambiente universitário é determinante para que as instituições tenham respaldo para proceder com a aquisição e tratamento de acervos documentais, definindo claramente "o quê", "como" e "porquê" adquirir, tratar e disponibilizar arquivos acumulados por pessoas[76]. A formalização

[76] A Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos desenvolvida pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM (2015), é um bom exemplo da abrangência deste tipo de

deste tipo de instrumento é imprescindível para a efetivação da institucionalização dos arquivos pessoais no ambiente universitário, na medida em que os insere no *locus* de prioridades institucionais, permitindo que o processo de salvaguarda seja contínuo e transparente, promovendo a consistência das práticas institucionais e justificando, perante à sociedade, o uso de recursos públicos para a manutenção das coleções e espaços. Por isso, a construção da institucionalidade dos arquivos pessoais no contexto das universidades públicas brasileiras é uma pauta prioritária que deve assegurar o lugar destes acervos na estrutura institucional e nas discussões em torno do patrimônio universitário. A aquisição de arquivos pessoais por instituições universitárias públicas demanda um encadeamento de ações que vai desde o mapeamento de possíveis conjuntos documentais de interesse institucional, os trâmites para sua aquisição e gerenciamento, até sua disponibilização para uso.

O terceiro capítulo desta dissertação mantém essas discussões como plano de fundo. Ao investigar a realidade institucional dos arquivos pessoais da Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da pesquisa exploratória daqueles que integram a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura, busca destacar a necessidade de construção da institucionalidade destes acervos que, ao serem adquiridos pela Universidade, precisam ser adequadamente geridos, difundidos e disponibilizados para uso. O capítulo foi estruturado a partir de dois objetivos: 1) Identificar os espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG detentores de arquivos de origem pessoal; 2) Apresentar as iniciativas extensionistas de caráter colaborativo desenvolvidas pela Rede de Museus para a difusão e acesso dos espaços, ressaltando a importância destas ações para reafirmar o lugar dos arquivos pessoais no complexo patrimonial universitário da UFMG.

---

instrumento normativo. O referido documento define os critérios orientadores das atividades de seleção, aquisição, manutenção e descarte de acervo, partindo das linhas de atuação do CEDEM, e considerando sete pontos: 1) as diretrizes norteadoras da constituição do acervo (deve estar em consonância com as finalidades institucionais, devendo acompanhar o termo de doação e o dossiê apresentado pelo doador); 2) os critérios para a seleção dos acervos (a partir da análise da relevância, autoridade, potencial de contribuição, condições físicas dos acervos e custos relacionados a sua aquisição); 3) critérios para a aquisição dos acervos (análise da ausência de restrições em relação ao gênero, suporte ou cronologia.); 4) as possíveis formas de aquisição (compra, doação, permuta, depósito institucional e custódia excepcional de materiais pertencentes a outras instituições); 5) os procedimentos para o desenvolvimento de coleções (por meio de história oral e seleção de materiais complementares que contextualizem o acervo adquirido); 6) as áreas norteadoras dos processos de tratamento técnico documental (conceitos advindos da Arquivologia, Preservação Documental, Biblioteconomia e demais áreas correlatas); 7) os critérios gerais de procedimentos de descarte (mantendo-se registradas todas as decisões relacionadas ao descarte, incluindo registros fotográficos).

3.1- Onde estão os arquivos da Rede?: Identificação dos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais

Ao longo de quase cem anos de existência, a Universidade Federal de Minas Gerais tem acumulado um vasto patrimônio científico e cultural, nos mais diversos domínios do conhecimento, materializados em diferentes formas de registros. De caráter variado, seu acervo acumulado e adquirido é fruto do exercício de suas funções nos âmbitos da cultura, pesquisa, ensino e extensão, refletindo suas atividades acadêmicas, científicas, administrativas e culturais. A preservação, gestão e transparência deste patrimônio são fundamentais para a eficiência administrativa da universidade, manutenção de sua memória institucional, continuidade das práticas educacionais, investigativas e extensionistas, formação de memórias e identidades e, consequentemente, para a construção do conhecimento individual e coletivo.

Thais Nodare de Oliveira (2016, p.55-57) ao investigar os percursos de alguns centros de memória e documentação da UFMG constatou que, ao longo de sua história, a Universidade desenvolveu algumas iniciativas em torno da identificação e preservação de seu patrimônio documental. Como exemplo, a autora cita o projeto desenvolvido em 1986 "Memória Intelectual da UFMG" (que buscava coletar, armazenar, preservar e divulgar a produção intelectual da comunidade universitária), e a constituição, em 2001, da Comissão de Políticas de Acervos da UFMG (encarregada de diagnosticar a situação dos diversos acervos da Universidade). A autora salienta que, desde aquele período, a instituição já evidenciava a necessidade de elaboração de uma política de recolhimento e aquisição de arquivos e coleções, mas que a descontinuidade das atividades propostas contribuiu para "o estabelecimento de ações descentralizadas nas tantas unidades acadêmicas pertencentes a essa Universidade, baseadas em modelos de centros de memória e documentação" (OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Em face a esta realidade, a universidade acabou por se tornar um ambiente atrativo para o recebimento de arquivos pessoais, sobretudo quando se trata da aquisição de documentos que foram acumulados por seu próprio corpo docente ao longo de suas atividades laborais (seja no âmbito das atividades culturais, de pesquisa, de ensino e/ou extensão). Diante do risco da perda, principalmente em decorrência de aposentadorias ou falecimentos de seus profissionais, incentiva-se a doação de seus conjuntos documentais para os respectivos departamentos acadêmicos a fim de aquisitar condições de preservação institucional.

> Os gabinetes de professores e laboratórios onde atuam, após a aposentadoria ou afastamento por diferentes motivos, são ocupados para outros usos, o que coloca, muitas vezes, o acervo em risco iminente de desfazimento ou de desmembramento. Embora se reconheça, de alguma forma, a sua relevância, esses registros documentais resultantes das atividades de pesquisa e de ensino de docentes encontram-se

> vulneráveis, em face à ausência de uma política de preservação e gestão de coleções e acervos universitários. Nesse caso, observamos uma espécie de negligência ou abandono desses acervos que ficam expostos a diferentes agentes de degradação, ao acesso sem controle aos itens da coleção, à apropriação de equipamentos, instrumentos ou outros objetos para usos diversos, o que acaba por impactar a organicidade da coleção, comprometendo o conjunto e as informações associadas, em um processo que subtrai o potencial oferecido por esses objetos para investigações futuras (SEGANTINI, et al., 2023, p.318-319).

Sendo assim, conforme salienta Oliveira (2016, p. 104), em decorrência da ausência de definições institucionais e em face às necessidades de preservação, vários acervos documentais passaram a integrar o patrimônio documental da Universidade, em sua maioria, direcionados por professores dos departamentos acadêmicos que se preocupam com a possibilidade de perda de patrimônio cultural e científico de interesse social, demonstrando, portanto, um desejo compartilhado pela preservação.

É a partir deste cenário que, no contexto da UFMG, em finais da década de 1990, surgem as primeiras proposições em torno da articulação conjunta de espaços custodiadores de patrimônio científico e cultural da Universidade para fins de otimizar recursos em prol do tratamento, conservação e divulgação deste patrimônio.

> Por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e de representantes dos Museus de Ciências Morfológicas, do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), do Centro de Referência em Cartografia Histórica (Instituto Casa da Glória) e do Centro de Memória da Medicina, iniciaram-se discussões sobre as possibilidades de organização de ações conjuntas nesses espaços. O objetivo primeiro era reunir os espaços para apresentarem propostas em conjunto, sobretudo em editais de financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Pensava-se que a convergência de esforços, a soma das experiências, o trabalho conjunto das equipes e a união das propostas dos diferentes espaços potencializariam as possibilidades de aprovação de projetos, financiamento e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 31).

Estes incipientes esforços viabilizaram a criação e aprovação da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, em 2000, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE[77]. Desde então, a Rede integra a estrutura da Universidade e, por estar institucionalizada[78] como coordenadoria da Pró-Reitoria de Extensão[79], passou a fomentar ações no contexto dos programas de extensão.

---

[77] A primeira reunião com o propósito de criar uma política de museus para a UFMG aconteceu no ano de 2000, conforme (MARQUES; LINHALES, 2023, p. 13-14). Já naquele tempo entendia-se que a soma das experiências dos diversos espaços multiplicaria as oportunidades de financiamento e a visibilidade das ações. Contudo, as primeiras iniciativas em Rede foram realizadas a partir de 2001.

[78] A primeira diretora da Rede de Museus, Betânia Figueiredo, durante entrevista realizada em âmbito das ações comemorativas dos vinte anos da Rede de Museus, ressaltou que no início não se trabalhava com a ideia de institucionalização, já que a Rede era uma iniciativa pioneira no país e seus participantes ainda estavam "inventando uma fórmula" para construir o modelo de gestão (SILVA; LINHALES; SEGANTINI, 2023, p. 255).

[79] Rita de Cássia, coordenadora da Rede entre 2013 e 2016, em entrevista realizada no âmbito das comemorações pelos 20 anos da Rede, destacou que o então Pró- Reitor de Extensão, Edison José Correa, foi o responsável pela

Ao defender a importância social da Rede de Museus, a reitora Sandra Goulart Almeida e as então Pró- Reitora de Extensão, Cláudia Mayorga e Janice do Amaral, salientaram que

> Se a universidade pública consiste na materialização de um direito humano, o direito à educação, à educação superior, não há dúvidas de que a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG tem colaborado para sua garantia e também para a efetivação do direito à memória, à informação, à cultura, com a defesa do patrimônio científico cultural do nosso país, possibilitando que a UFMG cumpra sua função pública junto à sociedade brasileira (ALMEIDA; MAYORGA; AMARAL; 2023, p.12).

Considerando que o patrimônio científico e cultural acumulado pela Universidade é de interesse público social, relevante para a construção do conhecimento histórico e científico, bem como para a compreensão de contextos e dinâmicas socioculturais diversificadas, a Rede de Museus se apresenta como uma iniciativa de articulação, disposta a propor e viabilizar ações coletivas de gerenciamento e extroversão no âmbito dos seus espaços[80]. De acordo com o seu Regimento Interno (2021), a Rede de Museus assume sete objetos principais: 1) Pensar, debater e propor políticas de acervo e diretrizes para as ações dos espaços de ciências e cultura da Universidade; 2) Promover a gestão integrada e responsável de programas e projetos; 3) Promover a capacitação e atualização científica, tecnológica e cultural do pessoal envolvido nos seus espaços; 4) Promover o acesso das comunidades interna e externa ao patrimônio universitário; 5) Divulgar a missão, as ações e potencialidades da Rede de Museus entre instituições congêneres, buscando promover intercâmbio e parcerias; 6) Apoiar e fomentar o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os espaços integrantes da Rede de Museus e entre estes e as comunidades interna e externa à UFMG; 7) Manter informações atualizadas sobre acervos, visitantes, eventos e atividades dos seus membros.

ideia de sua criação, ao observar que os desafios relacionados à gestão do patrimônio universitário eram, de fato, compartilhados pelos espaços de custódia, conferindo, de certa maneira, sentido para a Rede de Museus ser um espaço ligado à PROEX (SILVA; LINHALES; SEGANTINI, 2023, p. 296).

[80] A Rede é formada pela adesão voluntária de espaços que se mantêm autônomos, mas articulados para construírem políticas e projetos comuns relativos à gestão e salvaguarda do patrimônio documental universitário de caráter científico e cultural (SILVEIRA; JULIÃO, 2021, p. 52).

Figura 13: Espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar do cenário patrimonial reconhecidamente profícuo, os acervos científicos e culturais da UFMG ainda carecem de respaldo institucional para sua preservação, gestão e comunicação. Conforme salienta Letícia Julião (2023), as universidades brasileiras não estabeleceram uma cultura patrimonial partilhada por toda a sua comunidade, necessitando, ainda, compreender que é sua tarefa "assegurar a cadeia de ações que promovem a salvaguarda e comunicação desse patrimônio para o público em geral" (JULIÃO, 2023, p.26). A autora enfatiza que tornar o patrimônio cultural e científico tarefa das universidades implica na compreensão das dinâmicas políticas necessárias para o estabelecimento de ações que assegurem, para além da aquisição, a preservação e extroversão desse patrimônio.

Em outubro de 2018, em contexto do Fórum Permanente de Museus Universitários, sediado na UFMG, apresentou-se as *Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias*, a partir do entendimento de que estas são responsáveis pela preservação de parte significativa do patrimônio cultural brasileiro, nas mais variadas áreas do conhecimento científico e humano. O documento em questão abrange considerações e recomendações acerca da gestão dos museus e coleções universitárias, a salvaguarda e a comunicação de seus acervos, estimulando as universidades a desenvolverem e implementarem políticas para a gestão de seus patrimônios e incentivando ações articuladas de pesquisa, ensino e extensão.

Quadro 5: Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias: Recomendações para a Comunicação de Museus e Coleções Universitárias

Recomendações para ações de comunicação de museus e coleções universitárias brasileiras	Promover a curadoria compartilhada e interdisciplinar de exposições, garantindo a integração da comunidade universitária com o público externo
	Assegurar a acessibilidade
	Capacitar os profissionais para lidarem com diferentes tipos de públicos
	Estimular o planejamento coletivo das ações de comunicação
	Incentivar a realização de pesquisas de público
	Promover a produção de materiais de divulgação dos acervos e das atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas no âmbito dos espaços
	Estimular a experimentação de variadas linguagens e formatos de divulgação para fins de ampliar o acesso público

Fonte: Elaborado pela autora, com base no FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (2018)

As diretrizes, contudo, ressaltam a fragilidade das ações de comunicação universitária (no que diz respeito à projeção social de seus acervos), uma vez que, em função de atuarem prioritariamente para atender as demandas específicas do ensino e pesquisa, apresentam fragilidades na dimensão comunicacional e, de certa maneira, são invisibilizados perante à

sociedade. Em resposta a esta constatação, recomendam a realização de iniciativas colaborativas e interdisciplinares que possam integrar os diferentes espaços universitários detentores de patrimônio científico e cultural, e incentivam o empreendimento de ações que integrem a comunidade universitária ao público externo.

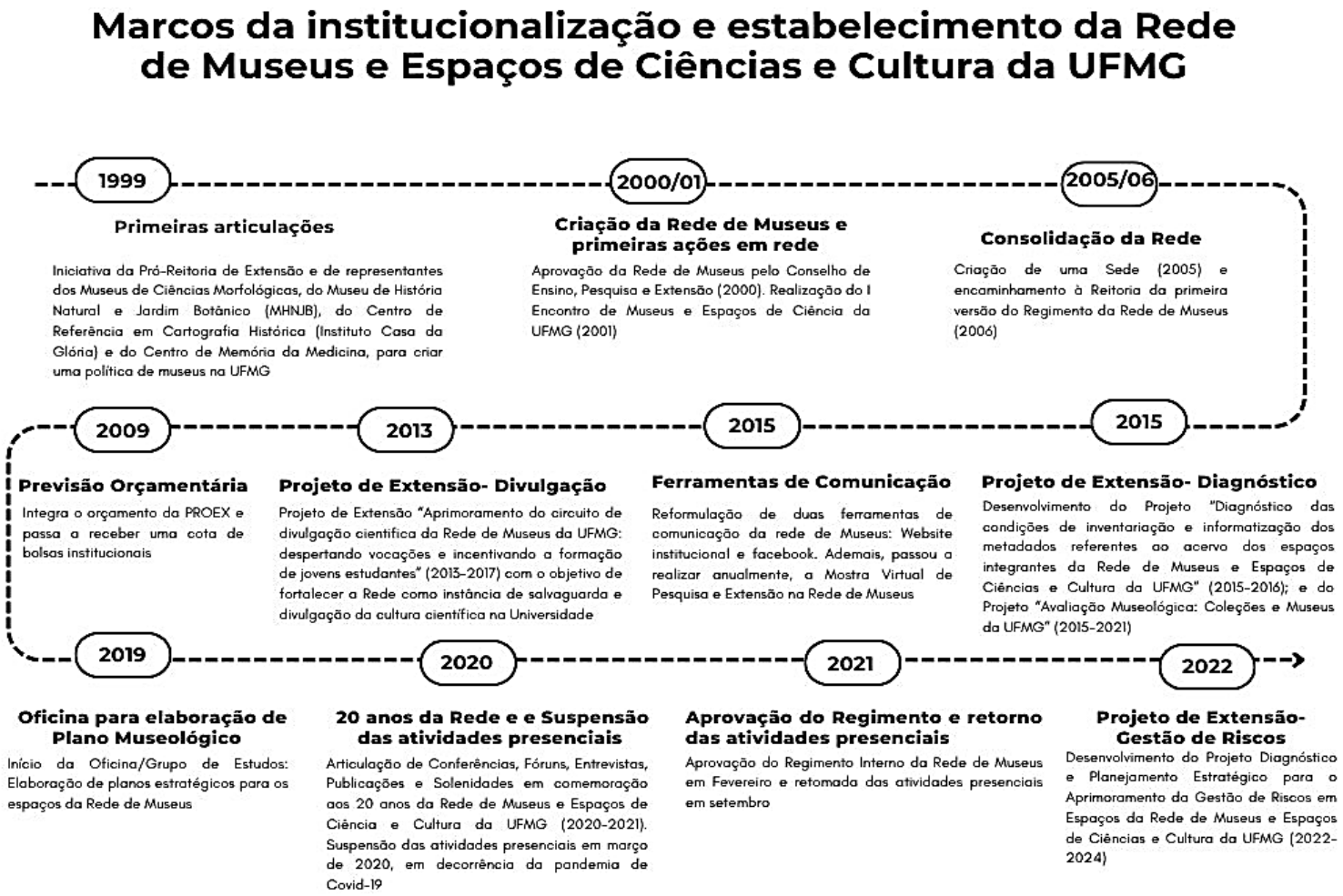
Segantini e Julião (2017, p. 121-122) salientam que a inserção institucional dos espaços de ciências e cultura na UFMG ocorre de maneira muito heterogênea, variando entre órgãos complementares (vinculados às unidades acadêmicas) e órgãos suplementares (vinculados à Reitoria). As autoras destacam que as formas de recolhimento e aquisição dos acervos que integram o patrimônio científico e cultural da UFMG acontecem de três maneiras: 1) Acervos institucionais produzidos no âmbito da Universidade (como, por exemplo, os centros vinculados à faculdade de medicina e veterinária); 2) Acervos produzidos ou na interface da produção intelectual de membros da comunidade acadêmica e que são incorporados pela universidade (como, por exemplo, a coleção de libélulas do professor Ângelo Machado); 3) Coleções constituídas fora do âmbito universitário, mas que são adquiridas por seu interesse cultural e científico (como é o caso das coleções do Acervo Artístico e do Acervo dos Escritores Mineiros). No entanto, elas ressaltam que, na maior parte das vezes, estes espaços não dispõem de instrumentos de institucionalização, sendo que

> A frágil institucionalização, em parte, explica a falta de estrutura de alguns espaços. Em particular, os centros de memória são os mais penalizados: não dispõem de pessoal administrativo ou técnico, não são contemplados nos orçamentos das unidades às quais estão vinculados e, não raro, estão precariamente instalados nos espaços físicos das Escolas, Faculdades e Institutos. Neste cenário pouco favorável, o desenvolvimento de projetos de extensão, assim como **a participação na Rede de Museus da UFMG constituem meios pelos quais muitos desses centros de memória e ciência se projetam e conquistam o reconhecimento da comunidade universitária** (SEGANTINI; JULIÃO, 2017, p. 124-125. Grifo nosso).

Neste sentido, a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG é uma alternativa disruptiva para a construção de políticas de acervo universitárias[81], pautadas no reconhecimento daquilo que é comum a este ambiente, ao buscar sistematizar os processos de salvaguarda e extroversão de acervos para assegurar "parâmetros mínimos de funcionamento das unidades" (SEGANTINI; JULIÃO, 2017, p. 127).

[81] Tendo como base sua experiência como coordenadora da Rede de Museus entre 2017 e 2021, Letícia Julião destaca o papel estratégico da Rede de Museus em relação ao gerenciamento do patrimônio científico e cultural da UFMG, enfatizando que poderá "servir de farol para uma possível política nacional de museus universitários" (SILVA; LINHALES; SEGANTINI, 2023, p. 330)

Figura 14: Alguns marcos da institucionalização da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG



Fonte: Elaborado pela autora, com base em (MARQUES; SEGANTINI, 2015 e SILVEIRA; JULIÃO, 2021)

Em relação aos arquivos pessoais que integram o patrimônio universitário da UFMG, não há dados conclusivos sobre esta realidade[82], uma vez que os levantamentos diagnósticos realizados até o momento não foram direcionados para este cenário e as informações disponíveis ainda são bastante esparsas[83]. Letícia Julião realizou um sistemático levantamento de informações sobre os espaços da Rede de Museus, no âmbito do Projeto *Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG* (2021) [84], realizando um estudo diagnóstico a partir de vinte espaços da Rede de Museus[85], por meio da aplicação de questionário aos gestores e técnicos de seus espaços (entre 2019 e 2020). O questionário deu seguimento aos levantamentos diagnósticos realizados entre os anos de 2015 e 2016, e pretendeu oferecer subsídios para a formulação de políticas e projetos da Rede de Museus, sendo estruturado em oito eixos: 1) Caracterização; 2) Gestão; 3) Acervo; 4) Gestão de Risco; 5) Comunicação; 6) Público e Acessibilidade; 7) Orçamento; 8) Sondagem sobre Reserva Técnica de apoio compartilhada. Em relação ao terceiro eixo, diante da diversidade dos acervos que compõem o patrimônio universitário da UFMG, o questionário buscou identificar as tipologias daqueles vinculados à Rede de Museus, demonstrando: I) que os acervos são variados (abrangem acervo bibliográfico, arquivístico e museológico); II) que a forma de constituição mais usual se dá por meio de aquisição de terceiros (por doação), seguida por desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino da UFMG (contudo, também menciona a constituição por meio de atividade de extensão e recolhimentos de arquivos administrativos de unidades da universidade).

---

[82] Realizamos um acurado trabalho de revisão de literatura buscando levantar dados sobre essa realidade (em artigos, teses e dissertações que abordam a temática de arquivos pessoais na Universidade Federal de Minas Gerais, nos últimos 25 anos). No entanto, concluímos que não há dados conclusivos sobre o número de acervos pessoais adquiridos. A título de curiosidade, realizamos pesquisa simples utilizando a inteligência artificial (IA) generativa desenvolvida pelo Google, "Gemini", questionando se ele poderia informar a quantidade de arquivos pessoais que a UFMG possui. A resposta foi a seguinte: "Não é possível determinar o número exato de arquivos pessoais que a UFMG possui. Essa informação não é de conhecimento público e pode variar dependendo do que se considera um "arquivo pessoal". No entanto, a UFMG possui um vasto acervo arquivístico, incluindo documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e outros, que podem ser de interesse para pesquisadores e o público em geral. Para saber mais sobre o acervo da UFMG, você pode consultar o site da Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ)" (GEMINI, 2025).

[83] O professor Antônio Gilberto Costa (SILVA; LINHALES; SEGANTINI, 2023, p. 282), coordenador da Rede de Museus entre 2007 e 2013, ressalta que a Rede deveria estar mais presente e ter maior influência nos acervos, sendo este desconhecimento uma de suas maiores falhas.

[84] Os resultados do projeto foram compilados no Relatório Final que, apesar de ser de circulação interna da Rede, foi gentilmente disponibilizado pela professora Letícia Julião para fins de consulta e uso nesta dissertação.

[85] Naquela altura, a Rede de Museus era composta por 23 espaços, sendo que apenas vinte deles participaram da pesquisa. São eles: Acervo Curt Lange; Centro da Memória da Engenharia; Centro de Coleções Taxonômicas-CCT/UFMG; Acervo de Escritores Mineiros- AEM; Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer-Cemef; Centro de Memória da Escola de Enfermagem; Centro de Memória da Faculdade de Letras; Centro de Memória da Medicina; Centro de Memória da Odontologia; Centro de Memória da Veterinária; Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação; Centro de Referência em Cartografia Histórica; Espaço do Conhecimento UFMG; Estação Ecológica UFMG; Herbário Norte Mineiro; Museu Casa Padre Toledo; Museu da Matemática; Museu de Ciências Morfológicas; Museu de História Natural e Jardim Botânico-MHNJB/UFMG; Setor de Acervos Artísticos/DAC.

Em decorrência da necessidade de atualização dos dados disponibilizados no Relatório, contatamos a Universidade por meio do Serviço de Informação ao Cidadão- SIC, em janeiro de 2025, questionando se a UFMG dispõe de informações referenciais acerca dos arquivos pessoais que integram seu patrimônio e se há políticas institucionais relativas à sua aquisição. Em resposta, a Diretoria Adjunta de Arquivos Institucionais- DIARQ, informou que

> A UFMG conta com diversos arquivos pessoais em seu patrimônio documental, sob custódia dos centros de documentação e memória instalados na universidade. O site da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura (http://www.ufmg.br/redemuseus/) apresenta uma lista desses setores e os links para acesso aos seus websites, nos quais é possível encontrar informação sobre seus acervos. Esclarecemos que a aquisição de arquivos e coleções de proveniência privada tem sido feita com base nas políticas de formação de acervo de cada centro de memória (DIARQ, 2025).

A DIARQ, responsável pela referida resposta, é o órgão oficialmente institucionalizado em 2015 para operacionalizar as políticas de arquivo universitárias, formulando e coordenando a política de gestão de documentos da universidade, em prol da eficiência administrativa e da preservação da memória institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019, p. 3-4). No entanto, conforme salienta Marcos Volpin (2022, p. 96), a DIARQ não é responsável pela guarda de documentos de outras instâncias da universidade, sendo responsável apenas pela coordenação das ações de gestão dos arquivos compostos por documentos produzidos e/ou recebidos pela UFMG. Ademais, Volpin (2022, p. 70) informa que, apesar de a aquisição de documentos externos, sobretudo aqueles provenientes de arquivos pessoais, ter se tornado uma prática recorrente em vários departamentos da Universidade, estes acervos, em sua maioria, são encaminhados para centros de documentação e acabam relacionados à Rede de Museus. Ele salienta, no entanto, que um sistema arquivístico institucional deveria incluir os centros de memória como parte constitutiva.

Adalson Nascimento, professor do curso de Arquivologia da UFMG, no contexto da comunicação *Arquivos Pessoais e Políticas Arquivísticas Institucionais nas Universidades Brasileiras*[86], destaca algumas iniciativas em relação à aquisição e tratamento de arquivos pessoais por universidades públicas no Brasil. Para tanto, analisa os contextos arquivísticos institucionais de quatro universidades[87], enfatizando que a existência de instâncias arquivísticas nas instituições de ensino (como um Arquivo Central e um Sistema de Arquivo[88]) são

[86] A comunicação ocorreu no Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer, por meio do *Cemenf Convida*, no dia 25 de abril de 2025.

[87] São elas: Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[88] O Sistema de Arquivos (SIARQ) da UNICAMP foi criado em 1989, através da Deliberação CONSU-A-039/1989, tendo o Arquivo Central como órgão de coordenação. No caso da USP, o Sistema de Arquivos foi criado

condicionantes relevantes para a preservação e difusão dos arquivos pessoais que integram o patrimônio universitário, na medida em que contribuem para a implementação de projetos e iniciativas específicas de preservação e difusão de arquivos pessoais nos contextos universitários (sobretudo em relação aos documentos produzidos no dia-a-dia do ensino e da pesquisa, reunidos, em sua maioria, nos acervos do corpo docente).

Em relação à UFMG, a Universidade parece reconhecer que a aproximação entre a DIARQ e a Rede de Museus tem grande potencial para o estabelecimento de diretrizes voltadas à salvaguarda e comunicação de arquivos pessoais na UFMG, viabilizando pautas de discussões comuns[89]. A título de exemplo, citamos a realização da mesa redonda *Ações e políticas institucionais em relação a acervos pessoais*, em 2015. O evento contou com a participação de representantes da DIARQ, da Rede de Museus e do Sistema de Bibliotecas da UFMG, e tratou especificamente sobre o necessário desenvolvimento de políticas institucionais direcionadas à realidade dos acervos pessoais que integram o patrimônio da Universidade. Na ocasião, José Francisco Guelfi Campos e Lilian Miranda Bezerra apresentaram a palestra "Da Indefinição à Política: arquivos pessoais na USP", relatando a experiência da Universidade de São Paulo em relação à identificação e divulgação de seus arquivos pessoais. Ao constatar que parte significativa da memória universitária produzida por seu corpo docente estava sujeita ao acaso (por não ser contemplada pelas políticas institucionais de preservação da instituição), implementou o projeto *Memória Docente- Arquivo Geral da USP*[90], com o objetivo de detectar e divulgar acervos de docentes/pesquisadores aposentados e/ou falecidos, preservados em espaços da USP. Em resposta ao projeto constatou-se a existência de arquivos pessoais de ex-professores em quase todas as unidades acadêmicas da universidade, estando estes preservados em centros de memória, pequenos museus e bibliotecas, evidenciando a necessidade de enfrentamento dos problemas relacionados à preservação e divulgação destes acervos.

---

em 1997 e o Arquivo Geral em 2005, enquanto que, na UFRJ, o Arquivo Central e o Sistema de Arquivos foram criados através da Portaria do Reitor nº 2726 de 29 de março de 2016. A UFMG, por sua vez, ainda não dispõe de um Arquivo Central, mas, desde 2015, conta com o Sistema de Arquivos da UFMG (SIARQ/UFMG), por meio da institucionalização da Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ/UFMG).

[89] O Regimento Interno da Rede de Museus indica certa abertura para a participação da DIARQ: No Art. 16 fica estabelecido que o Conselho Consultivo (instância colegiada responsável por orientar e auxiliar o Conselho Coordenador no cumprimento de sua missão institucional) deve ser composto por representantes de diversos setores internos e externos à Universidade, incluindo membros da DIARQ. São eles: Representantes da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pró-Reitoria de Extensão; Representantes da Diretoria de Ação Cultural, Diretoria de Arquivos Institucionais e Biblioteca Universitária; Representantes do curso de Conservação e Restauro, de Arquivologia, de Museologia e de Biblioteconomia; Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria de Estado da Cultura (REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG, 2021).

[90] Para maiores informações, consultar a página institucional do projeto (https://sites.usp.br/projetomemoria/)

Figura 15: Divulgação do II Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2015)

Em face a ausência de informações referenciais oficiais acerca da realidade da UFMG, (no que tange à identificação e divulgação dos arquivos pessoais que integram seu patrimônio), entramos em contato novamente com a Universidade, em março de 2025, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão- SIC, questionando se a Rede de Museus possui dados informativos acerca dos arquivos pessoais que fazem parte de seus espaços, e se dispõe de diretrizes relacionados à aquisição e gerenciamento de arquivos pessoais na UFMG. Infelizmente, a solicitação de informação foi novamente direcionada para a Diretoria de Arquivos Institucionais que nos encaminhou a resposta mencionada anteriormente.

Ainda que os arquivos pessoais pareçam habitar uma espécie de "limbo" no espaço universitário da UFMG, o estabelecimento de um lugar institucional para acervos adquiridos parece ser uma preocupação de longa data. O relatório final do diagnóstico dos documentos arquivísticos realizado pela UFMG entre 1998 e 2000, indicou a dificuldade das universidades brasileiras em compatibilizar em seus programas arquivísticos a administração de arquivos institucionais e não-institucionais, ressaltando que

> Parece óbvio que tal situação leva necessariamente à duplicação de recursos. Esse aspecto é preocupante e merece uma reflexão, principalmente por parte das universidades, como **a UFMG, que já se envolveram com a administração de arquivos não-institucionais, mesmo antes de terem se debruçado sobre a questão da administração de seus próprios arquivos.** (UFMG, 1998, apud VOLPIN, 2023, p.71. Grifo nosso).

A problemática decorre do amplo espectro que caracteriza o patrimônio científico e cultural da universidade, composto tanto pelo recolhimento dos documentos fruto de suas atividades administrativas, culturais, de pesquisa e extensão, quanto pelo deslocamento de acervos diversos para o ambiente acadêmico[91]. De certa maneira, a somatória desses conjuntos documentais compõe o patrimônio documental da Universidade, contando sua história institucional, exatamente por decorrerem e viabilizarem as ações cotidianas de seu funcionamento. É neste sentido que a professora Betânia Figueiredo, em entrevista, salienta a urgência de se pensar o lugar institucional destes conjuntos documentais, estabelecendo políticas de gerenciamento tanto para o acervo de natureza administrativo quanto para aquele

> (...) que não é esse acervo administrativo, que é esse acervo dos centros de documento, dos centros de memória, dos museus e dos lugares produtores de pesquisa. Esse acervo tem que ser pensado de uma forma especial, está passando da hora da gente fazer um braço da Rede que cuide especificamente disso ou do próprio departamento que cuida dos acervos administrativos, não é? Por quê? Eu acho que no momento em que você tem um acervo, você tem uma responsabilidade institucional com essa documentação, ela não está legislada como o acervo administrativo, mas ela é muito importante. (...). **A gente tem que ter padrões e padrões, que sejam de referência, de qualidade.** Então, eu acho que tem que tratar melhor esses acervos, não no sentido da extroversão para o público, mas de como eles ficam internamente ali na instituição. Porque é aquela história, **esses acervos são super invisíveis, mas eles dizem respeito à história**. **Então, na medida em que eles são organizados, que eles podem ser divulgados, o acesso a eles aumenta** (SILVA; LINHALES; SEGANTINI, 2023, p. 265. Grifo nosso)

À semelhança do cenário revelado pela UFMG, mesmo que se reconheça a universidade pública como um lugar de custódia e acesso de arquivos pessoais, é necessário garantir que estas instituições sejam capazes de viabilizar condições de preservação, tratamento, extroversão e acesso aos acervos adquiridos. Se, em um primeiro momento, o receio da perda e o desejo pela preservação motivou inúmeros agentes a conduzirem estes acervos para o ambiente universitário, a atualidade demonstra que o receio não foi completamente dissipado, nem mesmo o desejo atendido. O cenário revelado aponta, portanto, para certa opacidade dos arquivos pessoais adquiridos pela UFMG, tornando prioritário incentivar e contribuir para a realização de levantamentos diagnósticos acerca desta realidade, buscando identificar os arquivos pessoais que foram institucionalizados pela Universidade e contribuir para sua divulgação intra e extra muros.

Tendo em vista que a pesquisa realizada demonstrou o lugar de importância conferido à Rede de Museus e Espaços de Ciências em Cultura em relação aos espaços de custódia de

---

[91] Para efeitos institucionais, "são considerados arquivos da UFMG os conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência do exercício das atividades-meio (administrativas) e das atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão), independentemente do grau de sigilo e do suporte em que estejam constituídos" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019 p. 8).

acervos adquiridos pela UFMG, realizamos, em primeiro momento, um levantamento exploratório com o objetivo de identificar e caracterizar, sumariamente, aqueles espaços detentores de arquivos pessoais. O levantamento (Apêndice I) foi feito em três etapas: 1) Busca exploratória de informações acerca da natureza dos acervos resguardados pelos espaços da Rede de Museus, mediante consulta aos os websites institucionais (levantamento de informações divulgadas espontaneamente pelos espaços em seus sites institucionais); 2) Pesquisa bibliográfica, a fim de levantar informações publicadas sobre os acervos de cada espaço (consulta a periódicos científicos e trabalhos acadêmicos); 3) Contato por correspondência eletrônica (estabelecimento de comunicação por e-mail institucional a fim de levantar informações sobre os acervos que não foram divulgadas espontaneamente).

Por meio de consulta aos websites institucionais dos espaços, constatamos que dez espaços que compõem a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (40%) informam ativamente, por meio de suas páginas institucionais, a existência de **acervos de origem pessoal** (acervos acumulados/colecionados por pessoas e posteriormente adquiridos pelo espaço para preservação), sendo eles:

- Acervo Curt Lange;
- Acervo Imagem de Minas;
- Centro de Memória da Engenharia;
- Acervo dos Escritores Mineiros;
- Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
- Centro de Memória da Enfermagem;
- Centro de Memória da Faculdade de Letras;
- Centro de Memória da Medicina;
- Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação;
- Espaço Acervo Artístico.

Com o intuito de levantar informações complementares relacionadas aos acervos dos espaços integrantes da Rede de Museus, consultamos publicações científicas e/ou acadêmicas[92] constatando que, para além dos espaços identificados por meio da consulta aos websites institucionais, somam-se: o Centro de Memória da Odontologia[93]; Centro de Memória da

[92] A seleção das fontes foi realizada a partir de consulta ao Google Acadêmico, com base na relevância e pertinência ao tema proposto.
[93] O CMO incorporou ao seu acervo a coleção particular do dentista prático Affonsino Altino Diniz.

Veterinária[94]; Centro de Coleções Taxonômicas[95]; e o Museu da Escola de Arquitetura[96], totalizando quatorze espaços detentores de acervos de origem pessoal (56%).

Em relação às duas primeiras etapas de pesquisa, tendo em vista o caráter abrangente das informações apresentadas pelas páginas institucionais dos espaços da Rede de Museus, bem como das descrições abrangentes apresentadas pela literatura consultada, consideramos aqueles espaços que indicassem a existência de acervos que foram criados/acumulados por pessoas, não restringindo o levantamento apenas aos de natureza arquivística. Essa decisão teve como base o entendimento de que, em muitos casos, não foi possível obter informações aprofundadas relativas a estes acervos, impossibilitando a diferenciação, conforme Schellenberg (2006), dos conjuntos documentais provenientes de coleções orgânicas daqueles provenientes de coleções artificiais.

No entanto, a terceira etapa deste levantamento buscou identificar, especificamente, a abrangência de acervos de natureza arquivística. Para tanto, contactamos os espaços da Rede de Museus, por meio de correspondência eletrônica, questionando se estes espaços possuem arquivos pessoais (como acervos acumulados por professores, pesquisadores e sujeitos de relevância histórica, cultural e científica, que tenham sido adquiridos para preservação, estudo e difusão). Dos vinte e cinco espaços que integram a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, dezessete espaços (68%) responderam ao e-mail de solicitação de informação, sendo que nove espaços (36%) afirmaram possuir **arquivos pessoais.** São eles:

- Acervo Curt Lange;
- Acervo dos Escritores Mineiros;
- Centro de Coleções Taxonômicas;
- Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
- Centro de Memória da Escola de Enfermagem;
- Centro de Memória da Faculdade de Letras;
- Centro de Memória da Medicina;
- Centro de Memória da Veterinária;
- Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação.

---

[94] Resguarda o arquivo pessoal do professor José Britto de Figueiredo, além de documentos de outros ex-professores do curso de veterinária.

[95] Resguarda duas coleções individuais: Coleção de plantas do botânico Mello Barreto e o acervo do professor Ângelo Machado.

[96] Desde 2023, o Museu de Arquitetura resguarda o acervo do professor José Eduardo Ferolla (abrangendo projetos, desenhos e material didático de suas aulas).

Para além daqueles espaços da Rede de Museus que responderam à solicitação de informações por e-mail afirmando possuir arquivo pessoal em seu acervo, consideramos o Museu da Escola de Arquitetura (que, por meio de apresentações de trabalhos na *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão da Rede de Museus*, demonstrou ter adquirido o acervo pessoal do professor José Eduardo Ferolla) e o Espaço Acervo Artístico (cuja coleção remete a alguns materiais de arquivos pessoais da UFMG, como aquelas pertencentes ao Acervo Curt Lange e ao Acervo dos Escritores Mineiros)[97].

Em relação à aquisição de conjuntos explicitamente identificados como arquivos pessoais nota-se que, na quase totalidade dos casos, eles integram os conjuntos documentais de espaços que se identificam como Acervos e Centros de Memória (excetuando o Centro de Coleções Taxonômicas e o Museu da Escola de Arquitetura). Estes acervos, adquiridos por unidades acadêmicas a partir do reconhecimento de sua relevância, bem como de seus titulares, fomentam estudos em variadas áreas do conhecimento (sendo que, a maior parte deles é fruto de atividades de ensino e pesquisa de ex-professores e pesquisadores que atuaram na universidade). Este cenário demonstra que, devido aos laços estabelecidos entre os titulares e a Universidade, a UFMG é identificada enquanto ambiente passível de realizar a custódia e difusão de conjuntos documentais acumulados por seus profissionais no decorrer de suas atividades de trabalho. Por isso, conforme salientam as professoras Verona Segantini e Leticia Julião (2017), os acervos produzidos no âmbito da universidade e na interface da produção intelectual de membros da comunidade acadêmica acabam sendo preservados pela própria instituição. Tais aspectos evidenciam que o reconhecimento da relevância histórico-cultural-científica dos arquivos pessoais desses profissionais e as consequentes ações de salvaguarda são iniciativas pontuais de sujeitos integrantes do próprio cenário acadêmico (mesmo diante da ausência de diretrizes da universidade para a institucionalização destes acervos)[98].

[97] Consideramos que as ações realizadas pelo Espaço Acervo Artístico podem contribuir para a preservação e democratização dos documentos de arquivos pessoais que integram a sua coleção, bem como para a difusão do patrimônio universitário da UFMG.

[98] O relatório final da pesquisa "Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG-2019/2020", também indicou a prática de doação de arquivos pessoais para os departamentos da UFMG, por indivíduos da própria comunidade acadêmica.

Quadro 6: Levantamento de dados acerca dos acervos acumulados por pessoas nos espaços da Rede de Museus

Espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG (2025)	Website indica existência de acervo de origem pessoal	Bibliografia consultada indica existência de acervo de origem pessoal	Contato por e-mail informa a existência de arquivo pessoal
Acervo Curt Lange	☑	☑	☑
Acervo Imagem de Minas	☑	☑	-
Centro de Memória da Engenharia	☑	☑	-
Acervo dos Escritores Mineiros	☑	☑	☑
Centro de Coleções Taxonômicas	☐	☑	☑
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	☑	☑	☑
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	☑	☑	☑
Centro de Memória da Faculdade de Letras	☑	☑	☑
Centro de Memória da Farmácia	☐	☐	-
Centro de Memória da Medicina	☑	☑	☑
Centro de Memória da Odontologia	☐	☑	-
Centro de Memória da Veterinária	☐	☑	☑
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	☑	☑	☑
Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar - Sítio de Saluzinho[99]	☐	☐	-
Centro de Referência em Cartografia Histórica	☐	☐	☐
Centro Virtual de Memória da Extensão[100]	☐	☐	-
Espaço Acervo Artístico UFMG	☑	☑	-
Espaço do Conhecimento UFMG	☐	☐	☐
Estação Ecológica UFMG	☐	☐	☐
Herbário Norte Mineiro	☐	☐	☐
Museu Casa Padre Toledo	☐	☐	☐
Museu da Escola de Arquitetura	☐	☑	-
Museu da Matemática UFMG	☐	☐	☐
Museu de Ciências Morfológicas	☐	☐	-
Museu de História Natural e Jardim Botânico	☐	☐	☐

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

[99] Mediante a impossibilidade de acessar o site institucional do Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar- Sítio de Saluzinho, consideramos as informações disponibilizadas pela Rede de Museus.

[100] O acervo do CEVEX-UFMG é constituído por materiais oficiais da UFMG e fontes complementares (dos quais se destacam os documentos de arquivos pessoais). No entanto, devido à escassez de informações relacionadas a este último, para fins deste levantamento, o CEVEX não será considerado.

Quadro 7: Espaços da Rede de Museus que indicaram a aquisição de arquivos pessoais

Arquivo acumulado por titular interno à UFMG		**Arquivo acumulado por titular externo à UFMG**	
Centro de Memória da Veterinária	• Arquivo do professor José Brito de Figueiredo • Documentos doados por outros docentes	**Acervo Artístico**	• Documentos do Acervo Curt Lange • Documentos do Acervo de Escritores Mineiros
Centro de Coleções Taxonômicas	• Acervo do professor Ângelo Machado	**Acervo Curt Lange**	• Arquivo pessoal do musicólogo Francisco Curt Lange
Centro de Memória da Faculdade de Letras	Acervos dos professores: • José Lourenço de Oliveira • Rubens Costa Romanelli	**Acervo dos Escritores Mineiros**	• Abgar Renault • Achilles Vivacqua • Adão Ventura • Affonso Ávila - Família Ávila • Alexandre Eulálio • Ana Hatherly • Aníbal Machado • Antônio Barreto • Autran Dourado • Carlos Herculano Lopes • Carolina Maria de Jesus • Cyro dos Anjos • Eugênio Rubião • Eunice Vivacqua • Fábio Lucas • Fernando Sabino • Frei Betto • Genevieve Naylor • Graciliano Ramos • Henriqueta Lisboa • João Etienne Filho • José Maria Cançado • José Oswaldo Araújo • Laís Corrêa de Araújo - Família Ávila • Leopoldo Pereira • Lúcia Maria Machado de Almeida • Maria Stela Libânio • Murilo Rubião • Octávio Dias Leite • Oswaldo França Júnior • Paulo Emílio Rubião • Sábato Magaldi • Silviano Santiago • Valmiki Vilela • Wander Piroli • Zilah Corrêa de Araújo - Família Ávila
Museu da Escola de Arquitetura	• Acervo do professor José Eduardo Ferolla		
Centro de Memória da Medicina	Acervos dos professores: • Alfredo Balena • Cornélio Vaz de Mello • Zoroastro Rodrigues de Alvarenga • Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues • Otávio Machado • Eduardo Borges Ribeiro da Costa • Hugo Furquim Werneck • Samuel Libânio • Antônio Aleixo • Honorato Alves • Aurélio Pires • Olyntho Deodato dos Reis Meirelles Acervo do pesquisador: • Ezequiel Caetano Dias		
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Acervo dos professores: • Herbert de Almeida Dutra • Odilon Ferraz Barbosa • Fernando Campos Furtado • Nella Testa Taranto • Edson Pisani Martini • Ivani e Terezinha Bonfim • Eustáquia Salvadora de Sousa • Dietmar Martin Samulski • Emerson Silami Garcia • Isabel Montandon		
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	Acervos dos professores: • Alaíde Lisboa • Magda Soares • Lúcia Casasanta • Benone Guimarães		

	• Glaura Vasquez de Miranda • Rita Amélia Teixeira • Neidson Rodrigues • Helena Antipoff • Maria Laetitia • Luciano Mendes • Marcus Taborda de Oliveira • Bernardo Jefferson • Inês Teixeira • Rose Mary Dore		
Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Acervo das professoras: • Isaltina Goulart de Azevedo • Roseni de Sena		

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados de pesquisa (2025)

Apesar do relevante papel desempenhado pela Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG em relação à extroversão dos arquivos pessoais que foram institucionalizados pela Universidade, vale ressaltar que, "nem tudo que cai na rede, é peixe" (tendo em vista que os acervos dos espaços integrantes são de natureza diversificada) e "nem todo peixe está na rede[101]" (na medida em que vários arquivos pessoais estão fora do escopo de atuação da Rede de Museus). Neste último caso, basta consultar a Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras da UFMG (que abriga acervos doados por professores e pesquisadores como Maria Luiza Ramos[102], João das Neves[103] e Helena Antipoff[104]), e os centros de estudos

[101] Ademais destes estudos, Segantini et al. (2023), no contexto do projeto "Reconhecimento do patrimônio científico na UFMG: mapeamento, registro e salvaguarda", salientam que a identificação das coleções universitárias da UFMG, para além daquelas que integram a Rede de Museus, pode fornecer uma perspectiva alargada do escopo do patrimônio cultural universitário, sensibilizando a comunidade acadêmica para sua preservação. Para tanto, reforçam que "sem um trabalho de mapeamento ou inventário, esses acervos permanecem à margem, e são sempre mais impactados pela ausência de políticas patrimoniais eficazes e permanentes na universidade" (SEGANTINI et al., 2023, p.313).

[102] O acervo da professora de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras da UFMG (Fale) foi doado à UFMG em 2017, por sua filha, sendo composto por obras sobre literatura, linguística, psicanálise e espiritismo, correspondências com escritores, matérias jornalísticas, rascunhos e artigos não publicados, placas e medalhas honoríficas, entre outros documentos. Para mais informações: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/lingua-linguista-literatura/maria-luiza-ramos/

[103] O dramaturgo e ator João das Neves doou, em 2017, parte do seu acervo pessoal, cuja temática principal é o teatro. O acervo é composto por cerca de oito mil itens que abrangem fotografias de peças teatrais, cadernos de viagens, materiais audiovisuais, livros e vasta documentação do Teatro Arena. Para mais informações: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/artes/joao-das-neves/

[104] A Sala Helena Antipoff- SHA resguarda documentos produzidos e acumulados no período de 1927 a 1987 por Helena Antipoff, sendo que, em decorrência da relevância de sua obra nas áreas da História da Psicologia e da Educação no Brasil, outras coleções de documentos inéditos e bibliográficos foram acrescentadas ao acervo da Sala, a saber: A Coleção Josef Brozek; a Coleção Marina Massimi; a Coleção Daniel e Ottília Antipoff; a Coleção Helena Dias Carneiro; a Coleção Léo e Regina Campos; as Coleções de documentos inéditos e bibliográficos das educadoras Lúcia Casasanta e Alaíde Lisboa de Oliveira, acolhidas pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Faculdade de Educação da UFMG (tendo em vista sua relação com a trajetória de Helena Antipoff). Para mais informações: https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/acervos-especiais/helena-antipoff/

dispersos pela universidade (como o Centro de Estudos Aeronáuticos que, atualmente, resguarda o arquivo pessoal do professor Cláudio de Barros[105]).

3.2- "Universo SIEX": Abrangências dos projetos de extensão da Rede de Museus para a difusão de espaços detentores de arquivos pessoais

A Universidade Federal de Minas Gerais tem como fundamento a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Buscando potencializar o impacto de suas ações e produtos junto à sociedade, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) tem buscado fomentar a criação de Redes Interdisciplinares[106] que possam promover a aproximação e cooperação entre atividades de extensão que tenham similaridades de objetivos e público-alvo. A Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG é um exemplo de iniciativa em rede que, desde sua gênese, esteve vinculada à coordenadoria da Proex, fomentando discussões em rede e viabilizando ações extensionistas de gestão e extroversão dos espaços de custódia do patrimônio documental universitário. A construção de uma rede colaborativa para o gerenciamento do patrimônio cultural e científico universitário na UFMG partiu do reconhecimento da necessidade de construção de conectividades entre espaços detentores desse patrimônio, bem como a articulação e comunicação de suas ações, com o intuito de conseguir maior visibilidade e reconhecimento institucional, e viabilizar a realização de suas atividades de preservação e comunicação dos acervos. Tal iniciativa confere "valores e ressonância ao resultado das ações em rede, em grau superior se comparado à simples somatória de ações isoladas" (SILVEIRA; JULIÃO, 2021, p.41).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (planejamento estratégico para o quinquênio 2024-2029), ao tratar sobre as políticas acadêmicas, define a Extensão Universitária como

> processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação dialógica e transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, organiza-se a partir do princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (CNE/CES № 07/2018). Consiste numa ação acadêmica e política, cujo compromisso deliberado é o estreitamento de vínculos com a sociedade para que a Universidade

[105] Conforme destacam Segantini et al. (2023), o acervo do professor Cláudio de Barros é composto por inúmeros documentos como projetos de aviões, livros e periódicos, além de registros sobre o ultraleve CB-10 Triathlon, sendo um importante acervo para a pesquisa na área de engenharia aeroespacial.

[106] Para além da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura, estão em funcionamento as seguintes redes: Rede Saúde Mental; Rede de Divulgação Científica; Rede Direitos Humanos; Rede de Cursos Preparatórios Comunitários e Populares; Programa Participa UFMG Mariana – Brumadinho (com participação de programas e projetos de extensão da UFMG, UFOP e UFES); Projeto Brumadinho; Programa com Povos Yanomami e Y´ekwana.

> cumpra sua função pública e sustente sua relevância social. Essa forma de atuar tem por finalidade aprofundar as ações de democratização dos saberes científico, cultural, artístico, tecnológico, bem como os saberes tradicionais de relevância social e coletiva, a fim de produzir novos conhecimentos e práticas que vão ao encontro dos anseios e interesses da sociedade e que, ao mesmo tempo, qualificam a formação discente. Assume papel de importância destacada no enfrentamento às diferentes facetas das desigualdades presentes na sociedade, colaborando, dessa forma, com a efetivação dos direitos humanos e sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2024b, p. 174).

A extensão universitária caracteriza-se, portanto pela interdisciplinaridade (por mobilizar diferentes domínios do conhecimento) e capilaridade (ao permear diferentes instâncias da sociedade), sendo tanto ação educativa (em suas vertentes científica, cultural e acadêmica), quanto política (ao pautar-se na democratização dos saberes e práticas vivenciados na/pela universidade). Sendo assim, a extensão universitária é uma instância formativa socialmente comprometida com o desenvolvimento humano, participando na "promoção e qualificação dos processos de comunicação da Universidade, pautados no permanente diálogo entre a comunidade interna e externa à instituição que, para isso, conta com uma ampla participação dos diferentes setores institucionais" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2024b, p. 175).

Desde 2014, em razão da Lei nº 13.005/2014 (que aprovou o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014-2024), se estabeleceu que as atividades de extensão deveriam compor, no mínimo, dez por cento da carga horária curricular dos cursos de graduação no Brasil. Em 2018, em resposta aos esforços da Comissão da Câmara de Educação Superior, apresentou-se a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira), salientando o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e reafirmando a dimensão acadêmica da Extensão Universitária. A Resolução reafirma o lugar da extensão na formação cidadã dos estudantes ao considerar a ampliação do universo de referência de aprendizagem diante de questões contemporâneas da realidade. Mais do que ação assistencialista (materializada apenas pela prestação de serviços à comunidade) a extensão universitária é defendida enquanto ação dialógica transformadora (devendo conciliar demandas da sociedade e do universo acadêmico).

Figura 16: Nuvem de Palavras- Extensão Universitária

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Em relação à Universidade Federal de Minas Gerais, a Resolução Complementar Nº 03/2024 (que aprova as Normas Gerais da Extensão da UFMG), ao considerar a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, estabelece que as atividades de extensão na UFMG devem contemplar três aspectos: I) A interação dialógica da comunidade acadêmica com os demais setores da sociedade; II) a formação pautada na experiência dos conhecimentos de forma contextualizada e conectada com as questões contemporâneas; III) a promoção de atividades que expressem o compromisso da UFMG com as questões da realidade brasileira e com o cenário internacional. Mais do que uma "curricularização", a Extensão Universitária da UFMG busca materializar o compromisso ético da universidade pública, considerando a extensão em sua dimensão acadêmica e cidadã (ao viabilizar experiências reais de atuação), e promover a formação ampla dos estudantes (por meio da vivência da interdisciplinaridade e interprofissionalidade).

Na UFMG, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) compartilha a gestão da política de extensão com os Centros de Extensão (Cenex), sendo estes últimos os responsáveis por articular e aprovar as atividades de extensão no âmbito das Unidades às quais são vinculados, sendo suas atividades desenvolvidas em diferentes modalidades (programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços) e contemplando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

Quadro 8: Modalidades das ações da Extensão Universitária desenvolvidas na UFMG

Programa	Integração de atividades de caráter diversificado orientadas por um eixo articulador (em torno de determinado público, temática, linha de extensão ou recorte territorial)
Curso	Atividade pedagógica organizada de modo sistemático para a formação ou aperfeiçoamento de um público
Evento	Apresentação do conhecimento/ produto cultural, artístico, científico, acadêmico e tecnológico desenvolvido/reconhecido pela Universidade
Prestação de serviços	Ação voltada para a solução de problemas produtivos ou sociais a partir de conhecimento existente
Projeto	Construção de atividade juntamente com a comunidade externa em torno de objetivos que necessitam de trabalho contínuo (por isso, pode abranger cursos, eventos e prestação de serviços)

Fonte: Elaborado com base em (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2024)

De acordo com a Resolução da Câmara de Extensão Nº 01/2021 (que regulamenta a apresentação de propostas de atividades de extensão na UFMG), as ações extensionistas devem ser registradas no Sistema de Informação da Extensão (SIEX). De acesso público[107], a plataforma constitui uma importante ferramenta de registro e controle das atividades de extensão que são desenvolvidas pelos diversos departamentos da Universidade, permitindo o acompanhamento das ações e contribuindo para difusão das atividades, na medida em que informa, por meio dos relatórios, os resultados alcançados. O SIEX viabiliza, portanto, a preservação e a transparência das informações relativas às ações da Extensão Universitária da UFMG para o público interno e externo à Universidade.

A extensão é muito cara à realidade dos espaços de custódia do patrimônio universitário, na medida em que expande as abrangências do ensino e da pesquisa a partir da realidade dos acervos, abrindo múltiplas possibilidades de articulação entre estes espaços, as unidades de ensino e a sociedade. Emanuela Ribeiro (2013), ao estabelecer relação entre a gestão dos acervos universitários com as funções da universidade, conclui que a extensão pode oferecer apoio institucional para os espaços de custódia documental como, por exemplo, para os museus universitários. A autora salienta, contudo, que os mecanismos de institucionalização e legitimação da extensão universitária no Brasil ainda se encontram em construção e que "apesar do muito que se escreve sobre a necessária integração entre ensino, pesquisa e extensão, sabemos que, do ponto de vista da infraestrutura e dos recursos materiais e humanos, a extensão é a mais frágil das funções das universidades brasileiras" (RIBEIRO, 2013, p. 98).

[107] A consulta é aberta a todos os interessados, não sendo necessário cadastro prévio. O Sistema de Informações da Extensão da UFMG- SIEX, pode ser consultado em: https://sistemas.ufmg.br/siex/PrincipalVisitante.do

Mesmo diante da fragilidade e descrédito institucional, os espaços de custódia de acervos universitários assumem a função de equipamentos difusores dos conhecimentos culturais e científicos que são produzidos na universidade, buscando vinculações com a extensão. Por isso, Emanuela Ribeiro salienta que

> podemos compreender porque grande quantidade de museus universitários se vincula ou aos próprios departamentos onde surgiram as coleções que lhes deram origem – ou seja, se vinculam às unidades de pesquisa científica e de ensino – ou, mais contemporaneamente, **estão vinculados às unidades administrativas da extensão, pois, estas são as "responsáveis" pelo contato com a sociedade**.
> Mesmo quando os museus universitários não são formalmente vinculados às unidades extensionistas, muitas vezes os **financiamentos universitários para os museus provêm da extensão**, pois, as atividades vinculadas aos museus não costumam ser encaradas como atividades de pesquisa (...) (RIBEIRO, 2013, p. 92. Grifo nosso).

A extensão, neste sentido, é uma importante propulsora do funcionamento dos espaços detentores de acervos universitários, capaz de viabilizar ações diversificadas no âmbito da gestão e extroversão das coleções, bem como dos serviços institucionais que são prestados. Por isso, é capaz de ampliar o potencial de difusão e acesso destes acervos e, consequentemente, otimizar o cumprimento de sua função perante a sociedade.

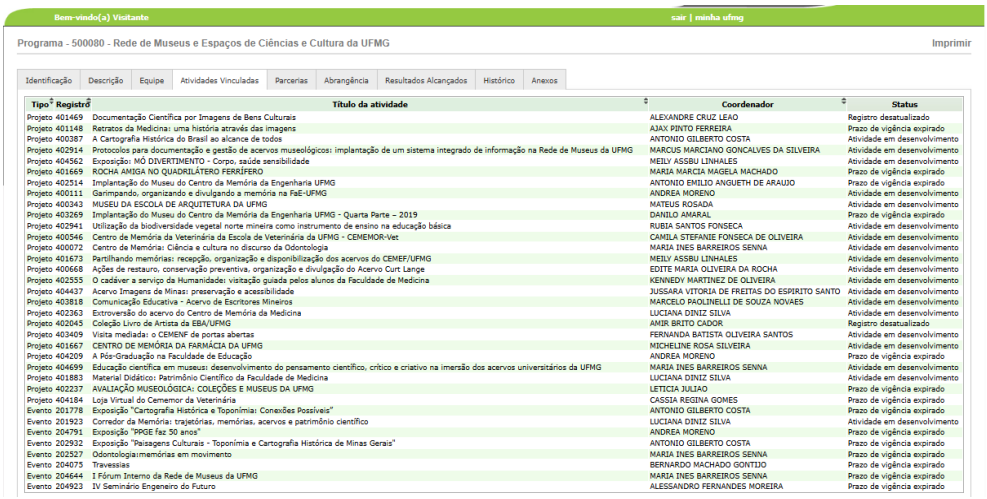
A Rede de Museus, na qualidade de um Programa de Extensão[108], é composta por diferentes projetos, constituída por espaços autônomos (responsáveis pela preservação, pesquisa e extroversão de patrimônio cultural e científico da Universidade), que busca somar esforços e otimizar recursos com vistas a favorecer a qualificação das ações e a ampliação do público-alvo[109]. Uma busca simples na plataforma SIEX, é capaz de demonstrar a larga abrangência do Programa que, para além de diversos eventos, soma atualmente quase trinta projetos vinculados (em andamento). As ações empreendidas abrangem espaços de naturezas variadas (arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória e espaços do conhecimento) e articulam diferentes atividades (como o gerenciamento de acervos, a conservação preventiva, a adequação de espaços de custódia e divulgação científica). Para fins deste trabalho, serão considerados cinco projetos de caráter abrangentes (não restritos a nenhum espaço em específico), que se relacionam, de alguma maneira, à difusão de acervos, são eles: 1) Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG; 2) Educação científica em museus: desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na imersão dos acervos universitários da UFMG; 3) Aprimoramento do circuito de divulgação científica da Rede de Museus da UFMG: despertando

[108] Programa - 500080 - Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG

[109] O público dos espaços da Rede de Museus e de suas ações integradas é formado pela comunidade universitária, por estudantes das redes pública e privada de educação básica, por pesquisadores e pela população em geral.

vocações e incentivando a formação de jovens estudantes; 4) Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG; 5) Diagnóstico das condições de inventariação e informatização dos metadados referentes ao acervo dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG.

Figura 17: Projetos vinculadas ao Programa de Extensão "Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG"



Bem-vindo(a) Visitante — sair | minha ufmg

Programa - 500080 - Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG — Imprimir

Identificação | Descrição | Equipe | Atividades Vinculadas | Parcerias | Abrangência | Resultados Alcançados | Histórico | Anexos

Tipo	Registro	Título da atividade	Coordenador	Status
Projeto	401469	Documentação Científica por Imagens de Bens Culturais	ALEXANDRE CRUZ LEAO	Registro desatualizado
Projeto	401148	Retratos da Medicina: uma história através das imagens	AJAX PINTO FERREIRA	Prazo de vigência expirado
Projeto	400387	A Cartografia Histórica do Brasil ao alcance de todos	ANTONIO GILBERTO COSTA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	402914	Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG	MARCUS MARCIANO GONCALVES DA SILVEIRA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	404562	Exposição: MÓ DIVERTIMENTO - Corpo, saúde sensibilidade	MEILY ASSBU LINHALES	Atividade em desenvolvimento
Projeto	401669	ROCHA AMIGA NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO	MARIA MARCIA MAGELA MACHADO	Prazo de vigência expirado
Projeto	402514	Implantação do Museu do Centro da Memória da Engenharia UFMG	ANTONIO EMILIO ANGUETH DE ARAUJO	Prazo de vigência expirado
Projeto	400111	Garimpando, organizando e divulgando a memória na FaE-UFMG	ANDREA MORENO	Atividade em desenvolvimento
Projeto	400343	MUSEU DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG	MATEUS ROSADA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	403269	Implantação do Museu do Centro da Memória da Engenharia UFMG - Quarta Parte – 2019	DANILO AMARAL	Prazo de vigência expirado
Projeto	402941	Utilização da biodiversidade vegetal norte mineira como instrumento de ensino na educação básica	RUBIA SANTOS FONSECA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	400546	Centro de Memória da Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG - CEMEMOR-Vet	CAMILA STEFANIE FONSECA DE OLIVEIRA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	400072	Centro de Memória: Ciência e cultura no discurso da Odontologia	MARIA INES BARREIROS SENNA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	401673	Partilhando memórias: recepção, organização e disponibilização dos acervos do CEMEF/UFMG	MEILY ASSBU LINHALES	Atividade em desenvolvimento
Projeto	400668	Ações de restauro, conservação preventiva, organização e divulgação do Acervo Curt Lange	EDITE MARIA OLIVEIRA DA ROCHA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	402555	O cadáver a serviço da Humanidade: visitação guiada pelos alunos da Faculdade de Medicina	KENNEDY MARTINEZ DE OLIVEIRA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	404437	Acervo Imagens de Minas: preservação e acessibilidade	JUSSARA VITORIA DE FREITAS DO ESPIRITO SANTO	Atividade em desenvolvimento
Projeto	403818	Comunicação Educativa - Acervo de Escritores Mineiros	MARCELO PAOLINELLI DE SOUZA NOVAES	Atividade em desenvolvimento
Projeto	402363	Extroversão do acervo do Centro de Memória da Medicina	LUCIANA DINIZ SILVA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	402045	Coleção Livro de Artista da EBA/UFMG	AMIR BRITO CADOR	Registro desatualizado
Projeto	403409	Visita mediada: o CEMENF de portas abertas	FERNANDA BATISTA OLIVEIRA SANTOS	Atividade em desenvolvimento
Projeto	401667	CENTRO DE MEMÓRIA DA FARMÁCIA DA UFMG	MICHELINE ROSA SILVEIRA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	404209	A Pós-Graduação na Faculdade de Educação	ANDREA MORENO	Prazo de vigência expirado
Projeto	404699	Educação científica em museus: desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na imersão dos acervos universitários da UFMG	MARIA INES BARREIROS SENNA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	401883	Material Didático: Patrimônio Científico da Faculdade de Medicina	LUCIANA DINIZ SILVA	Atividade em desenvolvimento
Projeto	402237	AVALIAÇÃO MUSEOLÓGICA: COLEÇÕES E MUSEUS DA UFMG	LETICIA JULIAO	Prazo de vigência expirado
Projeto	404184	Loja Virtual do Cememor da Veterinária	CASSIA REGINA GOMES	Prazo de vigência expirado
Evento	201778	Exposição "Cartografia Histórica e Toponímia: Conexões Possíveis"	ANTONIO GILBERTO COSTA	Prazo de vigência expirado
Evento	201923	Corredor da Memória: trajetórias, memórias, acervos e patrimônio científico	LUCIANA DINIZ SILVA	Atividade em desenvolvimento
Evento	204791	Exposição "PPGE faz 50 anos"	ANDREA MORENO	Prazo de vigência expirado
Evento	202932	Exposição "Paisagens Culturais - Toponímia e Cartografia Histórica de Minas Gerais"	ANTONIO GILBERTO COSTA	Prazo de vigência expirado
Evento	202527	Odontologia:memórias em movimento	MARIA INES BARREIROS SENNA	Prazo de vigência expirado
Evento	204075	Travessias	BERNARDO MACHADO GONTIJO	Prazo de vigência expirado
Evento	204644	I Fórum Interno da Rede de Museus da UFMG	MARIA INES BARREIROS SENNA	Prazo de vigência expirado
Evento	204923	IV Seminário Engeneiro do Futuro	ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA	Prazo de vigência expirado

Fonte: Print de Tela- Sistema de Informação da Extensão (2025)

O Projeto *Diagnóstico das condições de inventariação e informatização dos metadados referentes ao acervo dos espaços integrantes da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG*, realizado entre 2015 e 2016, buscou diagnosticar as condições de inventariação e informatização dos metadados referentes ao acervo dos espaços integrantes da Rede de Museus. Inicialmente, conforme referenciado no sistema Siex, pretendia-se compor um catálogo que viabilizasse acesso unificado às bases de dados dos diversos espaços por meio de consulta ao website da Rede de Museus. Mesmo que este objetivo não tenha sido concretizado (tendo em vista que os espaços estão em diferentes estágios de catalogação e informatização dos dados referentes aos seus acervos), fomentou a reformulação do website institucional da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, permitindo a difusão integrada das atividades desenvolvidas pelos espaços integrantes da Rede (como a divulgação de cursos, seminários, exposições e processos seletivos de interesse coletivo).

O *Projeto Aprimoramento do circuito de divulgação científica da Rede de Museus da UFMG: despertando vocações e incentivando a formação de jovens estudantes,* desenvolvido entre 2013 e 2017, teve como principal objetivo a consolidação de um circuito de vocação científica dos espaços da Rede de Museus para o recebimento de estudantes da

educação básica e do ensino médio de escolas estaduais. Visando o despertar vocacional do público jovem, o projeto pautou-se na defesa da divulgação da cultura e da ciência e no interesse pela comunicação dos acervos científicos e culturais da UFMG. Neste sentido, destacou os Museus, Centros de Memória e Espaços do Conhecimento em geral enquanto espaços de educação e (in)formação científica, buscando valorizar os acervos dos espaços da Rede de Museus, e dinamizar as relações de estudantes e professores com estes ambientes. Conforme destaca Chaves et al. (2016, p 3), mostrar uma profissão por meio dos museus enfatiza o papel social destes espaços e sua relevância na formação dos indivíduos, promovendo a interação entre a formação acadêmica e social das pessoas

Tal iniciativa colaborativa corrobora para maior visibilidade dos patrimônios científicos e culturais resguardados pelas universidades e contribui para maior extroversão dos espaços de custódia (incluindo aqueles detentores de arquivos pessoais que, em grande medida, costumam ser de interesse de um público especializado). Na medida em que os coloca em um cenário mais amplo de divulgação, os apresenta a um novo potencial público e, no caso específico, os insere no universo vocacional dos estudantes participantes do projeto. Por exemplo, ao apresentar as profissões da área da saúde, o circuito apropriou-se de quatro espaços da Rede de Museus[110], dentre eles o Centro de Memória da Educação Física Esporte e Lazer, promovendo a divulgação de seu espaço e a extroversão de seu acervo (incluindo aquele de origem pessoal).

Figura 18: Material de divulgação do Circuito das Vocações

Fonte: Página do Facebook da Rede de Museus (2016)

[110] Para além do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer, foram contemplados: o Museu de Ciências Morfológicas, o Centro de Memória da Farmácia e o Centro de Memória da Odontologia.

O Projeto *Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG*, desenvolvido entre 2015 e 2021, pretendeu diagnosticar as unidades que compõem a Rede de Museus a partir de metodologias da Museologia. Com o objetivo de produzir indicadores consistentes para a formulação de uma política para os museus e coleções universitárias da UFMG, o projeto enfatizou a pesquisa relativa às condições de gestão, salvaguarda e de extroversão das coleções que compõem as unidades da Rede. Dentre as análises apresentadas no Relatório Final do Projeto (2021), há um tópico específico relativo à Comunicação dos Acervos, identificando as práticas de exposição e ações educativas e culturais que eram desenvolvidas pelos espaços que, naquela altura, integravam a Rede de Museus. Segundo dados do relatório, mais da metade dos espaços realizava exposições de longa duração e exposições temporárias e, no que tange à realização de atividades educativas e culturais, a totalidade das instituições abertas ao público desenvolvem algum tipo de atividade. Contudo, os dados apresentados no Relatório indicam que mais da metade dos espaços afirmam não possuir equipe dedicada exclusivamente para tais ações. O diagnóstico realizado evidencia a preocupação destes em tornar seus acervos conhecidos e acessíveis e revela a necessidade de direcionamento de recursos humanos e técnicos para fins de comunicação dos acervos. Este tipo de diagnóstico realizado em rede é importante para respaldar projetos específicos à realidade dos arquivos pessoais, na medida em que os insere em um contexto mais amplo de preservação e comunicação do patrimônio documental universitário.

O Projeto *Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG*, ativo desde 2017, fundamenta-se na premissa de que o atendimento adequado do público visitante dos espaços da Rede depende do grau de conhecimento das instituições custodiadoras a respeito de seu próprio acervo. Neste sentido, assume como objetivo principal auxiliar na definição e implementação, em conjunto, de políticas de gerenciamento das coleções universitárias sob custódia dos museus e espaços de ciências e cultura da UFMG, acreditando que o estabelecimento de diretrizes compartilhadas pode otimizar e promover o amplo acesso aos acervos. Contudo, conforme registrado na Plataforma Siex, apenas seis espaços aderiram formalmente ao projeto em sua fase inicial[111], sendo que destes, apenas o Centro de Memória da Enfermagem e o Centro de Memória da Veterinária possuem arquivos pessoais. Por meio do projeto, foram realizadas ações de tratamento documental (descrições, higienizações, acondicionamentos de documentos e registro fotográfico do acervo), demonstrando, portanto,

[111] Museu de Ciências Morfológicas, Centro de Memória da Enfermagem, Centro de Memória da Farmácia, Centro de Memória da Odontologia, Centro de Memória da Veterinária e Centro de Memória da Engenharia

que projetos colaborativos da Rede de Museus podem interferir decisivamente na maneira como os espaços detentores de arquivos pessoais gerem suas documentações e, consequentemente, viabilizam o acesso a elas.

O Projeto *Educação científica em museus: desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na imersão dos acervos universitários da UFMG*, ativo desde 2023, busca conectar as discussões e práticas científicas às diversas realidades sociais. Baseando-se na *Política de Divulgação Científica* (2021), assumiu o desafio de otimizar a divulgação científica nos museus, centros de memória e centros culturais da UFMG, buscando gerar oportunidades de roteiros temáticos atrativos ao público estudante e à comunidade em geral. Assim, busca proporcionar a participação ativa nos processos geradores de conhecimento em acervos científico-culturais, além de produzir e divulgar materiais didáticos de apoio à educação cultural e científica. No âmbito deste projeto, foi criada a "Agenda Científico-Cultural da Rede de Museus da UFMG[112]", uma ferramenta de divulgação de informações sobre as atividades realizadas nos 25 espaços da Rede de Museus (por meio das mídias digitais e por newsletter para banco de e-mails).

Figura 19: Agenda Científico-Cultural da Rede de Museus da UFMG

Fonte: Print de tela- Página Institucional da Rede de Museus (2025)

A criação de estratégias de extroversão é, em grande medida, a tônica do trabalho da Rede. Se, por um lado, as questões relativas à institucionalidade e aos processos de gerenciamento das coleções são mais facilmente associadas à preservação do patrimônio universitário, por outro, a dimensão comunicacional tem conquistado espaço nas discussões em torno da salvaguarda do patrimônio científico-cultural da Universidade. Conforme assinalam Rita Marques e Verona Segantini (2015, p. 32):

[112] A Agenda pode ser acessada em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/agenda-eventos/

> Quando a Rede foi criada, havia produção de conhecimento em seus espaços, baseada em uma prática cotidiana de colecionar, pesquisar e guardar. Sempre houve em seus espaços a circulação de pessoas ligadas à Universidade e interessadas no que existia nesses espaços. O aumento do público, nos últimos anos, foi potencializado, por um **maior investimento em suas estruturas e em ações de divulgação e extroversão do acervo**. As ações desenvolvidas contribuíram para o aumento e a diversificação do público e **deram maior visibilidade ao conhecimento produzido em seu interior**. As ações educativas também fomentaram a constituição de novas redes com a comunidade externa. Além de abrirem suas portas ao público, **os acervos também foram expostos para além de seus muros, buscando acertar o passo com o discurso da divulgação científica e da popularização da ciência** (MARQUES, SEGANTINI, 2015, p. 41. Grifo nosso).

Por isso, Letícia Julião (2023, p. 30) salienta que é sempre oportuno associar a gestão e a salvaguarda aos debates e práticas referentes à função comunicacional dos espaços, ressaltando a importância de experimentar formas inclusivas e equânimes de interação dos espaços museais universitários com comunidades e públicos. Não podemos nos esquecer que a comunicação dos acervos é responsável por projetá-los para a sociedade, incentivar o usufruto, viabilizar debates sobre sua importância, promover seu reconhecimento e, sobretudo, despertar o desejo por sua preservação. Ao promover a comunicação dos acervos e a divulgação dos serviços prestados pelos espaços de custódia, diminui-se a distância entre estes e a sociedade e incentiva-se o reconhecimento de seu valor científico, natural, cultural e histórico.

No contexto da UFMG, dois eventos de Extensão destacam-se em relação à comunicação do patrimônio acadêmico científico e cultural: o *Encontro de Extensão* (evento realizado durante a Semana do Conhecimento[113], pelo qual estudantes apresentam os resultados e produtos dos projetos de extensão em que participam) e a *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão da Rede de Museus* (evento virtual organizado pela Universidade para fomentar a comunicação científica e a difusão dos trabalhos desenvolvidos no contexto específico da Rede de Museus). Considerando a relevância deste último para a divulgação dos espaços que integram a Rede de Museus, bem como as iniciativas desenvolvidas por estes, realizamos um levantamento no site da *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus*[114], buscando identificar a representatividade daqueles espaços detentores de arquivos pessoais no evento (Apêndice II). Estabelecemos como marco temporal para análise o período compreendido entre 2020 e 2024,

[113] A Semana do Conhecimento da UFMG é um evento anual que reúne trabalhos de estudantes, docentes e servidores técnicos e administrativos da universidade, com o objetivo de apresentar ao público a produção científica, cultural e de inovação desenvolvida na UFMG.

[114] O site que integra os trabalhos de extensão e iniciação científica apresentados pelos espaços integrantes da Rede pode ser acessado em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2020/sobre/

considerando que, em relação ao período de 2015-2019, não foi possível acessar os trabalhos na plataforma[115].

Os trabalhos, em sua maioria, tratam-se de relatos de pesquisa e experiências de estudantes bolsistas que atuam nos diversos projetos de extensão da Rede de Museus que, ao serem apresentados conjuntamente na Mostra Virtual, são articulados enquanto integrantes de uma proposta institucional de divulgação de projetos da Rede. Neste sentido, o evento contribui para a extroversão dos espaços da Rede de Museus, ao promover a difusão dos acervos, a divulgação das atividades formativas e extensionistas desenvolvidas pelos espaços de custódia, bem como os serviços prestados por estes, e, sobretudo, a transparência das ações de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural e científico da Universidade.

O levantamento realizado abrangeu um período bastante delicado para a Universidade, tendo em vista a suspensão das atividades presenciais em decorrência da Pandemia de Covid-19 (em 2020) e a retomada gradual das atividades presenciais (a partir de 2021). Este fato teve significativo impacto para os espaços da Rede de Museus que, por medidas sanitárias de segurança, precisaram suspender as ações presenciais e buscar novas estratégias para o desempenho de suas atividades e estabelecimento de contato com o público. Neste sentido, os trabalhos apresentados no período compreendido abrangem a divulgação de pesquisas e ações de extensão desenvolvidas pelos espaços mesmo no período em que estiveram de portas fechadas e foram desafiados a se adaptarem às plataformas digitais (por meio da criação e dinamização de conteúdos em redes sociais, através da produção de textos, imagens, curtas, podcasts e mostras digitais).

A participação no evento depende da adesão dos espaços e, portanto, sofre variações ao longo das edições. Nota-se que alguns espaços têm demonstrado menor adesão ao evento (como o Acervo Imagem de Minas, Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Farmácia e o Centro Virtual de Memória da Extensão)[116], enquanto espaços de maior robustez institucional (como o Espaço do Conhecimento, a Estação Ecológica e o Museu de História Natural e Jardim Botânico) demonstram adesão mais representativa. Contudo, é certo que todos os trabalhos apresentados promovem a difusão dos acervos universitários que integram a Rede de Museus, informando sobre as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos bolsistas e divulgando os serviços prestados à população em geral.

---

[115] Impossibilidade de acessar os conteúdos devido a um erro do servidor para encontrar as páginas (Erro 404).
[116] Curiosamente, na maior parte dos casos, estes dados convergem com a ausência de retorno ao contato que estabelecemos por e-mail institucional.

Quadro 9: Adesão dos espaços da Rede à Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024)

Espaços	**Nº de trabalhos apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus**				
	2020	*2021*	*2022*	*2023*	*2024*
Rede de Museus	*3*	*2*	*3*	*3*	*2*
Acervo Curt Lange	*2*	*1*	*1*	*1*	*-*
Acervo Imagem de Minas	*-*	*-*	*-*	*-*	*1*
Centro de Memória da Engenharia	*1*	*-*	*-*	*-*	*-*
Centro de Coleções Taxonômicas	*1*	*2*	*2*	*-*	*2*
Acervo dos Escritores Mineiros	*1*	*1*	*2*	*1*	*2*
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	*2*	*1*	*2*	*3*	*3*
Centro de Memória da Enfermagem	*12*	*9*	*4*	*4*	*7*
Centro de Memória da Faculdade de Letras	*-*	*-*	*-*	*1*	*-*
Centro de Memória da Farmácia	*-*	*1*	*-*	*-*	*-*
Centro de Memória da Medicina	*3*	*4*	*3*	*1*	*1*
Centro de Memória da Odontologia	*1*	*1*	*2*	*1*	*1*
Centro de Memória da Veterinária	*2*	*4*	*4*	*1*	*5*
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	*2*	*2*	*2*	*1*	*1*
Centro de Referência em Cartografia Histórica	*1*	*2*	*1*	*2*	*1*
Centro Virtual de Memória da Extensão	*-*	*-*	*1*	*-*	
Espaço Acervo Artístico UFMG[117]	*	*	*-*	*1*	*1*
Espaço do Conhecimento UFMG	*11*	*10*	*12*	*10*	*11*
Estação Ecológica UFMG	*16*	*13*	*9*	*10*	*17*
Herbário Norte Mineiro	*2*	*2*	*2*	*3*	*7*
Museu Casa Padre Toledo	*-*	*4*	*1*	*1*	*1*
Museu da Escola de Arquitetura	*1*	*-*	*-*	*1*	*1*
Museu da Matemática UFMG	*1*	*1*	*1*	*1*	*2*
Museu de Ciências Morfológicas	*1*	*1*	*1*	*1*	*1*
Museu de História Natural e Jardim Botânico	*14*	*18*	*12*	*12*	*14*
Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar - Sítio de Saluzinho[118]	*	*	*	*	*-*
Total de trabalhos apresentados	*77*	*79*	*65*	*59*	*81*

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados de pesquisa (2025)

Em relação aos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais, nota-se que, no período abrangido, todos eles participaram, pelo menos uma vez, da *Mostra Virtual*. A abrangência dos trabalhos é bastante variada e não se restringe à divulgação de ações estritamente relacionadas a algum arquivo pessoal, abarcando temáticas como a documentação e gestão de acervos museológicos, o tratamento de acervos institucionais, a descrição e digitalização de conjuntos documentais (com ênfase na construção de bancos de dados automatizados) e a divulgação de atividades de pesquisa e de experiências de extroversão de acervos (como postagens em redes sociais, atualização de sites e produção de podcasts).

[117] O Espaço Acervo Artístico foi institucionalizado junto à Pró-Reitoria de Cultura da UFMG em 2022.
[118] O Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar - Sítio de Saluzinho foi aderido à Rede de Museus em 2024.

Quadro 10: Adesão de espaços detentores de arquivos pessoais à Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024)

Espaços detentores de arquivos pessoais	**Nº de trabalhos apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus, por espaços detentores de arquivos pessoais**				
	2020	2021	2022	2023	2024
Acervo Curt Lange	2	1	1	1	-
Centro de Coleções Taxonômicas	1	2	2	-	2
Acervo dos Escritores Mineiros	1	1	2	1	2
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	2	1	2	3	3
Centro de Memória da Enfermagem	12	9	4	4	7
Centro de Memória da Faculdade de Letras	-	-	-	1	-
Centro de Memória da Medicina	3	4	3	1	1
Centro de Memória da Veterinária	2	4	4	1	5
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	2	2	2	1	1
Espaço Acervo Artístico UFMG		-	-	1	1
Museu da Escola de Arquitetura	1	-	-	1	1
Total de trabalhos apresentados por espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais	26	24	20	15	23

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados de pesquisa (2025)

A participação dos espaços detentores de arquivos pessoais na Mostra Virtual é bastante consistente e corresponde, em média, a 29% das apresentações realizadas no evento, entre 2020 e 2024. No que tange aos trabalhos específicos sobre fundos pessoais, eles representam 3,5% de todas as apresentações, e cerca de 12% daquelas realizadas por espaços detentores de arquivos pessoais. Ressaltamos que, consideramos enquanto trabalhos específicos sobre arquivos pessoais aqueles que tratam especificamente de um conjunto arquivístico acumulado por pessoa (seja evidenciando a vida e obra de seu produtor ou os processos de tratamento arquivístico do fundo em questão) e que identifiquem, nominalmente, o fundo abordado[119].

[119] São eles: Em 2020: "*25 Anos do Acervo Curt Lange-UFMG: Ações, Intervenções e Vivências*" e "*O Boletín Latino-Americano de Música VI de Curt Lange no Brasil: a reconstrução de uma trilogia nos 25 anos do ACL-*UFMG"; "*Arquivo Roseni Rosângela de Sena: da organização à divulgação*" e "*Arquivo Pessoal Prof. Roseni Sena: organização, preservação e divulgação*"; Em 2021: "*Construção de Memorial para o professor emérito Francisco Megale*" e "*A relação epistolar entre Maria da Conceição Rezende e Francisco Curt Lange"; Em 2022:* "*Mediação e divulgação do Acervo Sábato Magaldi*"; "*Diagnóstico e Análise Contextual do Acervo Curt Lange no âmbito da Oficina para a Elaboração de Plano Estratégico para os espaços da Rede de Museus*"; Em 2023: *"CEMENF on-line: Funcionalidade do Software ATOM na transposição arquivística do Acervo Roseni Sena" e "Rede de Museus UFMG: Acervo Curt Lange"; Em 2024:* "*CEMENF On-Line: Implementação do AtoM na Organização e Acesso de Acervos Institucionais e Pessoais da Escola de Enfermagem da UFMG"; "Preservação e extroversão do arquivo pessoal Prof. José Britto de Figueiredo – Cememor-Vet" e "Acervo Sábato Magaldi: da inventariação à consolidação da memória teatral"*

Quadro 11: Trabalhos específicos sobre arquivo pessoal, apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024)

Espaços detentores de arquivos pessoais	**Nº de Trabalhos específicos sobre arquivos pessoais apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus**				
	2020	2021	2022	2023	2024
Acervo Curt Lange	2	1	1	1	-
Centro de Coleções Taxonômicas	0	0	0	-	0
Acervo dos Escritores Mineiros	0	0	1	0	1
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	0	0	0	0	0
Centro de Memória da Enfermagem	2	0	0	1	1
Centro de Memória da Faculdade de Letras	-	-	-	0	-
Centro de Memória da Medicina	0	0	0	0	0
Centro de Memória da Veterinária	0	1	0	0	1
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	0	0	0	0	0
Espaço Acervo Artístico UFMG		-	-	0	0
Museu da Escola de Arquitetura	0	-	-	0	0
Total de trabalhos específicos sobre um arquivo pessoal	4	2	2	2	3

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados de pesquisa (2025)

Contudo, mesmo quando as ações difundidas não estão diretamente relacionadas a um fundo em específico, ressalta-se a importância da apresentação de trabalhos de caráter amplo para a difusão dos arquivos pessoais, na medida em que estes apresentam as potencialidades do espaço para um público que pode não demonstrar, em um primeiro momento, interesse específico por um arquivo pessoal, mas que, após conhecer o trabalho institucional, pode se interessar pelos acervos das pessoas. Neste sentido, a *Mostra Virtual* é um significativo meio de comunicação a ser explorado pelos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais para a difusão de seus acervos e práticas arquivísticas. Conforme Marcelo Chaves (2020, p.84), a difusão arquivística abrange, para além da divulgação dos acervos pelos quais as instituições são responsáveis, os serviços prestados, os trabalhos técnicos realizados pelos setores institucionais e as reflexões teórico-conceituais relativas às atividades de pesquisa e uso dos arquivos.

A difusão extensiva permite a apresentação de um espaço em toda sua potencialidade, viabilizando o compartilhamento de experiências de gestão, curadoria, pesquisa e usos dos arquivos, e são interessantes exatamente por despertarem o desejo pelo conhecimento aprofundado dos acervos de um espaço. Por exemplo, o trabalho "Museu da Escola de Arquitetura da UFMG", apresentado pela bolsista Layla do Vale Faria, na Mostra Virtual de 2024, apresenta de maneira geral o acervo do MARQ e as atividades técnicas de gerenciamento do acervo. Ao fazê-lo, menciona a aquisição e categorização do acervo do professor José Eduardo Ferolla, sendo que, ao disponibilizar esta informação permitiu que a recente aquisição

do conjunto documental se tornasse conhecida, sendo esta informação determinante para que, nesta pesquisa, considerássemos o MARQ enquanto um espaço detentor de arquivo pessoal.

Figura 20: Divulgação do acervo de José Eduardo Ferolla, na Mostra Virtual de Extensão na Rede de Museus

Fonte: Museu da Escola de Arquitetura. Elaborado por Layla do Vale Faria (2024)

A compreensão abrangente da comunicação dos acervos universitários é de suma importância para o entendimento das potencialidades de extroversão dos espaços detentores de arquivos pessoais, bem como para a difusão de acervos dessa natureza, dentro e fora da Universidade, na medida em que os insere em um circuito de comunicação mais amplo. Neste sentido, a Rede de Museus, por meio das ações de extensão, oportuniza a conectividade entre os espaços, otimizando recursos e dinamizando estratégias de comunicação.

Apesar de a comunicação das ações desempenhadas pelos bolsistas de extensão estar mais diretamente relacionada às iniciativas de comunicação/divulgação científica- graças à sua inclinação para a transmissão dos resultados de pesquisas e de extensão entre a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral- salientamos a importância da *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus* para a difusão dos espaços detentores de patrimônio científico e cultural que integram a Rede de Museus da UFMG. O evento, ao viabilizar a comunicação das ações desempenhadas pelos bolsistas da Rede (em sua maioria relacionada à preservação, pesquisa e comunicação dos acervos), auxilia na extroversão dos arquivos pessoais que, apesar de serem institucionalizados pela universidade, ainda permanecem opacos perante o público interno e externo menos especializado. Em contexto da *Mostra virtual*, conforme demonstrado pelo levantamento, são gerados materiais informativos (em formato de banner e vídeo) que comunicam, por meio de um ambiente online de acesso aberto, os trabalhos de extensão desenvolvidos pelos bolsistas a partir dos espaços da Rede de Museus, divulgando os serviços

prestados e os acervos preservados. Desta maneira, a disseminação dos trabalhos na *Mostra* contribui para a justificativa social do investimento de recursos públicos (tanto para a preservação dos acervos institucionalizados, quanto para a formação extensionista de estudantes do ensino superior).

Ademais, há de se ressaltar a relevante contribuição da extensão universitária para a promoção de serviços para o público externo (no que tange ao atendimento de demandas sociais e dinamização das condições de difusão e acesso) e interno (no que diz respeito à formação de estudantes e viabilização da pesquisa científica). Não podemos perder de vista que as dinâmicas acadêmicas se realizam em diferentes instâncias, mobilizando diversas áreas do conhecimento, bem como os sujeitos e equipamentos relacionados, dos quais se incluem o corpo docente e discente da universidade e os espaços de custódia de patrimônio científico e cultural que a integram. Por isso, reforçamos a relevância da institucionalização de arquivos pessoais no ambiente universitário, na medida em que eles são dinamizados pelas ações de pesquisa, ensino, extensão e cultura e também são dinamizadores de sua realização, passando a gozar de oportunidades variadas de interações humanas e de produção de conhecimentos.

Por fim, ressaltamos que o levantamento realizado, apesar de incipiente, demonstra a disponibilidade da UFMG para a aquisição de arquivos pessoais (em situações bastante diversificadas), e a importância da Rede de Museus para a difusão destes acervos. A criação e manutenção da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura demonstra a preocupação da Universidade para gerenciar, estudar e comunicar o seu patrimônio cultural e científico, manifestada nos esforços de professores, técnicos e estudantes de diferentes áreas. Esperamos que a metodologia empregada no levantamento realizado nesta pesquisa possa inspirar e impulsionar ações semelhantes em outras universidades, de modo a permitir um mapeamento dos arquivos pessoais adquiridos por instituições públicas de ensino superior no Brasil, algo que possibilitaria a abertura de oportunidades para a reflexão colaborativa acerca do estabelecimento de uma política para o patrimônio universitário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações para a realização deste trabalho, iniciadas pelas experiências no Acervo Curt Lange e respaldadas pela Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, encontraram na Extensão Universitária um elo de ligação entre os espaços de custódia do patrimônio científico e cultural da universidade e a sociedade. Ao democratizar o acesso aos bens científicos e culturais produzidos e adquiridos pela universidade, a extensão fortalece a formação universitária, amplia a função social da universidade e promove o engajamento da comunidade com o saber científico e artístico por ela produzido. Os arquivos pessoais, ao serem inseridos na lógica da extensão universitária, são revigorados pela institucionalidade das ações de difusão e reafirmam o papel social da universidade na construção e compartilhamento da cultura e do conhecimento científico.

No primeiro capítulo, *Princípios Fundamentais: A natureza dos arquivos pessoais e do trabalho arquivístico,* ressaltamos a relação indissociável entre os arquivos e as pessoas, na medida em que estes são produtos das ações humanas e se ligam a elas por seu alto grau de instrumentalidade e informação. Os arquivos acumulados pelas pessoas, seja no contexto de suas vivências pessoais, profissionais ou, como é de costume, em ambas as instâncias, podem, em algum momento da cronologia de seus produtores, ou mesmo após a sua morte, tornar-se de interesse público. São interessantes, no sentido lato da palavra, para a informação histórica, cultural, científica e humana, por revelarem aspectos da vida e obra de seus acumuladores e evidenciarem suas experiências pessoais, expondo os contextos sociais nos quais foram criados e mantidos. Estes conjuntos documentais, ao serem reconhecidos como de interesse público e social, deixam o recinto privado (onde, na maior parte das vezes foram acumulados), são institucionalizados e passam a habitar um espaço de uso comum, onde o adequado gerenciamento depende do reconhecimento de sua natureza arquivística (seu caráter orgânico e cumulativo) e do estabelecimento de uma cultura institucional que não se restrinja à custódia, mas viabilize a preservação, pesquisa e comunicação do acervo adquirido.

Se, em um primeiro momento a teorização arquivística desenvolveu-se em torno dos arquivos públicos administrativos (que, por serem acumulados mediante estruturas organizacionais e rotinas estáveis promoviam o reconhecimento imediato de sua natureza arquivística), por outro, a paulatina admissão dos documentos acumulados pelas pessoas enquanto conjuntos de natureza arquivística permitiu a reinterpretação dos princípios fundamentais da Arquivologia, desafiando os profissionais a entenderem o contexto de produção e acumulação deste tipo de acervo para, então, compreender a articulação que lhes

confere sentido orgânico. Ademais, a institucionalização de arquivos pessoais marca, em grande medida, a alteração da custódia destes conjuntos documentais, privilegiando o potencial de uso dos documentos após a averiguação de seu valor informativo, e a constatação de sua relevância social. A custódia de arquivos pessoais, no entanto, não deve ser considerada como fim último da aquisição destes acervos, mas um meio para a prestação de serviços qualificados de informação, manifesto pela garantia de acesso à documentos com qualidade arquivística (isto é, autênticos e fidedignos). Esta concepção rompe com a pretensa imparcialidade do arquivista, exigindo uma postura profissional ativa onde, além de manter a custódia e garantir a autenticidade dos documentos, o profissional deve incentivar e garantir a usabilidade dos acervos, promovendo sua comunicação e acessibilidade e resguardando os direitos dos usuários de explorar e interpretar os documentos.

O segundo capítulo *Arquivos de mim, para todos: A difusão como um dever social,* releva o valor dos arquivos acumulados pelas pessoas para o entendimento de fenômenos sociais- independentemente de sua qualidade notável ou comum- enfatizando que a jornada individual dos sujeitos se liga, de muitas formas, às histórias das sociedades (onde o interesse pela vida privada se alinha às necessidades de compreensão de contextos sociais mais alargados). Neste sentido, destaca a importância dos arquivos pessoais para a construção do patrimônio cultural e para a dissolução da ideia de que os arquivos das pessoas são importantes apenas para cada uma delas, ressaltando que a institucionalização de arquivos pessoais, enquanto processo simbólico, legitima o reconhecimento da relevância social destes conjuntos documentais e os autoriza para testemunharem o passado (mediante o reconhecimento da autoridade da instituição custodiadora).

Ao considerar que é apenas por meio da difusão dos arquivos pessoais que estes podem, de fato, se tornarem conhecidos e passíveis de utilização, ressalta o viés político da difusão (afinal toda a preservação de documentos de arquivo se justifica socialmente pelo interesse público). Enquanto estratégia de projeção dos Arquivos para a sociedade, a difusão contribui para a democratização dos documentos acumulados pelas pessoas e, ao reconhecer que eles são instrumentos de ação social, viabiliza a comunicação consciente das potencialidades dos usos dos arquivos. É necessário ter em conta que, ao se reconhecer a relevância dos arquivos das pessoas, para além de serem institucionalizados, estes precisam ser exercitados (difundidos, acessados, compreendidos e usados) pois, somente assim, podem ser mobilizados para a construção de memórias e identidades (sempre que elas se fizerem necessárias). Para tanto, é necessário que os espaços de custódia compreendam a natureza política da difusão e estabeleçam políticas institucionais que orientem ações abrangentes de comunicação dos

acervos custodiados e da oferta de serviço institucional, afinal é por meio deste último que as instituições de custódia viabilizam o acesso aos documentos. Por isso, é necessário investir na qualificação do planejamento estratégico, para que as instituições definam de maneira clara e precisa as práticas de difusão (com base na necessidade de seus usuários e nos objetivos institucionais), de modo que as ações sejam exercidas institucionalmente e não se restrinjam à fortuidade.

O terceiro capítulo, *"Caiu na rede é peixe"? Difusão de arquivos pessoais no âmbito da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG,* reflete sobre as práticas de aquisição e custódia de arquivos pessoais por universidades públicas brasileiras, a partir do caso específico da Universidade Federal de Minas Gerais. Embora a universidade pública não seja uma instituição arquivística, ela tem assumido, de forma tácita, a custódia de arquivos pessoais, especialmente aqueles produzidos/acumulados por seu corpo docente. Essa prática, embora relevante do ponto de vista cultural e científico, apresenta certa fragilidade institucional no que se refere à gestão e preservação desses acervos. A ausência de políticas formais, diretrizes claras e infraestrutura adequada compromete não apenas a integridade desses conjuntos documentais, mas também a função social que a universidade pretende exercer ao acolhê-los. Nesse contexto, a aquisição de arquivos pessoais por instituições de ensino superior, embora legítima e potencialmente enriquecedora, revela-se insuficiente diante da precariedade dos meios disponíveis para garantir seu tratamento arquivístico e sua difusão. Assim, a universidade vê-se diante de uma complexa contradição: ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos arquivos pessoais que adquire, é incapaz de garantir sua efetiva preservação e comunicação. Daí emerge a urgente necessidade de criação de políticas institucionais de aquisição e gestão de acervos, capazes de legitimar e viabilizar a permanência desses documentos nos espaços universitários. Sem esse respaldo, a atuação da universidade tende a ser marcada por decisões casuísticas, desperdício de recursos públicos e o mais crítico: a perda de patrimônio documental de alto valor para a cultura e ciência.

No caso específico da Universidade Federal de Minas Gerais, conforme demonstrou a pesquisa, o patrimônio científico e cultural adquirido é bastante variado, fruto do exercício de suas funções nos âmbitos da cultura, pesquisa, ensino e extensão. Com a aprovação da criação da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, em 2000, os espaços de custódia, por meio de ações articuladas, passaram a construir projetos comuns relativos à gestão e salvaguarda do patrimônio documental universitário. Contudo, a situação dos arquivos pessoais permanece carente de respaldo institucional, tendo em vista que as iniciativas desenvolvidas pela Rede de Museus, ainda que relevantes, não abordam de forma direta a

realidade dos arquivos acumulados pelas pessoas. Em face desta realidade, realizamos um levantamento preliminar que apontou que pelo menos onze espaços da Rede de Museus detêm arquivos pessoais e que grande parte destes acervos foram adquiridos a partir do reconhecimento das atividades de ensino e pesquisa de ex-professores e pesquisadores que atuaram na universidade. Apesar dos esforços para a salvaguarda destes acervos, a ausência de diretrizes institucionais consolidadas tem contribuído para a prática de iniciativas isoladas de membros da própria comunidade acadêmica que, ao reconhecerem a necessidade de preservação destes acervos, os destinam à Universidade. Tal cenário evidencia uma certa fragilidade estrutural da instituição em relação à gestão de seus acervos adquiridos e enfatiza a necessidade de ampliar sua capacidade operativa e política de preservação e difusão de seu patrimônio. Ademais, os espaços de custódia de patrimônio universitário vêm assumindo, com persistência, o papel de agentes de mediação e difusão dos saberes culturais e científicos produzidos no interior da universidade, sendo a articulação com a extensão universitária uma estratégia recorrente e, por vezes, essencial para a sustentação de suas atividades (ao conferir visibilidade pública e social a esses espaços).

A Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, enquanto instância vinculada à coordenadoria da Pró- Reitoria de Extensão, viabiliza ações extensionistas de gestão e extroversão dos acervos sob sua tutela. Sob essa ótica, constitui-se como vetor fundamental para a vitalização dos espaços de custódia de arquivos pessoais, contribuindo não apenas com recursos e visibilidade, mas também com o respaldo institucional. Ao promover ações extensionistas e fomentar iniciativas de gestão, extroversão e prestação de serviços, a Rede amplia o potencial de difusão e de acesso aos arquivos pessoais, reforçando a dimensão pública e socialmente comprometida da Universidade. A *Mostra Virtual Pesquisa e Extensão da Rede de Museus*, evento virtual que fomenta a difusão dos trabalhos desenvolvidos no contexto da Rede de Museus, apresenta dados reveladores acerca das ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação desenvolvidas pelos espaços da Rede detentores de arquivos pessoais, demonstrando a larga abrangência das práticas de difusão. Conquanto ainda incipiente, esta pesquisa evidencia uma disposição institucional da UFMG para a incorporação de arquivos pessoais aos seus acervos, mesmo que tal prática se configure sob circunstâncias bastante heterogêneas. A existência e continuidade da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG denotam um esforço institucional de enfrentamento dos desafios relacionados à gestão, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural e científico universitário.

Mais do que apresentar um exercício de mapeamento, esta pesquisa se propõe a contribuir para o amadurecimento das discussões sobre o papel dos arquivos pessoais no

contexto universitário brasileiro e, apesar de reconhecer as fragilidades estruturais e normativas deste cenário, assume a necessidade de construção de políticas institucionais voltadas à preservação e divulgação do patrimônio científico e cultural universitário. Espera-se, assim, que os dados aqui sistematizados sirvam como subsídio para o desencadeamento de iniciativas similares em outras instituições públicas de ensino superior no Brasil, de modo a fomentar ações articuladas que permitam mapear, de forma mais abrangente, a inserção dos arquivos pessoais no patrimônio universitário nacional. Nesse sentido, reitera-se a urgência da formulação de diretrizes e políticas públicas colaborativas que reconheçam os arquivos pessoais como parte constitutiva da memória social e científica do país, articulando esforços entre universidades, órgãos de fomento, instâncias arquivísticas e museológicas, a fim de consolidar uma política nacional de preservação, pesquisa, acesso e valorização do patrimônio documental universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: Silva, Maria Celina Soares de Mello; Santos, Paulo Roberto Elian dos. (org.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 75-88.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. Difusión y acción cultural. In: *Administración de documentos y archivos:textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Associaciones de Archiveros, 2011.

ALMEIDA, Bruna Carballo Dominguez de. O arquivista de referência na difusão arquivística: uma análise de domínio da comunidade brasileira e espanhola a partir das revistas indexadas nas bases Brapci e Dialnet. 2023. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258863/001170324.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 11 mai. 2024.

ALMEIDA, Maria Mota. Mudanças Sociais/Mudanças Museais, Nova Museologia/Nova História- que relação?. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 5, n. 5, 1996. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/254. Acesso em: 11 mai.2024

ALMEIDA, Sandra R.G.; MAYORGA, Claudia; AMARAL, Janice H. Plantar sonhos, colher frutos, celebrar a esperança (e plantar de novo)!. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte, Minas Gerais. Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, 2023, p. 11-12.

ALMEIDA, Raphael Marron da Costa. Exposições virtuais como estratégia de difusão de arquivos: o caso do Arquivo Nacional. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/25284. Acesso em: 18 nov. 2023

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista estudos históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200 Acesso em: 9 jun. 2024.

BARROS, Thiago. H. B. As Implicações Teóricas dos Arquivos Pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*, *[S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 66–84, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665 . Acesso em: 22 fev. 2024.

BARROS, Thiago. H B. Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira. Acervo, *[S. l.]*, v. 33, n. 3, p. 68–85, 2020. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1606 . Acesso em: 7 jul. 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. Registro: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba* / Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 1, n. 1, p. 14-29, jul. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. FGV editora, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 329-344.

BOOMS, Hans; JOLDERSMA, Hermina; KLUMPENHOUWER, Richard. Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, p. 69-107, 1987.

BORGES, Renata Silva. *O elo perdido*: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade. 2021. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BRASIL. Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm . Acesso em: 15 out. 2024.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *Ponto de Acesso*, v. 11, n. 3, p. 148-169, 2017.

BROTHMAN, Brien. 2001. The Past That Archives Keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, v.51, p. 48-80, 2001. Disponível: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12794. Acesso em: 24 jan. 2025

BRULON, Bruno. Entendendo a Musealização como conceito social*:* entre o dar e o guardar. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro (Org.). *Museologia, Musealização e Coleções*: conexões para reflexões sobre o patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO; Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, 2016, p.38-54.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura:* memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009a, p. 424-443.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009b. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em 12 jul. 2022

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Cada coisa em seu lugar: arquivos, bibliotecas e museus. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória*: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 17-32.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira*: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da universidade de São Paulo. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/publico/2014_JoseFranciscoGuelfiCampos_VCorr.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: facetas de um dilema. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos: entre tradição e modernidade*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. v. 2, p. 39-49. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41964/2/Arquivospessoais-facetasdeumdilema.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. A trama e a urdidura: arquivo, informação, mediação. In: SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar; MARQUES, Rodrigo Moreno (org.). *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas*. Belo Horizonte: Letramento; PPGCI 2022a. p. 505-520.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivo e coleção em fronteiras permeáveis. *Anuário do Museu Imperial*, v. 3, 2022b. p. 19-39.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses. Os limiares do arquivo pessoal na arquivologia: da diplomática clássica à identificação arquivística. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas*, n. 7, 2017, p. 134–146. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/62161 Acesso em 20 abr. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. *Política de desenvolvimento de coleções e aquisição de acervos.* São Paulo: CEDEM, 2015. Disponível em: https://www.cedem.unesp.br/#!/apresentacao/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes-e-aquisicao-de-acervos/. Acesso em 23 jan. 2025.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol (Colab.). *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de L'Université du Québec, 1999. p. 373-428.

CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 10, 2020, p. 77-92.

CHAVES, André, et. al. A experiência do Circuito das Vocações da Universidade Federal de Minas Gerais: acervos científicos e profissões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 7., 2016, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: UFOP, 2016. Disponível em: https://www.cbeu.ufop.br/anais_files/2962515447d7baacafa95b7c-c5aeaf7b.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

CÍCERO, Antônio. *Guardar*. In: Guardar – poemas escolhidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 31, n. 63, 2021, p. 1-16. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/992. Acesso em 24 jan. 2025

CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. *Code of Ethics*. 1996. Disponível em: https://www.ica.org/resource/ica-code-of-ethics/. Acesso em 15 mar. 2024

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso. Princípios de acesso aos arquivos [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: https://www.ica.org/app/uploads/2024/01/Principios-pub-eletronica.pdf . Acesso em 25 dez. 2024.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 129- 150. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2062/1201. Acesso em: 20 set. 2022.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival science*, v. 2, 2002, p. 171-185.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: Novas formulações para velhos conceitos. In: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012, p. 123-148.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. *Os fundamentos da disciplina arquivística***.** Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

COX, Richard J. Human impulses and personal archives. In: COX, Richard J. *Personal archives and a new archival Calling: Readings, reflections and ruminations*. Litwin Books, LLC, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

CUNNINGHAM, Adrian. The postcustodial archive. In: HILL, J. *The Future of Archives and Record Keeping a reader.* Great Britain: Facer Publishing, 2011. p. 173-190.

CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, p. 365-380, 2005.

DELMAS, Bruno. Arquivos servem para quê? In: DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 17-53

DIAS, Fabiana Costa. Reflexões acerca da aquisição na Arquivologia. *Simpósio Internacional de Arquivos*. Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ- SP), 2020. p.1-21.

DIAS, Fabiana Costa. *Aquisição de acervos arquivísticos*: um estudo do termo e de suas práticas. 2023. 271 f. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói. 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_8de1ec5891f2866a9cfe24958086694d/Description Acesso em 08 jun. 2024

DUARTE, Renato Crivelli; BIZELLO, Maria Leandra. *De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da Unesco*. Anais... 13º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2012. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3936/3059. Acesso em 20 dez. 2023.

DUARTE, Renato Crivelli. A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO. 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/d9c528fc-4403-4d6c-91de-dfabea1f3d46 Acesso em: 14 jun. 2024.

DUARTE, Renato Crivelli. Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias. 2018. 224f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/97ab8054-70a0-4757-a811-987170391c56/content. Acesso em 06 jul. 2024

DUARTE, Renato Crivelli.; BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. Acervo, *[S. l.]*, v. 34, n. 1, p. 131–153, 2020. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1598 . Acesso em: 7 jul. 2024

DUARTE, Renato Crivelli. *Institucionalização de Arquivos Pessoais.* Conversa sobre arquivos: 7ª Semana Nacional de Arquivos- Arquivo Público Mineiro. 06 de jun. 2023. Notas de Palestra.

DUCHEIN, Michel. O respeito de fundos em Arquivo: Princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, 1986.

DUFF, Wendy M. et al. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. *Archival Science*, v. 13, p. 317-348, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-012-9198-x. Acesso em: 24 jun. 2024.

DURANTI, Luciana. Archives as a place.[Paper presented at a half day seminar in Sydney on 19 October 1995.]. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 2, p. 242-255, 1996.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and museum informatics*, v. 11, p. 213-218, 1997.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: A natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 19-45.

FISHER, Rob. Por uma teoria dos arquivos privados: Revendo os escritos fundadores de Jenkinson e Schellenberg. In: NEDEL, Letícia; HEYMANN, Luciana (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia.* Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 329-359.

FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS. *Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/wp-content/uploads/2019/02/diretrizes.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

FRANÇA, Patrícia Machado Goulart. Institucionalização de arquivos pessoais em universidades públicas brasileiras: um panorama das políticas de aquisição. 2023. 305f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/31961/TESE_%20VERS%c3%83O_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 23 jan. 2025.

GILLILAND, Anne. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. *Archival science*, v. 11, p. 193-209, 2011. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-011-9147-0. Acesso em: 18 jun. 2024.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.121-127, 1998.

HAM, F. Gerald. Archival strategies for the post-custodial era**.** *The American Archivist*, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Trad. Anderson Martins Bastos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 237-259.

HEYMANN, Luciana Quillet. Velhos problemas, novos atores: Desafios à preservação dos arquivos privados. In: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E UNIVERSIDADE: 25 ANOS DO CEDIC/PUC-SP, 1., 2005, São Paulo. *Seminário***.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. p. 1-8. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0766d854-638d-4250-a27e-742e698dcaaa/content Acesso em: 22 jan. 2024.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/45439f4f-e915-4c40-b678-ea70d99b9c5a/content Acesso em: 06 jul. 2024

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar**.** *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, p. 40-57, 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 261-282, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2041. Acesso em 27 jul. 2024.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Entrenotas: compreensões de pesquisa.* Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2012.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 303-341.

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 261-274.

IACOVINO, Livia. Arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 261-292.

IBRAM. Resolução Normativa Ibram nº 14, de 11 de março de 2022. Regulamenta a Declaração de Interesse Público de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização. Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativos/resolucao-normativa-ibram-no-14-de-11-de-marco-de-2022 . Acesso em: 15 mar. 2025.

JENKINSON, Hilary. (1922). Manual of archive administration: Including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press. Disponível em: https://archive.org/details/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft/page/n5/mode/2up. Acesso em: 10 de fev. de 2024

JULIÃO, Letícia. Pensar futuros para a Rede de Museus da UFMG. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte, Minas Gerais. Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, 2023, p. 21-33.

JULIÃO, Letícia. Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG. Relatório de circulação interna da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG. 2021.

KETELAAR, Eric. Archivalisation and archiving. *Archives and manuscripts*, v. 27, n. 1, p. 54-61, 1999. Disponível em: https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/8759/8753. Acesso em: 13 abr. 2024.

KETELAAR, Eric. Archivistics research saving the profession. *The American Archivist*, v. 63, n. 2, p. 322-340, 2000.

KETELAAR, Eric. Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. *Archival science*, v. 2, p. 221-238, 2002. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435623. Acesso em: 16 jun. 2024.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.193-206.

LOPES, Bianca da Costa Maia. Difusão de acervos arquivísticos: o conceito de user experience no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/difusao-de-acervos-arquivisticos_bianca-lopes.pdf . Acesso em: 27 dez. 2024.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá,* v. 8, n. 15, 2003.

LOURENÇO, Marta C.O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e Patrimônio*, v 2, n. 1, p.47-53, 2009. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/45/25. Acesso em 13 mar. 2025.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Muséologie. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011. p. 251-269.

MARQUES, Rita de Cássia; SEGANTINI, Verona. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. IN: Adalson Nascimento, Andrea Moreno (Orgs.). *Universidade, memória e Patrimônio*. Belo Horizonte: Mazza, 2015, p. 31-44.

MARQUES, Rita de Cássia; LINHALES, Meily Assbú. Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: Percursos e Experiências Formativas. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte, Minas Gerais. Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, 2023, p. 13-17.

McKEMMISH, Sue. Provas de mim…In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.) Pensar os arquivos: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.239-259.

MCLEOD, Julie (2015) *Access to information: Challenges and opportunities for the records profession.* In: 7th Conference on Scientific Archives, 24 - 26 June 2015. Disponível em: https://nrl.northumbria.ac.uk/id/eprint/25700/1/Access%20to%20informationRIO2015paperfinal.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 305-327.

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de. Arquivos de museus: características e funções. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16362/14650. Acesso em 17 jun. 2024.

MELO, Suellen A. *Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook*. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35536/1/MELO%20%282019%29.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998. Disponível em:https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2067/1206. Acesso em 20 jun. 2024.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access—the reformulation of an archival paradigm. *Archival science*, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435639. Acesso em: 13 dez. 2024

MILLAR, Laura. The death of the fonds and the resurrection of provenance*:* archival context in space and time. *Archivaria*, v. 53, p. 2-15, Spring. 2002.

NESMITH, Tom. Archives from the Bottom Up: Social history and archival scholarship. In: NESMITH, Tom. *Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Metuchen: Scarecrow Press, 1993, p. 5-26. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10937/11869. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. IN: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; MELLO E SILVA, Maria Celina. *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, 2012. p.115-128.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. *Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais*: perfis institucionais e políticas de acervo. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AE3LQT. Acesso em 17 fev. 2025.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. IN: LORENTE, Jesús; ALMAZAN, David. *Museología crítica y arte contemporânea*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003. p. 51-70.

PANISSET, Ana Martins; FRONER, Yacy-Ara**.** Gerenciamento documental integrado à gestão de conservação: protocolos para o acervo artístico da UFMG. *Revista CPC*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 216–241, jan./ago. 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/article/view/173043. Acesso em: 29 abr. 2025.

PARRELA, Ivana Denise. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, 2013.

PARRELA, Ivana Denise. Difusão do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais. *Revista do arquivo*, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41911/2/Difus%c3%a3o%20do%20Arquivo_comunica%c3%a7%c3%a3o%2c%20media%c3%a7%c3%a3o%20e%20a%c3%a7%c3%b5es%20educativas%20e%20culturais.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

PIGGOTT, Michael. Building collective memory archives [An earlier version of this article was presented at the Archives and Collective Memory: Challenges and Issues in a Pluralised Archival Role seminar (2004: Melbourne). *Archives and manuscripts*, v. 33, n. 1, p. 62-83, 2005.

REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E CULTURA DA UFMG. Regimento Interno. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/regimento/. Acesso em 10 mar. 2025.

RIBEIRO, Emanuela. S. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. Museologia & Interdisciplinaridade, v. 2, p.88-102, 2013. Disponível

em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16366/14654. Acesso em 13 mar. 2025.

RICOEUR, Paul. A memória exercitada: uso e abuso. In: *A História, a memória e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Eliane; PARRELA, Ivana; MELO, Suelen. Documentos essenciais às novas práticas de difusão arquivística: Ações tradicionais, mudanças trazidas pela internet e demandas em tempos de pandemia. IN: SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (orgs). *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas*. Belo Horizonte, MG: Letramento: PPGCI 2022. p. 485-504.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015. Disponível em: https://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60/50. Acesso em: 07 jun. 2024.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma nova função arquivística?. EDICIC, v. 1, n. 4, p. 109-129, 2011

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. *Documento: gênese e contextos de uso*, v. 1, p. 175-192, 2010. Disponível em: https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf . Acesso em 12 jan. 2024.

SAMUELS, Helen. Who controls the past. *The American Archivist*, v. 49, n. 2, p. 109-124, 1986.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 18, n. 18, 2002.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Una propuesta de marketing para un archivo institucional. *Alexandria: revista de ciencias de la información*, n. 6, p. 4-14, 2007.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas***.** 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p.

SCHMIDT, Clarissa Moreira. O clássico e o pós-moderno: Algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. *Informação Arquivística*, v. 3, n. 1, p. 42-59. 2014.

SEGANTINI, Verona Campos; JULIÃO, Letícia. A UFMG e o patrimônio da ciência e cultura: da obsolescência à musealização. In: GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAUJO, Bruno Melo de (Orgs.). *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia:* instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: MAST, 2017,v.1, p.111-129.

SEGANTINI, Verona Campos et al. Desafios e estratégias de mapeamento de coleções de ensino e pesquisa na UFMG. *Museologia e Patrimônio* - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio, vol.16, n. 2, p.310-323. 2023. Disponível em: http://200.156.20.26/index.php/ppgpmus/article/viewArticle/1014. Acesso em 12 mar. 2025.

SILVA, Carlos Guardado da. O lugar dos ‘arquivos pessoais’ na arquivística internacional. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, v. 33, p. 95-108, 2020.

SILVA, Flávio Leal da. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. Acervo. Rio de Janeiro, V. 31, n.1, p. 77-93, 2018.

SILVA, Iara; LINHALES, Meily; SEGANTINI, Verona. Com a palavra, os coordenadores! Entrevistas realizadas no âmbito do projeto “20 Anos da Rede de Museus: Memórias e trajetórias”. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte, Minas Gerais. Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, 2023, p. 243-330.

SILVA, Isabela Costa da. O acesso à informação e a função social dos arquivos: Olhares e perspectivas para a Arquivologia no século XXI. In: XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2022. ENANCIB. Porto Alegre: 07 a 11 de novembro de 2022. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/814/617 . Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, Margareth da. O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. 2015. 232f. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo (USP), 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves; JULIÃO, Letícia. Rede de museus e espaços de ciências e cultura da UFMG: trajetória, desafios e perspectivas. *Revista CPC*, v. 16, n. 32, p. 36-55, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/173067/179454. Acesso em: 15 dez 2024.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; DA SILVA, Armando Malheiro. O paradigma pós-custodial na arquivística. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, p. 22-39, 2016.

TAYLOR, Hugh A. *Information Ecology and the Archives of the 1980s*. *Archivaria*, p. 25-37, 1984. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11075/12011. Acesso em: 25 de jan. 2025.

TESSITORE, Viviane. *Os Arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquivologia, Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, São Paulo, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/53b6629a-f1e1-4b80-a204-ed40ad65dd35/content. Acesso em: 03 fev. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*, p. 66-84, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/430f4345-cecd-484b-bc90-5d746e9668d6/content. Acesso em abr. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiroz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021.

TROITIÑO, SÔNIA. *Arquivos Pessoais: formação de acervos, critérios e seleção*. Seminário Acervo e Memória: Políticas e Aquisição- Acervo de Escritores Mineiros (AEM) e Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG (DIARQ). 25 de abr. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IODAKnFb7d4 . Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2021, de 28 de janeiro de 2021. Regulamenta a apresentação de propostas de atividades de extensão na Universidade Federal de Minas Gerais e a respectiva certificação de participação e revoga a Resolução nº 03/2016 de 17 de maio de 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/Resolucao_01_2021_final.pdf. Acesso em 9 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Manual de gestão de documentos arquivísticos da UFMG. Belo Horizonte: DIARQ/UFMG. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução Complementar nº03/2024, de 4 de julho de 2024. Aprova as Normas Gerais da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG: 2024a. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2024/07/Resolucao-03_2024-CEPE-Normas-Gerais-da-Extensao.pdf. Acesso em 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano de desenvolvimento institucional 2024-2029. Belo Horizonte: UFMG, 2024b. Disponível em: https://ufmg.br/storage/e/6/f/d/e6fd7ed46a75335165c94ede1e85b067_17216646719366_732696286.pdf. Acesso em 11 abr. 2025.

UPWARD, Frank; MCKEMMISH, Sue. Somewhere beyond custody: literature review. *Archives and Manuscripts*, v. 22, n. 1, p. 136-149, 1994. Disponível em: https://search.informit.org/doi/pdf/10.3316/ielapa.950605295 Acesso em: 09 jun. 2024

VAZ, Gláucia A.; VENÂNCIO, Renato P. Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_n1/racin_v6_n1_artigo01.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024

VENÂNCIO, Renato Pinto. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 59-73.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica de acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, jul/dez, 1986. Disponível em: http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=0ae46dce52946e4dc1e891b69b419558. Acesso em: 21 abr. 2024.

VOLPIN JUNIOR, Marcos. *O tratamento documental arquivístico na Universidade Federal de Minas Gerais*: estudo de caso da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2022. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais,

Minas Gerais, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/49134. Acesso em: 20 fev. 2025.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Da custódia à mediação cultural: O papel dos arquivistas. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 30, n. 61, p. 459-477, 2020.

APÊNDICE 1: IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS INTEGRANTES DA REDE DE MUSEUS DA UFMG DETENTORES DE CONJUNTOS DOCUMENTAIS DE ORIGEM PESSOAL

Objetivo: Identificar os espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG que resguardam conjuntos documentais identificados como pertencentes a pessoas (arquivos pessoais e/ou coleções pessoais).

Metodologia: Pesquisa Exploratória mediante busca de informações sobre a natureza dos acervos dos espaços da Rede, considerando a divulgação ativa (disponibilização de informações nos websites institucionais e publicações acadêmicas/científicas) e passiva (atendimento à solicitação de informações por e-mail).

Quadro 12: Identificação dos espaços integrantes da Rede de Museus-UFMG detentores de arquivos pessoais

Espaço	**O espaço é detentor de arquivo pessoal?**		
	Informações obtidas através de consulta ao website institucional	**Informações obtidas através de consulta bibliográfica**	**Informações obtidas através de contato por e-mail**
Acervo Curt Lange (ACL-UFMG)	Website institucional explicita que o acervo é uma parte do arquivo pessoal do musicólogo alemão Francisco Curt Lange.	Conforme Cotta (2006)[120], o arquivo pessoal de Francisco Curt Lange foi disperso para três instituições: Biblioteca Nacional da Venezuela; Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG), e Biblioteca Universitária da UFMG. Em relação a este último, passou a se chamar "Acervo Curt Lange"	Dado a experiência pregressa da autora, não foi necessário obter informações complementares por meio de contato por e-mail

[120] COTTA, André Guerra. Acervo Curt Lange – UFMG: apresentação e perspectivas. In: COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sotuyo (org.). *Arquivologia e patrimônio musical*. Salvador: Edufba, 2006. p. 75–91. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bvc3g. Acesso em: 28 jan. 2025

Acervo Imagens de Minas	Não há indicação explícita da existência de arquivos pessoais. Contudo, a página institucional informa que o espaço abriga o acervo de Igino Bonfioli**,** um dos pioneiros da cinematografia em Minas Gerais (sem indicar a natureza deste acervo).	Jussara Freitas[121] informa que, em 1970, o acervo de Igino Bonfioli (cerca de 300 latas de filmes e alguns equipamentos) foi entregue pelas filhas, sob a custódia do professor José Tavares de Barros, ao Departamento de Fotografia e Cinema da Escola de Belas Artes da UFMG.	Sem resposta
Centro de Memória da Engenharia	Não há indicação explícita da existência de arquivos pessoais. O site informa que o Centro reúne o acervo técnico-científico e cultural da Escola de Engenharia da UFMG, destacando o acervo colecionado por Hugo Luiz Sepúlveda, professor emérito da UFMG, falecido em 2009.	O Centro da Memória da Engenharia reúne o acervo colecionado por anos por Hugo Luiz Sepúlveda, professor emérito da UFMG, falecido em 2009, além de maquinários e peças pertencentes à Escola de Engenharia[122].	O questionamento não foi respondido, mas o presidente da Associação de Ex-Alunos EEUFMG disponibilizou o contato telefônico para mais informações[123].
Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. O site informa que o Centro armazena, cataloga e disponibiliza material biológico e de espécimes da biodiversidade brasileira para servirem como apoio à pesquisa, ensino e extensão.	Destacam-se duas coleções individuais: Coleção de plantas do botânico Mello Barreto (composta por mais de cinco mil amostras de plantas) e o acervo de Ângelo Machado (abrangendo cerca de 160 gavetas etimológicas, latas com material a ser trabalhado, coleções de livros e separatas, entre outros itens, doados à UFMG em 2020 e, atualmente, integrantes da Coleção Especial Ângelo Machado).[124]	Em resposta, o CCT-UFMG informou que o espaço dispõe de pouco material "arquivístico" (a maior parte das informações foram digitalizadas). Contudo, informaram que há um livro de tombo antigo e alguns documentos que foram do prof. Ângelo Machado (falecido), mas que ainda não estão disponíveis para consulta por ainda estrem recebendo tratamento.

[121] FREITAS, Jussara Vitória de. *Laboratório cinema e conservação: conservação preventiva e gerenciamento da informação*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-848G3N. Acesso em: 20 jan. 2025.

[122] MELLO, Alessandra. Museu no Centro de BH tem obras raras, mas nunca funcionou. *Estado de Minas*, 6 out. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/06/interna_gerais,1572882/museu-no-centro-de-bh-tem-obras-raras-mas-nunca-funcionou.shtml. Acesso em: 21 jan. 2025.

[123] Optamos por, nesta fase da pesquisa, apenas estabelecer contato por e-mail.

[124] STEHMANN, João Renato; SANTOS, Fabrício Rodrigues; HASEYAMA, Kirstern Lica Follmann. O Centro de Coleções Taxonômicas como espaço para pesquisa, ensino e extensão. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 105–120. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78187/2/Rede%20de%20museus%20e%20espa%C3%A7os%20de%20ci%C3%AAncias%20e%20cultura%20da%20UFMG%20percursos%20e%20experi%C3%AAncias%20formativas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

Centro de Estudos Literários e Culturais- Acervo dos Escritores Mineiros (AEM)	O website institucional informa explicitamente que o Centro resguarda 31 acervos pessoais: Abgar Renaut; Achilles Vivacqua; Adão Ventura; Alexandre Eulálio; Ana Harherly; Aníbal Machado, Antônio Barreto; Autran Dourado; Carlos Herculano Lopes; Carolina Maria de Jesus; Cyro dos Anjos; Fábio Lucas; Família Ávila; Fernando Sabino; Frei Betto; Genevieve Naylor; Graciliano Ramos; Henriqueta Lisboa; José Maria Cançado; José Oswaldo de Araújo; Laís Correia de Araújo, Leopoldo Pereira; Lucia Machado de Almeida; Murilo Rubião; Octávio Dias Leite; Oswaldo França Jr; Paulo Emílio Rubião; Sábato Magaldi; Valmiki Vilela Guimarães; Wander Piroli.	Reinaldo Marques (2022)[125] salienta a vocação do espaço para o recebimento de arquivos pessoais, esclarecendo que em termos históricos, a emergência do Acervo de Escritores Mineiros ocorreu em agosto de 1989, com a entrada na Universidade dos fundos documentais de Henriqueta Lisboa e a criação do Centro de Estudos Literários (órgão responsável pela guarda, preservação e tratamento dos acervos), sendo que, nos anos que se seguiram, novos acervos passaram a ser incorporados.	Em resposta, o AEM informou que, até o presente momento, existem 36 acervos, constituídos de coleções especiais, livros, objetos pessoais e profissionais e documentos arquivísticos (correspondências, reportagens, documentos de produção intelectual). São eles: Abgar Renault; Achilles Vivacqua; Adão Ventura; Affonso Ávila - Família Ávila; Alexandre Eulálio; Ana Hatherly; Aníbal Machado; Antônio Barreto; Autran Dourado; Carlos Herculano Lopes; Carolina Maria de Jesus; Cyro dos Anjos; Eugênio Rubião; Eunice Vivacqua ; Fábio Lucas; Fernando Sabino; Frei Betto; Genevieve Naylor; Graciliano Ramos; Henriqueta Lisboa; João Etienne Filho; José Maria Cançado; José Oswaldo Araújo; Laís Corrêa de Araújo - Família Ávila; Leopoldo Pereira; Lúcia Maria Machado de Almeida; Maria Stela Libânio; Murilo Rubião; Octávio Dias Leite; Oswaldo França Júnior; Paulo Emílio Rubião; Sábato Magaldi; Silviano Santiago; Valmiki Vilela; Wander Piroli; Zilah Corrêa de Araújo - Família Ávila
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF)	O website institucional informa que o Cemef/UFMG detêm alguns arquivos pessoais de Professores da EEFFTO. São eles: Herbert de Almeida Dutra, Odilon Ferraz Barbosa, Fernando Campos Furtado, Nella Testa Taranto, Edson Pisani Martini,	Linhales et al. (2023) informam que os arquivos pessoais do CEMEF foram constituídos a partir de acervos doados por docentes que atuaram no Curso de Educação Física desde 1952, ano da fundação do primeiro curso superior na capital Mineira.[126]	Em resposta o CEMEF informou que, de acordo com a Linha de Acervo em vigor, interessa a incorporação de arquivos pessoais apenas de professores que atuaram no curso de Educação Física da UFMG. Atualmente, o Cemef possui 11 arquivos pessoais e desses, 7 já estão

[125] MARQUES, Reinaldo Martiniano. Acervo de escritores mineiros: a potência dos arquivos literários. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 192–207, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/53739. Acesso em: 29 abr. 2025.

[126] LINHALES, Meily Assbú; SILVA, Giovanna Camila da; SILVA, Iara Souto Rodrigues; SANTOS, Polianna Dias. "Memórias de si, memórias da Educação Física": uma exposição construída a partir do arquivo pessoal da professora Eustáquia Salvadora de Sousa. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 229–239. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78187/2/Rede%20de%20museus%20e%20espa%C3%A7os%20de%20ci%C3%AAncias%20e%20cultura%20da%20UFMG%20percursos%20e%20experi%C3%AAncias%20formativas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

	Ivani e Terezinha Bonfim, Eustáquia Salvadora de Sousa, Dietmar Martin Samulski, Emerson Silami Garcia e Isabel Montandon. Ademais, também indica a existência de Coleções Avulsas, responsáveis por acolher aquela documentação que não se acomoda às características que conferem unidade às demais categorias. São elas: Maria Aparecida de Souza Gerken; Lazer; Evandro Garzon; Jorge Luiz Miranda Rolla; Judith Carias de Miranda; Marluce Gomes; Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto; Lincoln Raso; Lino Castelanni Filho; Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues (Lór); Maria Carolina Nonato Costa; Maria Glaucia Costa Brandão; Marilene Lima; Nilo Resende Viana; Paula Verassai Laureano; Ronaldo Resende; Vania Caetano de Castro; Rodolfo Novelino Benda; IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física; Convites de Formatura		organizados, descritos e possuem inventário. Além dos arquivos pessoais, também possui fundos institucionais (que acolhem documentação produzida pela própria Escola de Educação Física desde a sua fundação) e Coleções, sendo que toda a documentação está disponível para consulta.
Centro de Memória da Escola de Enfermagem (CEMENF)	O website institucional indica a possibilidade de custódia de arquivos pessoais. O catálogo geral publicado informa a existência de documentação pessoal (referente às professoras Isaltina Goulart de Azevedo). Ademais, indica a aquisição do Acervo Professora Roseni Rosângela de Sena.	Magalhães e Campos (2018)[127] informam que, para além de objetos ligados à prática e ao ensino da Enfermagem, o CEMENF conta com conjuntos documentais de origem pessoal. Destacam os recentes esforços em torno do tratamento do arquivo da professora Roseni de Sena (doado em dezembro de 2016), informando que, antes da doação, o material da professora se concentrava em sua própria sala, na Escola de Enfermagem e que após seu falecimento, alguns professores pediram à família	Em resposta, o CEMENF confirmou que os arquivos pessoais das professoras Isaltina e Roseni estão sob os cuidados do Centro de Memória da Escola de Enfermagem.

[127] MAGALHÃES, Isabela Rocha; CAMPOS, José Francisco Guelfi. Organização e descrição do arquivo de Roseni de Sena. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informaçã***o**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17039. Acesso em: 27 jan. 2025.

		que fosse doado seu arquivo pessoal para o espaço de memória da escola.	
Centro de Memória da Faculdade de Letras (CEMEMOR-FALE)	Website institucional informa que o espaço custodia o acervo pessoal dos professores José Lourenço de Oliveira e Rubens Costa Romanelli.	Vilhena e Dias (2019)[128] informam que o Centro de Memória da FALE foi pensado para organizar e disponibilizar informações referentes à história da Faculdade de Letras. O acervo (basicamente formado por fotografias, mapas, plantas, livros, atas, CDs, fitas cassetes e equipamentos usados nas aulas) foi formado a partir da coleta de fontes documentais nos diversos departamentos da FALE e doações.	Em resposta, o CEMEMOR-FALE informou que possui os seguintes documentos para consulta local: Materiais do acervo de José Lourenço de Oliveira; DVD Homenagem ao professor José Lourenço de Oliveira; Manuscritos do Prof. Rubens Romanelli.
Centro de Memória da Farmácia (CEMEFAR)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que o acervo é composto por acervo museológico (resultante de coleta de materiais utilizados pela Faculdade); Bibliográfico (relativo à formação e atuação do farmacêutico); Arquivístico (relacionado à história Faculdade de Farmácia/UFMG e ao desenvolvimento das atividades da instituição).	Bicalho e Pianetti (2021)[129] salientam que a ideia de se constituir Centro de Memória da Faculdade de Farmácia surgiu em decorrência da proximidade das comemorações dos 100 anos de criação do Curso de Farmácia, iniciado em 1911, levando à seleção de materiais representativos da história centenária da instituição, e contando com doações de objetos pela comunidade da Faculdade. Não há, contudo, referência explícita de possíveis doações de arquivos pessoais.	Sem resposta
Centro de Memória da Medicina (CEMEMOR)	Website institucional informa que o espaço custodia documentos de particulares e acervos de pesquisadores e/ou ex-professores da UFMG);	Chagas et al. (2023)[130], ao relatar a execução do projeto de extensão "Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte", apontam a existência de treze arquivos	Em resposta, o CEMEMOR informou que resguarda os arquivos pessoais de diversos ex-professores (separados em caixas pelo nome do docente). Atualmente, a única coleção de arquivos pessoais que está sendo organizada é a

[128] VILHENA, Cláudia Maria Alves; DIAS, Célia da Consolação. Centro de memória da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais: um aprendizado. *Museologia e Patrimônio*, v. 12, n. 2, p. 273–275, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/51654. Acesso em: 29 abr. 2025.

[129] BICALHO, Lucinéia Maria; PIANETTI, Gerson Antônio. Criação e manutenção do Centro de Memória da Farmácia da UFMG: um trabalho interdisciplinar e em rede. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA (SEBRAMUS), 3., 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

[130] CHAGAS, Anna L. S.; CUPERSCHMID, Ethel M.; ANDRADE, Lucas T. F.; SANTOS, Natália R.; SOUZA, Ráisa M. F.; ROMANOWSKI, Raquel de Mattos. Isolamento social e a reinvenção do museu: produções virtuais do Centro de Memória da Medicina. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 215–227. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/download/rede-de-museus-e-espacos-de-ciencias-e-cultura-da-ufmg-percursos-e-experiencias-formativas/. Acesso em: 29 abr. 2025.

		pessoais, a saber: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.	dos fundadores da Faculdade de Medicina. Essa coleção mescla documentos pessoais e documentos sobre os fundadores (incorporados ao longo do tempo).
Centro de Memória da Odontologia (CMO)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional indica que o acervo é composto por equipamentos odontológicos, documentos escolares, pinturas e acervo bibliográfico.	O CMO incorporou ao seu acervo uma importante coleção particular doada pela família de Affonsino Altino Diniz, dentista prático atuante na cidade de Santa Luzia e região, entre o final do século XIX e meados de século XX (conforme apresenta a exposição permanente do Centro)[131]. Maria Inês Sena e Marcus Silveira (2023) [132] informam, contudo, que o acervo museológico do CMO foi constituído pelo recolhimento de documentos por iniciativa da coordenação e doações feitas por professores (sem registrar as procedências das doações).	Sem resposta
Centro de Memória da Veterinária (CEMEMOR-VET)	Não há indicação explícita da existência de arquivos pessoais. Website informa que o acervo é composto por material iconográfico (fotos e telas), bibliográficos, documentos textuais (impressos e	Albuquerque et al. (2024)[133] divulgam o arquivo pessoal do professor José Britto de Figueiredo, esclarecendo que o tratamento do acervo está sendo realizado com o objetivo de possibilitar sua	Em resposta, o CEMEMOR-VET informa que detém o arquivo pessoal do ex-professor José Britto de Figueiredo e alguns outros documentos também doados por professores que não chegam a constituir fundos. Informam, ainda, que esses

[131] SENNA, Maria Inês; NUNES, Laura Fraga (org.). *Catálogo virtual: Exposição permanente do Centro de Memória da Odontologia.* Belo Horizonte: FOUFMG, 2017. 50 p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/70246/2/Cat%C3%A1logo%20virtual%20Odonto.pdfA.pdf. Acesso em 28 jan. 2025

[132]SENNA, Maria Inês Barreiros; SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves. O Centro de Memória da Odontologia e o projeto "Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos – Implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG": parceria para a salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio científico cultural universitário. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 185–197. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78187/2/Rede%20de%20museus%20e%20espa%C3%A7os%20de%20ci%C3%AAncias%20e%20cultura%20da%20UFMG%20percursos%20e%20experi%C3%AAncias%20formativas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

[133] ALBUQUERQUE, Nana F.; ALMEIDA, Eduardo S.; ALMEIDA, Ana Clara G.; GOMES, Cássia R.; MIRANDA, Ana Luisa S. Preservação e extroversão do arquivo pessoal Prof. José Britto de Figueiredo – Cememor-Vet. *Semana do Conhecimento UFMG: Diversidade: conhecer, preservar e restaurar*, 2024. Pôster. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2020/wp-content/uploads/tainacan-items/4907/5388/2024_35.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

	manuscritos), equipamentos técnicos da área, e materiais didáticos que foram utilizados no exercício do ofício e na ministração das aulas.	extroversão e abrir caminhos para a realização de pesquisas diversas. Durante a realização de pesquisa na plataforma Siex, localizei a referência à criação do "Memorial Francisco Megale", uma exposição virtual criada a partir dos arquivos do professor Francisco Megale (que entre os anos de 1942 e 1984, atuou como professor na Escola de Veterinária da UFMG). Os arquivos são compostos, basicamente, pelos slides fotográficos com experimentos e casos clínicos registrados por ele e o laparoscópio do pesquisador, que representa seu papel na história da endoscopia do Brasil. Não há evidências, contudo, de que estes documentos constituam um fundo.	documentos não se encontram disponíveis online (a consulta só é possível presencialmente). Sinalizam, também, que o Centro planeja montar uma exposição sobre o professor José Britto futuramente, utilizando documentos do seu arquivo.
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (CEDOC)	O website institucional informa que o CEDOC resguarda arquivos pessoais doados por professores aposentados, seus familiares ou amigos. Atualmente, salvaguarda os fundos das professoras: 1) Alaíde Lisboa (documentos doados por sua família: correspondências e telegramas, pertences familiares, postais, fotografias, além de produções acadêmicas, literárias, políticas e jornalísticas); 2) Lúcia Casasanta (textos, ofícios, manuscritos, poemas, recortes de jornais, correspondências, trabalhos de alunos e convites) e Magda Soares.	Costa e Nogueira (2023, p.167) salientam que, por acervos de fundos pessoais do CEDOC foram considerados aqueles procedentes de doação privada por parte de familiar ou pelo próprio cedente: Alaíde Lisboa, Benome Guimarães, Glaura Vasquez de Miranda, Lúcia Monteiro Casasanta, Luciano Mendes de Faria Filho, Magda Becker Soares, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Maria do Carmo Xavier, Maria Laetitia Corrêa e Rita Amélia Teixeira[134]	Em resposta, o CEDOC informa que resguardam os fundos pessoais de ex-professores da Faculdade de Educação, a saber: Alaíde Lisboa, Magda Soares, Lúcia Casasanta, Benone Guimarães, Glaura Vasquez de Miranda, Rita Amélia Teixeira, Neidson Rodrigues, Helena Antipoff, Maria Laetitia, Luciano Mendes, Marcus Taborda de Oliveira, Bernardo Jefferson, Inês Teixeira, Rose Mary Dore. Informam ainda que alguns desses arquivos contém vasta documentação, desde acervos pessoais até acadêmicos, sendo que, a maioria deles são de natureza acadêmica.

[134] COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa; NOGUEIRA, Thaís Kalile Zschaber. Os (Re)fazeres do CEDOC: construindo e organizando a memória da Faculdade de Educação. In: LINHALES, Meily Assbú; MARQUES, Rita de Cássia (org.). *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 163–174. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78187/2/Rede%20de%20museus%20e%20espa%C3%A7os%20de%20ci%C3%AAncias%20e%20cultura%20da%20UFMG%20percursos%20e%20experi%C3%AAncias%20formativas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website informa que o acervo é composto pela coletânea de documentos cartográficos e outras iconografias, elaborados, principalmente, nos séculos XVIII e XIX, sendo as documentações oriundas de instituições ligadas ao Estado e de coleções particulares.	Antônio Gilberto Costa (2018)[135] esclarece que a criação do CRCH, em 1999, está relacionada com um projeto de resgate da memória cartográfica para uma parte do território brasileiro. O acervo é essencialmente constituído por mapas e plantas doadas por instituições, e não há qualquer menção à existência de arquivos pessoais	Em resposta, o CRCH informa que o espaço não adquire quaisquer documentações (acervo completamente digital), sendo que os originais, pertencem a instituições públicas e a dois colecionadores privados. A título de exemplo, citam os arquivos de documentos da coleção do José Mindlin, passados por ele em vida (esta coleção foi transferida para a USP).
Espaço Acervo Artístico da UFMG (EAA/UFMG)	O website institucional informa que o espaço salvaguarda o acervo artístico pertencente à UFMG (aproximadamente 1.500 obras artísticas), sendo que alguns materiais de arquivos pessoais pertencentes às Coleções da Biblioteca Universitária da UFMG estão integrados ao Espaço, como aquelas pertencentes ao Acervo Curt Lange e ao Acervo do Centro de Estudos Literários e Culturais.	Panisset e Julião (2019)[136] esclarecem que o patrimônio artístico da UFMG se encontra disperso em suas diversas unidades, sendo que para fins de gerenciamento, foram estabelecidas duas categorias de acervo: Acervo de tutela direta (constituído por obras e coleções que se encontram sob a guarda imediata da DAC/Coordenação do EAA/UFMG) e Acervo operacional (compreende as demais obras de arte que estão sob a guarda de outras unidades da UFMG). Portanto, alguns de seus itens integram outras coleções (incluindo arquivos pessoais), a exemplo do Curt Lange e Escritores Mineiros.	Sem resposta
Espaço do Conhecimento da UFMG	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. O website institucional informa que o Espaço do Conhecimento UFMG promove ambientes de aprendizagem interativos, por meio de exposições, planetário, observatório astronômico, fachada digital que abriga ações artísticas, culturais e de divulgação científica, além de	Apesar de a literatura disponível esclarecer que o Espaço do Conhecimento da UFMG caracteriza-se por ser um espaço plural, destinado a promover o diálogo entre os diversos conhecimentos da UFMG e a sociedade, não há qualquer menção acerca da existência de arquivos pessoais.	Em resposta, o Espaço do Conhecimento da UFMG informou que nunca fez nenhuma aquisição de documentos oriundos de acervos pessoais.

[135] COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria Duarte. O Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG: o projeto "A Cartografia Histórica ao Alcance de Todos" e seus produtos. *Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG: percursos e experiências formativas*, Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2023. p. 145–162. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78187/2/Rede%20de%20museus%20e%20espa%C3%A7os%20de%20ci%C3%AAncias%20e%20cultura%20da%20UFMG%20percursos%20e%20experi%C3%AAncias%20formativas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

[136] PANISSET, Ana Martins; JULIÃO, Letícia. Acervo Artístico da UFMG: o papel da museologia na gestão do patrimônio universitário. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 3., 2019, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Faculdade de Artes Visuais da UFMG, 2019.

	promover oficinas, contação de histórias, visitas mediadas, observação do céu e sessões no Planetário.		
Centro Virtual de Memória da Extensão (CEVEX)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional indica que o centro reúne fac-símiles digitais de documentos de arquivo relacionados a Extensão UFMG (textuais e fotográficos), tais como leis, atas de reunião e registros de entrevistas e depoimentos.	Silva et al (2016)[137], em apresentação de pôster no XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas informam que, o Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX-UFMG) tem o intuito de identificar, organizar e difundir a história da extensão na universidade, além de contribuir para o fortalecimento de sua identidade, a partir do levantamento de materiais oficiais da UFMG (como atas e relatórios de atividades de extensão desde o ano de 1969) e levantamento de fontes complementares (entrevistas, relatos e documentos armazenados em arquivos pessoais que pudessem enriquecer o acervo do centro de memória).	Sem resposta
Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar - Sítio de Saluzinho	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Página institucional da Rede de Museus indica que o Sítio de Saluzinho é uma área no Campus da UFMG em Montes Claros que reproduz uma pequena unidade familiar de produção (pomar, horta, lavoura e instalações de recepção de visitantes).	Conforme apresentam Ribeiro et al. (2021)[138], o Sítio de Saluzinho é um espaço de vivência rural usado para enriquecer o conteúdo das aulas das escolas públicas e valorizar os conhecimentos e as técnicas tradicionais do Norte mineiro. Neste sentido, não há referência à existência de acervos pessoais.	Sem resposta
Estação Ecológica UFMG (EECO-UFMG)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que a Estação Ecológica da UFMG é um espaço que engloba uma extensa área de conservação natural, história e educação	Miranda et al. (1997)[139] informam que a Estação Ecológica da UFMG está localizada no campus universitário da Pampulha, contando com uma área de cento e dois hectares onde são desenvolvidas atividades educativas e ecológicas.	Em resposta, a EECO-UFMG informou que se dedica à preservação e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural, mas que, no entanto, não dispõe de um espaço para a preservação de documentos e acervos, nem

[137] SILVA, Cecília C. da et al. Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX-UFMG). Apresentação em pôster. 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.minas.abrapso.org.br/trabalho/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjExOiJJRF9UUkFCQUxITyI7czo0OiI4OTgxIjt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6Ijk2MTJjNzYxNzVjZGM2ZDNhYWI4MzQzMzBmOGE1NWUyIjt9. Acesso em: 17 mar. 2025.

[138] RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; ARAÚJO, Alexandro Moura; BRITO, Giliarde de Souza. Cidade e campo, idosos e crianças: pensando a extensão no Sítio de Saluzinho. In: DEPONTI, Cidonea Machado (org.). *Extensão e Desenvolvimento Regional: da teoria à prática*. Campina Grande, PB: EDUEP, 2021. p. 321-337.

[139] MIRANDA, Rodrigo et al. Projeto Caminhadas Ecológicas Estação Ecológica/UFMG. *Geonomos*, 1997.

	socioambiental na cidade de Belo Horizonte, viabilizando visitações guiadas, trilhas, oficinas interativas e debates em torno do meio ambiente.		realiza a aquisição de materiais provenientes de coleções pessoais.
Herbário Norte Mineiro	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que o Herbário Norte Mineiro promove a catalogação da diversidade vegetal da região norte de Minas Gerais, oferecendo suporte no processo de identificação e disponibilizando os dados da coleção em plataformas online.	Iglésias e Fonseca (2023)[140] informam que o Herbário Norte Mineiro é uma coleção botânica situada no Campus Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, em Montes Claros-MG, focada no estudo na flora regional.	Em resposta, informaram que o Herbário não dispõe de nenhum arquivo pessoal.
Museu Casa Padre Toledo (MCPT)	Não há indicação explicita da existência de arquivos pessoais. O website informa que, para além da casa do inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, o Museu dispõe de acervo museológico variado (mobiliário, utensílios domésticos, obras de arte e ornamentos religiosos, sobretudo, dos séculos XVIII e XIX).	A bibliografia sobre a temática enfoca, em sua maioria, os aspectos arquitetônicos do MCPT. Conforme apresenta Luiz Antônio da Cruz (2015)[141], o Museu Casa Padre Toledo, enquanto um museu regional, propicia ao visitante maior compreensão do espaço arquitetônico e do uso dinâmico da casa e do terreno em toda sua extensão. O projeto expográfico foi criado para a inauguração do museu em 2012, contando com mobiliário para exposição e acervo disponibilizado pela UFMG.	Em resposta, o MCPT informou que seu acervo não abrange nenhum arquivo pessoal, sendo que as doações particulares são formadas por utensílios domésticos, obras de arte e mobiliário. Contudo, tanto o Museu quanto o Centro de Estudos e Biblioteca são espaços do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, sendo que este último poderia resguardar documentos de interesses para esta pesquisa. Após entrar em contato o Centro de Estudos e Biblioteca-CEB, constatou-se que o acervo é composto por coleções bibliográficas, doadas por intelectuais em suas áreas de atuação a saber: Coleção Miguel Lins; Coleção Márcia Moura Castro; Coleção Mari Baiocchi; Coleção Affonso Ávila, não havendo arquivos pessoais.

[140] IGLESIAS, Diego Tavares; FONSECA, Rúbia Santos. Ensino de biologia em coleções científicas: conceitos e métodos baseados na experiência em herbário. *e-Mosaicos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 29, p. e-56114, 2023. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2023.56114. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/56114. Acesso em: 29 abr. 2025

[141] CRUZ, Luiz Antônio da. *A Casa Padre Toledo no cotidiano e na monumentalização*. 2015. 310 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-A7VM6H/1/npgau_doc.final_1___c_pia.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025

Museu de Arquitetura (MARQ)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. O website institucional informa que o acervo é constituído por sete coleções: 1) Coleção de Réplicas de Obras de Arte Mundiais; 2) Coleção de Instrumentos Antigos; 3) Coleção de Pinturas; 4) Coleção Móveis de Design; 5) Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos; 6) Coleção Memória e Obras Raras e 7) Coleção de Maquetes.	Raul Hirsch Teixeira (2023)[142]informa que o MARQ estuda a possibilidade de criação do Acervo dos Arquitetos Mineiros, tendo em vista que recebeu por doação, no ano de 2023, o acervo de projetos, desenhos e material didático do Professor José Eduardo Ferolla e esperava, naquela altura, também receber o acervo da Professora Suzy de Mello.	Sem resposta
Museu da Matemática da UFMG (MUMAT)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que o acervo do Museu é composto por desafios lúdicos.	Em comunicação online realizada em 12 de julho de 2023, intitulada "Museu da Matemática UFMG: Criando Laços entre a Universidade e a Escola"[143], Carmen Rosa Giraldo Vergara informou que o MUMAT possui um amplo acervo de objetos que promovem o conhecimento matemático em diversas áreas, como história, matemática recreativa, educação e arte.	Em resposta, O Museu da Matemática informou que não recebe materiais provenientes de arquivos pessoais, mas que o Laboratório de Ensino de Matemática do Departamento às vezes tem recebido livros de professores.
Museu de Ciências Morfológicas (MCM)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que o acervo é constituído por materiais diversos (peças anatômicas, esculturas em gesso e resina, fotomicrografias de células e tecidos aos microscópios de luz e eletrônicos, embriões, além de equipamentos de áudio e vídeo, que facilitam o trabalho didático e de divulgação científica realizados no Museu).	Maria das Graças Ribeiro (2005)[144] informa que o acervo do MCM é composto por peças anatômicas (órgãos/segmentos do corpo humano), esculturas em gesso e resinas; fotomicrografias de células e tecidos aos microscópios de luz e eletrônicos; embriões e fetos em diferentes estágios de desenvolvimento.	Sem resposta

[142] TEIXEIRA, Raul Hirsch Nascimento. *Museu da Escola de Arquitetura – MARQ*. Mostra virtual Pesquisa e Extensão da Rede de Museus. 2023. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2020/ix-mostra-virtual-pesquisa-e-extensao-na-rede-de-museus/museu-da-escola-de-arquitetura-marq/. Acesso em: 8 abr. 2025.

[143] VERGARA, Carmen Rosa Giraldo. *Museu da Matemática UFMG: criando laços entre a universidade e a escola*. Comunicação online, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RxNLm0z3bQU. Acesso em: 17 mar. 2025.

[144] RIBEIRO, Maria das Graças. *Museu de Ciências Morfológicas: um lugar diferente na Universidade Federal de Minas Gerais*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, p. 339-340, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/84MpcjHq7XzMvCqRW8XMCBD/. Acesso em: 29 abr. 2025.

Museu de História Nacional e Jardim Botânico (MHNJB)	Não há indicação da existência de arquivos pessoais. Website institucional informa que o Museu dispõe de um acervo variado nas áreas de Arqueologia, Paleontologia, Geologia, Botânica, Zoologia, Cartografia Histórica (representado pelo Centro de Referência em Cartografia Histórica), Etnografia, Arte Popular e Documentação Bibliográfica (abrangendo livros e números de periódicos que se encontram na biblioteca do MHNJB/UFMG	Cláudia Cardoso (2012)[145] informa que o patrimônio natural e cultural do MHNJB é formado por aproximadamente 147.000 itens, sendo as várias coleções adquiridas e incorporadas através de coletas (recolha) e doações ao longo da existência da instituição. As coleções do MHNJB estão organizadas de acordo com as seguintes áreas de investigação: Arqueologia Pré-Histórica; Arqueologia Histórica; Palentologia; Geologia; Zoologia; Etnografia; Arte Popular e Arquivo Documental (constituído por coleções de fotografias do MHNJB e documentos arquivísticos históricos e atuais relativos aos Presépios do Pipiripau e Pipiripin).	Em resposta, o MHNJB informou que não possui política direcionada a receber arquivos pessoais, como aqueles acumulados por pesquisadores. Entretanto, informaram que existem documentações relativas às pesquisas desenvolvidas (principalmente alguns cadernos de campo) que estão vinculados aos acervos do MHNJB.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

[145] CARDOSO, Claudia Cristina. A Museologia no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: compromisso e ações junto ao patrimônio natural e cultural. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 1-10, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnjb/article/view/330. Acesso em: 29 abr. 2025.

APÊNDICE II: TRABALHOS APRESENTADOS NA MOSTRA VIRTUAL PESQUISA E EXTENSÃO NA REDE DE MUSEUS (2020-2024)

Objetivo: Identificar a participação dos espaços da Rede de Museus detentores de arquivos pessoais na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus, bem como a abrangência da divulgação de arquivos pessoais nos trabalhos apresentados por estes.

Metodologia: Pesquisa Exploratória no site da Mostra Virtual "Pesquisa e Extensão na Rede de Museus" e análise inferencial dos dados coletados.

Quadro 13: Relação de trabalhos apresentados na Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2020-2024)

Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus 2020			
Espaço	Trabalho	Trabalho abrange a divulgação de pesquisa/ação de extensão?	Trabalho abrange a difusão de algum arquivo pessoal?
Estação Ecológica UFMG (16)	*Educação Ambiental Crítica como Ferramenta para Conservação de Espécies da Flora Nativa Ameaçada* Autoria: Luís Filipe Antunes de Lima	Sim	Não
	Compreensão dos problemas ambientais a partir das experiências e vivências de alunos visitantes da Estação Ecológica da UFMG Autoria: Ana Letícia Pereira Sousa	Sim	Não
	Construindo um Plano de Gestão de Resíduos para a Estação Ecológica da UFMG Autoria: Abraão Santana Domingos	Sim	Não
	O passado no céu, a história das culturas com o celestial: uma proposta de abordagem para o ensino de astronomia Autoria: Manuela Lopes Silva	Sim	Não
	Readequações do Programa Estação Ecológica em tempos de pandemia do COVID-19 Autora: Fernanda Louback Maciel	Sim	Não
	De Carajás à Minas Gerais: Trocas e Laços para Educação Ambiental Autoria: Lorena Fernandes Ferreira	Sim	Não
	Inserção do Histórico nas Atividades de Educação Ambiental da Estação Ecológica da UFMG Autoria: Laura de Matos Paiva	Sim	Não
	A Estação é ecológica? Uma análise sobre a gestão dos resíduos na Estação Ecológica da UFMG Autoria: Danielle Cristina Morais Pereira/ Coautoria: Lívia de Paula Alves Carvalho Lopes	Sim	Não

	Pra Cego Ver Autoria: Bárbara da Silva Matoso	Sim	Não
	Percepção Ambiental Sobre As Áreas Verdes Urbanas: Uma Nova Oficina No Programa PROECO? Autoria: Gustavo Henrique Hilário Gonçalves	Sim	Não
	Modelagem de pegadas e fezes da fauna silvestres como ferramenta para uma Educação Ambiental Crítica Autoria: Julia Morais Assis	Sim	Não
	Atualização do Memorial Descritivo para elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica da UFMG Autoria: Guilherme Santos de Oliveira/Andréa Siqueira Carvalho	Sim	Não
	Avaliação da Oficina Pigmentos do Programa Estação Ecológica Autoria: Matheus Lucas Arcanjo	Sim	Não
	Educação Ambiental e o Projeto Caminhadas Ecológicas Autoria: Matheus Gomes Pereira de Souza	Sim	Não
	Análise da efetividade das atividades de Educação Ambiental do Programa Estação Ecológica Autoria: Mirelly Cristine da Rocha Ribeiro	Sim	Não
	Mapas Temáticos da Análise do Atendimento de Escolas no Programa Estação Ecológica: Educação Ambiental, Vulnerabilidade Social e Reflexões sobre a Pandemia Autoria: Isadora Navarro/ Coautoria: Laura de Matos Paiva	Sim	Não
Museu de História Natural e Jardim Botânico (14)	*Biodiversidade em casa: alguns fatos sobre as plantas que usamos* Autoria: Alexandre Procópio Silva Alvarenga/ Coautoria**:** Rafael Drumont Teixeira Tomáz	Sim	Não
	Formigas na Rede Autoria: Daniel Bento Kill	Sim	Não
	As Geociências, a História Natural e as oportunidades da divulgação científica do perfil @mhnjb_geociencias na plataforma Instagram Autoria: Alice Vianna Fonda/ Coautoria: Henrique Sued Blanco Silva	Sim	Não
	Página "Geociências MHNJB" do Facebook: Divulgações Estratégicas das Ciências da Terra nas Redes Sociais Autoria: Luiz Felipe Pacheco Santos, Ana Cristina Angelo Rocha/ Coautoria: Gabriel Victor Alves dos Santos	Sim	Não
	Do MHNJB até sua casa: Arqueologia do mundo real para o mundo virtual Autoria: Isabela Stefanon de Carvalho Oliveira/ Coautoria: Igor Marinho Costa Oliveira, Samuel Gomes Nunes Cardoso	Sim	Não
	@mhnjb_geo: Divulgando as geociências e o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG na plataforma virtual Twitter Autoria: Nelson Fernandes Ribeiro Júnior, Isabella Gomes da Silva	Sim	Não
	O que tem lá no museu? Geociências Autoria: Kaio Felipe Mendes/ Coautoria: Ewerton J. da Silva Laet	Sim	Não

	Vozes das Cerâmicas Autoria: Mariana Cardoso Carvalho, Vitor Luiz Medeiros, Matheus Pereira Milagres	Sim	Não
	Inclusão social de pessoas com deficiência e diversidade nos museus Autoria: Gabriel Alan Gonçalves Ramos/ Coautoria: Marina Oliveira dos Santos	Sim	Não
	CutiaCast: O Bicho Vai Pegar – um podcast do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Autoria: Natália Santoro Amorim, Stella Maciel Quirino, Vítor Emídio de Mendonça	Sim	Não
	Acervo Maxakali no MHNJB: cultura e musicalidade Autoria: Eduardo Julião Teixeira Santos	Sim	Não
	Exposição Virtual do Presépio do Pipiripau sob a Ótica da Conservação Autoria: Ana Carolina Rezende Rosa/Coautoria: Marina Cristeli do Vale, Gabriela Ramos Gomes de Oliveira	Sim	Não
	Biodiversidade e ameaças nas trilhas do Museu: uma visita por meio das redes sociais Autoria: Camila Cristina dos Santos Alves Meloncini/ Coautoria: Ana Paula Gomes Silva, Bruna Rodrigues Pires, Michael Gustavo do Carmo, Alessandra Abrão Resende, Flávia Santos Faria	Sim	Não
	Paisagem e memória no MHNJB-UFMG, Vila Vilma Autoria: Sofia Aguiar Marsicano	Sim	Não
Museu da Matemática UFMG (1)	*Divirta-se com Matemática* Autoria: Marcell Rodrigues de Sousa, Luisa Christina Duarte Lima/Coautoria David Felipe Brochero Giraldo	Sim	Não
Centro de Referência em Cartografia Histórica (1)	*Evolução do Plano Urbanístico de Belo Horizonte (1895 – 1936) e suas Implicações aos Recursos Hídricos da Capital* Autoria: Célio Júnio de Carvalho	Sim	Não
Centro de Memória da Veterinária (2)	*Participação do Centro Memória da Veterinária no Projeto Protocolos para Documentação e Gestão de Acervos Museológicos da Rede de Museus da UFMG* Autoria: Luísa Lourenço	Sim	Não
	Criação de caminhos possíveis da Memória em âmbito virtual em tempos de pandemia Autoria: Guilherme Fernandes de Oliveira, Lucio Carlos Gonçalves / Coautoria: Simone Pereira Barbosa, Cássia Regina Gomes	Sim	Não
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (2)	*Garimpando, organizando e divulgando a memória na FaE-UFMG* Autoria: Welson de Souza Silva Junior	Sim	Não
	A Pós-Graduação na Faculdade de Educação: memória, acervo e extroversão Autoria: Roberta Ornelas	Sim	Não
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros (1)	*Projeto Leitura Dramática e Encenação no Acervo de Escritores Mineiros* Autoria: Ana Beatriz Alves Cucaroli/ Coautoria:Felipe Antonio Rodrigues de Oliveira, Mariana Gomes Ferreira de Souza	Sim	Não

Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (2)	*Filmes 16mm: Organização e Elaboração do Inventário* Autoria: Mariana Gomes Aguilar/ Coautoria:Ana Paula Andalécio de Lacerda	Sim	Sim
	Os documentos do Centro Esportivo Universitário (CEU) no acervo do CEMEF: identificação, organização e descrição Autoria: Rodrigo Pereira Reis da Costa	Sim	Não
Centro de Coleções Taxonômicas (1)	*CCT Ciência: Tornando visíveis os acervos que não são vistos* Autoria: Ashtari Mota Piancastelli	Sim	Não
Centro de Memória da Medicina (3)	*Preservar para acessar: o Centro de Memória da Medicina e seu acervo de teses médicas* Autoria: Mirian Ferreira Duarte/ Coautoria: Ráisa Mendes Fernandes de Souza, Ethel Mizrahy Cuperschmid	Sim	Não
	Os raios que curam: usos da radiação na área da saúde na primeira metade do século XX Autoria:Natália Rocha Santos	Sim	Não
	Imagem corporal: perspectiva histórica, cultural e social Autoria: Gabriela Luisa Binicá Costalonga/ Coautoria:Ethel Mizrahy Cuperschmid	Sim	Não
Acervo Curt Lange (2)	*25 Anos do Acervo Curt Lange-UFMG: Ações, Intervenções e Vivências* Autoria: Amanda Gomes/ Coautoria: Natália Braga, Lucas Chaves	Sim	Sim
	O Boletín Latino-Americano de Música VI de Curt Lange no Brasil: a reconstrução de uma trilogia nos 25 anos do ACL-UFMG Autoria: Lucas Rodrigues Alves Chaves/ Coautoria: Natalia Braga, Amanda Gomes	Sim	Sim
Centro de Memória da Enfermagem (12)	*As pioneiras da Enfermagem Moderna: as seguidoras de Florence Nightingale em Minas Gerais (1933-1969)* Autoria: Larissa Assis Caputo Figueiredo	Sim	Não
	Arquivo Pessoal Prof. Roseni Sena: organização, preservação e divulgação Autoria: Rafaella Juliana Almeida de Souza Andrade/ Coautoria: Isabela Rocha Leão Magalhães, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira, Pedro Paulo Drumond Almeida, Victor Zannini Carneiro Fonseca	Sim	Sim
	Homenagem ao Centenário de Vida de Elvira de Felice Souza: Produção de um Documentário Autoria: Alice Gomes Frugoli/ Coautoria: Mayra Raquel Fantinatidos Reis, Stefhane Silva Nonato, Leticia Moreira Maia, Biannka Melo dos Santos, Helena Pereira de Souza, Pacita Geovana Gama de Sousa Aperibense, Maria Angélica de Almeida Peres	Sim	Não
	A importância do acervo oral do CEMENF para a preservação da memória da EEUFMG e construção identitária do enfermeiro Autoria: Letícia Moreira Maia/ Coautoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Stefhane Silva Nonato, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	Produção científica em história da Enfermagem para a BVS: relato de experiência discente Autoria: Helena Pereira de Souza; Biannka Melo dos Santos; Mayra Raquel Fantinati dos Reis; Stefhane Silva Nonato; Fernanda Alves dos Santos Carrega; Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	A incorporação de recursos digitais em um grupo de pesquisa: relato de experiência	Sim	Não

	Autoria: Biannka Melo dos Santos/ Coautoria: Helena Pereira de Souza, Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Alice Gomes Frugoli, Fernanda Alves dos Santos Carregal		
	Enfermagem como ferramenta do empoderamento da mulher enfermeira: discussões extensionistas Autoria: Úrsula Gonçalves de Oliveira/ Coautoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Letícia Moreira Maia, Helena Pereira de Souza, Stefhane Silva Nonato, Alice Gomes Frugoli	Sim	Não
	Arquivo Roseni Rosângela de Sena: da organização à divulgação Autoria: Isabela Rocha Leão Magalhães	Sim	Sim
	Capacitação Virtual em História da Enfermagem: Apresentação de Feedbacks Autoria: Stefhane Silva Nonato/ Coautoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Alice Gomes Frugoli, Helena Pereira de Souza, Letícia Moreira Maia, Biannka Melo dos Santos, Fernanda Alves Carregal	Sim	Não
	A visibilidade do CEMENF em tempos de pandemia e a democratização dos espaços museológicos Autoria: Letícia Moreira Maia/ Coautoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Alice Gomes Frugoli, Stefhane Silva Nonato, Fernanda Alves dos Santos Carregal	Sim	Não
	Resgate das histórias orais por meio da transcrição: Um relato de experiência Autoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis/ Coautoria: Fernanda Alves dos Santos Carregal, Biannka Melo dos Santos, Helena Pereira Souza	Sim	Não
	Reinvenções e novas parcerias para a continuidade das ações extensionistas dos Centros de Memória durante a pandemia da COVID-19: visão do bolsista Autoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis/ Coautoria: Letícia Moreira Maia, Biannka Melo dos Santos, Stefhane Silva Nonato, Alice Gomes Frugoli, Fernanda Alves dos Santos Carregal	Sim	Não
Museu da Escola de Arquitetura (1)	*Digitalização 3D e Presença Digital no Contexto do Museu da Escola de Arquitetura da UFMG* Autoria: Maria Júlia Marques Rocha	Sim	Não
Museu de Ciências Morfológicas (1)	*MCM superando barreiras – Conhecimento além da Universidade* Autoria: Gustavo C. Cotta/ Coautoria: Alice M. O. Reis, Anna J. A. V. Cruz, Clara C. Henriques, Gabriela A. Alvarenga, Glória D. Silva, João V. S. Magalhães, Maria C. A. Alves, Matheus H. V. Prado, Nycolle I. S. Souza, Pedro H. S. Godinho, Rebeca S. Silva	Sim	Não
Espaço do Conhecimento UFMG (11)	*Mapeamento online no desenvolvimento da Mostra Universidade e Cidade* Autoria: Michelle Corrêa de Souza	Sim	Não
	Acessibilidade para uma mostra sobre e pela cidade: um novo desafio Autoria: Giovana Lemos Vieira/ Coautoria: Arthur Riale Vidigal Azevedo, Bárbara Freitas Paglioto, Bárbara Vitor Silva, Dinalva Andrade Martins, Giovana Lemos Vieira	Sim	Não
	Saberes Indígenas e Etnofármacos Autoria: Isadora Santana Ribeiro/ Coautoria: Barbara Vitória Costa Machado, Iuri Gabriel Gonçalves, Leticia Mara Gomes, Lígia Persichini Cunha Gonçalves Vieira	Sim	Não
	Fora de Órbita: a divulgação científica na área de astronomia por meio virtual em período de isolamento social Autoria: Lucas Alves Espírito Santo/ Coautoria: Leticia Rioga, Lorena Costa de Faria, Victoria Bertoldo Rocha	Sim	Não

	Espaço Virtual: fortalecendo os vínculos com o público do Espaço do Conhecimento UFMG durante o distanciamento social Autoria: Fernando Júnio de Jesus Silva/ Coautoria:Ana Luísa Conti Tasca	Sim	Não
	Fora da Caixa: Vacinas – Uma publicação voltada para educadores Autoria: Cristhian Dias Gomes, Evelyn Álvares, Juliana Naime Araujo, Marina Quintiliano, Yan Nicolas	Sim	Não
	Projeto Conhecicast: Podcasts Temáticos (Núcleo de Ações Educativas do Espaço do Conhecimento UFMG) Autoria: Juliana Cristina Lopes Cavalli/ Coautoria:Abraão Veloso Machado, José Antonio Barbosa Júnior, Karollyne Costa e Silva, Lucas Adriano Viana Pedrosa	Sim	Não
	Avaliação e Diagnóstico do Programa "Descobrindo o Céu": Live semanal apresentada pelo Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Felipe Andrade Ferreira/ Coautoria: Vitória Rodrigues Ramos, Paulo Roberto Murta Jardim Junior, Paula Raisa Lage Ferreira, Samantha Jully Mesquita Gonçalves	Sim	Não
	Projeto Música e Memória: um espaço para recordar Autoria: Virgílio Muniz de Magalhães/ Coautoria: Amanda Ribeiro Marzano, Ana Vila Pacheco, Francisco Santana Novaes de Assis, Priscilla Almeida, Thiago Ferreira	Sim	Não
	Diálogos com as Juventudes Autoria: Adriel Marques Nunes/ Coautoria: Ana Elisa Neves Correa, Bianca Ketlen Oliveira Quaresma, Paula Coelho Barroso Magalhães, Pedro Henrique da Silva Neres Magalhães	Sim	Não
	Estudo de Público no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Maryana Lucas Miranda Batista, Bárbara Freitas Paglioto, Sibelle Cornélio Diniz, Valéria Cristina de Oliveira	Sim	Não
Herbário Norte Mineiro (2)	*Divulgando a Biodiversidade Norte Mineira: Mídias Digitais como Ferramenta* Autoria:Elaine Soares de Almeida/ Coautoria: Carlos Emílio de Sant'Ana Pinter Pastorello, Márcio Venícius Barbosa Xavier	Sim	Não
	Redescobrindo a diversidade da flora norte mineira: um estudo de acervos botânicos Autoria: Carlos Emílio de Sant'Ana Pinter Pastorello/ Coautoria: Elaine Soares de Almeida, Márcio Venícius Barbosa Xavier, Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
Centro de Memória da Odontologia (1)	*Centro de Memória: Formação, Pesquisa e Extensão na Preservação e Divulgação do Patrimônio Cultural da Faculdade de Odontologia da UFMG* Autoria: Barbara Figueiredo/ Coautoria: Larissa Nayane Carvalho, Sâmmya Nicolle da Cruz Dias, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira, Ana Paula Soares Pacheco, Isabel Cristina da Silva Venceslau	Sim	Não
Rede de Museus (3)	*Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG* Autoria: Anita Helena Vieira de Souza, Polianna C. Dias Santos	Sim	Não
	Desenvolvimento de Políticas de Aquisição e Descarte para o Centro de Memória da Odontologia e outros espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura	Sim	Não

	Autoria: Sâmmya Nicolle da Cruz Dias/ Coautoria: Letícia Julião, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira, Ana Paula Soares Pacheco		
	Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG Autoria: Carolina Rocha Teixeira/ Coautoria: Marcus Marciano Gonçalves da Silveira	Sim	Não
Centro de Memória da Engenharia (1)	*Utilizando modelos para dar funcionalidade a objetos técnicos em museus no bicentenário da descoberta do Eletromagnetismo* Autoria: José Carlos Rodrigues de Oliveira	Sim	Não
Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus 2021			
Espaço	Trabalho	Trabalho abrange a divulgação de pesquisa/ação de extensão?	Trabalho abrange a difusão de algum arquivo pessoal?
Museu Casa Padre Toledo (4)	*Campus Cultural UFMG em Tiradentes: Interação e Diálogo para a Democratização do Conhecimento, do Patrimônio, da Memória e da Cultura* Autoria: Paula Dias Costa/ Coautoria: Jackson Jardel dos Santos, Lorena Mello Martins, Maira Paula Gil, Victória Caroline de Souza Brandão, Quelle Mariana da Silva Rios e Giulia Attolini Muraro.	Sim	Não
	Subsídios Históricos para as Ações, Intervenções e Atividades do Museu Casa Padre Toledo Campus Cultural UFMG em Tiradentes: a Vila e seus Moradores Autoria: Maria Clara Gonçalves Martins	Sim	Não
	Visitas Escolares ao MCPT: Mediação e Moderação Autoria: Maíra Paula Gil/ Coautoria: Quelle Mariana da Silva Rios, Victória Caroline de Souza Brandão, Paula Dias Costa, Giulia Attolini Muraro	Sim	Não
	Preservação e documentação do acervo do MCPT Autoria: Victória Caroline de Souza Brandão/ Coautoria: Lorena Mello Martins, Maira Paula Gil, Quelle Mariana da Silva Rios, Paula Dias Costa, Giulia Attolini Muraro	Sim	Não
Museu de História Natural e Jardim Botânico (18)	*Paisagem, Memória e a Construção dos Lugares da Memória no Museu de História Natural e Jardim Botânico* Autoria: Sabrine Rafaella de Fátima Oliveira/ Coautoria: Mariana Lima Amador Santos	Sim	Não
	Ecologia sensorial: Conhecer, Divulgar e Cuidar Autoria: Guilherme Freitas de Abreu, Anna Luiza Michetti, Theo Rolla	Sim	Não
	Vamos falar de Geologia? Uma iniciativa de fomento do ensino de Geologia no Ensino Básico Autoria: Stéphano Ben Hur Dutra Goulart	Sim	Não
	Hortas urbanas e agroecologia promovendo a segurança alimentar na cidade Autoria: Laís Cristina de Araújo Candido	Sim	Não

	Da Visita Escolar Presencial ao MHNJB às Ações Educativas em Tempos de Pandemia Autoria: Luidy Siqueira Santos/ Coautoria: Ana Caroline Nogueira da Silva, Edilene Avelar	Sim	Não
	@MHNJB_GEO: Divulgando as Geociências e o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG na Plataforma Twitter Autoria: Nelson Fernandes Ribeiro Júnior, Vivian Camargos Pinto, Flávia Alves França, Bruna Alves de Almeida, Julia de Assis Cerqueira	Sim	Não
	Levando ao Público a Coleção de Orquídeas do Museu de Forma Digital Autoria: Arthur Antônio Machado Gonçalves de Freitas, João Aguiar Nogueira Batista/ Coautoria: Alessandra Abrão Resende, Jaqueline Gomes Rodrigues, João Gabriel Freitas	Sim	Não
	Exposição Virtual do Presépio do Pipiripau sob a Ótica da Conservação Autoria: Gabriela Ramos Gomes de oliveira/ Coautoria: Ana Carolina Rezende, Marina Cristeli	Sim	Não
	O turismo no museu: quais são e como atuam as agências e turismo no MHNJB? Autoria: Helena Szabo, Guilherme Maximiano	Sim	Não
	Do MHNJB até a sua casa: Divulgação científica arqueológica e antropológica através das plataformas virtuais do MHNJB-UFMG Autoria: Bianca Ketlen Oliveira Quaresma, Carolina Lara de Matos, Gabriela Maria Martins da Silva, Isabela Stefanon de Carvalho Oliveira	Sim	Não
	Organização e Divulgação do Acervo Midiático do LATEL-MHNJB Autoria: Isabela Stefanon de Carvalho Oliveira, Ana Sophia Barbosa Silveira, Vitória Carolline Nogueira Silva	Sim	Não
	Redes Sociais dos Insetos Autoria: Daniel Bento Kill	Sim	Não
	A Paleontologia e a Ciência da Terra do MHNJB no Facebook Autoria:Lívia Stemler de Godoi Quintão, André Augusto Breder Stofel, Stéphano Ben Hur Dutra Goulart	Sim	Não
	Diagnóstico e Projeto de Revitalização das Exposições de Paleontologia e Geociências do MHNJB - UFMG Autoria: Bruna Piteres Porto, Marco Antônio da Rocha Ferreira	Sim	Não
	Análise das redes sociais do MHNJB com enfoque na campanha Renasce Museu Autoria: Eduardo Julião Teixeira Santos	Sim	Não
	Me dá um norte? A nova série de episódios do CutiaCast Autoria: Nelson Fernandes Ribeiro Júnior, Alícia Ligeiro Carvalho/ Coautoria: Janise Bruno Dias, Alexandre Liparini Campos	Sim	Não
	Enfrentando a Invisibilidade Botânica: Conteúdos Digitais e apoio à Docência nas Escolas Autoria: Rafael Drumont Teixeira Tomaz/ Coautoria: Isabella Franco de Oliveira Castro	Sim	Não
	CutiaCast: O bicho vai pegar/Cotidiano & Zoologia – um podcast do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	Sim	Não

	Autoria: Milena Guimarães Ferreira, Camila Braga Damásio, Natália Santoro Amorim, Stella Maciel Quirino, Vítor Emídio de Mendonça		
Centro de Memória da Farmácia (1)	*Levantamento Biográfico de Ex-diretores da Faculdade de Farmácia* Autoria: Ingrid Ferreira das Dores Andrade	Sim	Não
Estação Ecológica UFMG (13)	*Prevenção de acidentes e primeiros socorros em trilhas e oficinas da Estação Ecológica da UFMG* Autoria: Luiza Izabel de Freitas	Sim	Não
	Proposta do Corredor Ecológico por Viaduto Vegetado Ligando o Quarteirão 14 ao Quarteirão 15 da Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais – EECO-UFMG Autoria: Rangel Fernandes da Silva	Sim	Não
	Valor Nutricional de Frutas Exóticas Presentes na Estação Ecológica da UFMG Autoria: Ana Flávia Silva	Sim	Não
	De Carajás a Minas, trocas e laços para educação bientla Autoria: Alessandra Roveda Lacerda	Sim	Não
	Trilha da Fauna Autoria: Júlia Morais Assis	Sim	Não
	Desigualdades de gênero no Ensino Superior e na Docência da UFMG Autoria: Manuela Lopes Silva	Sim	Não
	"Pegada de quem?": uso de jogos didáticos e inclusivos no ensino sobre a fauna presente no Cerrado Autoria: Júlia Leandro da Silva/ Coautoria: Júlia Morais Assis	Sim	Não
	Plantas Medicinais Tradicionais da Estação Ecológica da UFMG: potencialidades para criação de uma trilha temática Autoria: Mirelly Cristine da Rocha Ribeiro	Sim	Não
	Percepção do público universitário sobre as principais problemáticas ambientais brasileiras Autoria: Úrsula Assunção do Abiahy	Sim	Não
	Trilhando a Inclusão: Ideias para Promover uma Educação Inclusiva e de Qualidade Autoria: Bárbara da Silva Matoso/ Coautoria: Isadora Fonseca Navarro	Sim	Não
	Revitalização do Cantinho do Chá na Estação Ecológica da UFMG Autoria: Maria Angélica Veiga Barbosa/ Coautoria: Isadora Navarro	Sim	Não
	Ensino de ciências por investigação a partir de oficinas do PROECO Autoria: Helena Ferreira Gomes, Andrea Siqueira de Carvalho	Sim	Não
	Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na EECO-UFMG e a Educação Ambiental Crítica Autoria: Luis Filipe Antunes de Lima	Sim	Não
Rede de Museus (2)	*Os Projetos de Extensão da Rede de Museus UFMG são Socialmente Inclusivos? Em Busca de Uma Nova Cartografia* Autoria: Isadora Navarro/ Coautoria: Edson José de Paulo Júnior, Samira de Almeida Houri	Sim	Não
	Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG Autoria: Carolina Rocha Teixeira	Sim	Não

Centro de Memória da Odontologia (1)	*De portas fechadas? Ações virtuais do Centro de Memória da Odontologia no contexto da pandemia da COVID-19* Autoria: Barbara Figueiredo/ Coautoria: Sâmmya Nicole da Cruz Dias, Ana Paula Soares Pacheco, Anna Carolina Thomaz de Melo Dias, Emanuelly da Silva Leite, Mylena Nicácio Drummond, Nathália Duarte Ferreira, Isabel Cristina da Silva Venceslau, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira, Thaís Yumi Suzuki, Cristiane Meira Assunção	Sim	Não
Museu da Matemática UFMG (1)	*Documentação Museológica do Museu da Matemática UFMG* Autoria: Erika Rosana Alves Goncalves	Sim	Não
Centro de Memória da Veterinária (4)	*Formulação de um banco de dados com arquivos da hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil sobre a Escola de Veterinária da UFMG no contexto de estabelecimento de um catálogo geral do Cememor-VET* Autoria: Luan Carlos Barros de Moura/ Coautoria: Luísa Fernanda Silva Lourenço	Sim	Não
	Uma releitura de personalidades importantes da Escola de Veterinária Autoria: Simone Pereira Barbosa/ Coautoria: Guilherme Fernandes de Oliveira, Cássia Regina Gomes	Sim	Não
	Construção de Memorial para o professor emérito Francisco Megale Autoria: Guilherme Fernandes de Oliveira/ Coautoria: Simone Pereira Barbosa, Cássia Regina Gomes	Sim	Sim
	O podcast Memorando como alternativa de continuidade das atividades do Cememor-Vet durante a pandemia Autoria: Guilherme Fernandes de Oliveira/ Coautoria: Simone Pereira Barbosa, Cássia Regina Gomes	Sim	Não
Acervo Curt Lange (1)	*A relação epistolar entre Maria da Conceição Rezende e Francisco Curt Lange* Autoria: Luís Felipe Finelli, Ian Zadorosny	Sim	Sim
Centro de Coleções Taxonômicas (2)	*Herbário BHCB (CCT-UFMG): base digital para o estudo da biodiversidade* Autoria: Camila Iannarelli Galvão Alves	Sim	Não
	CCT Ciência: Divulgando Coleções Taxonômicas Autoria: Laura Costa Alvarez	Sim	Não
Centro de Memória da Enfermagem (9)	*O uso de biografias de mulheres na aproximação com a equidade de gênero* Autoria: Jéssica Gabrielle Rossi Silva/ Coautoria: Stefhane Silva Nonato, Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	Educação de qualidade, inclusiva e equitativa: relações de uma ação extensionista com o ensino médio Espaço: Centro de Memória da Enfermagem/ Coautoria: Stefhane Silva Nonato, Amanda Nathale Soares, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	Um Olhar Sociológico para Ações Extensionistas Inovadoras em História da Enfermagem Autoria: Stefhane Silva Nonato/ Coautoria: Igor de Oliveira, Pacita Geovana Gama de Sousa Aperibense, Maria Angélica de Almeida Peres, Maria Lígia dos Reis Bellaguarda, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	Extensão universitária e acesso à informação: Universidade e estudantes do Ensino Médio	Sim	Não

	Autoria: Karina Pereira de Araújo/ Coautoria: Stefhane Silva Nonato, Igor de Oliveira, Alice Gomes Frugoli e Mayra Raquel Fantinani dos Reis		
	O uso de plataformas digitais na História da Enfermagem e a superação de barreiras físicas Autoria: Leticia Moreira Maia/ Coautoria: Alice Gomes Frugoli, Alanna Drumond Terri Oliveira, Letícia da Silva Lucena	Sim	Não
	Ensino à Distância, Formação em Enfermagem e Semiformação: reflexões a partir de uma live Autoria: Luciana Azalini/ Coautoria: Alice Gomes Frugoli, Leticia Moreira Maia	Sim	Não
	Extensão universitária e formação em Enfermagem na pandemia: reflexões freirianas Autoria: Mayra Raquel Fantinati dos Reis/ Coautoria: Stefhane Silva Nonato, Igor de Oliveira, Maria Carolina Costa Rezende, Rafaela Siqueira Costa Schreck	Sim	Não
	Extensão como apoiadora de reconhecimento da Enfermagem como campo profissional e necessidade social Autoria: Larissa Pimenta Trópia/ Coautoria: Stefhane Silva Nonato, Mayra Raquel Fantinati dos Reis, Fernanda Alves dos Santos Carregal, Renato Policarpo da Silva	Sim	Não
	Instrumentos Básicos de Enfermagem Desenvolvidos pela Comunicação Científica do CEMENF Autoria: Alanna Drumond Terri Oliveira/ Coautoria: Alice Gomes frugoli, Renato Policarpo da Silva, Fernanda Alves dos Santos Carregal, Letícia Moreira Maia	Sim	Não
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (2)	*A Pós Graduação na Faculdade de Educação: memória, acervo e extroversão* Autoria: Sara Rodrigues Handeri Araújo	Sim	Não
	Extroversão no CEDOC-FAE/UFMG: buscando caminhos Autoria: Giovanna Nunes Ferreir	Sim	Não
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros (1)	*Desafios e Aprendizados durante a Extensão Remota: Realizando a Ponte entre Museu, Comunidade Acadêmica Universitária e Público Externo em um Contexto Virtual* Autoria: Cavallere Miranda Lima	Sim	Não
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (1)	*Partilhando Memórias: recepção, organização e disponibilização dos acervos do Cemef/UFMG* Autoria: Brenda Oliveira Batista	Sim	Não
Centro de Memória da Medicina (4)	*Pesquisa Biográfica acerca dos Professores Eméritos da Faculdade de Medicina* Autoria: Natália Rocha Santos	Sim	Não
	Centro de Memória, a Pandemia e Exposições Virtuais Autoria: Amanda Ribeiro dos Santos	Sim	Não
	História da Saúde Mental no Brasil: Evolução no Tratamento e Mudanças de Paradigma, O Entendimento da Saúde Mental ao Longo do Tempo Autoria: Raquel de Mattos Romanowski	Sim	Não
	A Faculdade nas Pandemias: Uma história que salva	Sim	Não

	Autoria: Jéssica Liandra Gomes Rangel, Lucas Thiago Fernandes/ Coautoria: Ethel Mizrahy Cuperschmid		
Espaço do Conhecimento UFMG (10)	*Avaliação de Concepções Científicas e Espontâneas de Astronomia em Atividades Virtuais do Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG* Autoria: Carlos Eduardo Porto Andrade/ Coautoria: Marcos Paulo de Araújo Silva	Sim	Não
	O infinito roseano na Exposição Sertão Mundo Autoria: João Pedro Spagnollo, Laura Caroline de Freitas, Mariana Jorge Medeiros Batista da Silva, Michelle Corrêa de Souza e Patrícia Gomes Pelizari	Sim	Não
	Estratégias e Ações de Acessibilidade desenvolvidas no Espaço do Conhecimento UFMG em formato remoto Autoria: Bárbara Vitor, Dinalva Andrade, Matheus Pessoa, Priscila Martins, Wellington Luiz	Sim	Não
	Espaço Aberto a Educadores: construindo relações entre museu e escola durante a pandemia Autoria: Juliana Naime de Araujo/ Coautoria: Cristhian Henrique Dias Gomes, Evelyn Cristine dos Santos Álvares, Gabriel Pereira de Souza, Jonathan Philippe Fernandes Barboza dos Santos, Marina Quintiliano Vianna, Pedro Henrique da Silva Neres Magalhães, Yan Nicolas São Thiago	Sim	Não
	Ações Educativas em Ambiente Virtual Autoria: Bia S. Pimentel/ Coautoria: Abraão V. Machado, Ana L. R. Silva, Bárbara V. C. Machado, Cecília L. Pereira, Isadora S. Ribeiro, Juliana C. L. Cavalli, Lucas A. V. Pedrosa, Matheus S. Rodrigues, Victor M. Ferreira, Wellington L. Silva.	Sim	Não
	Acompanhamento da Alfabetização Científica dos espectadores da "Descobrindo o Céu": Live semanal apresentada pelo Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Rafael Santos Oliveira, Felipe Andrade Ferreira, Paulo Roberto Murta Jardim Junior, Samantha Jully Mesquita Gonçalves, Vitória Rodrigues Ramos	Sim	Não
	Fora de Órbita: A divulgação científica em astronomia através de uma radionovela para o público adolescente Autoria: Aline Ribeiro, Lucas Alves Espírito Santo, Maria Clara Prates de Abreu, Victória Bertoldo Rocha/ Coautoria: Lorena Costa de Faria	Sim	Não
	Desenvolvimento do livro de oficinas produzidas pelo Núcleo de Astronomia do Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Cristiano Vasconcelos Friedlaender	Sim	Não
	No sertão tem um mundo: Reverberações e ações educativas dentro da Exposição virtual Sertão Mundo Autoria: Amanda Ribeiro Marzano, Anna Carla Faltz Silva, Ana Vila Pacheco, Bárbara Vitor Silva, Gabriel Pereira e Silva/ Coautoria: Igor Dias Pinheiro, Matheus Pessoa Fonseca, Priscila Gabriele Martins, Virgílio Muniz de Magalhães, Vitória Bispo Umbelino.	Sim	Não
	Estudo de Público no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Raissa Franco Souza	Sim	Não

Herbário Norte Mineiro (2)	*Trajetória do naturalista Augustin F. Saint-Hilaire no Norte de Minas Gerais: Estudo de materiais testemunho* Autoria: Mateus Martins Ribeiro/ Coautoria: Tátila Lorrane Rocha de Jesus	Sim	Não
	Botânica em casa: aprendendo a ciência das plantas no isolamento social Autoria: Thamires Alves Bahia./ Coautoria: Carlos Emílio de San'Ana Pinter Pastorello, Diego Tavares Iglesias, Elaine Soares de Almeida.	Sim	Não
Museu de Ciências Morfológicas (1)	*MCM: Divulgação Científica e Valorização da Saúde* Autoria: Maria Clara Amaral Alves/ Coautoria: Alice Maria de Oliveira Reis, Clara de Carvalho Henriques, Gabriel Vitor de Oliveira, Gabriela Azevedo Alvarenga, Gustavo Caldeira Cotta, João Victor Silva Magalhães, Matheus Henrique Vieira Prado, Nycolle Isabelly da Silva Souza, Pedro Henrique Santiago Godinho, Rafael Rodrigues de Barros, Rebeca de Souza Silva, Annamaria Ravara Vago, Marcelo Vidigal Caliari, Micena Roberta Miranda Alves e Silva, Rodolfo Cordeiro Giunchetti, Gleydes Gambogi Parreira	Sim	Não
Centro de Memória da Cartografia Histórica (2)	*Os rios de Belo Horizonte visíveis na Cartografia Histórica* Autoria: Samira de Almeida Houri	Sim	Não
	Cartografia da Invasão, Conquista e Ocupação de Territórios Indígenas em Minas Gerais Autoria: Bernardo de Pinho Tavares Dornela (trabalho apresentado em parceria com o Museu de História Natural e Jardim Botânico)	Sim	Não

Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus 2022

Espaço	Trabalho	Trabalho abrange a divulgação de pesquisa/ação de extensão?	Trabalho abrange a difusão de algum arquivo pessoal?
	Circuito Geociências – Ciências do Solo Autoria: Anna Luiza Machado Silva/ Coautoria: Alex Araújo, Ellen Fernandes Alves, Rayssa Soares Nunes, Victor Daniel Ferreira Queres	Sim	Não
	Comportamento Animal e Ecologia Sensorial: Conhecer, divulgar e cuidar Autoria: Gabriela Donadussi Garcia/ Coautoria: Naará Gomes de Oliveira	Sim	Não
	Dando Vida aos Fósseis: Oficina de Paleoarte Autoria: Lívia Stemler de Godoi Quintão/ Coautoria: Otávio Valério Alves	Sim	Não
	Planejamento em foco: Diagnóstico e projeto de revitalização das exposições de Paleontologia e Geociências do MHNJB – UFMG Autoria: Daniela Coelho Brandão/ Coautoria: Marcelo Henrique de Souza	Sim	Não
	Percurso – a pluralidade das comunidades indígenas e a importância dos seus saberes na proteção do patrimônio cultural e natural	Sim	Não

Museu de História Natural e Jardim Botânico (12)	Autoria: Bianca Ketlen Oliveira Quaresma		
	Divulgando a biodiversidade e promovendo a interação com verde Autoria: Maria Júlia Paulino Pereira, Giovanna Costa Peludo de Figueiredo	Sim	Não
	Viveiro de Mudas do MHNJB/UFMG como um espaço formativo Autoria: Luana Margarida Sabino Lobo/ Coautoria: Gabriela Donadussi Garcia, Alessandra Abrão Resende, Jacqueline Gomes Rodrigues, Sarah Damaris Vieira Bambirra, Pedro Resende Lana de Assis, Wesllen Figueiredo Nascimento, Fernanda Bichara da Silva	Sim	Não
	Da visita escolar ao MHNJB às ações educativas: do isolamento aos novos moldes de encontro – Elaboração de materiais educativos Autoria: Rayssa Soares Nunes/ Coautoria: Luidy Siqueira Santos, Juliane Ferreira Martins, Edilene Avelar	Sim	Não
	Terra Icógnita no MHNJB Autoria: Henrique Mundim, Willen Bispo	Sim	Não
	Levando ao público à coleção viva de orquídeas do Museu de forma digital Autoria: Otavio Augusto Zanon Soares/ Coautoria: Arthur A. M. G. C. de Freitas	Sim	Não
	A coleção viva de Orchidaceae do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: documentação, visitação pública e divulgação científica Autoria: Liz Domingos Marinho	Sim	Não
	Geopigmentos: A Arte Através das Rochas e do Solo Autoria: Victor Daniel Ferreira Queres, Ellen Fernandes Alves	Sim	Não
Espaço do Conhecimento UFMG (12)	*Calendário Astronômico 2022-2023* Autoria: Julia Villanova Valadares/ Coautoria: Paulo Henrique Costa Amorim, Olganelise Möller Ferreira de Gouvêa	Sim	Não
	Pílulas do Conhecimento: A divulgação científica em espaços sonoros e digitais Autoria: Gabriel Souto Araújo Barcelos/ Coautoria: Fernando Júnio de Jesus Silva	Sim	Não
	Exposição Mundos Indígenas Relato de experiência e metodologias educativas como propostas formativas dos mediadores no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Rangel Fernandes da Silva/ Coautoria: Abraão Veloso Machado, Davi Christófaro Cunha, Evandro Yuri Batista Alves, Jonathan Philippe Fernandes Barboza dos Santos, Lívia Dias Malta Lisboa, Marciane Rocha	Sim	Não
	Uma abordagem interdisciplinar para o ensino de astronomia através de um podcast de ficção científica Autoria: Maria Clara Prates de Abreu, Victória Bertoldo Rocha, Aline Ribeiro, Pedro Brito Cavalcanti de Albuquerque, João Victor Lima Evangelista	Sim	Não
	Um espaço para as diferenças: estratégias e experiências de mediação acessível e recepção de público no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Bárbara Da Silva Oliveira Franscisco, Beatriz Cristina Barbosa Correia, Dayler William Souza Lopes Barbosa, Lorrane Oliveira Silva, Natália Pires Lourenço, Maria Vitória Gomes Moreira, Priscila Gabriele Martins	Sim	Não
	Visita Virtual na Demasiado Humano	Sim	Não

	Autoria: Christopher Eugênio Mourão/ Coautoria: Abraão Veloso Machado, Aleilton Lima Monteiro, Ana Carolina Farina, André Lucas Vieira Passos de Sousa, Gabriela Conegundes Carraro Arsênio, Marcos Alejandro Fernandes Martinez Moya, Oruam Pereira dos Santos		
	Diversidade na Exposição Demasiado Humano Autoria: Lays Dias Malta Lisbôa/ Coautoria: Abraão Veloso Machado, Ana Júlia Rocha Meira Pires, Brandon de Oliveira Duarte, Gabriela Ramos Gomes, Juliana Cristina Lopes Cavalli, Wellington Luiz Silva	Sim	Não
	O material e o imaterial da exposição sertão mundo Autoria: Leila Martins Oliveira, Patrícia Gomes Pelizari, Vinícius Henrique Barbosa Amaral	Sim	Não
	Na Curva do Espaço-Tempo": Uma Maneira Lúdica de Entender a Teoria da Relatividade Autoria: Thiago Araujo Marques dos Santos, Samantha Jully Mesquita Gonçalves/ Coautoria: João Thomaz Martins Carvalho Souza, Marcelle Christine Nunes de Lima, Thiago Henrique de Assis Silva	Sim	Não
	Estudo de público no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Bia Pimentel/ Coautoria: Wellington Luiz Silva	Sim	Não
	O uso da animação na alfabetização científica Autoria: Patrick Tales Gonçalves	Sim	Não
	Mediação em espaços culturais e acessibilidade para visitantes com limitações visuais e auditivas: uma proposta para o Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Bárbara Vitor, Dinalva Andrade, Natália Pires, Priscila Gabriele Martins	Sim	Não
Estação Ecológica UFMG (9)	*Q15: topofilias para uma terra incógnita* Autoria: Igor Oliveira Duarte	Sim	Não
	Estação Aberta Autoria: Helena Campos Ratton	Sim	Não
	Educação para Adiar o Fim do Mundo Autoria: Luyza Carvalho/ Coautoria: Emmanuelle Carneiro, Letícia Vieira	Sim	Não
	Trilha da Água: Biodiversidade e Recursos Hídricos Autoria: Marcela Peruzzo de Souza	Sim	Não
	Ressignificando espaços e memórias: de orfanato a Estação Ecológica Autoria: Samuel Gomes Nunes Cardoso, Luiza de Paula Barbieri	Sim	Não
	Proposta de Elaboração de um Mapa de Risco para a Estação Ecológica da UFMG Autoria: Anna Beatriz Alves Amaral	Sim	Não
	Empresas Juniores Sustentáveis Autoria: João Victor Oliveira	Sim	Não
	Agro não é só tech, não é só pop: AgroFloresta é tudo Autoria: Edson Jose de Paulo Junior	Sim	Não
	"Que bicho é esse?": uma proposta de jogo didático e interativo no ensino sobre a fauna silvestre Autoria: Júlia Leandro da Silva/ Coautoria: Valber Marques Pereira	Sim	Não

Rede de Museus (3)	*Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG* Autoria: Nana Fernandes Albuquerque, Daniel Augusto Violante Daldegan de Paula/ Coautoria: Marcus Marciano Gonçalves da Silveira	Sim	Não
	Diagnóstico e Planejamento Estratégico para o Aprimoramento da Gestão de Riscos em Espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG – I Autoria: Luís Henrique de Azevedo/ Coautoria: Gabrielle Moraes Lopes da Silva, Giovanni Augusto de Oliveira, Lara do Prado Cunha	Sim	Não
	Diagnóstico e planejamento estratégico para o aprimoramento da gestão de riscos em espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG – II Autoria: Gabrielle Moraes Lopes da Silva/ Coautoria: Giovanni Augusto de Oliveira, Luís Henrique de Azevedo	Sim	Não
Museu da Matemática UFMG (1)	*Museu da Matemática UFMG: Implantação do Inventário no Tainacan* Autoria: Erika Rosana Alves Gonçalves	Sim	Não
Centro de Memória da Odontologia (2)	*Inventário preliminar do Arquivo do Centro de Memória da Odontologia:uma contribuição para preservação e acesso ao patrimônio científico e cultural da Faculdade de Odontologia da UFMG* Autoria: Rogéria Rodrigues Fagundes/ Coautoria: Amanda Santos Silva, Ana Paula Soares Pacheco, Anna Clara de Paula Pirico, Cristiane Meira Assunção, Joanna Lara Saraiva de Paula, Júnia Terezinha Morais Ramos, Marcos Volpin Júnior, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira, Raul Alvares Feital, Thaís Yumi Umeda Suzuki	Sim	Não
	Centro de Memória da Odontologia: integrando ações de ensino, extensão, pesquisa e gestão para preservação e divulgação do patrimônio cientifico cultural da Faculdade de Odontologia da UFMG Autoria: Amanda Santos Silva/ Coautoria: Anna Clara de Paula Pirico, Joana Lara Saraiva de Paula, Raul Alvares Feital, Rogéria Rodrigues Fagundes	Sim	Não
Herbário Norte Mineiro (2)	*Ações para Restauração, Tombamento e Conservação de Materiais Testemunho da Diversidade Vegetal no Herbário Norte Mineiro* Autoria: Maria Herika Durães/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
	Botânica em casa: A ciência das plantas ao nosso redor Autoria: Wallison Richar Pereira da Silva/ Coautoria: Diego Tavares Inglesias, Rúbia Santos Fonseca, Elka Fabiana Aparecida Almeida	Sim	Não
Centro de Memória da Veterinária (4)	*Entrevistas aos docentes da Escola de Veterinária – UFMG: Preservação e divulgação da memória histórica e institucional* Autoria: Maria Eduarda Abreu Moura Guimarães/ Coautoria: Cássia Regina Gomes, Raphael Rocha Wenceslau, Maraísa Inês de Assis Martins, Ana Beatriz Queiróz de Melo, Albertino Gonçalves Ribeiro Júnior, Felipe Junio Alves Gomes, João Paulo Neves de Oliveira, Débora Stephanie Oliveira Inácio	Sim	Não
	Ilustração como mecanismo na memória coletiva viva Autoria: Ana Beatriz Queiróz de Melo/ Coautoria: Raphael Rocha Wenceslau, Leonardo José Camargos Lara, Cássia Regina Gomes, Albertino Gonçalves Ribeiro Júnior, Maria Eduarda Abreu Moura	Sim	Não

	Guimarães, Maraísa Inês de Assis Martins, Felipe Junio Alves Gomes, João Paulo Neves de Oliveira, Débora Stephanie Oliveira Inácio		
	Acervo bibliográfico: criação, identificação e redescoberta Autoria: Débora Stephanie Oliveira Inácio/ Coautoria: Felipe Junio Alves Gomes, Raphael Rocha Venceslau, Cássia Regina Gomes, Maria Isabel de Azevedo	Sim	Não
	Exposição 90 anos e a atuação do audiovisual no registro e manifestação da memória Autoria: João Paulo Neves de Oliveira/ Coautoria: Cássia Regina Gomes, Raphael Rocha Wenceslau, Albertino Gonçalves Ribeiro Júnior	Sim	Não
Centro de Memória da Medicina (3)	*A saúde pública e as grandes personalidades da Faculdade de Medicina: as exposições virtuais do CEMEMOR elaboradas no trabalho remoto* Autoria: Cecília Félix Silva	Sim	Não
	A arte, o corpo e o comer: recomendações eugenistas sobre alimentação e beleza obtidas no acervo do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais *Autoria: Luiz Gustavo Pessoa Pires Jabour, Aline Marcos Pires/ Coautoria: Ethel Mizrahy Cuperschmid,* Eugenio Paccelli da Silva Horta	Sim	Não
	História da Saúde Mental no Brasil: Evolução no Tratamento e Mudanças de Paradigma Autoria: Raquel de Mattos Romanowski	Sim	Não
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros (2)	*Retomada Presencial no Acervo de Escritores Mineiros: desafios e novas perspectivas* Autoria: Cavallere Miranda Lima	Sim	Não
	Mediação e divulgação do Acervo Sábato Magaldi Autoria: Paola Carolina Cunha Parreiras	Sim	Sim
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (2)	*Cemef na esfera pública: estratégias para a divulgação científica nos acervos de um Centro de Memória* Autoria: Enrico Mencarelli	Sim	Não
	Partilhando Memórias: recepção, organização e disponibilização dos acervos do CEMEF/UFMG Autoria: Jamille Cristina Torquato Ferreira/ Coautoria: Larissa Ribeiro dos Santos	Sim	Não
Centro de Coleções Taxonômicas (2)	*Adequação, restauração e conservação da Coleção Malacológica do Centro de Coleções Taxonômicas da Universidade Federal de Minas Gerais* Autoria: Ana Clara Fernandes de Moraes/ Coautoria: Dalva R. Luz, Daniela B. Magalhães, Jennifer T. M. Andrade	Sim	Não
	Ações de Extensão do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT- UFMG): Um Espaço para dar Visibilidade aos Acervos Biológicos Autoria: Leonardo Silva Marujo, Natália Gonçalves Batista	Sim	Não
	Elaboração de protótipo de mapa tátil para Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais Autoria: Luisa Rezende Lima/ Coautoria: Joyce Petrina Lopes Freitas, Ana Julia Carvalho Mori, Tércia Moreira Ribeiro da Silva, Fernanda Batista de Oliveira Santos	Sim	Não

Centro de Memória da Enfermagem (4)	*Curso de Especialização em Saúde Pública da Escola de Enfermagem da UFMG (1988): autonomização da Enfermagem na reforma sanitária brasileira* Autoria: Ana Júlia Carvalho Mori/ Coautoria: Clarissa Oliveira Guimarães Lopes de Sousa, Gabriela Vieira de Castro, Tércia Moreira Ribeiro da Silva	Sim	Não
	Extensão e expertise em História da Enfermagem: projeção nacional e internacional do CEMENF-UFMG Autoria: Gabriela Vieira de Castro/ Coautoria: Ana Júlia Carvalho Mori, Vinícius Gonçalves de Souza Ribeiro, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	Visita Mediada, continuidades e descontinuidades na trajetória da EEUFMG: História de pioneirismo Autoria: Vinícius Gonçalves de Souza Ribeiro/ Coautoria: Jade Alycia Ribeiro e Santos, Vitória Silva Vieira, Ellen Cristine Coelho Santos, Gabriela Vieira de Castro, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (2)	*A Pós Graduação na Faculdade de Educação: memória, acervo e extroversão* Autoria: Sara Rodrigues Handeri Araújo/ Coautoria: Poliana Leles Oliveira	Sim	Não
	Educação e Memória: A Cultura Revisitada em Acervos Autoria: Nathalya Pereira da Silva	Sim	Não
Acervo Curt Lange (1)	*Diagnóstico e Análise Contextual do Acervo Curt Lange -UFMG no âmbito da Oficina para a Elaboração de Plano Estratégico para os espaços da Rede de Museus* Autoria: Amanda Gomes	Sim	Sim
Museu Casa Padre Toledo (1)	*Museus, memória e legado: reconstrução de narrativas do passado setecentista da Vila de São José* Autoria: Iandry Jessica Ferreira Soares	Sim	Não
Museu de Ciências Morfológicas (1)	*MCM e o LAPEI: Projeto de Educação Inclusiva* Autoria: Vitória Ramos Santos/ Coautoria: Ana Laura Mendes Nunes da Silva, Athos Seles de Souza, Ian Vitor Moreira, Maria Luiza Campos de Almeida, Davi Terra Costa Ferreira, Gustavo Augusto Fonseca Nogueira, Angelina Aparecida de Almeida, Clara de Carvalho Henriques, Diego Augusto Chaves Caldeira, Matheus Henrique Vieira Prado	Sim	Não
Centro de Referência em Cartografia Histórica (1)	*Formas de Difusão do Conhecimento Científico Acerca da Cartografia Histórica* Autoria: Carlos Eduardo Moreira de Quadros/ Coautoria: Kaito Gabriel Alves Rocha	Sim	
Centro Virtual de Memória da Extensão (1)	*Pesquisa de ações de extensão na UFMG para construção de conteúdo para o Centro de Memória Virtual da Extensão – CEVEX* Autoria: Sophia Mirian Moreira Ulhôa	Sim	Não

Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus 2023

Espaço	Trabalho	Trabalho abrange a divulgação de	Trabalho abrange a difusão de

		pesquisa/ação de extensão?	algum arquivo pessoal?
Acervo Curt Lange (1)	*Rede de Museus UFMG: Acervo Curt Lange* Autoria: Geíza Rodrigues	Sim	Sim
Centro de Coleções Taxonômicas (1)	*Ações de extensão do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG): a imprescindibilidade de propagar a importância dos acervos biológicos* Autoria: Natália Gonçalves Batista, Ana Clara Dumbá Silva/ Coautoria: Leonardo Marujo	Sim	Não
Centro de Estudos Literários e Culturais - Acervo de Escritores Mineiros (1)	*Extroversão Digital no Acervo de Escritores Mineiros* Autoria: Sabrina Souza Arantes	Sim	Não
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (3)	*História e Memória do Centro Esportivo Universitário da UFMG: Esporte, Lazer e Educação Física em tempos de exceção (1969-1979)* Autoria: Rodrigo Pereira Reis da Costa	Sim	Não
	A plataforma AtoM e a sua relação com a extroversão dos inventários do Cemef/UFMG Autoria: Carlos Allekshander Garcia Alves, Enrico Mencarelli, Iara Souto Ribeiro Silva	Sim	Não
	Partilhando Memórias: Recepção, Organização e Disponibilização dos Acervos do Cemef/UFMG com Ênfase no Movimento Estudantil Autoria: Thayla Cristina Chaves dos Santos/ Coautoria: Enrico Mencarelli	Sim	Não
Centro de Memória da Enfermagem (4)	*Mostra de Uniformes da Escola de Enfermagem da UFMG: uma vivência histórica para os extensionistas* Autoria: Luiz Felipe Santiago Campolina Viana/ Coautoria: Vinícius Gonçalves de Souza Ribeiro, Fernanda Alves dos Santos Carregal	Sim	Não
	Reformulação da Extensão no Cemenf: Ampliação do Diálogo e Devolutiva Social Autoria: Vinícius Gonçalves de Souza Ribeiro/ Coautoria: Vitória Silva Vieira, Fernanda Batista Oliveira Santos	Sim	Não
	CEMENF on-line: Funcionalidade do Software ATOM na transposição arquivística do Acervo Roseni Sena Autoria: Helena Rodrigues Reinhardt/ Coautoria: Marcus Marciano Gonçalves da Silveira	Sim	Sim
	Programa Nacional de Imunizações e A Formação de Enfermeiros: reestruturações na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (1973-1977) Autoria: Isabella Lara Maia de Carvalho/ Coautoria: Alice Gomes Frugoli, Fernanda Alves dos Santos Carregal	Sim	Não
Centro de Memória da Faculdade de Letras (1)	*Aprendendo Espanhol no Museu* Autoria: Elizabeth Guzzo de Almeida, Sônia Queiroz/ Coautoria: Luíza Santana Chaves	Sim	Não
Centro de Memória da Medicina (1)	*Oficina Máscaras: Saúde e Artes Visuais* Autoria: Thâmara Cunha Carvalho/ Coautoria: Phelipe Sousa Ramos, Ráisa Mendes Fernandes de Souza, Ethel Mizrahy Cuperschmid	Sim	Não
Centro de Memória da Veterinária (1)	Organização, Descrição e Difusão do Acervo no Centro de Memória da Veterinária da UFMG(Cememor-Vet) Autoria: Wellington Antônio Nonato/ Coautoria: Maraisa Inês de Assis Martins, Débora Stephaine Oliveira Inácio	Sim	Não

Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (1)	*Entre Acervos, Memórias e Acessos: O Processo de Curadoria e Seleção Documental* Autoria: Nathalya Pereira da Silva	Sim	Não
Museu da Escola de Arquitetura (1)	*Museu da Escola de Arquitetura – MARQ* Autoria: Raul Hirsch	Sim	Não
Espaço Acervo Artístico (1)	*Protocolos para Documentação e Gestão do Acervo Artístico da UFMG: Implantação de um Sistema de Informação* Autoria: Júlia Leão Ferigato, Miguel de Araújo Costa Miranda, Thaís de Souza Costa/ Coautoria: Letícia Fernandes	Sim	Não
Centro de Memória da Odontologia (1)	*Centro de Memória da Odontologia: integrando ações de ensino, extensão, pesquisa e gestão para preservação e divulgação do patrimônio científico cultural da Faculdade de Odontologia da UFMG* Autoria: Raphael Magalhães Silva, Felipe Diniz Aguiar, Luís Eduardo Carvalho Ramos, Renata Maria Mendes de Oliveira, Samira Suelen Andrade Vieira, Ana Paula Soares Pacheco, Cristiane Meira Assunção, Maria Inês Barreiros Senna	Sim	Não
Centro de Referência em Cartografia Histórica (2)	*Busca de informações complementares para o Repositório de Dados da Toponímia histórica de Minas Gerais, do[s] Setecentos ao Oitocentos Joanino, em mapas da capitania e das comarcas* Autoria: Pedro Lemos de Paula	Sim	Não
	As Divisas do Território Mineiro dos Tempos Coloniais aos do Império Autoria: João Pedro de Barros Pinto	Sim	Não
Espaço do Conhecimento UFMG (10)	*Identidade visual – Exposição Metropolitramas* Autoria: Paulo Henrique Costa Amorim/ Coautoria:Vitoria Maria Vieira Neves, Maria Luisa Passos Almeida, Olganelise Möller Ferreira de Gouvêa	Sim	Não
	Audiovisual como expressão artística: Movimento de divulgação e reflexão dentro do EC-UFMG (Núcleo Audiovisual do Espaço do Conhecimento UFMG) Autoria: Yan Nicolas São Thiago, Maria Carolina Alves/ Coautoria:Maria Carolina Alves	Sim	Não
	O Trabalho da Equipe da Produção no ECUFMG Autoria: Kamila Ferreira da Silva	Sim	Não
	Mediação em Espaços Culturais e Acessibilidade: Propostas de Inclusão para pessoas com deficiência no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Camila Velasquez Santos Porto, Daniela Campos Freitas, Dian Lucas Pereira de Paula, Dinalva Andrade Martins, Priscila Gabriele Martins, Wellington Luiz Silva	Sim	Não
	Demasiado Humano: uma Revisitação de Despedida aos 13 Anos de Exposição no Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Cecília Ferreira de Almeida e Silva, Dayler William Souza Lopes Barbosa, Geremias Daniel de Souza, Jennyfer Nayara Alves Felicio, Karly Emanuely de Castro Fernandes, Oruam Pereira dos Santos, Raphaela Aguines Pulqueiro Nascimento	Sim	Não

	Exposição Mundos Indígenas: Relatos de experiências e metodologias educativas como proposta para a confecção de um jogo da memória Autoria: Evandro Yuri Batista Alves, Davi Christófaro Cunha, Jonathan Philippe Fernandes Barboza dos Santos, Juliana Cristina Lopes Cavalli, Laura Brandão Pereira, Marciane Rocha, Fabricio Silva do Nascimento, Isabela Mota Felipe Reis	Sim	Não
	Capacidade da mediação na ampliação de diálogos nas exposições Autoria: Lorrane Oliveira Silva/ Coautoria: Beatriz Cristina Barbosa Correia, Bianca Ester de Paula Ferreira, Bruna Luíza Costa Kraizfeld, Henrique Sued Blanco Silva, Kayke Vinicius Costa Silva, Maria Helena Teixeira Ribeiro, Maria Theresa Ramos do Carmo Ianni	Sim	Não
	"Cartilhas do Espaço": Um Material de Divulgação Científica em Astronomia Autoria: Daniel Rocha Moraleida Gomes, Luiza Rodrigues Amaral, Matheus Pangela de Lanna, Thiago Araujo Marques	Sim	Não
	Podcast Papo em Pauta: diálogos transversais sobre cultura, cidadania, ciência e bem-estar Autoria: Fernando Júnio de Jesus Silva, Gabriel Souto Araújo Barcelos, Sarah Lima Meireles Costa	Sim	Não
	"Equilíbrio Divertido": Desenvolvendo Consciência Corporal Através da Ciência Autoria: Aleilton Lima Monteiro, João Victor Lima Evangelista, Thiago Henrique de Assis Silva, João Thomaz Martins Carvalho Souza	Sim	Não
Estação Ecológica UFMG (10)	*Trilhas interpretativas guiadas como ferramenta de educação ambiental crítica no PROECO* Autoria: Marcela Peruzzo de Souza/ Coautoria: Edson Jose de Paulo Junior, Gabriel de Paula Oliveira, Maria Eduarda Espindula Marques	Sim	Não
	Container: Natureza em foco Autoria: George Alves Fontenele Ribeiro/ Coautoria: Andreza Evaristo das Virgens, Luana Margarida Sabino Lobo, Valber Marques Pereira, Vivian Dias de Souza Brasileiro	Sim	Não
	Democratizando espaços e saberes-Estação Aberta em seu primeiro ano de existência Autoria: Helena Campos Ratton/ Coautoria: João Victor Silva de Oliveira, Luana Margarida Sabino Lobo, Marcela Peruzzo de Sousa, Matheus Filipe Gomes Superbi	Sim	Não
	PROECO: 21 anos de conexões entre Comunidade e Universidade com foco na Educação Ambiental Autoria: Isla de Oliveira Bráulio	Sim	Não
	Educação ambiental crítica no ensino básico de Mariana (MG) Autoria: Yasmin Maria dos Santos Braga Ferreira/ Coautoria: Camila Braga Damásio, Camilly Vitoria Silva Costa, Matheus Fiocco, Sara Barbosa	Sim	Não
	Mais Verde Mais Vida Autoria: Gustavo Willian Andrade Gonçalves/ Coautoria: Sara Gonçalves Barbosa, Maria Eduarda Espindula Marques, Edson José de Paulo Jr.	Sim	Não
	Desafios da Acessibilidade e Inclusão na Estação Ecológica da UFMG *Autoria: Camila Braga Damásio/ Coautoria: Luis Fernando de Souza Pereira, Camilly Vitoria Silva Costa, João Victor Silva de Oliveira, Sara Gonçalves Barbosa*	Sim	Não
	Oficina Descarte: Conscientização da problemática de resíduos sólidos por meio da educação ambiental	Sim	Não

	Autoria: Iaf Fantine Leal Cruz, Giovanna Costa Peluzo de Figueiredo, Laura Romano de Oliveira Pereira/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lobo, Andrea Siqueira Carvalho		
	Corpo-natureza: espaço como corporeidade Autoria: Igor Oliveira Duarte/ Coautoria: Luis Fernando de Souza Pereira, Luyza Silva Carvalho, Yasmim Maria dos Santos	Sim	Não
	Parcerias do Programa de Extensão Estação Ecológica (PROECO) Autoria: Alex Araujo Filho, Luiz Afrânio Soares Passos/ Coautoria: Sara Gonçalves Barbosa	Sim	Não
Herbário Norte Mineiro (3)	*Utilização da Biodiversidade Vegetal Norte Mineira como Instrumento de Ensino na Educação Básica* Autoria: Mateus Martins Ribeiro/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias, Keyte Laianne Almeida Santos	Sim	Não
	Padrão de Inclusão de Material Testemunho e Disponibilização de Imagens no Herbário Norte Mineiro (MCCA) Autoria: Maria Herika Durães/ Coautoria: Anelle Alves Borg, Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
	Frutos que alimentam a fauna em cerrados degradados do norte de Minas Gerais: seleção de espécies chave para a restauração de áreas Autoria: Anelle Alves Borges/ Coautoria: Maria Herika Durães, Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
Museu Casa Padre Toledo (1)	*A expografia e a documentação dos acervos como estratégias de democratização do Museu Casa Padre Toledo* Autoria: Ana Carolina Gomes Fiuza, Ingrid Ferreira das Dores Andrade	Sim	Não
Museu da Matemática (1)	*Maldita Matemática… ou não?* Autoria: Brenda Letícia Rodrigues Silva, Regina de Souza Gomes/ Coautoria: Breno Oliveira Souza, Júlia da Mata Gonçalves Dias, Victoria Oliveira dos Reis, Lorrayne Pelizari Drumond, Caio Monteiro de Oliveira, Lavínia Yasmine Cardoso Brandão, Thais Rayane da Silva Souza	Sim	Não
Museu de Ciências Morfológicas (1)	*A importância de espaços inclusivos em museus: a célula ao alcance da mão, um novo olhar!* Autoria: Ian Vitor Moreira, Ana Laura Azevedo Mendes, Davi Terra Costa Ferreira, Isadora Rocelle Castro Constantino, Wellington Vinícius de Araújo Guimarães, Gleydes Gambogi Parreira/ Coautoria: Arthur Antônio Machado G. C. de Freitas, Athos Seles de Souza, Bruna Luiza Santos Damasceno, Maria Clara Marques Simões, Silvia Wang Bitencourt, Taynara Vieira Rodrigues	Sim	Não
Museu de História Natural e Jardim Botânico (12)	*Acessando as coisas: adaptações inclusivas na exposição de arqueologia do MHNJB* Autoria: Lucas Soares/ Coautoria: Ellen Fernandes, Kaito Rocha, Karina Ferreira, Bianca Quaresma	Sim	Não
	Tem Gimnospermas no museu? Uma aventura pela história do grupo Autoria: Giulia Assis Duca	Sim	Não
	O Programa Educativo do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG Autoria: Brenda Kethelyn de Fátima Silva, Fernanda Bichara da Silva/ Coautoria: Vagner dos Reis Ferreira Filho, Giulia Assis Duca, Edilene de Assis Simões, Fabrício Fábrega de Oliveira, Gabriel Teixeira Casela, Nilzilene Imaculada Lucindo, Alessandra Abrão Resende	Sim	Não
	Circuito arqueológico do MHNJB: Material de apoio à visita feito para professores Autoria: Maria Beatriz de Morais Silva	Sim	Não
	Digitalização em 3D de Fósseis do acervo de paleontologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	Sim	Não

	Autoria: Maria Eduarda Fuentes, Sandro Ferreira de Oliveira		
	Adaptação de roteiro para pessoas com deficiência visual Autoria: Luysa Cunha Silva	Sim	Não
	Terra Incógnita no MHNJB Autoria: Júlia da Mata Resende	Sim	Não
	Da Visita Escolar ao MHNJB às Ações Educativas: do Isolamento aos Novos Moldes de Encontro – Elaboração de Materiais Educativos – Circuito Geociências CIRCUITO GEOCIÊNCIAS Autoria: Rayssa Soares Nunes/ Coautoria: Anna Luiza Machado Silva, Ana Carolina Rodrigues Brunetto	Sim	Não
	Materiais educativos e acessibilidade no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: rompendo fronteiras Autoria: Ellen Fernandes, Wellington Luiz Silva	Sim	Não
	Viveiro de Mudas do MHNJB da UFMG em Movimento: Ciclo de Oficinas do Viveiro de Mudas do MHNJB em parceria com o Viveiro de Mudas do ICA/UFMG Autoria: Brenda Kethelyn de Fátima Silva, Érica Jardim Bonifácio/ Coautoria: Alessandra Abrao Resende, Francisco Davi da Silva	Sim	Não
	Sim, é de comer: valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no MHNJB Autoria: Francielle Elisa da Silva, Alice Maria de Oliveira Reis, Raissa Maria Baldez Mendes, Julia Pinheiro de Assis Santos/ Coautoria: Alessandra Abrao Resende, Jacqueline Gomes Rodrigues, Gabriel Teixeira Casela, Fernanda Bichara da Silva, Edilene de Assis Simoes e Avelar, Nilzilene Imaculada Lucindo, Fabricio Fabrega de Oliveira	Sim	Não
	Significando e Ressignificando a Morte a Partir de uma Visita ao Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG Autoria: Rafael Rabelo Arcanjo/ Coautoria: Ellen Fernandes Alves	Sim	Não
Rede de Museus (2)	*"Tem Ciência no Museu?": Educação Científica e Cidadania na Rede de Museus da UFMG* Autoria: Fernanda Madeira Diniz Couto, Frederico Augusto João Batista Monteiro de Santana, Gabriela Guerra Fortunato, Iolanda Guilherme Soares Pinto, Lorena Gonçalves Moreira, Marta da Fonseca Safaneta, Sofia Prado de Andrade	Sim	Não
	Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG Autoria: Suzane Rodrigues Brito, Nana Albuquerque, Maria Antônia Sartor/ Coautoria: Marcus Marciano Gonçalves da Silveira	Sim	Não
Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus 2024			
Espaço	Trabalho	Trabalho abrange a	Trabalho abrange a

		divulgação de pesquisa/ação de extensão?	difusão de algum arquivo pessoal?
Rede de Museus (2)	*Estande "Tem Ciência no Museu?" para a Estação Ecológica da UFMG* Autoria: Marte da Fonseca Safaneta	Sim	Não
	Protocolos para documentação e gestão de acervos museológicos: implantação de um sistema integrado de informação na Rede de Museus da UFMG Autoria: Débora Cristina Pereira da Silva, Maria Antônia Luz Sartor	Sim	Não
Acervo Imagens de Minas (1)	*Diagnóstico e extroversão do acervo Imagens de Minas por meio da elaboração do inventário dos equipamentos tridimensionais* Autoria: Beatriz Barradas Cordeiro	Sim	Não
Centro de Coleções Taxonômicas (2)	*Caixa Entomológica Esquemática: um produto pedagógico voltado aos ensinos da anatomia e dinâmica ecológica dos insetos* (Trabalho apresentado em conjunto com o espaço Estação Ecológica) Autoria: Sandro Ferreira de Oliveira, Valber Marques Pereira, Ícaro Miguel de Souza Kern Costa/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo	Sim	Não
	Iniciativas de Extensão do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG): Ampliando a Visibilidade dos Acervos Biológicos Autoria: Thamires Nunes Guimarães/ Coautoria: Ana Clara Dumbá Silva	Sim	Não
Acervo dos Escritores Mineiros (2)	*Extroversão Digital do Acervo de Escritores Mineiros* Autoria: Sabrina Souza Arantes	Sim	Não
	Acervo Sábato Magaldi: da inventariação à consolidação da memória teatral Autoria: Ana Clara P. C. Marques/ Coautoria: Juliana Lima Dias	Sim	Sim
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (3)	*Partilhando Memórias: o Acervo do Movimento Estudantil (EEFFTO 1980/2019)* Autoria: Thayla Cristina Chaves dos Santos	Sim	Não
	Fomento à reformulação/conclusão de planejamentos estratégicos da RMECC da UFMG Autoria: Gabriel Ferreira Costa	Sim	Não
	Organização e Difusão da Memória: Colaborações no Plano Estratégico e na Produção Expositiva do CEMEF/UFMG Autoria: Alice Martins Pereira das Neves	Sim	Não
Centro de Memória da Enfermagem (7)	*Experiência de integração entre a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura e o CEMENF* Autoria: Ellen Cristine Coelho Santos	Sim	Não
	Integração ensino e extensão na formação histórico-social do enfermeiro Autoria: Alice de Oliveira Neves Dias/ Coautoria:Luiz Felipe Santiago Campolina Viana, Maria Eduarda Miranda Tavares, Ellen Cristine Coelho Santos	Sim	Não
	As Contribuições do Projeto de Extensão "Visita Mediada: o Cemenf de Portas Abertas" para o evento Mostra Sua UFMG 2024 Autoria: Luiz Felipe Santiago Campolina Viana	Sim	Não

	CEMENF On-Line: Implementação do AtoM na Organização e Acesso de Acervos Institucionais e Pessoais da Escola de Enfermagem da UFMG *Autoria: Helena Rodrigues Reinhardt/ Coautoria:Marcus Marciano Gonçalves da Silveira*	Sim	Sim
	Expressões identitárias a partir das visitas mediadas do CEMENF *Autoria: Maria Eduarda Miranda Tavares*	Sim	Não
	Reflexão sociológica das trajetórias profissionais de egressos do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFMG (2017-2020) *Autoria: Isabella Lara Maia de Carvalho, Bárbara Costa Moreira*	Sim	Não
	A Comissão Perinatal deflagrando a Formação de Enfermeiros Neonatologistas em Minas Gerais (1999-2001) Autoria: Matheus Ikky Marinho Mori, Isabelle de Souza Januaria	Sim	Não
Centro de Memória da Medicina (1)	*Centro de Memória da Medicina e seu acervo de obras bibliográficas especiais* *Orientação: Kennedy Martinez de Oliveira*	Sim	Não
Centro de Memória da Veterinária (5)	*Entrada do Centro de Memória da Escola de Veterinária da UFMG no Circuito de Museus de Belo Horizonte e criação de material educativo* *Autoria: Aléxia Thimóteo Domingues Matos/ Coautoria: Maraísa Inês de Assis Martins*	Sim	
	Homenageando os animais da Escola de Veterinária da UFMG: um agradecimento à sua contribuição ao ensino Autoria: Sara Rocha de Oliveira/ Coautoria: Aléxia Thimóteo Domingues Matos, Amanda Meira Viveiros, Ana Clara Gonçalves Almeida, Ana Luísa Soares de Miranda, Cássia Regina Gomes, Luzete Ornelas Queiroz, Nana Fernandes Albuquerque, Rebeca Perez Aninger	Sim	Não
	Memória em foco: resgate da história por meio da preservação de fotografias Autoria: Marina Perdoná Penteado, Maria Luisa Oliveira Lima, Isabel Cristina de Oliveira, Amanda Meira Viveiros, Eduardo Souza Almeira	Sim	Não
	Influência das técnicas de conservação no controle microbiológico do Acervo Bibliográfico do Centro de Memória da Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG Autoria: Sarah Morgana Clemente Taborda/ Coautoria: Cássia Regina Gomes, Lauranne Alves Salvato, Luiz Eduardo Duarte de Oliveira	Sim	Não
	Preservação e extroversão do arquivo pessoal Prof. José Britto de Figueiredo – Cememor-Vet Autoria: Nana Fernandes Albuquerque/ Coautoria: Eduardo Souza Almeida, Ana Clara Gonçalves de Almeida	Sim	Sim
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (1)	*O processo de organização do acervo do CEDOC-FAE/UFMG: um projeto de quadro de arranjo para o Fundo Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939-1968)* Autoria: Giovanna Pietra, Ryan Freitas, Eliezer Costa, Luciana Lacerda	Sim	Não
Espaço Acervo Artístico UFMG (1)	*Gestão e ações de salvaguarda do Espaço Acervo Artístico da UFMG* Autoria: Miguel de Araújo Costa Miranda, Nathália Pereira do Santos, Suzane Rodrigues Brito, Thaís de Souza Costa	Sim	Não

Museu da Escola de Arquitetura (1)	Museu da Escola de Arquitetura da UFMG Autoria: Layla do Vale Faria	Sim	Não
Centro de Referência em Cartografia Histórica (1)	*Capitania de Minas Gerais e suas Comarcas: história registrada em mapas* Autoria: Amanda Carvalho Guimarães	Sim	Não
Centro de Memória da Odontologia (1)	*Preservação e divulgação da história odontológica: As iniciativas do Centro de Memória da Odontologia no ensino, pesquisa e interação com a comunidade* Autoria: Alexandre Diniz de Paula Guimarães, Ana Cláudia Sousa Jacinto, Adriano Formiga Lage, Bernardo Pelegrino de Freitas, Luana Gomes Paiva, Maysa Gabriela dos Santos Marcelino, Samuel Rocha Rodrigues	Sim	Não
Espaço do Conhecimento UFMG (11)	*Expografia no Espaço do Conhecimento UFMG* Autoria: Christian Moreira, Thiago de Paula/ Coautoria:Dânia Lima, Marina Aravani	Sim	Não
	Percurso Solar: Desenvolvimento de material didático para mediação Autoria: Gabriela Costa e Silva, João Victor Lima Evangelista, Lorrayne Gonçalves de Freitas Chaves, Luiza Rodrigues Amaral	Sim	Não
	Estratégias de Design para o Calendário Astronômico 2023-2024 do Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Paulo Henrique Costa Amorim/ Coautoria: Maria Luisa Passos Almeida, Olganelise Möller Ferreira de Gouvêa, Willian Henrique da Silva	Sim	Não
	Extratos do Tempo Uma análise sobre a interação do público com a nova instalação Autoria: Daniel Rocha Moraleida Gomes, Helena Cunha Dantas Johnson, Thiago Araujo Marques dos Santos, Yalle Carolina Ferreira da Silva	Sim	Não
	Reverberações Metropolitanas no podcast Pílulas do Conhecimento Autoria: Sarah Lima Meireles Costa, Fernando Júnio de Jesus Silva	Sim	Não
	Veredas – O uso da literatura nos diálogos dentro da mediação Autoria: Juliana Nunes Pires/ Coautoria: Eve Mota Reis, Fabrício Potiguara, Karly Emanuely Fernandes, Luiza Semiramis, Rafaela Neves, Cecília Ferreira de Almeida e Silva	Sim	Não
	MetropoliTRILHAS: jogos de tabuleiro como formas de mediação para público infantil Autoria: Laura de Souza Andrade Ferreira/ Coautoria: Aleilton Lima Monteiro, Ana Luisa Pessoa Costa, Isabel Prates Reis, Isabela de Souza Fernandes, Maria Theresa Ramos do Carmo Ianni, Rafaela Caroline Teixeira, Raphaela Aguines Pulquerio Vieira	Sim	Não
	Mediação em Espaços Culturais e Acessibilidade: Propostas de Inclusão para Pessoas com Deficiência no Espaço do Conhecimento UFMG *Autoria: Gabriel Otávio Rocha Benfica/ Coautoria:Beatriz Ferraz Pêgo, Dinalva Andrade Martins, Priscila Gabriele Martins Silva, Wellington Luiz Silva*	Sim	Não
	As relações de partilha e identificação entre mediadores e alunos de escola pública *Autoria: Oruam Pereira dos Santos/ Coautoria: Alice Figueira Sena, Ana Julia da Costa Rodrigues, Felipe Menezes Pereira, Jonathan Philippe Fernandes Barboza dos Santos, Kayke Vinicius Costa Silva, Maria Helena Teixeira Ribeiro, Rayssa Marrayne César de Sousa, Evandro Yuri Batista Alves*	Sim	Não
	Estudo de público do Espaço do Conhecimento UFMG em 2024	Sim	Não

	Autoria: Marcela Nascentes Possato/ Coautoria: Luiza Semiramis Aniceto		
	Contribuições audiovisuais na renovação da exposição Demasiado Humano do Espaço do Conhecimento UFMG Autoria: Vanessa Lemos Cardoso/ Coautoria: Júlia Lobato Maciel, Ana Paula Valvassori Bittencourt	Sim	Não
Estação Ecológica UFMG (17)	*Arqueologia do Lar dos Meninos e outras histórias periféricas* Autoria: Samuel Gomes Nunes Cardoso	Sim	Não
	Verde para Todos: Integrando Diversidade e Inclusão na Educação Ambiental Autoria: João Victor Silva de Oliveira/ Coautoria: Camila Velasquez Santos Porto, Edson José de Paulo Junior, Isabelle Bocatto, Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo	Sim	Não
	Intervenções atreladas ao Programa Estação Ecológica da UFMG: A Educação Ambiental no ciclo básico da Escola Municipal de Novo Bento Autoria: Gabriel de Paula Oliveira, João Victor da Silva Rodrigues, Luiz Afrânio Soares Passos/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo	Sim	Não
	Estação Ecológica UFMG: Restauração da Memória *Autoria: Laura Campos Martins de Oliveira*	Sim	Não
	Estação Evolução: Uma Oficina Como Estratégia Inovadora e Lúdica Para o Ensino de Evolução *Autoria: Valber Marques Pereira, Vivian Dias de Souza Brasileiro/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lobo*	Sim	Não
	Fauna Atropelada na Estação Ecológica da UFMG: Monitoramento e Análise da Incidência de Casos de Atropelamento de Fauna Silvestre Autoria: Valber Marques Pereira/ Coautoria: Icaro Miguel Souza Kern Costa, Luana Margarida Sabino Lobo, Sandro Ferreira de Oliveira, Yasmin Maria dos Santos Braga Ferreira	Sim	Não
	Memórias e Refotografia na Estação Ecológica e Lar dos Meninos *Autoria: João Piuzana Rosa/ Coautoria: Maria Eduarda Espíndula Marques*	Sim	Não
	PROECO Cultural: Uma Interseção entre Educação Ambiental Crítica e Cultura *Autoria: Luyza Silva Carvalho/ Coautoria: João Piuzana Rosa, Luana Margarida, Matheus Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	Reciclando Diálogos *Autoria: Vitória Aquila/ Coautoria: Giovanna Peluzo, Iaf Fantine, Luana Margarida Lobo, Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	Estação Aberta- Democratizando espaços e conectando saberes Autoria: Helena Campos Ratton/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lobo, Natália Calderaro Pereira, Matheus Lucas Arcanjo	Sim	Não
	Mais verde, mais vida Autoria: Alex Araújo Filho	Sim	Não
	Dinâmicas populacionais dos bichos-paus (Cladomorphus phyllinus) da Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais (EEco-UFMG) em interface com a extensão *Autoria: Ícaro Miguel de Souza Kern Costa/ Coautoria: Andrea Siqueira Carvalho, Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	ArqueoTrilhas: Educação Patrimonial e Ambiental em contexto *Autoria: Lívia Radane/ Coautoria: Luana Margarida, Matheus Lucas*	Sim	Não

	Expandindo as ações do PROECO em busca da acessibilidade e inclusão *Autoria: Camila Velasquez Santos Porto/ Coautoria: Isla de Oliveira Bráulio, Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	EEcoCast: Pocast sobre Educação Ambiental Crítica no Programa Estação Ecológica da UFMG *Autoria: Pedro Henrique Mendonça Santiago/ Coautoria: Luana Margarida Sabino Lôbo, Matheus Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	Projeto Mariana: Cartilha de Divulgação Científica sobre a Segurança do Consumo dos Alimentos da Bacia do Rio Doce após o Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão *Autoria: Ana Elisa Figueiredo, George Fontelene, Marcela Peruzzo/ Coautoria: Luana Margarida, Matheus Lucas Arcanjo*	Sim	Não
	Memória e educação: ações de extensão junto à Escola Municipal Aníbal de Freitas *Autoria: Yasmin Maria dos Santos Braga Ferreira/ Coautoria: Iaf Fantine Leal Cruz, Igor Oliveira Duarte, Maria Eduarda Espindula Marques, Luana Margarida Sabino Lobo, Matheus Lucas Arcanjo, Fernando Pereira Freitas, Fabiane Cristina Gonçalves Martins*	Sim	Não
Herbário Norte Mineiro (7)	*Herbário Itinerante: A incrível diversidade de plantas e vegetações do Norte de Minas Gerais* Autoria: Mateus Martins Ribeiro/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias, Brenda Soares Almeida Gusmão, Eliane Favalessa Zarzenon Nunes, Tamires Medeiros Nunes, Danielle Santos Freitas	Sim	Não
	Levantamento Florístico em campo rupestre em Diamantina -MG: riqueza, endemismo e ameaça à conservação Autoria: Brenda Soares Almeida Gusmão/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias, Mateus Martins Ribeiro, Eliane Favalessa Zarzenon Nunes, Jennifer da Silva Pacheco	Sim	Não
	Herbário Virtual: digitalização dos materiais testemunho da flora norte mineira proporcionando amplo acesso ao patrimônio científico Autoria: Tamires Medeiros Nunes/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
	Botânica imersiva: uma nova era de aprendizado por meio de experiências de realidade aumentada *Autoria: Heitor Mendes Lima/ Coautoria: Carlos Emílio de Sant'Ana Pinter Pastorello*	Sim	Não
	Um herbário na mídia: popularização científica sobre plantas nativas em rede social Autoria: Danielle Santos Freitas/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias	Sim	Não
	Interpretando as plantas: desenvolvimento de materiais educativos para trilha ecológica em Campo Rupestre *Autoria: Brenda Soares Almeida Gusmão/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias, Mateus Martins Ribeiro, Eliane Favalessa Zarzenon Nunes, Jennifer da Silva Pacheco*	Sim	Não
	Desenvolvimento de Atividades Interativas para o Ensino de Botânica: Estratégias e Seleção de Espécies presentes no Norte de Minas Gerais Autoria: Thayane Maria das Neves Cardoso/ Coautoria: Diego Tavares Iglesias, Rúbia Santos Fonseca	Sim	Não
Museu Casa Padre Toledo (1)	*Projeto "Museu Conectado"*	Sim	Não

	Autoria: Marcelli Marcos de Oliveira/ Coautoria: Ana Clara Gonçalves Nogueira, Luísa Meinberg de Almeida Firmino, Maria Júlia Araújo Rosa, Mariana Victoria Rocha, Pedro Henrique Lucas Moreira, Samantha Pinheiro dos Santos, Victória Mel de Lima Brito		
Museu da Matemática UFMG (2)	*Explorando a Matemática Recreativa: Muito Além do Museu* Autoria: Lavínia Yasmine Cardoso Brandão, Lorrayne Pelizari Drumond	Sim	Não
	Museu da Matemática UFMG: Conhecer, Preservar e Restaurar o Encanto da Matemática *Autoria: Júlia da Mata Gonçalves Dias/ Coautoria: Breno Oliveira Souza, Brenda Letícia Rodrigues Silva, Matheus Pablo Barbosa Santos*	Sim	Não
Museu de Ciências Morfológicas (1)	*Levantamento do impacto do Museu de Ciências Morfológicas/UFMG sobre alunos do 8º ano da rede pública municipal* Autoria: Carlos Augusto Mata-Machado, Caio Gomes, Alice Rodrigues/ Coautoria:Letícia Sevatici-Tolentino, Ana Paula Silva, Davi Ferreira, Diego Pujoni, Laura Silva, Maria Clara França, Maria Eduarda Jardim, Taynara Rodrigues, Wellington Guimarães	Sim	Não
Museu de História Natural e Jardim Botânico (14)	*Materiais educativos do MHNJB da UFMG: rompendo fronteiras* Autoria: Jhéssica Dias Trindade/ Coautoria: Wellington Luiz Silva	Sim	Não
	Cantigas de Nganga: a magia das plantas *Autoria: Coral Veloso de Oliveira/ Coautoria: Yuri Kaique Valadão Ambrosio*	Sim	Não
	Oficina de Contação de Histórias Folclóricas: Curupira e Boitatá Autoria: Emily Franco Moreira/ Coautoria: Jade Coelho de Sá Barreto, Luysa Cunha da Silva	Sim	Não
	Idosos no Museu Autoria: Emily Franco Moreira, Luysa Cunha/ Coautoria: Luysa Cunha Silva e Jade Coelho de Sá Ribeiro	Sim	Não
	Audioguia para "O Mundo das Plantas" Autoria: Júlia da Mata Resende/ Coautoria: Rayanne Evillyn Veloso da Silva	Sim	Não
	A ciência das plantas no museu: um roteiro de ação educativa Autoria: Rayssa Soares Nunes	Sim	Não
	Elaboração de materiais educativos e formação de educadores – Circuito Geociências: Ciência do solo Autoria: Anna Luiza Machado Silva, Rayssa Soares Nunes	Sim	Não
	Abelhas nativas e serviços ecossistêmicos: meliponários públicos para informar a sociedade e formar educadores Autoria: Camilly Vitoria Silva Costa/ Coautoria: Beatriz Durval Rodrigues, Lívia Stemler de Godoi Quintão	Sim	Não
	Trilha Jardim Botânico: Jogo da Restauração Ecológica Autoria: Jeniffer Lohanny Barbosa, Jotapê Fernandes Passos, Luma Queiroz Soares, Raissa Maria Baldez Mendes, Yasmin Avelar Alves	Sim	Não
	Criação do 'Circuito Arqueológico – Ênfase em Arqueologia Histórica' no MHNJB-UFMG Autoria: Bárbara Martins Moreira de Oliveira/ Coautoria: Luis Fernando de Souza Pereira, Karina Henriques Ferreira	Sim	Não

	Planejamento em Foco: Diagnóstico e Projeto de Revitalização das Exposições de Paleontologia e Geociência – MHNJB UFMG Autoria: Marina Allanis Cunha	Sim	Não
	Reformulação do 'Circuito Arqueológico – Ênfase em Arqueologia Pré-histórica' no MHNJB-UFMG Autoria: Bárbara Martins M.de Oliveira/ Coautoria: Luis Fernando de Souza Pereira, Karina H. Ferreira	Sim	Não
	Digitalização e divulgação de fósseis em 3D do acervo de paleontologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG Autoria: Aline Batista Parreiras, Brenda Kethelyn de Fátima Silva, Samara Rebeca da Silva Santos/ Coautoria: Maria Eduarda Fuentes Carvalho, Millena Naime Lemos Guimarães, Sandro Ferreira de Oliveira	Sim	Não
	Entre pedras e flores: descobrindo o jardim de canga no MHNJB Autoria: Matteo Pellegrini/ Coautoria:Julia P. de Assis Santos, Alessandra A. Resende, Jacqueline Rodrigues	Sim	Não

Fonte: Elaborado pela autora, com base em consulta ao site da Mostra Virtual Pesquisa e Extensão na Rede de Museus (2025)